

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 2012

. INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA ECONÔMICA .

RICARDO ALEXANDRINO GARCIA & MARLY NOGUEIRA

Ricardo Alexandrino Garcia e Marly Nogueira

. INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA ECONÔMICA .

Belo Horizonte
CAED-UFMG
2012

Ricardo Alexandrino Garcia e Marly Nogueira

. INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA ECONÔMICA .

Belo Horizonte
CAED-UFMG
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Prof^o Clélio Campolina Diniz

Reitor

Prof^a Rocksane de Carvalho Norton

Vice-Reitora

Prof^a Antônia Vitória Soares Aranha

Pró Reitora de Graduação

Prof^o André Luiz dos Santos Cabral

Pró Reitor Adjunto de Graduação

CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Prof^o Fernando Selmar Rocha Fidalgo

Diretor de Educação à Distância

Prof^o Wagner José Corradi Barbosa

Coordenador da UAB/UFMG

EDITOR CAED-UFMG

Prof^o Fernando Selmar Rocha Fidalgo

CONSELHO EDITORIAL

Prof^a Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalberto

Prof^o Dan Avritzer

Prof^a Eliane Novato Silva

Prof^o Hormindo Pereira de Souza

Prof^a Paulina Maria Maia Barbosa

Prof^a Simone de Fátima Barbosa Tófani

Prof^a Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Prof^o Wagner José Corradi Barbosa

COLEÇÃO EAD - GEOGRAFIA

Coordenadora: Prof^a Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Livro: Introdução à Geografia Econômica

Autores: Ricardo Alexandrino Garcia e Marly Nogueira

Projeto Gráfico: Laboratório de Arte e Tecnologia para Educação/EBA/UFMG

Este livro recebeu apoio financeiro da UAB/CAPES.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Luciana de Oliveira M. Cunha, CRB-6/2725)

Garcia, Ricardo Alexandrino
G216i Introdução à geografia econômica / Ricardo Alexandrino Garcia,
Marly Nogueira. – Belo Horizonte : CAED-UFMG, 2012.
186 p., tabs. ; 27 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-64724-12-9

1. Geografia econômica. 2. Ensino a distância. I. Nogueira, Marly.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

CDD 910.133
CDU 911.3:33

NOTA DO EDITOR

A Universidade Federal de Minas Gerais atua em diversos projetos de Educação a Distância, que incluem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, destacam-se as ações vinculadas ao Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED), que iniciou suas atividades em 2003, credenciando a UFMG junto ao Ministério da Educação para a oferta de cursos a distância.

O CAED-UFMG (Centro de Apoio à Educação a Distância da Universidade Federal de Minas Gerais), Unidade Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação, tem por objetivo administrar, coordenar e assessorar o desenvolvimento de cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão na modalidade a distância, desenvolver estudos e pesquisas sobre educação a distância, promover a articulação da UFMG com os polos de apoio presencial, como também, produzir e editar livros acadêmicos e/ou didáticos, impressos e digitais, bem como a produção de outros materiais pedagógicos sobre EAD.

Em 2007, diante do objetivo de formação inicial de professores em serviço, foi criado o Programa Pró-Licenciatura com a criação dos cursos de graduação a distância e, em 2008, com a necessidade de expansão da educação superior pública foi criado pelo Ministério da Educação, o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. A UFMG integrou-se a esses programas visando apoiar a formação de professores em Minas Gerais, além de desenvolver um ensino superior de qualidade em municípios brasileiros desprovidos de instituições de ensino superior.

Atualmente, a UFMG oferece - através do Pró-licenciatura e da UAB - cinco cursos de graduação, quatro cursos de pós-graduação *lato sensu*, sete cursos de aperfeiçoamento e um de atualização.

Como um passo importante e decisivo o CAED-UFMG decidiu, neste ano de 2011, criar a Editora CAED-UFMG como forma de potencializar a produção do material didático a ser disponibilizado para os cursos em funcionamento.

Nesse sentido, publicamos mais esse livro da coleção Educação a Distância, série Geografia. Agradecemos aos autores e à equipe de produção pela competência e dedicação que garantiram, com certeza, o nível de excelência desta obra apresentada à comunidade acadêmica.

Fernando Selmar Rocha Fidalgo

Editor

Primeira parte - Introdução à Geografia Econômica

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA ECONÔMICA

1. Alguns Conceitos e Definições em Economia _____	12
1.1. Economia e seus Fatores _____	12
1.2. Economia Natural e Economia de Subsistência _____	13
1.3. Economia Mercantil _____	14
1.4. Economia Centralizada (ou Centralmente Planificada) _____	14
1.5. Economia Livre (ou de Mercado) _____	14
1.6. Economia Política _____	14
1.7. Território Econômico _____	16
1.8. Produto Interno Bruto _____	16
1.9. Produto Interno Líquido _____	17
1.10. Poder Econômico _____	17

CAPÍTULO 2 - PEQUENA HISTÓRIA DA ECONOMIA

2.1. Introdução _____	20
2.2. Origens do Pensamento Econômico _____	21
2.2.1. A Economia da Idade Antiga _____	21
2.2.2. A Economia da Idade Média _____	25
2.2.3. O Mercantilismo _____	27
2.2.4. As Origens do Capitalismo _____	33
2.2.5. As Fases do Capitalismo _____	38
2.2.6. Capitalismo e Concentração de Capital _____	41

CAPÍTULO 3 - PRINCIPAIS CORRENTES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

3.1. O Liberalismo	58
3.2. Os Fisiocratas	59
3.3. Os Clássicos	61
3.4. Os Marxistas	68
3.5. Os Neoclássicos	70
3.6. Os Keynesianos	73
3.7. Os Neoclássicos Liberais	76
3.8. Os Neoclássicos Ortodoxos	77
3.9. Os Pós-Keynesianos	78
3.10. Os Estruturalistas	79

CAPÍTULO 4 – TENDÊNCIAS DO CAPITALISMO NA ATUALIDADE

4.1. O Neoliberalismo	110
4.2. O Consenso de Washington	110
4.3. O Neocapitalismo	111
4.4. O Comunismo	113

Segunda parte – Introdução à Geografia Econômica

CAPÍTULO 5 – A GEOGRAFIA DOS CAPITAIS FIXOS E DOS FLUXOS MUNDIAIS RELEVANTES

5.1. Recursos Naturais: Exploração e Produção e a Problemática dos Combustíveis e da Produção de Energia no Brasil e no Mundo	122
5.2. Produções das Principais Fontes de Energia: Mundo e Brasil	125

5.2.1. Petróleo	125
5.2.2. Gás Natural	130
5.2.3. Carvão Mineral	132
5.2.4. Energia Hidrelétrica	134
5.2.5. Energia Nuclear	137
5.2.6. Considerações Finais	139

CAPÍTULO 6 – A ESPACIALIDADE DOS GRANDES INVESTIMENTOS NA AGRICULTURA E NA INDÚSTRIA NO BRASIL E NO MUNDO

6.1. A Problemática da Disponibilidade de Terras para as Atividades Agrícolas – Relação com a Produção de Alimentos – Mundo e Brasil	146
6.2. Considerações sobre a Atividade Industrial na Atualidade – Mundo e Brasil	151

Terceira parte – Introdução à Geografia Econômica

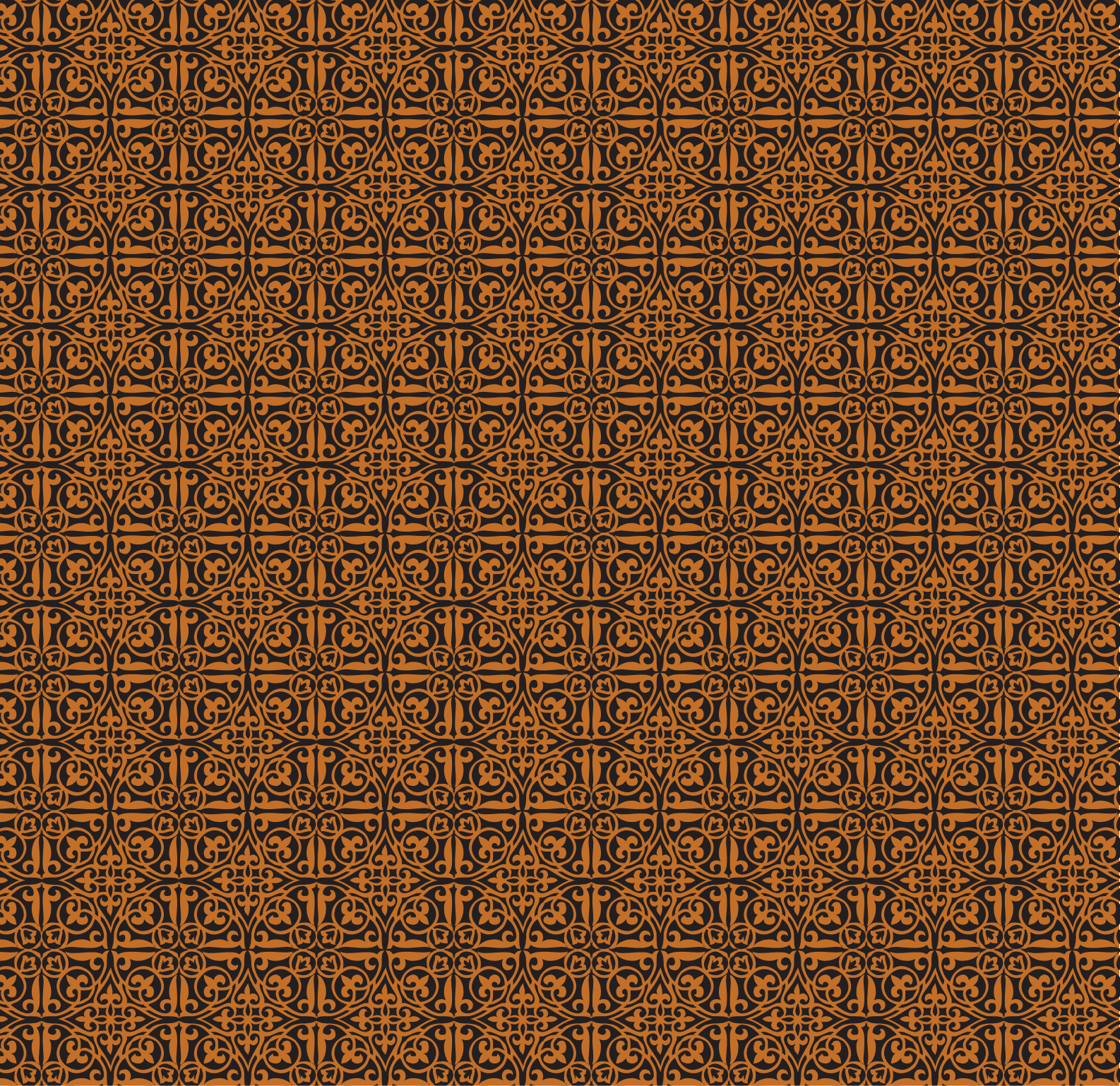
CAPÍTULO 7 – ALGUNS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA REGIONAL

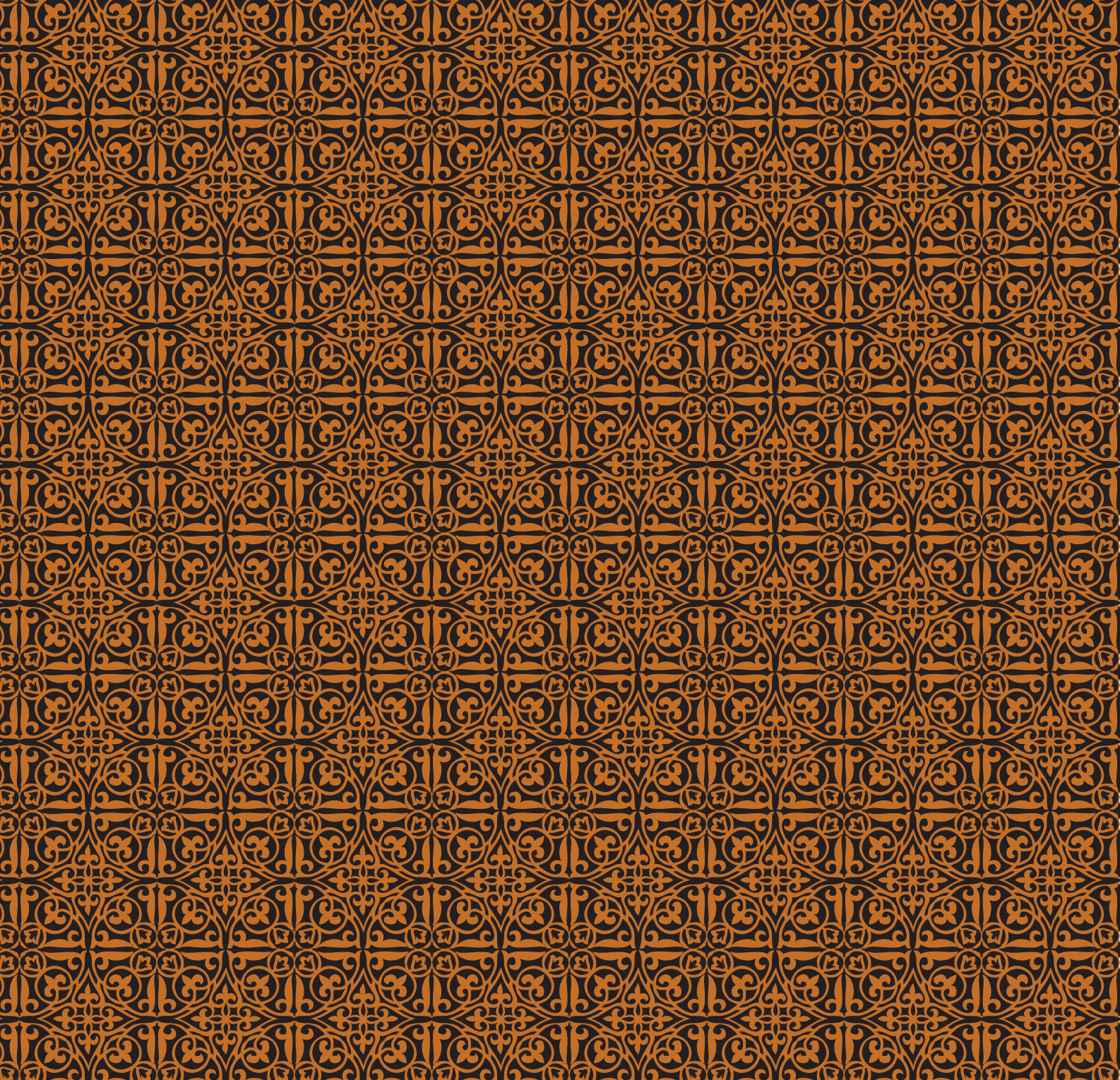
7.1. Os Teóricos da Localização	162
7.2. O Espaço Econômico	163
7.3. A Região Econômica	164

CAPÍTULO 8 - VARIAÇÕES DA TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA DE PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

8.1. Redes Dendríticas	172
8.2. Mercados Periódicos	173
8.3. O Caráter Informal da Economia Urbana	176
8.4. Os Dois Circuitos da Economia Urbana	177

REFERÊNCIAS	182
--------------------	------------





PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1



1.1. Alguns Conceitos e Definições em Economia¹

1.1.1. Economia e seus Fatores

Pode-se definir **economia** como a ciência que estuda a atividade produtiva, focalizando os problemas referentes ao uso mais eficiente de recursos materiais escassos para a produção de bens; estuda as variações e combinações na alocação dos fatores de produção, na distribuição de renda, na oferta e procura e nos preços das mercadorias.

Grosso modo, essa ciência pode ter por objeto a unidade de produção, ou seja, a empresa, a unidade de consumo, a família, ou, então, a atividade econômica de toda a sociedade. No primeiro caso, os estudos pertencem à **microeconomia** e, no segundo, à **macroeconomia**.

A atividade produtiva de um indivíduo, empresa ou nação gera produtos que podem ser bens materiais ou serviços. Nessa atividade produtiva, **terra, capital, trabalho** e outros fatores de produção são combinados para a produção desses produtos.

Enquanto fator de produção, a **terra** engloba os recursos naturais encontrados no subsolo (carvão, petróleo e minérios em geral), a água armazenada em sua superfície e a parte arável do solo, e proporciona uma renda ao seu proprietário ou arrendatário. Por outro lado, a forma de propriedade da terra determina também os modos de sua utilização e os limites do emprego dos demais fatores de produção.

As formas de propriedade e de uso da terra têm fundamentos históricos e sociais, variando, no entanto, de país para país e, mesmo no interior de dado país, de região para região. A grande propriedade rural, por exemplo, é uma forma de propriedade agrícola característica dos países de tradição colonial, nos quais as lavouras de exportação necessitavam, ao mesmo tempo, de extensas glebas de terra e abundante mão de obra.

Já o **capital** é a riqueza e que gera renda. É representado em dinheiro e pode ser definido como todos os meios de produção que foram criados pelo trabalho e que são utilizados para a produção de outros bens e serviços.

Capital correspondia, na Idade Média, a quantia de dinheiro com que se iniciava qualquer atividade comercial; após os grandes descobrimentos, representava o acervo das

¹ Essa seção traz alguns conceitos introdutórios em geografia econômica, onde se busca oferecer, de modo sucinto, uma primeira familiarização com as terminologias empregadas ao longo dos textos que compõem esse trabalho. Os conceitos aqui abordados tiveram como referência o **Novíssimo Dicionário de Economia** (Sandroni, 1999).

companhias comerciais ou as parcelas de dinheiro com que os associados contribuíam para a formação de uma companhia. Capital, portanto, era dinheiro investido, nada tendo a ver com os bens nos quais o dinheiro fora aplicado.

Na atualidade, o capital é, para alguns economistas, a riqueza formada pelo excedente da produção sobre o consumo e, para outros, a riqueza obtida pelos empresários na exploração do trabalho de seus empregados.

O **trabalho** é, por sua vez, toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade. O trabalho é uma ação específica do homem e está associado ao desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e à divisão da atividade produtiva entre os diversos membros de uma sociedade. Assim, o trabalho assumiu formas diferenciadas nos diversos modos de produção que surgiram ao longo da história da humanidade.

Quando o trabalho é destinado à produção de riqueza, na forma de capital, constitui-se em trabalho produtivo, e os bens e serviços por ele produzidos tornam-se bens econômicos, pois o trabalho produtivo é capaz de incorporar valor a esses produtos.

Valor é o que confere aos bens materiais sua qualidade de bens econômicos. Por um lado, isso se dá pela possibilidade que a posse de determinado bem permite comprar outras mercadorias, mediante algum tipo de troca. Por outro, essa troca está relacionada com a utilidade que esse bem possui para a coletividade. Tem-se que o conceito de valor assume dois aspectos distintos, mas inter-relacionados: **valor de uso** – que corresponde às características físicas dos bens que os capacitam a ser usados pelo homem; e **valor de troca**, ou seja, a proporção em que os bens são trocados uns pelos outros, por intermédio de dinheiro, ou não.

1.1.2. Economia Natural e Economia de Subsistência

Por **economia natural** se entende a forma de organização econômica em que os bens produzidos se destinam à satisfação das necessidades dos próprios produtores, raramente havendo um excedente. Representa, portanto, uma economia de autossuficiência.

A economia natural foi característica dos sistemas econômicos pré-capitalistas, como as comunidades tribais, o escravismo patriarcal e o feudalismo. Só nos casos de comunidades completamente isoladas, contudo, é que a economia natural chega a ser caracterizada. Na sociedade capitalista contemporânea, a economia natural subsiste apenas como forma residual.

Ao contrário de uma economia natural, uma **economia de subsistência** tem algum caráter mercantil, e caracteriza-se pela produção agrícola de bens de consumo imediato e para o mercado local, sendo praticada desde a Antiguidade. No Brasil colonial, era praticada nos engenhos e fazendas (milho, feijão, arroz) ou nos núcleos de imigração colonizadora européia, baseada na pequena propriedade (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).

1.1.3. Economia Mercantil

Uma **economia mercantil** é um sistema econômico voltado para a produção de mercadorias, ou seja, bens destinados às trocas. É o contrário da economia natural ou de subsistência. A economia de produção mercantil simples era característica das formações sociais pré-capitalistas, quando só uma parte da produção se destinava à troca, feitas diretamente pelo produtor ou por um mercador.

A economia mercantil feudal desenvolveu-se a partir de produtores isolados, donos dos meios de produção, que produziam para um mercado bem limitado. Foi só com o surgimento do capitalismo que a produção mercantil tornou-se dominante e universal, envolvendo todos os bens e serviços, além da própria força de trabalho.

1.1.4. Economia Centralizada (ou centralmente planificada)

Economia centralizada é a denominação dada, por exemplo, às antigas economias socialistas, por oposição à descentralização que caracteriza as economias capitalistas ou de mercado. Distingue-se pela propriedade estatal dos meios de produção e pela planificação centralizada da economia nacional.

O Estado, por meio de órgãos especializados, administra a produção em geral, determinando seus meios, objetivos e prazos de concretização; organiza os processos e métodos de emprego dos fatores de produção; e controla, de forma rígida, os custos e preços dos produtos e, ainda, os mecanismos da distribuição, assim como dimensiona o consumo.

1.1.5. Economia Livre (ou de mercado)

Economia Livre é o sistema econômico baseado na livre ação da empresa privada, na ausência de mecanismos restritivos à concorrência, ao investimento, ao comércio e ao consumo. Corresponde aos princípios do liberalismo econômico, segundo o qual a única função do Estado seria garantir a livre concorrência entre as empresas. Nas condições atuais do capitalismo, o sistema de economia livre é em grande parte limitado pela ação dos monopólios e pela intervenção estatal.

1.1.6. Economia Política

Outro termo muito comum nos estudos econômicos é o de **economia política**. Representa o ramo da economia que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais, definindo as leis que regem tais relações.

Problemas relacionados com o modo de produção e reprodução de uma sociedade – ou seja, questões de natureza da economia política – foi objeto de preocupação de pensadores da Antiguidade Clássica (Aristóteles) e da Idade Média (Santo Tomás de Aquino).

Na era moderna surgiu o estudo empírico e sistemático dos fenômenos econômicos de um ponto de vista científico. Esse estudo assumiu a denominação de economia política, sendo o termo política sinônimo de social. Esses estudos começaram com a escola mercantilista, seguidos pelos fisiocratas do século XVIII (Quesnay, Turgot); com a escola clássica, a economia política definiu claramente seu contorno científico integral, calcado no conceito de equilíbrio geral entre os agentes econômicos.

Equilíbrio geral dos agentes seria, nesse caso, uma propriedade hipotética do mercado, na qual a oferta é igual à procura. Expressaria também a estabilidade do sistema de forças que atuam na circulação e troca de mercadorias e títulos. Um sistema econômico seria considerado em equilíbrio quando todas as variáveis permanecem imutáveis em determinado período. Se as condições de oferta e de demanda permanecessem inalteradas, os preços tenderiam a permanecer estáveis.

A escola marxista elabora, durante o século XIX, e refutando a tese de equilíbrio geral, o conceito de **mais-valia**, fonte do lucro, do juro e da renda da terra. A partir de 1870, a abordagem abstrata de conteúdo histórico e social foi paulatinamente substituída pelo enfoque quantitativo dos fatores econômicos, também chamado de **neoclássico**, por não romper com a idéia de equilíbrio automático entre os agentes econômicos.

Para os neoclássicos, o equilíbrio pode ser estável ou instável, parcial ou geral. Será estável se houver uma tendência para que o equilíbrio original se restaure, mesmo que haja ligeiras perturbações no preço ou na quantidade produzida.

Outro aspecto relevante da teoria neoclássica é a ênfase dada à facilidade de substituição entre trabalho e capital na atividade produtiva, de tal forma a assegurar um crescimento contínuo e estável, evitando-se, assim, instabilidades econômicas.

Com uma visão revolucionária do problema do desemprego, dos juros e da crise econômica, a **teoria keynesiana**, na primeira metade do século XX, refuta a tese do equilíbrio automático da economia capitalista. A ênfase é a natureza dinâmica da economia de mercado (que utiliza o dinheiro como intermediário de trocas), que está sujeita a grande dose de incerteza.

A dinâmica dos mercados, que envolve uma noção de tempo cronológico, nem sempre se encontra em equilíbrio, e o comportamento dos agentes econômicos nem sempre responde adequadamente aos estímulos proporcionados, de forma a alcançar qualquer ponto de otimização, segundo a teoria.

A divisão do excedente entre o capital e o trabalho e as contradições que cercam essas relações criariam incertezas, o que impediria que uma economia crescesse num ritmo estável. Assim, é dada menor ênfase na dinâmica de curto prazo dos mercados, e as atenções se concentraram nas condições que permitiriam uma taxa de crescimento estável a médio e longo prazo.

Após a Segunda Guerra Mundial, surge, por um lado, o pensamento **pós-keynesiano**, com sua ênfase nos instrumentos de intervenção do Estado e voltado para o planejamento

e o controle do ciclo econômico. Por outro, ganha peso a **corrente liberal neoclássica**, também chamada de monetária ou neoliberal, que defende uma intervenção mínima do Estado nos rumos da economia.

1.1.7. Território Econômico

Território econômico é um conceito que não corresponde, necessariamente, às bases físicas delimitadas pelas fronteiras geopolíticas de um país. É mais abrangente e engloba em seu território:

- O território terrestre aduaneiro, incorporando as zonas francas.
- O espaço aéreo e as águas territoriais do país.
- As jazidas e as explorações sobre as quais o país possui direitos exclusivos, situadas em águas internacionais; as jazidas e as explorações que estão nas plataformas ligadas ao território de outro país, desde que sejam exclusivamente exploradas em concessão por residentes.
- Os enclaves territoriais, ou seja, as partes de território que se encontram além das fronteiras do país, utilizadas por ele em decorrência de acordos internacionais ou de acordo entre Estados.
- Os equipamentos móveis (barcos de pesca, navios, plataformas flutuantes), parte do território econômico na qual residem seus proprietários.

O conceito de território econômico é basicamente utilizado para a conceituação e cálculo do **produto interno bruto** e **produto interno líquido**.

1.1.8. Produto Interno Bruto

O **produto interno bruto** refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Exclui as transações intermediárias, é medido a preços de mercado e pode ser calculado sob três aspectos:

- Pela ótica da produção, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais.
- Pela ótica da renda, o PIB é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios.
- Pela ótica do dispêndio, o PIB resulta da soma dos dispêndios em consumo

das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações; sob essa ótica, o PIB é também denominado despesa interna bruta.

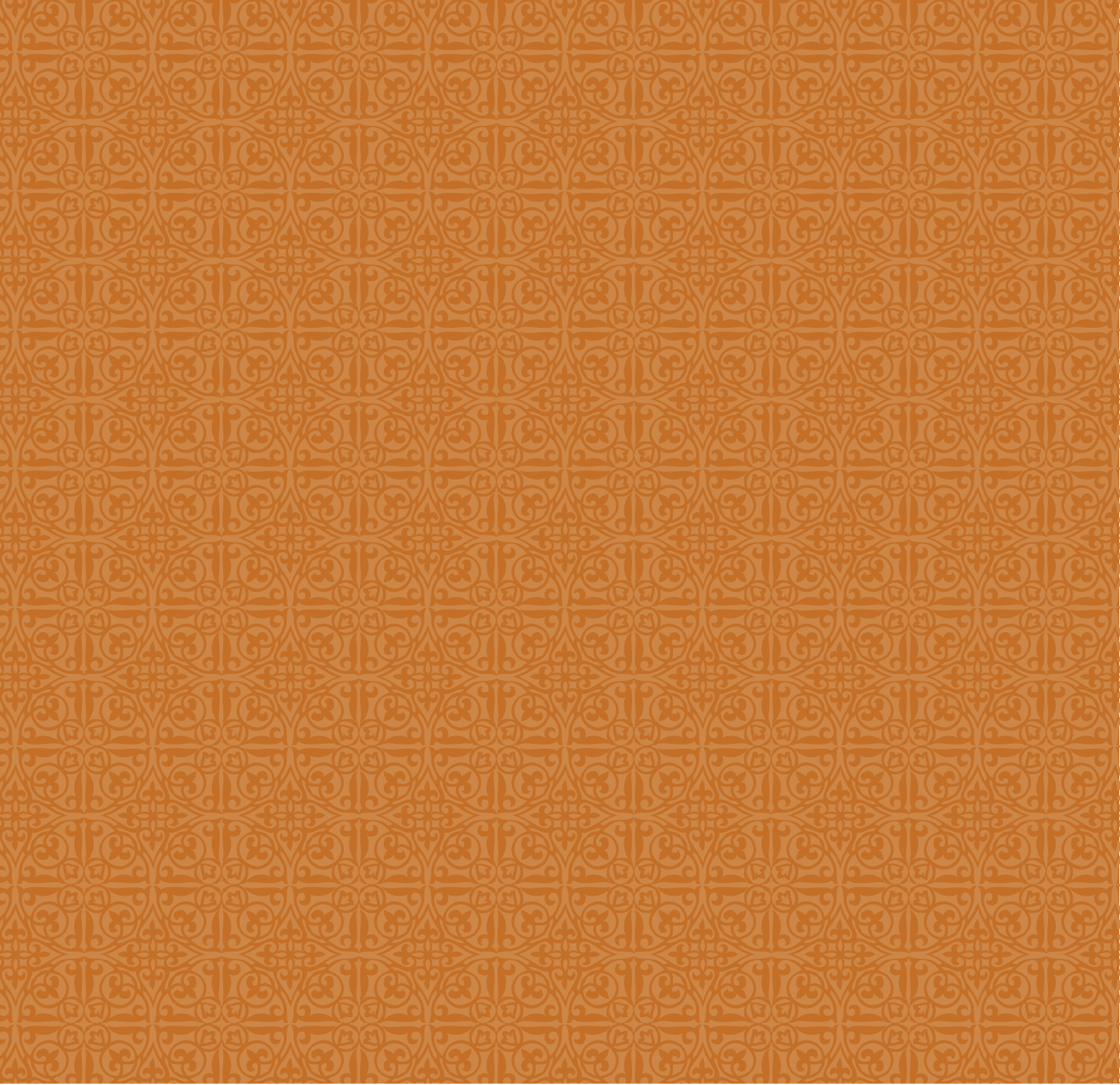
1.1.9. Produto Interno Líquido

O **produto interno líquido** refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, deduzida a depreciação do capital. São sempre as depreciações que explicam as diferenças conceituais entre os valores agregados brutos e os líquidos. Os valores brutos incluem a depreciação do capital e os valores líquidos a excluem.

1.1.10. Poder Econômico

Por **poder econômico** se entende as formas de dominação e influência socialmente exercidas por indivíduos ou grupos possuidores de grandes recursos econômicos. Esse poder é praticado tanto no plano dos mecanismos de mercado (eliminação de concorrentes, controle de fontes de matérias-primas, imposição de preços e produtos ao consumidor) como no plano político, por meio do direcionamento dos negócios do Estado, tendo em vista os interesses de pessoas ou empresas.

O termo aplica-se também a um país ou grupo de países que comumente exerçam um papel de supremacia na economia mundial. Nas condições do neo-capitalismo, o poder econômico está ligado à ação dos monopólios transnacionais ou ao papel do Estado como um dos principais donos dos meios de produção e de serviços, por força de uma política de nacionalizações e intervencionismo.





CAPÍTULO 2

2.1. Introdução

A história do pensamento econômico analisa as teorias no campo da economia, elaboradas por diversos pensadores, desde os primórdios da civilização até os dias de hoje. Embora o filósofo britânico Adam Smith (1723-1790) seja considerado o **pai da economia**, com sua obra **A Riqueza das Nações**, suas idéias foram edificadas sobre um corpo considerável de trabalhos de seus predecessores.

A economia, entretanto, não foi considerada uma área específica do conhecimento até o século XIX. Na Antiguidade, Aristóteles já especulava sobre a arte da aquisição de riqueza e sobre a natureza, privada ou pública, da propriedade. Durante a Idade Média, pensadores, como Thomas de Aquino, discutiam sobre a obrigação moral de se cobrar um justo preço no comércio de mercadorias.

Com o Renascimento, surge a teoria mercantilista. No mercantilismo há a emergência de uma política de comércio preocupada em atender aos interesses nacionais. Tais políticas produzem grandes impactos na circulação de mercadorias e na acumulação de riquezas, abrindo espaço para o surgimento das primeiras indústrias modernas.

É nesse contexto de rápidas transformações sociais, de avanço tecnológico e de grande intercâmbio mundial, inimagináveis até então, é que surge a teoria econômica de Adam Smith. Nesse sentido, pode-se dizer que mudanças econômicas influenciam o desenvolvimento de novas teorias econômicas, bem como novas teorias econômicas influenciam mudanças de políticas econômicas.

A teoria de Smith inaugura a era da economia clássica que tem em Thomas Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill alguns de seus expoentes. Os trabalhos desses pensadores discorreram sobre a natureza dos agentes econômicos, desde a renda da terra à acumulação e distribuição de riqueza no sistema capitalista.

Em meados do século XIX, residindo em bairros miseráveis do maior centro econômico da época, Karl Marx elabora sua teoria econômica que, baseada no conceito de mais-valia, critica duramente o sistema capitalista. Para o autor, a acumulação de riqueza advém da exploração da classe trabalhadora por parte de seus empregadores, redundando em um regime desigual, injusto e alienado.

Em reação ao pensamento marxista e para atender aos interesses de uma nova ordem mundial, baseada no imperialismo econômico, surge uma nova teoria econômica, a

teoria neoclássica. A escola neoclássica procurou erigir, no campo da economia, uma abordagem que fosse positiva, matemática e cientificamente sustentada.

Após as grandes guerras do século XX, toma corpo a teoria keynesiana. Essa teoria combate duramente o liberalismo neoclássico, e advoga a favor de políticas fiscais e intervencionista para estimular a demanda econômica, o crescimento e a prosperidade, em prol de um Estado permanente de bem-estar social, ancorado na concepção do pleno emprego.

A partir da segunda metade do século XX, o mundo torna-se cada vez mais polarizado entre diferentes blocos econômicos. De um lado, os países socialistas, de outro, os países capitalistas desenvolvidos e, de outro ainda, uma gama considerável de países subdesenvolvidos, todos vivendo em ameaça constante de uma guerra termo-nuclear global.

Nesse contexto é que começa a ganhar espaço as tese de Friedrich von Hayek – que faz duras críticas às políticas keynesianas –, e as Milton Friedman – sobre desregulamentação, diminuição do Estado e controle inflacionário como forma de superar as crises inflacionárias decorrente de políticas econômicas mal sucedidas. Com o agravamento do cenário econômico mundial, no início dos anos 70, as idéias de Friedman encontraram um campo fértil para sua disseminação e foi levada a cabo por boa parte dos países que enfrentaram crises econômicas até o momento.

Na primeira década do século XXI, parece haver consenso entre os especialistas de que uma nova ordem econômica está se estabelecendo e, com isso, novos pensamentos estão surgindo no campo da economia. Um bom exemplo disso são os trabalhos da **nova economia** e da **economia da informação**, entre outras.

2.2. Origens do Pensamento Econômico

2.2.1. A Economia da Idade Antiga

A economia na Antiguidade estava baseada principalmente na agricultura de subsistência. As trocas de bens faziam parte das relações sociais da época e eram levadas a cabo principalmente por mercadores que comercializavam bens e serviços em praças públicas, no interior das cidades-estados. Com o desenvolvimento da metalurgia, vieram as grandes civilizações e surgiram também a moeda e o protossistema bancário.

Mesmo nas sociedades primitivas, os homens precisavam organizar-se em sociedade, para defender-se dos inimigos, abrigar-se e produzir comida para sobreviver. A divisão do trabalho daí decorrente permitiu o desenvolvimento da espécie humana em comunidades cada vez maiores e mais bem estruturadas. Na maior parte dos casos, a produção era basicamente para a própria subsistência. Algumas pessoas produziam um pouco mais, permitindo as trocas, o que gerou especialização.

No lar, os homens produziam as ferramentas e utensílios rudimentares para a agricultura, caça, pesca, e os trabalhos com madeira (enxadas, pás, machados, facas, arco, flechas e

outras armas). Com o tempo, surgiram pessoas com habilidade que se especializaram na produção de cada um dos tipos de bens. Alguns trabalhadores mais habilidosos não só aprenderam uma profissão específica, como passaram a reunir aprendizes e ajudantes. A escala de produção ampliou-se, os produtos adquiriram maior qualidade e os custos de produção se reduziram em função do aumento das quantidades produzidas.

Aqueles que produziam armas ou ferramentas específicas tinham pouco tempo para se dedicar à caça, à pesca ou à agricultura: eles precisavam trocar os produtos que fabricavam por alimentos e peles para vestuário. Aos poucos, o trabalho de alguns homens passou a ser suficiente para atender às necessidades de um conjunto cada vez maior de pessoas. As trocas se intensificaram, portanto, entre artesãos, agricultores, caçadores e pescadores.

A economia adquiria maior complexidade à medida que as relações econômicas realizadas em determinadas localidades alcançavam comunidades cada vez mais distantes. As trocas colocavam em contato culturas diferentes, com repercussões locais sobre os hábitos de consumo e a estrutura produtiva.

Mais tarde, com o surgimento dos líderes comunitários, formaram-se as classes dos soldados, dos religiosos, dos trabalhadores e dos negociantes. Com a divisão do trabalho e as especializações, ficou bem nítida a formação dos diferentes agentes econômicos: governantes, consumidores, produtores, comerciantes, banqueiros.

A moeda é a mais antiga representação do dinheiro, muitas vezes empregada como seu sinônimo. Os primeiros registros do uso de moedas datam do século VII a.C., quando já eram cunhadas na Lídia, reino da Ásia Menor e, também, no Peloponeso, no Sul da Grécia.

Na verdade, sua história coincide com a descoberta do uso dos metais e o domínio das técnicas de mineração e fundição. Assim, as moedas de cobre, metal mole e pouco adequado ao manuseio, cederam lugar às duráveis moedas de bronze, feitas a partir de uma liga de cobre com estanho ou zinco. E a elevada valorização do ouro e da prata, por sua raridade e resistência ao desgaste ou à abrasão, atribuiu a esses metais nobres o caráter de base da organização monetária.

O sistema bancário tornou-se importante com o surgimento da moeda, que passou a circular como meio de troca. Na medida em que ela era depositada nos bancos, passou a ser emprestada mediante o pagamento de juros.

A origem dos bancos confunde-se com a própria moeda, sobretudo quando esta começou a ser negociada em cima de bancos de madeira (daí a expressão) nos mercados da Antiguidade. Estudos arqueológicos comprovam a existência de atividades bancárias na Babilônia e na Fenícia.

Tais atividades decorriam das dificuldades de transporte, que faziam com que muitos negociantes confiassem aos “banqueiros” a incumbência de efetuar pagamentos e cobranças em lugares distantes. Na Grécia, os primeiros centros bancários conhecidos (Delfos, Éfeso) estavam ligados aos templos religiosos, que funcionavam como lugares seguros para aqueles que quisessem guardar seus tesouros.

Havia algumas restrições ao desenvolvimento econômico na Antiguidade, particularmente a escravidão e a crença, filosoficamente fundamentada, de que o trabalho era algo pernicioso à evolução da alma. A escravidão surge com o processo de desagregação da primitiva comunidade tribal, quando eram feitos prisioneiros de guerra.

No Egito Antigo, na África Negra e nos impérios orientais, prevaleceu a escravidão doméstica, pois raramente o escravo era empregado em trabalhos produtivos. Foi na Grécia e em Roma que surgiram as primeiras economias escravistas: os escravos eram empregados em trabalhos domésticos, artesanato, mineração, agricultura e navegação.

Na Grécia, que exerceu grande influência no mundo antigo, existiam barreiras legais aos empréstimos a juros, ao comércio e ao emprego do trabalho assalariado. A busca de riqueza era considerada como um mal, tendo em vista que a ambição é um vício. Esse pensamento dificultava o desenvolvimento da economia.

No mundo grego antigo, assim como em Roma, a maior parte da população era composta por escravos, que realizavam todo o trabalho em troca do estritamente necessário para sobreviver em termos de alimentos e vestuário. Os senhores de escravos apropriavam-se de todo o produto excedente às necessidades de consumo dos trabalhadores. A economia era quase exclusivamente agrícola e o meio urbano não passava de uma fortificação com algumas casas, onde residiam os nobres ou chefes militares.

Para os gregos, a economia constituía apenas uma pequena parte da vida da cidade, onde se desenrolava a vida política e filosófica, constituindo segundo eles os verdadeiros valores do homem. Por essa razão, a obtenção de riqueza constituía um objetivo bastante secundário na vida dos cidadãos. Para eles, a questão primordial consistia na discussão acerca da repartição da riqueza entre os homens e não como ela se obtinha.

O grande objetivo do homem era, segundo a filosofia grega, alcançar a felicidade, que se encontrava no seio da família e no convívio no interior da cidade, através da interação entre os cidadãos. A busca da felicidade, no entanto, não devia se restringir ao prazer, porque seria voltar à condição de animal e de escravo. A honra era importante na medida em que mostrava ao homem os verdadeiros valores da vida.

Na cultura helênica, embora o comércio não fosse considerado como uma atividade natural, as trocas não eram condenáveis, pois permitiam a diversificação das necessidades humanas e levavam à especialização dos produtores. Entretanto, como o comércio era uma atividade que não possuía limites naturais e a moeda facilitava as trocas, desenvolveu-se uma classe de comerciantes ricos.

Além disso, essa possibilidade de riqueza fácil corrompia os indivíduos, que passavam a dar prioridade à busca da riqueza em prejuízo da prática das virtudes. Pela lógica grega, tornava-se, portanto, condenável toda prática que levasse à acumulação de moeda, como a existência de trabalho remunerado e a cobrança de juros nos empréstimos.

No pensamento de Platão², o comércio e o crescimento econômico associavam-se com o mal e com a infelicidade dos homens. Para ele, o trabalho era indigno porque retirava do cidadão o tempo que ele precisava para o lazer e a prática das atividades políticas e filosóficas.

Este discípulo de Sócrates³ comenta que os cidadãos que exerciam altos cargos públicos não deviam trabalhar para não poluir a própria alma. Eles precisavam ignorar o dinheiro, desvencilhar-se da propriedade de bens e de esposa, buscando o que necessitavam na comunidade. Uma vez que o trabalho era necessário para a atividade produtiva, ele precisava ser realizado por escravos.

A classe inferior, que trabalhava, podia possuir bens e trocá-los, bem como acumular riquezas, dentro de certos limites, para não se tornarem maus trabalhadores. Platão condenava o empréstimo a juros, pois o ganho provém da moeda acumulada e ela devia ser usada apenas para facilitar as trocas.

Aristóteles⁴ compartilhava da maioria das idéias de seu mestre Platão, mas rejeitou a comunidade de bens por considerá-la injusta, uma vez que não compensava o indivíduo segundo o seu trabalho. Como os indivíduos não são iguais, eles não deviam ter a mesma participação na posse dos bens.

O discípulo de Platão concluía que a comunidade acabava produzindo mais conflitos do que a desigualdade em si. O indivíduo devia preocupar-se, assim, mais com aquilo que lhe pertence e não com a partilha dos bens existentes, pois a comunidade que desestimula a propriedade produz mais pobreza. Por fim, considerava que o trabalho agrícola devia ser reservado aos escravos, ficando os cidadãos livres para exercer a atividade política no interior da cidade.

Com o advento dos grandes impérios, intensificaram-se os fluxos de mercadorias e houve um significativo desenvolvimento das trocas comerciais. Várias cidades-estados floresceram e se estabeleceram como centros econômicos do mundo antigo; Atenas, Esparta, Tebas, Corinto e Roma foram algumas delas.

Embora as cidades estivessem no centro das relações sociais, a maioria dos habitantes vivia no campo, onde cultivavam a terra e criavam gado. As culturas mais importantes eram o trigo, a videira, a oliveira, vários tipos de frutas e vegetais e o linho. Os romanos também melhoraram as técnicas agrícolas, com a introdução do arado-romano, com a construção de moinhos mais eficazes e com o aprimoramento de técnicas de irrigação e adubação.

O império romano foi particularmente importante nesse processo. Sua economia era própria de um império do escravocrata: os escravos executavam todas as atividades produtivas, o que gerava uma riqueza enorme, dado que se tratava de uma mão-de-obra não remunerada. As cidades e as diferentes províncias eram conectadas por estradas e portos, que permitiam a existência de uma rede de comunicações propícia ao desenvolvimento do comércio.

Roma surgiu em torno de 750 a.C. e, entre 260 e 146 a.C., conquistou a atual Itália ao vencer sua rival Cartago (reino da África do Norte, que criou colônias na Itália e Espanha). Posteriormente (séculos I e II), ela transformou a Grécia em uma província romana e conquistou sucessivamente a Ásia Menor, a Judéia, a Síria, a Espanha e a Gália. Este foi o primeiro império.

O segundo império romano estendeu-se entre os séculos III e V da era cristã. As artes se desenvolveram desde o primeiro império e as cidades se organizavam em torno de um centro político, o fórum. Em volta do fórum, ficavam os mercados, os templos, os banhos públicos e os teatros. O abastecimento urbano de água era feito por aquedutos, que eram estruturas aéreas sustentadas por grandes pilares. As águas desciam das fontes pelos aquedutos e abasteciam as termas, os edifícios públicos e os domicílios.

Com a fundação de Constantinopla, em 330, e a transferência da corte romana para essa cidade, Roma entrou em decadência. Houve uma substancial redução dos gastos públicos e da massa salarial da cidade. O comércio foi enfraquecido, assim como as atividades econômicas, parte das quais havia mudado para a nova capital. O império do oriente era uma potência industrial, enquanto o império do ocidente definhava em termos econômicos. As rotas comerciais que levavam a Roma foram abandonadas e as invasões dos bárbaros ajudaram a afundar o império romano ocidental.

Com o declínio do império romano, houve considerável diminuição do afluxo de mercadorias. Os grandes centros tornaram-se palco de violentas invasões e foram, paulatinamente, abandonados, o que fez surgir outro tipo de sociedade em uma nova era, a medieval.

2.2.2. A Economia da Idade Média

Logo após a queda do império romano, houve diminuição considerável do fluxo de capitais que circulava na Europa. Mas, apesar de um acentuado processo de ruralização, o dinheiro continuou a ser usado em boa parte do continente. Durante um longo período, o comércio marítimo foi interrompido devido à ação predatória de bárbaros, principalmente de vândalos⁵ e viquingues⁶.

Considera-se como Idade Média o período entre o desaparecimento do império romano do ocidente, no ano de 476, e a queda de Constantinopla, tomada pelos turcos em 1453. Esse período caracterizou-se particularmente pela pulverização política dos territórios e por uma sociedade agrícola, dividida entre uma classe nobre e uma classe servil, que se sujeitava à primeira.

A economia conheceu um grande retrocesso, principalmente entre os séculos V e XI. As trocas passaram a se realizar em nível local, entre o senhor e os servos; as antigas estradas romanas deixaram de ser conservadas e tornaram-se intransitáveis. As trocas restringiram-se ao nível regional, entre as cidades e suas áreas agrícolas.

Na base do sistema feudal estava o servo, que trabalhava nas terras de um senhor, o qual devia lealdade a um mais poderoso, que, por sua vez, submetia-se a outro senhor, até chegar ao rei. O servo não era livre, pois estava ligado à terra e ao seu senhor, mas ele não constituía sua propriedade, como o escravo.

Os senhores davam a terra a seus vassalos para serem cultivadas, em troca de pagamentos em dinheiro, alimentos, trabalho e lealdade militar. Como retribuição a essa lealdade, o senhor concedia proteção militar a seu vassalo.

Nessa época, a igreja católica era a instituição mais poderosa e influente da sociedade medieval. Seu pensador mais expressivo no campo econômico foi Thomas de Aquino⁷. Filósofo e teólogo italiano, ele foi um dos primeiros a teorizar sobre assuntos econômicos. Lecionou em Colônia e em Paris e foi o representante mais significativo da escolástica, doutrina medieval baseada nas idéias de Aristóteles.

Sua principal obra foi **A Suma Teológica**, na qual elabora o conceito do **justo preço**. Esse conceito consistia na concepção de que o principal componente para fixação dos preços pagos pelos diversos produtos deveria ser de caráter moral, e não determinada pelas forças de mercado, pois isso poderia significar enormes abusos e maiores lucros para os mercadores, numa época em que o comércio começava a se restabelecer.

A propriedade privada era permitida, desde que fosse usada com moderação, resultando desse fato a tolerância pela desigualdade. Havia uma idéia de moderação na conduta humana, o que levava às concepções de justiça nas trocas e, portanto, de justo preço e justo salário.

Nenhum vendedor de um produto ou serviço poderia tirar proveito da situação e ganhar acima do valor considerado normal ou justo. O justo preço é aquele bastante baixo para permitir ao consumidor comprar (ponto de vista econômico) sem extorsão, e suficientemente elevado para ter o vendedor interesse em vender e poder viver de maneira decente (ponto de vista moral).

O justo salário é aquele que permite ao trabalhador e sua família viver de acordo com os costumes de sua classe e de sua região. Essas noções de justiça na fixação de preços e salários implicavam também a idéia de justiça na determinação do lucro. Em outras palavras, o justo lucro resultava da justiça nas trocas: ele não devia permitir ao artesão enriquecer.

Havia, portanto, julgamentos de valor na conduta econômica, ou seja, a filosofia e a teologia dominavam o pensamento econômico e só mais tarde que o racionalismo e o positivismo tomaram conta do pensamento econômico. O empréstimo a juros era condenado pela Igreja, idéia que vem de Platão e Aristóteles, pois contrariava a idéia de justiça nas trocas: o capital reembolsado seria maior do que o capital emprestado.

Por não serem cristãos, os judeus recebiam permissão para emprestar a juro, razão pela qual se explica a sua predominância no setor financeiro, em muitos países. A partir de 1400, no entanto, as exceções ampliaram-se com o crescimento das atividades manufatureiras e do próprio comércio na era mercantilista.

Por volta do ano 800, as rotas comerciais foram parcialmente retomadas e isso se deveu por duas razões: a primeira, os árabes haviam conquistado todo o sul do Mar Mediterrâneo, incluindo parte dos atuais territórios da Espanha, do Sul da Itália e da Sicília; a segunda, o sacro império romano-germânico expandira suas fronteiras para além dos atuais territórios da França e Alemanha, incluindo a região dos Balcãs e o norte da Itália.

Essa configuração trouxe uma relativa estabilidade para a região. Com isso, entre os anos 800 e 1000, as cidades do Mediterrâneo (algumas portuárias) voltaram a crescer, em especial, Gênova, Toulouse, e o porto de Veneza tornou-se cada vez mais poderoso.

Durante a alta Idade Média, as cruzadas ajudaram a incrementar o comércio ao longo do Mediterrâneo. Por um lado, elas precisavam ser financiadas, o que levou os reis da França e da Inglaterra a criar novo tipo de imposto em dinheiro, recuperando o caráter monetário da economia europeia. Por outro, cruzados europeus que estiveram no Mediterrâneo oriental encontraram mercadores árabes e trouxeram novas mercadorias para serem comercializadas na Europa. Com isso, os mercados e as feiras tornaram-se cada vez mais importantes.

O comércio portuário no norte da Europa também sofre expansão, nesse período. Um grupo de portos situados ao longo do Mar Báltico, na Inglaterra, na Suécia, na Holanda e na Rússia, formou gradualmente uma liga denominada Liga Hanseática⁸, que organizou todo comércio marítimo dessa área, entre o século XII e o século XVII.

Por volta do ano de 1350, a praga⁹ dizimou um terço da população europeia e a já enfraquecida relação entre camponeses e senhores feudais tornou-se ainda mais tênue. Uma grande quantidade daqueles cujas famílias haviam morrido no campo transferira-se para as cidades. As feiras e os mercados passaram a dar espaços para lojas regulares. Ao mesmo tempo, os impostos eram cobrados, cada vez mais, na forma de dinheiro e não em mercadorias, obrigando uma parcela da população a comercializar parte de sua colheita, para obter dinheiro para pagar seus tributos.

Não tardou para que ressurgisse uma economia monetária de base mercantil e um sistema bancário. Esse era o cenário para o que, historicamente, viria a ser conhecido como Renascimento.

2.2.3. O Mercantilismo

As origens da doutrina econômica denominada de mercantilismo são encontradas no Renascimento¹⁰ e nas grandes navegações. O Renascimento foi um movimento cultural que afetou profundamente a vida intelectual europeia no início da era moderna. Começou na Itália e se espalhou pelo resto do continente, por volta do séc. XIV. Sua influência foi sentida na literatura, filosofia, arte, política, ciência, religião e outros aspectos da manifestação intelectual.

Os pensadores renascentistas buscaram suas referências nos textos clássicos, principalmente os de origem latina e grega, vasculhando as bibliotecas dos mosteiros europeus, a procura de textos antigos que haviam sido esquecidos durante o período medieval.

Esse feito despertou-lhes um desejo de aprofundar os conhecimentos sobre a realidade de sua época, algo bem diferente da espiritualidade transcendental, característica do cristianismo medieval. Os pensadores da época não rejeitaram o cristianismo, muito pelo contrário: o que houve foi uma mudança de postura com relação à religião, que se refletiu em outros aspectos da vida intelectual.

Pensadores como Niccolò Machiavelli¹¹ procuraram descrever a vida política da época de forma racional e realística. Além disso, ao estudar obras clássicas, escritas em grego e latim, passaram a traduzi-las para a língua local. Isto, combinado com a recente invenção de Johannes Gutenberg¹², permitiu a popularização desses livros, em especial, da bíblia.

Foi justamente a tradução da bíblia, do latim para o alemão, a base de um dos movimentos mais importantes da época – a Reforma, iniciada por Martinho Lutero¹³. Esse teólogo foi o autor de uma das primeiras traduções da bíblia para o alemão, algo que, até então, não era permitido pela Igreja Católica, sem especial autorização eclesiástica. Lutero não foi o primeiro tradutor da bíblia para o alemão (pois já havia traduções mais antigas), mas sua versão suplantou as anteriores. Além da qualidade da tradução, a bíblia em alemão foi amplamente divulgada por meio da imprensa, desenvolvida por Gutenberg em 1453.

Já a reforma de João Calvino¹⁴, exaltando o individualismo, a atividade econômica e o êxito material, deu grande impulso à economia. Enriquecer não constituía mais um pecado, desde que a riqueza fosse obtida honestamente e pelo trabalho.

A cobrança de juros e a obtenção de lucro passaram a ser permitidas. Entre os protestantes, o verdadeiro pecado veio a ser a ociosidade, uma vez que a mente desocupada passa a se ocupar do mal. Como a leitura da bíblia tornou-se fundamental no culto, incentivou-se a alfabetização e a educação, o que repercutiu na melhoria da produtividade do trabalho e no desenvolvimento econômico.

No início da era mercantilista, ocorreu uma transformação política na Europa, com o enfraquecimento dos feudos e a centralização da política nacional. Aos poucos, foi se formando uma economia nacional relativamente integrada, com um Estado centralizado e forte, dirigindo as forças materiais e humanas e constituindo um organismo econômico vivo. O governo central passou a criar universidades e a realizar grandes empreendimentos, como as navegações, que contribuíram para abrir as mentes das pessoas.

As grandes navegações foram iniciadas por Portugal e Espanha no século XV. Esses países buscavam uma nova rota para o oriente, pois eram obrigados a pagar altos preços pelos produtos importados da Ásia através das cidades italianas, que monopolizavam o comércio através do mar Mediterrâneo, até serem barradas pelos turcos em 1453, quando estes tomaram Constantinopla.

Essa busca foi facilitada pelo progresso do conhecimento geográfico: o uso de instrumentos de navegação, como a bússola e o astrolábio, e das caravelas, embarcações de grande tonelagem e notável desempenho, desenvolvidas em Portugal. Em meados do século XV, os portugueses descobriram e colonizaram as ilhas da Madeira e dos Açores, e exploraram a costa africana até a Guiné. Em 1497, Vasco da Gama¹⁵ contornou a extremidade sul da África, chegando, no ano seguinte, à Índia.

Na mesma época, o genovês Cristóvão Colombo¹⁶, a serviço da Espanha, chegava ao continente americano (1492), seguido por outros navegantes e conquistadores, como Cortez¹⁷ e Pizarro¹⁸. Resultou daí a fundação de um vasto império colonial

espanhol, que incluía a atual porção sudoeste dos Estados Unidos, a Flórida, o México, as Antilhas, a América Central e toda a América do Sul, com exceção do Brasil, descoberto pelos portugueses em 1500.

Seguiram-se as viagens de inglesas e francesas: as de Giovanni e seu filho, Sebastiano Caboto¹⁹, entre 1497 e 1498, deram base às pretensões inglesas na América do Norte, reforçadas em 1607, com a colonização da Virgínia; as de Cartier²⁰ asseguraram aos franceses o Canadá oriental, no início do século XVII; e, cem anos depois, Joliet e o padre Marquette²¹, bem como La Salle²² permitiram à França estabelecer-se no vale do Mississípi e na região dos Grandes Lagos.

Os holandeses, ao se libertarem do domínio espanhol, lançaram-se também à conquista de terras e, embora tivessem de entregar aos ingleses sua colônia de Nova Holanda, na região do rio Hudson, mantiveram suas possessões de Málaca e de Molucas, além de portos da Índia e da África, tomados aos portugueses no começo do século XVII.

O comércio, que até os descobrimentos se limitara ao Mediterrâneo, assumiu pela primeira vez proporções mundiais e oceânicas. Seu eixo deslocava-se nitidamente do oriente, terra de sonhos e luxos, para um ocidente mais prático e imediatista. O monopólio do tráfico oriental mantido pelas cidades italianas foi eliminado, e os portos de Lisboa, Bordeaux, Liverpool, Bristol, Londres, Bordéus e Amsterdã ocuparam o primeiro plano, impulsionados, no plano internacional, pelas descobertas marítimas e pelo afluxo de metais preciosos para a Europa.

Com a descoberta e o crescente consumo dos produtos tropicais americanos e africanos, como tabaco, chocolate, melão e marfim, ocorreu um aumento considerável no volume do comércio. Mas o resultado mais importante dos descobrimentos foi a expansão do suprimento de metais preciosos. É esse o contexto em que o pensamento econômico elabora o mercantilismo.

Até então, a idéia mercantilista dominante era a de que a riqueza de um país media-se pelo afluxo de metais preciosos. Ao conjunto dessas idéias deu-se o nome de metalismo. Esse sistema monetário tem como moeda-padrão algum metal precioso, sobretudo ouro e prata, com valor de troca fixo entre o metal e o dinheiro, além de cunhagem livre e ilimitada. O objetivo era evitar ao máximo as flutuações no valor da moeda.

Quando a moeda padrão é apenas um metal, sistema que foi adotado pela Grã-Bretanha em 1816, com o nome de padrão-ouro, dá-se o nome de monometalismo. No caso de dois metais serem utilizados como padrão, fala-se em bimetalismo, sistema amplamente utilizado no decorrer do século XIX.

Na prática, esse sistema apresentava uma grande dificuldade: com a desvalorização de um metal em relação ao outro, desequilibrava-se o valor da troca entre eles e em relação à moeda. Tal como ocorreu entre 1561 e 1582, na Andaluzia, Espanha, cujo afluxo excessivo de ouro e prata provocou inflação²³ a taxa de 20% ao ano. Por isso, o padrão-ouro passou a ser utilizado na maioria dos países.

O mercantilismo pode ser definido como uma doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (séculos XVI a XVIII), marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais. Defende o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado, por meio de um comércio exterior de caráter protecionista.

Alguns princípios básicos do mercantilismo são:

- O Estado deve incrementar o bem-estar nacional, ainda que em detrimento de seus vizinhos e colônias.
- A riqueza da economia nacional depende do aumento da população e do incremento do volume de metais preciosos no país.
- O comércio exterior deve ser estimulado, pois é por meio de uma balança comercial favorável que se aumenta o estoque de metais preciosos.
- O comércio e a indústria são mais importantes para a economia nacional que a agricultura; essa concepção levava a um intenso protecionismo estatal e a uma ampla intervenção do Estado na economia; uma forte autoridade central era tida como essencial para a expansão de mercados e para a proteção dos interesses comerciais.

O mercantilismo era constituído de um conjunto de concepções desenvolvidas na prática por ministros, administradores e comerciantes, com objetivos não só econômicos como também político-estratégicos. Sua aplicação variava conforme a situação do país, seus recursos e o modelo de governo vigente.

Na Holanda, o poder do Estado era subordinado às necessidades do comércio, enquanto na Inglaterra e na França a iniciativa econômica estatal constituía o outro braço das intenções militares do Estado, geralmente agressivas em relação a seus vizinhos. O mercantilismo inglês foi reforçado pelo Ato de Navegação de 1651²⁴.

Os mercantilistas, limitando sua análise ao âmbito da circulação de bens, aprofundaram o conhecimento de questões, como as da balança comercial, das taxas de câmbio e dos movimentos de dinheiro. Com a idéia de garantir afluxos significativos de ouro e prata para os seus países, os mercantilistas sugeriam que se aumentassem as exportações e que se controlassem as importações. Entre os principais autores mercantilistas, podem ser citados:

- Malestroit²⁵ (**Paradoxos sobre a Moeda**, 1566) – segundo ele, o aumento do estoque de metais preciosos não provocava inflação;
- Jean Bodin²⁶ (**Resposta aos Paradoxos do Sr. Malestroit**, 1568) – para ele, maior quantidade de moeda gerava aumento do nível geral de preços;
- Ortiz²⁷ (**Relatório ao Rei para impedir a Saída de Ouro**, 1588) – ele afirmava que quanto mais ouro o país acumulasse, tanto mais rico ele seria;

- Montchrétien²⁸ (**Tratado de Economia Política**, 1615) – ele ensinava que o ouro e a prata suprem as necessidades dos homens, sendo o ouro muitas vezes mais poderoso do que o ferro;
- Locke²⁹ (**Conseqüências da Redução da Taxa de Juro e da Elevação do Valor da Moeda**, Londres, 1692) – argumentava que os metais preciosos precisavam permanecer no país;
- Thomas Mun³⁰ (**Discurso sobre o Comércio da Inglaterra com as Índias Orientais**, 1621) – através dessa obra, Mun exerceu grande influência sobre o colonialismo inglês.

Na França, o mercantilismo manifestou-se pelo colbertismo, ideias derivadas de Jean Baptiste Colbert³¹, segundo as quais as disponibilidades de metais preciosos poderiam aumentar pelas exportações e pelo desenvolvimento das manufaturas.

Colbert foi Ministro das Finanças de Louis XIV e chegou a controlar toda a administração pública. Protegeu a indústria e o comércio: trouxe para a França importantes artesãos estrangeiros, criou fábricas estatais, reorganizou as finanças públicas e a justiça, criou empresas de navegação e fundou a Academia de Ciências e o Observatório Nacional, da França.

Com a proteção à indústria, as exportações seriam mais regulares e com maior valor. Com esse objetivo, os salários e os juros passaram a ser controlados pelo Estado, a fim de não elevar os custos de produção e poder assegurar vantagens competitivas no mercado internacional. O colbertismo implicava na intervenção do Estado em todos os domínios e caracterizava-se pelo protecionismo, ou seja, pela adoção de medidas por parte do governo para proteger as empresas nacionais contra a concorrência estrangeira.

Outro importante autor francês que se afastou do pensamento mercantilista foi Richard Cantillon³² (**Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral**, 1730). Cantillon viu no trabalho e na terra os principais fatores da formação da riqueza nacional. A moeda ingressa no país, segundo ele, pelo fato do valor das exportações ser maior do que o valor das importações. Contudo, um excesso de moeda eleva os preços internamente, o que provoca o encarecimento das exportações e o barateamento das importações, gerando, posteriormente, déficit na balança comercial e a saída de ouro e prata do país.

Na Espanha, o mercantilismo não teve esse caráter desenvolvimentista da França, mas foi mais puro em sua essência, ou seja, a preocupação central era simplesmente obter o ingresso no país de metais preciosos, seja pelo comércio internacional (maximização das exportações e controle de importações), seja pela exploração de minas nas colônias. A preocupação central do governo era financiar a pesquisa e a exploração de ouro e prata na América espanhola.

Assim, com o objetivo de maximizar o saldo comercial e o afluxo de metais preciosos, as metrópoles estabeleceram um pacto colonial com suas colônias. Por meio desse pacto, todas as importações da colônia passaram a ser provenientes de sua metrópole, assim como todas as suas exportações seriam destinadas a ela, exclusivamente. A metrópole

monopolizava também o transporte dessas mercadorias. Para maximizar os ganhos, ela fixava os preços de seus produtos em níveis mais altos possíveis; inversamente, a fixação dos preços de suas importações eram os mais baixos.

O principal defeito do mercantilismo foi ter atribuído valor excessivo aos metais preciosos na concepção de riqueza. Sua contribuição, contudo, foi decisiva para estender as relações comerciais do âmbito regional para a esfera internacional. Ele constituiu uma fase de transição entre o feudalismo e o capitalismo moderno. Com o comércio, formaram-se os grandes capitais financeiros que, de certa forma, financiaram a revolução tecnológica, precursora do capitalismo industrial.

O sistema mercantilista não favoreceu a agricultura, como poderia ter ocorrido, na medida em que todos os países procuram importar o mínimo possível, mesmo quando havia escassez de alimentos, ou quando se necessitava de matérias-primas para a indústria nascente. Isso ocorreu na França, pois Colbert cobrava impostos de importação relativamente altos para a importação de carvão coque para a fundição de metais.

Naquela época, como nos países em desenvolvimento dos dias atuais, a agricultura constituía praticamente todo o produto nacional. Inicialmente, os campos eram cultivados uma vez por ano, com baixa produtividade. Posteriormente, as lavouras passaram a ser divididas em duas partes, ficando uma em descanso para recuperar fertilidade.

Mais tarde, o sistema agrícola passou a ser de três campos, o que resultou em aumento substancial da produção agrícola por área cultivada. A mudança do sistema agrícola, aliada a um período de aquecimento global, fez com que a população européia duplicasse entre os anos 1000 e 1300³³. O número de cidades aumentou, assim como sua população. Com o mercantilismo, as trocas de novos produtos intensificaram-se entre os países europeus, asiáticos e árabes. Desenvolveu-se o sistema manufatureiro doméstico, artesanal, dando nascimento à indústria capitalista.

O mercador-capitalista fornecia, inicialmente, ao artesão a matéria-prima, para que transformasse em produto a ser comercializado. Posteriormente, o mercador-capitalista passou a fornecer as máquinas, as ferramentas e, às vezes, o prédio onde os bens seriam produzidos. Finalmente, em vez de comprar dos diferentes artesãos os produtos que vendia no mercado, ele acabou contratando também os trabalhadores necessários à produção, passando a reuni-los em um mesmo local, originando a fábrica.

A formação de grandes capitais, a expansão dos mercados e o surgimento do trabalho assalariado deram nascimento ao sistema capitalista. No mercantilismo, a ética paternalista cristã, católica, ao condenar a aquisição de bens materiais, entrava em conflito com os interesses dos mercadores-capitalistas. Aos poucos, o Estado nacional passou a ocupar o lugar da Igreja na função de supervisionar o bem-estar da coletividade.

Os governos tornaram-se, gradativamente, influenciados pelo pensamento mercantilista. Leis paternalistas, como as Leis dos Pobres³⁴, deram lugar a leis que

beneficiavam os interesses dos mercantilistas e do capitalismo nascente, como a Lei do Cercamento das Terras (*Enclosures*)³⁵, e as leis que davam incentivos à indústria ou criavam barreiras às importações.

A idéia central do mercantilismo de que o acúmulo de metais preciosos era sinônimo de riqueza foi muito criticada pelos economistas das escolas fisiocrática e clássica. A moeda passou a ter um fim em si mesmo, e não um meio de troca. A produção foi relegada a um plano secundário.

A valorização dos metais preciosos como moeda trouxe, no entanto, segurança nos pagamentos internacionais. De outra parte, o aumento do estoque de metais preciosos, ou seja, de moeda, reduzia as taxas de juro, o que estimulava os investimentos, a produção e o emprego, contribuindo para o surgimento do modo de produção capitalista.

Por fim, calcula-se que o total do ouro e da prata em circulação na Europa por volta de 1600 havia quintuplicado desde quando Colombo descobriu a América. Essa inflação de metais preciosos provocou violenta alta de preços, beneficiando os comerciantes e prejudicando a nobreza fundiária³⁶, sujeita a rendas fixas.

Os metais preciosos vinham da pilhagem dos tesouros provenientes das civilizações incas³⁷ e astecas³⁸ e, principalmente, das minas do México, do Peru e da Bolívia. Nenhuma outra causa influiu tão decisivamente no desenvolvimento da economia capitalista como esse descomunal aumento das reservas de metal precioso na Europa.

A acumulação de riquezas para investimento futuro é uma característica essencial do capitalismo, e os homens da época dispunham, então, de riqueza sob uma forma que podia ser convenientemente armazenada para uso subsequente.

2.2.4. As Origens do Capitalismo

Na Idade Média, a cobrança de juros constituía um problema ético, sendo considerada usura, não importando o valor da taxa cobrada. A expansão do comércio mundial e o crescimento dos excedentes de capitais, sem aplicação em alguns segmentos da sociedade ao mesmo tempo em que havia carência de recursos em outros setores, levou a Igreja a fazer concessões, passando a proibir os empréstimos a juros somente para o consumo pessoal.

Os habitantes dos burgos e cidades portuárias eram conhecidos como burgueses, por se dedicar ao artesanato e ao comércio. Aos poucos, eles passaram a fazer parte de uma nova classe social, distinta da nobreza e dos agricultores. A partir do século XIII, sobretudo em alguns portos do norte da Itália e do mar do Norte, os burgueses se enriqueceram, criando bancos e dedicando-se ao comércio em maior escala, primeiro na própria Europa e depois no resto do mundo.

Em vez de apenas comprar os produtos dos artesãos para revendê-los, os burgueses também passaram a criar manufaturas e a contratar artesãos para produzi-las,

substituindo o antigo vínculo de servidão feudal pelo contrato salarial. Aumentaram as oportunidades de trabalho, o volume de dinheiro e o mercado de consumo, tornando-se necessárias a ampliação e a proliferação das manufaturas.

O capital comercial antecedeu o modo de produção capitalista propriamente dito. As trocas consistiam o modo de produção característico da Antiguidade e da Idade Média. O sucesso de um comerciante media-se pelo lucro absoluto, que retirava de seu negócio e pela taxa de lucro.

O lucro absoluto seria dado pela diferença entre o valor das vendas (receita total) e o valor das compras e de outras despesas (custo total). A taxa de lucro corresponderia à razão entre o lucro obtido e a quantidade inicial de dinheiro.

Uma vez que, no capitalismo comercial, o capital era constituído pelas mercadorias a serem vendidas e pelos gastos necessários para essa atividade (como o pagamento de salários aos empregados), o capital se reproduzia na forma de dinheiro, que se transformava em mercadoria que, depois de comercializada, gerava uma quantidade maior de dinheiro.

Com o desenvolvimento das trocas e o surgimento do sistema bancário, o capital mercantilista passou a assumir também a forma de capital financeiro, e o dinheiro ampliou a sua função de capital mercantil (usado na aquisição de mercadorias) para exercer uma função financeira.

Além disso, a formação dos Estados Nacionais, a Reforma³⁹, a Revolução Puritana⁴⁰ e a Revolução Francesa⁴¹ foram marcos de peso na luta da burguesia⁴² para a conquista do poder político, até então sob o controle da nobreza, durante a Idade Média.

A Reforma Calvinista do século XVI, por exemplo, justificou teologicamente a cobrança de juros, porque constituía uma renúncia a um investimento lucrativo, enquanto o tomador do empréstimo poderia obter lucros com os capitais emprestados. Logo, quem emprestasse o seu dinheiro também poderia participar desses lucros, mediante o recebimento de juros.

Isso fez com que o capital mercantil em excesso se reciclasse, pois passou a ser utilizado no empréstimo a reis e a grandes empreendedores, a fim de financiar os seus gastos, como no caso das grandes navegações. Os lucros obtidos pelo capital financeiro dependiam, como ainda hoje, da taxa de juros a que eram emprestados, do volume de dinheiro emprestado e do tempo em que ele ficasse de posse do tomador do empréstimo.

O capitalismo propriamente dito somente emergiu na Europa no século XVI, com o desenvolvimento da produção manufatureira, na esfera produtiva. Este foi o capitalismo manufatureiro, fase intermediária entre o artesanato e as grandes corporações industriais.

O capitalismo manufatureiro começou no momento em que determinados burgueses e artesãos romperam com as limitações das corporações de ofício e passaram a contratar trabalhadores assalariados diretamente para a indústria doméstica incipiente. As tarefas do capitalista manufatureiro se limitavam a alugar prédios, comprar matérias-primas, supervisionar a produção e os trabalhadores e a vender os produtos acabados no mercado.

As corporações de ofício eram associações de pessoas e artesãos que exerciam uma mesma profissão e se dividiam em mestres, companheiros e aprendizes. Os artesãos mantinham no interior da corporação os segredos de seu ofício e foram suprimidas na França, em 1791, pela Revolução Francesa, por entravarem o desenvolvimento econômico.

O capitalismo aperfeiçoou-se quando os empreendedores passaram a utilizar ferramentas e máquinas cada vez mais eficientes, o que elevou a produtividade do trabalho e a taxa de lucro. Com o tempo, novos capitais ficaram disponíveis.

Com a redução da taxa de juro dos empréstimos, os investimentos nas indústrias e nos transportes cresceram, favorecendo a atividade manufatureira. A invenção da máquina a vapor, o aperfeiçoamento de novas máquinas de fiar e tecer e o surgimento das ferrovias constituíram inovações tecnológicas que expandiram a atividade produtiva em nível mundial.

Esse processo de crescimento e continuidade a atividade produtiva é conhecido como Revolução Industrial, com a mecanização das fábricas. No século XIX, o capitalismo apresentava-se definitivamente estruturado, com os industriais e os banqueiros centralizando as decisões econômicas e políticas, e os comerciantes atuando como seus intermediários.

A Revolução Industrial iniciou-se na Inglaterra, com base na expansão colonial e mercantil britânica, que forneceram capitais e matérias-primas para a nascente atividade manufatureira. Entre 1700 e 1750, a produção industrial inglesa destinada ao mercado doméstico cresceu 7%, enquanto os produtos de exportação aumentaram em 76%. As colônias eram espaços comerciais exclusivos da metrópole, constituindo mercado consumidor em crescente expansão e aspecto decisivo para viabilização da produção em larga escala, a custos menores que os da produção artesanal.

A Revolução Industrial inglesa foi precedida por uma verdadeira revolução na agricultura⁴³ e nos transportes. A revolução agrícola caracterizou-se pela introdução da lei de terras, pelas práticas de drenagem de solos alagados e de irrigação em solos secos, pelo uso de fertilizantes e o cultivo de pastagens e forragens para alimentar o gado no inverno.

A revolução dos transportes se deveu à construção de canais navegáveis no interior da Inglaterra, à introdução da navegação a vapor e à construção das ferrovias. Com isso, reduziram-se os custos dos transportes, aumentando o alcance espacial dos bens e produtos, que passaram a ser vendidos nos mais distantes territórios. Com a industrialização dos grandes centros e a absorção de grandes contingentes de trabalhadores, os salários subiram relativamente mais do que os preços.

Os custos das empresas se elevaram e a taxa de lucro se reduziu. As empresas menos eficientes (com custos mais altos) acabaram sendo compradas por empresas mais eficientes, ou simplesmente encerraram as suas atividades. Em muitos ramos

industriais, o número de empresas reduziu-se substancialmente, gerando oligopólios (poucas empresas) ou monopólios (apenas uma empresa dentro da indústria para produzir e atender o mercado).

Desse modo, com a concentração de capitais na forma de grandes empresas e conglomerados industriais, o capitalismo industrial transformou-se em capitalismo monopolista. Pelos ganhos de escala e redução de custos, as grandes empresas conseguiram afastar os competidores, restando poucos produtores no mercado ou, às vezes, apenas um produtor.

O acréscimo da produção de artigos de consumo refletiu-se, numa segunda fase, no aumento da produção de novas máquinas, o que acarretou a considerável expansão da siderurgia e o aperfeiçoamento dos processos de fundição, que, por sua vez, aceleraram o crescimento da atividade extrativa do carvão. Mas foi a aplicação industrial das máquinas a vapor que inaugurou a fase decisiva da Revolução Industrial. A produção mecanizada, até então ligada ao uso de energia hidráulica, libertou a indústria da necessidade de ficar sempre próxima aos rios.

As fábricas migraram, então, para perto das áreas produtoras de matérias-primas, e o emprego das máquinas a vapor nos meios de transporte (locomotiva e navios), a partir de 1830, interligou os centros industriais aos mercados consumidores e facilitou o acesso rápido e eficiente às fontes de recursos naturais. Paralelamente, a indústria mobilizava as mais recentes conquistas em todos os ramos do conhecimento científico. Assim, os progressos no campo da eletricidade conduziram à melhoria dos meios de comunicação, com a invenção do telégrafo e do cabo submarino.

O desenvolvimento técnico na indústria foi acompanhado de profundas transformações na agricultura. A regularidade da alimentação aliou-se à melhoria das condições sanitárias e de saúde, contribuindo para o crescimento demográfico. A população da Grã-Bretanha, por exemplo, passou de 7 milhões para 20 milhões entre 1750 e 1850, o que ampliou a oferta de mão-de-obra e o mercado consumidor.

O desenvolvimento da indústria refletiu-se imediatamente na vida financeira, sobretudo na Inglaterra, onde, a partir de 1850, surgiram grandes bancos e estabelecimentos de crédito. A circulação monetária ampliou-se, mobilizando os metais preciosos procedentes das minas da Austrália e da Califórnia, e nos centros distribuidores foram instalados os primeiros grandes estabelecimentos comerciais.

Enquanto isso, o desenvolvimento da produção mecanizada estendeu-se a outros países da Europa: na França, a industrialização iniciou-se durante o império napoleônico (1804-1815); na Alemanha, ocorreu depois de 1840 e intensificou-se após a unificação nacional (1870). Nos Estados Unidos, a Revolução Industrial acelerou-se depois da Guerra de Secessão (1861-1865) e da conquista do oeste, o que ampliou o mercado consumidor e a oferta de grande quantidade de matérias-primas.

Apesar dessas profundas transformações econômico-sociais, a Revolução Industrial representou um processo contraditório. Ao lado da elevação da produtividade e do desenvolvimento da divisão social do trabalho, manifestou-se a miséria de milhares de trabalhadores desempregados e de homens, mulheres e crianças obrigadas a trabalhar até dezesseis horas por dia, privados de direitos políticos e sociais.

A situação da classe operária levou à formação dos primeiros sindicatos, à elaboração do pensamento socialista e à irrupção de inúmeros movimentos, levantes e revoltas de trabalhadores, que marcaram toda a vida européia ao longo do século XIX.

No plano político, no entanto, esse mesmo período viu a aristocracia de base agrária ser substituída, na direção dos negócios do Estado, pela burguesia industrial e financeira. Ausente do processo produtivo, o Estado orientava-se segundo os princípios do liberalismo político e econômico, cabendo-lhe fundamentalmente a defesa da ordem capitalista e da livre concorrência. O capitalismo firmava-se como o sistema econômico predominante dessa nova era, evidenciada pela propriedade privada dos meios de produção e pela liberdade de iniciativa dos próprios cidadãos.

O capitalismo, tal qual conhecemos hoje, passou por várias fases evolutivas. Primeiro, emergiu no próprio Mercantilismo. Com o empobrecimento dos nobres, houve grande migração rural para os remanescentes centros urbanos, dando surgimento aos burgos ou cidades relativamente grandes, que serviam de mercado para cidades menores e para as áreas rurais.

Esse sistema se caracteriza pela busca do lucro, pela livre iniciativa, pela concorrência entre os indivíduos e as empresas e pelo emprego de trabalhadores assalariados juridicamente livres. Os trabalhadores ou operários vendem a sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, denominados empresários, que os contratam para produzir bens ou serviços a serem destinados ao mercado, com o fim de obter lucro.

Os meios de produção pertencem, no sistema capitalista, aos empresários e não ao Estado. A produção e a distribuição das riquezas são regidas pelo mercado, no qual, em tese, os preços são determinados pelo livre jogo da oferta e da procura. Para gerar o lucro, definido como a diferença entre as receitas totais e os custos totais, o capitalista aluga ou constrói prédios, compra máquinas e matérias-primas e contrata trabalhadores, incluindo-se pessoal de escritório e técnicos de nível médio e superior.

O capitalista é, em geral, um empresário, ou seja, proprietário de empresa, que comprava a força de trabalho de terceiros para produzir bens que, após serem vendidos, lhe permitem recuperar o capital investido e obter um excedente denominado lucro. Com isso, as classes não mais se relacionavam pelo vínculo da servidão, como no período feudal, mas pela posse ou carência de meios de produção e pela livre contratação de mão-de-obra.

Nessa fase inicial do capitalismo industrial, a figura do capitalista e do empresário se sobrepunha. O capitalista é, hoje em dia, aquele que possui capital e que empresta

a terceiros para a realização de empreendimentos, ou que os aplica diretamente na produção de bens e serviços. Assim, qualquer pessoa que tenha determinada quantia de dinheiro e que compre ações em uma corretora, ou que aplique no sistema financeiro para receber juros, está se comportando como capitalista.

A acumulação permanente de capital e a geração de riquezas, o papel essencial desempenhado pelo dinheiro e pelos mercados financeiros, a concorrência e a inovação tecnológica ininterrupta são alguns dos elementos que caracterizam o capitalismo, bem como a divisão técnica do trabalho, ou seja, a especialização do trabalhador em tarefas cada vez mais segmentadas no processo produtivo.

2.2.5. As Fases do Capitalismo

Os economistas costumam identificar três fases na evolução do capitalismo: o chamado capitalismo comercial, que vai do século XV ao século XVIII; capitalismo industrial, compreendido entre meados do século XVIII o século XIX; e o capitalismo financeiro, século XX em diante.

Na etapa do capitalismo comercial, houve a expansão de potências, como Espanha e Portugal, que tinham como objetivo descobrir uma nova rota para as Índias, e tirar a supremacia da Itália no comércio com o oriente, através do Mediterrâneo.

Essa fase foi fundamental para se desenvolver o capitalismo, pois permitiu o grande acúmulo de capitais nas mãos da burguesia européia. Essa acumulação inicial de capitais criou condições, no Reino Unido e, depois, em outros países, para que ocorresse a Revolução Industrial.

O capitalismo industrial caracterizou-se pelo emprego intensivo de máquinas e equipamentos, bem como pela adoção crescente de inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra. Com as inovações, surgem novos produtos e novos processos de produção, mais baratos e mais eficientes.

Nessa fase, o capitalismo foi marcado por profundas transformações na economia, na sociedade, na política e na cultura. Um dos aspectos mais importantes foi o de transformar da natureza uma quantidade bem maior de produtos aos consumidores, o que multiplicava o lucro dos produtores. A essência do sistema não era mais o comércio. O bom lucro vinha da produção de mercadorias.

Com o aumento da produção também houve o aumento de mão-de-obra, energia, matéria-prima e mercado para os seus produtos. A industrialização estava não só na Europa, mas também nos Estados Unidos.

Devido à grande movimentação de capitais muitas empresas surgiram. A livre concorrência favoreceu as grandes empresas, o que levou a fusões e incorporações, trazendo monopolização em muitos setores da economia. O capitalismo dessa forma entrava em sua fase financeira e monopolista.

O início do capitalismo financeiro coincidiu com o período da expansão imperialista⁴⁴, em fins do século XIX e meados do século XX. Mas sua consolidação só ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, quando as empresas ganharam mais poder e influência.

A expansão do mercado de capitais é uma marca do capitalismo financeiro. Através da venda de suas ações em bolsas de valores, as empresas puderam aumentar significativamente seus capitais, o que permitiu a formação de enormes corporações. Os bancos passaram a ter um papel importante como financiadores de produção.

Com isso, houve a formação de oligopólios⁴⁵, ou seja, uma estrutura de mercado, em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado, ameaçando a livre concorrência. A empresa oligopolista dominou o mercado, determinando os seus preços, com o fim de maximizar lucros. Os ganhos de produtividade, pelo emprego de máquinas mais eficientes, não acarretou, contudo, redução dos preços na proporção do que ocorreria nos mercados de concorrência perfeita.

Como agravante, acreditava-se que o Estado deveria interferir o menos possível na economia, segundo os preceitos liberais ora dominantes no pensamento econômico da época. Apesar disso, para coibir os lucros extraordinários dos oligopólios, o Estado começou a intervir na economia, de modo a criar dispositivos de combate à formação de grandes conglomerados empresariais e garantir a liberdade de mercado. Inicia-se, então, a terceira fase do capitalismo: o capitalismo financeiro.

O capitalismo financeiro, apesar de apresentar boas taxas de crescimento durante a segunda década do século XX, estava prestes a enfrentar uma das maiores crises de sua história: a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, e a grande depressão que se seguiu.

Período da maior crise econômica mundial, entre os anos de 1929 e 1933, grande depressão atingiu, em primeiro lugar e mais profundamente, a economia norte-americana, espalhando-se em seguida para a Europa e os países da África, Ásia e América Latina.

A crise iniciou-se no âmbito do sistema financeiro na chamada Quinta-Feira Negra (24/10/1929), que a história registra como sendo o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York.

Era um momento de intensa especulação na Bolsa e plena prosperidade da economia norte-americana. De repente, 70 milhões de títulos foram jogados no mercado sem encontrar uma contrapartida da demanda. A desconfiança com os acontecimentos da Bolsa espalhou-se para outros ramos da atividade econômica, atingindo a produção.

A queda da renda nacional levou a uma retração na demanda, ao aumento dos estoques e à vertiginosa queda dos preços. Muitas atividades econômicas foram se paralisando, e, como uma bola de neve, sucederam-se falências e milhões de trabalhadores desempregados.

Nos Estados Unidos, entre 1929 e 1933, havia cerca de 15 milhões de desempregados e cinco mil bancos paralisaram suas atividades, 85 mil empresas faliram e,

consequentemente, as produções industriais e agrícolas reduziram-se à metade. Quando a crise atingiu proporções internacionais, o comércio mundial ficou reduzido a um terço, e o número de desempregados chegou a cerca de 30 milhões.

A crise não chegou a afetar a União Soviética (que pouco antes acabara de entrar na fase da planificação econômica centralizada), pois ela se encontrava relativamente isolada do resto do mundo, no campo econômico. A falência da política econômica liberal aplicada até então fortaleceu as concepções estatizantes e intervencionistas na economia

Na Europa, os primeiros países atingidos foram Inglaterra, Alemanha e Áustria. Na França, faliram a Citroën, o Banco Nacional do Comércio e a Companhia Geral de Transportes. No Brasil, o principal efeito da crise manifestou-se na queda vertical dos preços do café, levando o governo federal a comprar grande parte das safras e a destruir 80 milhões de sacas do produto, para diminuir os estoques e sustentar o preço.

Essa destruição de bens — algodão nos Estados Unidos, trigo no Canadá — ocorreu em outras economias capitalistas. A elevação das tarifas alfandegárias por muitos países reduziu o nível do comércio internacional, agravando a crise. O padrão-ouro foi sendo abandonado: em 1935, apenas Bélgica, França, Holanda, Polônia e Suíça o mantinham.

A depressão trouxe também conseqüências na estrutura da sociedade, particularmente nas relações do Estado com o processo produtivo. Em todas as grandes economias capitalistas, coube ao Estado instituir mecanismos para controlar a crise e reativar a produção.

Ocorria assim o abandono dos princípios do liberalismo econômico, que acreditava entregar aos próprios mecanismos de mercado a função de saneamento dos desequilíbrios que, porventura, surgissem nas atividades econômicas.

Esse tipo de procedimento esteve presente, por muito tempo, na administração do presidente norte-americano Hoover⁴⁶, na época à frente do governo dos Estados Unidos. Somente em 1933, quando o democrata Franklin Delano Roosevelt⁴⁷ assumiu o governo, é que se adotou, de forma contundente, a intervenção do Estado na economia para a superação da crise, por meio da aplicação da política do *New Deal* (Nova Política).

O *New Deal* seguiu, na prática, os ensinamentos que a reflexão teórica de Keynes produziria: a intervenção do Estado no processo produtivo, por meio de um audacioso plano de obras públicas, com o objetivo de atingir o pleno emprego, o que contradizia toda a tradição liberal dos Estados Unidos.

Dentro dessa orientação intervencionista, Roosevelt, segundo suas próprias palavras, decidiu enfrentar o problema da crise como se enfrenta uma guerra. Começou pelo controle do sistema financeiro do país, decretou o embargo do ouro e desvalorizou o dólar para favorecer as exportações.

A Nova Política estendeu-se a todos os campos da atividade econômica. O incremento à produção industrial foi regulamentado pelo *National Industrial Recovering Act* – *Nira*

– (Lei de Recuperação da Indústria Nacional), que redefiniu também as relações entre patrões e empregados e estabeleceu o sistema de previdência social.

Juntamente com o *NIRA*, foi criada a *National Recovery Administration* (Administração de Recuperação Nacional), encarregada da aplicação e controle do programa industrial do governo. Esse órgão estatal induzia os empresários a estabelecer entre si acordos sobre preços, salários e programas de produção, visando à racionalização da economia.

Os empresários, que oferecessem resistência à essa orientação, poderiam ter suas licenças cassadas. O controle estendeu-se à Bolsa de Valores e à subscrição das sociedades anônimas. Objetivando conseguir recursos para o Estado e redistribuir a renda, instaurou-se uma sobretaxa progressiva de 31% para as rendas anuais acima de 50 mil dólares e até de 75% para as que iam além de 5 milhões de dólares.

O *National Industrial Recovery Act* determinou a redução das horas de trabalho sem diminuição do salário, procurando assim levar a uma maior absorção da mão-de-obra desempregada; criou um salário mínimo nacional; decretou a liberdade de organização sindical e a convenção coletiva de trabalho; e instituiu o seguro social, em parte financiado pelos patrões.

Para reanimar a construção civil e combater o desemprego, criou-se o programa da casa própria e aplicaram-se 500 milhões de dólares nos projetos do *Civilian Conservation Corps*, voltado para o reflorestamento e o combate a incêndios e inundações.

A Lei Seca foi abolida e incentivada a produção de vinho e cerveja. A política agrícola foi regulamentada pelo *Agriculture Adjustment Act* – AAA. O governo assumiu as dívidas dos pequenos proprietários e ofereceu facilidades de créditos e prêmios para os fazendeiros que se engajassem nas metas governamentais, comprometendo-se a comprar os produtos estocados. Processou-se também a eletrificação rural e muitos agricultores foram transferidos para áreas mais produtivas.

A execução do *New Deal* contou com uma forte oposição dos industriais e dos setores conservadores da sociedade norte-americana, que denunciavam a intervenção do Estado na economia como um processo de socialização da vida nacional.

No entanto, foi o programa de Roosevelt que fortaleceu e consolidou o sistema capitalista no país. Nos anos de sua aplicação, o grande capital passou por um intenso processo de desenvolvimento e concentração, enquanto as pequenas empresas eram eliminadas ou absorvidas. No final da década de 30, três companhias produziram 80% dos automóveis do país, enquanto outras três eram responsáveis pela produção de 60% do aço.

2.2.6. Capitalismo e Concentração de Capital

A concentração do capital é inerente ao modo de produção capitalista, não apenas porque toda pequena e média empresa procura crescer e tornar-se grande, como também porque, no mundo dos negócios, muitas empresas são absorvidas por outras. No processo de inovação tecnológica, característico das economias modernas, a tendência é a de que as empresas não inovadoras venham a fechar as suas portas.

Com a introdução de novos produtos e novos processos produtivos, os preços dos fatores de produção e das matérias-primas e componentes manufaturados sobem pela maior procura, o que eleva os custos de todas as empresas.

Como os preços dos novos produtos também sobem as empresas inovadoras não apenas suportam os custos maiores, como ainda realizam lucro extraordinário. A concentração empresarial ocorre tanto na indústria como no comércio, nos serviços e no setor financeiro. A própria concorrência capitalista aumenta a necessidade de o capitalista aumentar o seu estoque de capital, a fim de elevar a produtividade do trabalho e manter a sua taxa de lucro em crescimento.

Desse modo, cada trabalhador possui a sua disposição uma quantidade de equipamentos cada vez maior. O trabalhador japonês ou americano é bem mais equipado do que o trabalhador mexicano ou brasileiro. Assim, a relação capital/trabalho é bem maior nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento, o que favorece a formação de grandes empresas e a concentração do capital na maioria dos setores industriais.

Com a concentração do capital, os produtos são obtidos com maiores quantidades de capital e menos trabalho, e os números de empresas em cada setor industrial se reduzem ainda mais, gerando oligopolização. De outra parte, com a centralização do capital em grandes empresas, gera-se uma concorrência desigual entre estes oligopólios e as empresas de menor porte.

Na prática, há uma tendência ao oligopólio, em todo o mundo, nos setores que exigem grande volume de investimentos. Esse é o caso, por exemplo, dos setores como os de cigarros, lâminas de barbear e lâmpadas elétricas. A oligopolização também se verifica no caso de novos processos tecnológicos, como ocorreu na área dos computadores. Um dos melhores exemplos de oligopólio, tanto na economia brasileira quanto na norte-americana, é a indústria automobilística: no Brasil, o mercado é praticamente dominado por quatro grandes fábricas, enquanto nos Estados Unidos apenas três indústrias detêm mais de 90% do mercado.

Em escala mundial, a dicotomia materializa-se entre as grandes empresas multinacionais, dos países desenvolvidos, com as empresas de capital nacional, dos países em desenvolvimento. As empresas multinacionais, possuindo uma escala de produção de maior dimensão e de nível mundial, conseguem custos médios inferiores aos das empresas nacionais atuantes no mesmo setor, o que lhes permite maior competitividade internacional e maior taxa de lucro.

Essas empresas multinacionais tendem a crescer cada vez mais, intensificando a concentração de capital, em detrimento de empresas de menor escala, com mercados restritos e dificuldades de exportação. As grandes empresas multinacionais controlam também o mercado de capitais em nível mundial.

Exceto poucos casos, elas não possuem um dono em particular, mas uma miríade de acionistas, incluindo fundos de pensão e clubes de investimentos. A propriedade dessas

empresas, em pequenas partes ou na sua totalidade, é transacionada no mercado de capitais, mediante a venda e a compra de ações, que são títulos emitidos por elas, com direito a dividendos, que representam participação nos lucros da empresa respectiva.

Os donos das ações são os capitalistas, que hoje em dia se distribuem aos milhões nos países desenvolvidos, podendo ser um jovem, uma viúva, ou um multimilionário. O capitalista, detentor do dinheiro, poderá aplicá-lo em um fundo de investimentos, recebendo juros, ou utilizar esse capital na aquisição de bens e serviços. Conforme o tipo da ação, ele poderá ter direito a voto nas assembleias da empresa, passando a influenciar o seu destino.

Com o desenvolvimento da informática e dos meios de comunicação em geral ocorreu um processo de globalização da produção em nível mundial, aumentando os fluxos de capitais entre países. Esses capitais podem ser de risco, ou especulativo, volátil.

Os capitais de risco são de longo prazo e correspondem aqueles capitais aplicados diretamente no setor produtivo, quando o aplicador poderá obter lucros ou prejuízos. Os capitais voláteis são de curto prazo e emigram via Internet de um país para outro, instantaneamente, em função dos diferenciais das taxas de juro. Esses investidores podem obter lucros especulativos rápidos, em função de mudanças de curto prazo das condições econômicas das diferentes economias.

Endnotes

1 ¹ Essa seção apresenta uma pequena introdução à história do pensamento econômico e está baseada no texto “Uma introdução à história do pensamento econômico”, de Nali de Jesus de Souza, disponível em http://www.nalijSouza.web.br.com/introd_hpe.pdf (acessado em 18/01/2008). Os temas aqui arrolados também tiveram como referência o Novíssimo Dicionário de Economia de Paulo Sandroni (1999).

2 ² **Platão** (428/7-348/7 a.C.), filósofo grego que se ocupou também do reformismo social. De visão aristocrática, propôs em sua obra *A República* uma utópica cidade-estado, que se contrapunha à democracia ateniense e equivaleria a uma oligarquia. Nesse Estado ideal haveria, acima dos escravos, três classes de cidadãos: os reis-filósofos, que teriam a incumbência de governar; os guardiões, que cuidariam da segurança interna e externa; e os artesãos e comerciantes, que trabalhariam para prover as necessidades da população. Nas duas primeiras classes, que na prática correspondiam aos detentores do poder (governantes e militares), não haveria propriedade privada, sendo todos os bens de gozo comum; também não haveria família, encarregando-se o Estado da educação das crianças. A realização de tal modelo de sociedade só seria possível a partir de um sistema educacional que, desde a primeira infância, selecionaria cada indivíduo de acordo com suas aptidões, a fim de integrá-lo em uma das classes (Sandroni, 1999. p. 474).

3 ³ **Sócrates** (c.470-399 a.C.), filósofo grego, mestre de Platão. Sócrates não deixou obra escrita; seus ensinamentos são conhecidos por fontes indiretas, principalmente os escritos de Platão. Ele praticava a filosofia pelo método que chamou de dialético, propondo questões acerca de assuntos tais como a natureza da beleza, da justiça, da virtude ou da amizade, e submetendo as respostas de seus interlocutores a uma análise cuidadosa e a contra argumentação. Ele afirmava que não possuía as respostas a essas questões e que apenas reconhecia sua própria ignorância; mas tal reconhecimento, segundo ele, é um pré-requisito para a verdadeira sabedoria. Apesar de suas investigações não serem conclusivas, desenvolvem uma doutrina bem definida a respeito do que pode ser a sabedoria: a completa apreensão discursiva, racional, dos conceitos mais importantes (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha, 1996).

4 ⁴ **Aristóteles** (383-322 a.C.), filósofo grego, um dos pensadores mais influentes de todos os tempos. Em suas obras Política, Ética a Nicômaco e Ética a Eudemo, foi o primeiro a abordar os problemas econômicos de um ponto de vista analítico. Criticou as utopias políticas de Platão, opondo-se a que, entre os membros da classe governante, os bens materiais, as esposas e os filhos fossem comunitários. Para ele, a propriedade privada é melhor do que a comunitária por incentivar a atividade econômica, ressaltando, contudo, que ela deveria submeter-se ao interesse coletivo. Considerava a produção superior ao comércio, admitindo este dentro de certos limites. Defendeu a escravidão que existia em seu tempo por achar que alguns homens são escravos “por natureza”, mas somente os não helênicos deveriam ser escravizados. Aristóteles defendeu a criação de uma ciência dos fatos econômicos, determinou o campo da economia, analisou a troca e esboçou uma teoria da moeda. Distinguiu duas áreas na economia: a “ciência da administração doméstica” (que inclui o lar, a aldeia e a cidade) e a “ciência do abastecimento”. Na primeira área, encontram-se suas idéias a respeito da propriedade privada, da escravidão e outras. No estudo do abastecimento, Aristóteles elaborou um recurso fundamental da teoria econômica moderna: a distinção entre valor de uso e valor de troca: “Há dois usos para todas as coisas que possuímos; ambos pertencem à coisa em si, mas não da mesma maneira, pois um é próprio delas e outro impróprio ou secundário. Por exemplo, um sapato se usa para calçar e para trocá-lo. São dois, portanto, os usos do sapato”. Analisando as trocas, Aristóteles admite o uso do dinheiro, mas combate a hipertrofia das trocas quando estas passam a ter como único fim a acumulação de dinheiro. Nesse caso, diz, o dinheiro perde sua função essencial e torna-se um fim em si mesmo. Aqui se encontra sua condenação da usura; seus argumentos nesse sentido desempenharam importante papel na doutrina cristã e na economia medieval (Sandroni, 1999. p. 32).

5 ⁵ Tribo germânica que migrou da costa do Báltico no século I a.c. Após tomarem a Panônia, no século IV, foram expulsos para o oeste pelos hunos. Junto com os suevos e os alamanos, atravessaram o Reno em direção à Gália e à Espanha. A região espanhola de Andaluzia deve seu nome a esse povo (Vandalitia). Foram, então, expulsos pelos godos. Liderados por Genserico, foram para o norte da África, onde, após a captura de Cartago, fundaram um reino independente. Em 455, retornaram à Itália e saquearam Roma. Foram finalmente subjugados pelo general romano Belisário (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha, 1996).

6 ⁶ Povo nórdico conhecido pela atividade da pirataria e do comércio entre os séculos VIII e XII. No século VIII, os **viquingues** deram início a um dos mais importantes períodos de expansão em toda a história das civilizações. Partindo da Dinamarca e da Noruega, viajaram em direção ao Ocidente, através das ilhas de Shetland, Islândia e Groenlândia, até Vinland (Canadá). Suas embarcações, construídas de tábuas de pinheiros, possuíam uma quilha de carvalho vertical, em vez da horizontal que caracterizava os navios convencionais da época, permitindo o uso de mastro e velas, e possibilitando viagens de longo alcance. Atacaram a Grã-Bretanha e a Irlanda, devastaram a costa continental da Europa até Gibraltar e entraram no Mediterrâneo, onde lutaram contra outros povos europeus e os árabes. A partir do Báltico, navegaram pelos rios da Rússia, até atingirem Constantinopla. Na Europa, navegaram pelo Reno, Loire e outros, alcançando o centro do continente. Os governantes locais muitas vezes preferiam suborná-los a resistir e lutar contra eles. Mostraram-se bons agricultores nas regiões por eles povoadas, incluindo a Normandia, o norte da Inglaterra e a região em torno de Dublin, na Irlanda. Eram habilidosos nos trabalhos com madeira e metais, fazendo belas peças de joalheria. Possuíam uma forte tradição oral em poesia, manifestada em suas sagas. Adaptavam-se facilmente às culturas com as quais tinham contato. Desde o povoamento da colônia de Rollo, na Normandia, os descendentes dos viquingues exerceram um papel preponderante nas Cruzadas e em todo o Mediterrâneo (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha, 1996).

7 ⁷ **Santo Tomás de Aquino** (1225-1274), filósofo medieval. Sua obra Suma Teológica, escrita entre 1265 e 1273, contém idéias sobre problemas econômicos, sociais e políticos que serviriam de base para a atual doutrina da Igreja. Santo Tomás é favorável à propriedade privada, mas acha que cada proprietário deve levar em conta o bem comum na administração de seus bens, e não considera roubo a apropriação de um bem de outrem, em

caso de extrema necessidade. No que se refere ao comércio, Tomás de Aquino defende sua legitimidade desde que se limite ao “justo preço” como recompensa pelo trabalho, e não como meio de enriquecimento. A cobrança de juros é condenada como injusta e antinatural, exceto em forma de uma multa convencional no caso de ultrapassar o prazo estabelecido (Sandroni, 1999. p. 32).

8⁸ **Liga Hanseática** foi a mais poderosa confederação de cidades e mercadores da Idade Média européia, organizada com o objetivo de preservar os interesses dos comerciantes alemães ao longo da costa do mar Báltico e outras regiões da Europa. Desenvolveu-se a partir de 1157 e em seu apogeu, séculos XIV e XV, chegou a aglutinar cerca de mil cidades sob a liderança de Lübeck, estendendo sua influência comercial e política de Novgorod (Rússia) até Londres. Controlava a venda de pescado e sal do Báltico, pelas russas, vinhos franceses, lã inglesa e produtos de Portugal e Espanha. Para pertencer à liga, o comerciante tinha de ser alemão, pagar as taxas para o fundo de defesa comum e acatar as decisões do grupo contra os inimigos. Essas normas eram traçadas de três em três anos num congresso realizado em Lübeck. Muitas vezes as rotas e entrepostos comerciais eram garantidos pela força armada contra os concorrentes (os principais eram os flamengos e os escandinavos) e também contra os senhores feudais. A associação perdurou até 1669, enfraquecendo-se na medida em que se processava a formação dos Estados Nacionais (Sandroni, 1999. p. 606).

9⁹ A **peste negra**, nome dado à última e à mais virulenta epidemia de peste bubônica e pneumônica da Idade Média entre os anos de 1347 e 1350. Alcançou a Europa a partir dos exércitos tártaros, vindos da campanha na Criméia, que cercaram o porto de Caffa (1347). Ratos portando pulgas infectadas foram levados para o exterior em navios comerciais, trazendo a peste para o sul da Europa. Em 1348, ela alcançou a França, a Espanha e a Inglaterra; um ano depois, a Alemanha, a Rússia e a Escandinávia. O número de mortos não pode ser precisado, mas estima-se que cerca de 25 milhões de pessoas pereceram na Europa, entre os quais um terço da população inglesa. Os efeitos foram profundos e duradouros. A diminuição de mão-de-obra conferiu aos camponeses que sobreviveram uma posição mais fortalecida. A demanda por mão-de-obra levou à substituição de salários por serviços e manifestações dos camponeses por melhores condições de vida levaram a revoltas agrárias. A Igreja também foi afetada de forma adversa, com clérigos treinados inadequadamente e ordenados às pressas para substituir sacerdotes mortos. Uma histeria em massa causada pelo medo e pela impotência refletiu-se na arte e na literatura. Surto da peste continuaram a se verificar na Europa até o século XVII (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha, 1996).

10¹⁰ Termo aplicado ao movimento de renovação intelectual e artística iniciado na Itália, no século XIV, e que atingiu seu apogeu no século XVI, influenciando várias outras regiões da Europa. A noção de **renascimento** diz respeito à restauração dos valores do mundo clássico. Este conceito foi sistematicamente desenvolvido por Vasari, que acreditava ter a arte decaído esteticamente durante a Idade Média. Para Vasari, a expressão artística só conseguiu encontrar um verdadeiro caminho com Giotto, e Michelangelo foi o ponto culminante desta renovação. O ideal de ‘homem renascentista’ era marcado pela crença em uma capacidade ilimitada da criação humana. Esta idéia foi personificada por Leonardo da Vinci e por Leon Battista Alberti. Na literatura, o Renascimento foi identificado a eruditos humanistas como Petrarca, Boccaccio e Dante, na Itália; Montaigne e Rabelais, na França; Lope de Vega e Cervantes, na Espanha; Spenser, Shakespeare e Bacon, na Inglaterra. O vernáculo passou a substituir o latim, tanto na poesia quanto na prosa. A invenção da imprensa contribuiu para a disseminação de idéias, especialmente da nova abordagem humanista, realizada por Erasmo de Roterdã, das escrituras cristãs. Durante os séculos XV e XVI, os principais centros do Renascimento foram as cidades de Florença, Veneza e Roma, além dos ducados de Mântua, Urbino e Ferrara. Na arquitetura, Bramante, Palladio e Alberti se inspiraram em modelos clássicos; enquanto Michelangelo, Rafael e Ticiano apresentaram uma nova e vigorosa abordagem da figura humana em suas pinturas. A invenção da perspectiva significou a possibilidade de uma pintura mais realista da natureza. Os Médici, em Florença, apoiaram e patrocinaram as artes. O mecenato foi também uma característica de uma sucessão de papas, que incluiu Júlio II e Leão X. O novo espírito de investigação estendeu-se à geografia e à cartografia, e o impulso de investigar

o mundo levou à exploração e às viagens de Bartolomeu Dias, Colombo, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães, que alcançaram como resultado o descobrimento e colonização do Novo Mundo. Os astrônomos Kepler, Copérnico e Galileu propuseram novas teorias acerca do movimento dos planetas e os estudos de biologia, química, física e medicina obtiveram grandes progressos. O anatomista Vesálio escreveu *De Humani Corporis Fabrica* (1543), um tratado de anatomia que exerceu grande influência sobre os estudos de medicina. O Renascimento significou uma fase de alargamento dos limites humanos. O novo espírito de investigação proporcionou progressos técnicos e conceituais, além de questionamentos religiosos que abriram caminhos para as reformas religiosas (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

11 ¹¹ **Niccolò Machiavelli** (1469-1527), Estadista, teórico e político italiano, uma das mais importantes figuras do Renascimento. Em 1498, tornou-se secretário e segundo chanceler da República de Florença, e em uma de suas missões diplomáticas (1499-1508) teve contato com algumas das mais poderosas personalidades da época. Após a restauração dos Médici, em Florença (1512), foi excluído da vida pública e aposentou-se com alguma frustração, dedicando-se a produzir trabalhos sobre a arte da guerra (*A Arte da Guerra*, 1517-20), a filosofia política e sátiras como *A Mandrágora* (c.1518). Em *O Príncipe* (1513), Maquiavel dá conselhos a um 'príncipe ideal', já desaparecido, para conquistar o poder absoluto, e procura despertar nos italianos um novo sentido de unidade cívica. Desde então, o termo 'maquiavélico' passou a ser aplicado a quem usa a ilusão e o oportunismo para manipular outrem, o que é uma injustiça com a sutileza da forma como Maquiavel encara a relação entre a ética e a política. Em seus poucos lidos *Discursos sobre os Primeiros Dez Livros de Tito Lívio* (1513-21), ele defende a república com uma constituição mista, modelada de acordo com a da Roma Antiga, e enfatiza a importância de uma cultura política incorruptível e de uma vigorosa moral política. Em 1520, foi indicado o principal historiador de Florença. Depois de nova queda dos Médici, em 1527, teve suas esperanças de conseguir um cargo na nova república frustradas e morreu pouco depois (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

12 ¹² **Johannes Gutenberg** (1397-1468), pioneiro alemão da impressão com tipos móveis. A partir de 1430, Gutenberg passou a residir em Estrasburgo, fazendo experiências com tipos metálicos. Por volta de 1448, passou a trabalhar em Mainz, sua terra natal, uma região onde se trabalhava o metal e onde havia muitos artesãos capazes de fundir os tipos e construir as prensas. Embora a impressão fosse conhecida na China desde o século 11, a invenção de Gutenberg tinha características novas, como, por exemplo, caracteres móveis, matrizes de metal para moldar os tipos e uma prensa semelhante à utilizada na produção de vinho. Entretanto, após uma disputa legal com seu sócio Johann Fust, Gutenberg perdeu a posse de todo o seu equipamento para impressão e desistiu de seu trabalho para dedicar-se à confecção de sua famosa Bíblia (Nova Enciclopedia Ilustrada Folha,1996).

13 ¹³ **Lutero** (1483-1546), teólogo alemão que foi pioneiro da Reforma Protestante na Europa. Frequentou a Universidade de Erfurt (1501-1505) antes de agregar-se à ordem agostiniana. Ordenado padre em 1507, assumiu, em 1512, a cadeira de teologia bíblica na Universidade de Wittenberg. Ao desenvolver sua doutrina da justificação pela fé, ele desafiou a hierarquia da Igreja Católica ao colocar em discussão assuntos que diziam respeito ao papel do papado e do sacerdócio, e à necessidade de certos sacramentos e observâncias. Na dieta de Worms, em 1521, defendeu suas doutrinas perante Carlos V, mas foi excomungado pelo papa e proscrito do Sacro Império Romano. No entanto, sua contestação à Igreja Católica havia sido largamente difundida; seus inúmeros panfletos, incluindo *A Nobreza Cristã da Nação Alemã* (1520), não caíram no ostracismo. Em meados do século XVI, um grande número de governantes alemães e escandinavos havia rompido seus laços com Roma e criaram igrejas 'luteranas' em seus territórios. A intenção original de Lutero não foi a de dividir a cristandade desta forma, mas ele aceitou o inevitável quando a instituição católica provou ser refratária às suas propostas de reforma. Seu medo da anarquia e suas atitudes políticas conservadoras levaram-no a uma disputa acrimoniosa com os mais radicais protestantes, como os anabatistas (ver anabatismo). Ele passou os últimos 25 anos de sua vida sob a proteção do eleitor Frederico, o

Sábio, da Saxônia. Casou-se com a ex-freira Katharina von Bora (1525) e teve seis filhos. Sua tradução da Bíblia para o alemão criou uma nova linguagem literária no norte da Europa (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

14 ¹⁴ **João Calvino** (1509-1564). Teólogo francês, um dos expoentes da Reforma protestante. Suas idéias estão expostas na obra *A Instituição da Religião Cristã* (1536). Acusado de heresia, refugiou-se em Genebra, onde liderou ampla reforma social, política e religiosa, que teria profunda influência em todo o Ocidente, sobretudo nas cidades mercantis. Quanto às idéias econômicas, Calvino divergia de Lutero, o outro grande reformador da época, pois defendia a cobrança de juros, desde que moderada, e o comércio, quando não proporcionasse lucros exagerados. Considerava o sucesso no trabalho e nos negócios um sinal de que o indivíduo estaria sob o sopro da graça divina. Por essas idéias, Calvino desempenhou papel de relevo na justificação ideológica do capitalismo comercial. Tese nesse sentido foi defendida por Max Weber na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, em 1905 (Sandroni, 1999. p. 74).

15 ¹⁵ **Vasco da Gama** (1460-1524), navegador português que primeiro encontrou o caminho marítimo para a Índia. Escolhido por Bartolomeu Dias para tentar descobrir um oceano a leste do cabo da Boa Esperança, ele teve sucesso ao contorná-lo (1497) e navegou pela costa leste da África, atravessando assim o oceano Índico até Malabar (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

16 ¹⁶ **Cristóvão Colombo** (1451-1506), explorador genovês, celebrado como o descobridor da América. Seu grande interesse estava no que ele chamava de 'Empreendimento para as Índias', a procura da rota ocidental para o Oriente. Por mais de uma década ele tentou conseguir apoio financeiro para o empreendimento, e finalmente, em 1492, persuadiu Fernando e Isabel de Castela a patrocinarem uma expedição. Partiu na nave Santa Maria, acompanhado de duas outras pequenas embarcações, esperando alcançar o Japão, e quando chegou às ilhas caribenhas, as nomeou Índias Ocidentais, e ao povo nativo arawak, índios. Em Cuba (que ele pensou ser a China), descobriu o tabaco. Em sua segunda viagem, um ano depois, veio com 17 navios e esperava negociar com ouro e estabelecer colônias. Nos três anos seguintes, Colombo fez um levantamento de boa parte do arquipélago caribenho. Ele organizou uma terceira viagem em 1498, e descobriu Trinidad e a foz do rio Orinoco, mas a colônia que deixou em Hispaniola estava fervilhando com rebeliões. Fernando e Isabel enviaram um novo governador para controlá-la, e ajustaram as contas com Colombo, deixando-o preparar uma quarta expedição (1502-1504) às suas custas. Explorou grande parte da costa da América Central, até que seus pequenos e carcomidos navios ficaram sem condições de empreender a viagem de volta. Ele então fretou outra embarcação e alcançou a Espanha, doente e desacreditado, onde morreu esquecido (Nova Enciclopedia Ilustrada Folha,1996).

17 ¹⁷ **Hernán Cortés**, Marquês do Vale de Oaxaca (1485-1547), conquistador do México. Nasceu em uma nobre família espanhola e aos 19 anos embarcou rumo à ilha de Hispaniola. Em 1511, juntou-se à expedição de Diego Velázquez para conquistar Cuba; como resultado, tornou-se um homem de posses; começou a preparar, com a ajuda de Velázquez, uma expedição para colonizar o México. Iniciou-a repentinamente, após um desentendimento com Velázquez; desembarcando em Vera Cruz em 21 de abril de 1519, logo encontrou mensageiros dos astecas. Sua chegada coincidiu com o vaticinado retorno do deus-rei Quetzalcóatl asteca, e ele foi saudado pelo imperador Montezuma em Tenochtitlán, a capital asteca. Suspeitas brotavam, no entanto, entre os astecas, e Cortés deteve Montezuma como refém, forçando-o a negociar com seu povo. Neste meio tempo, Velázquez enviou uma força chefiada por Pánfilo de Narvaéz para encontrar Cortés, mas ele os converteu para o seu lado em Vera Cruz, em 1520. Ele voltou então para Tenochtitlán, onde irrompeu uma luta durante sua ausência. Montezuma foi mortalmente ferido e o novo imperador, Cuauhtemoc, liderou os astecas para desalojar os espanhóis da cidade. Cortés retornou no ano seguinte e o cerco final durou 93 dias, com a queda da cidade em 13 de agosto de 1521. O resto do império foi rapidamente subjulgado, mas uma expedição para Honduras, em 1524, fracassou. Cortés foi perdoado por sua

'rebelia' por Carlos I da Espanha e recebeu como prêmio propriedades, mas passou a maior parte do resto de sua vida lutando no México e na Espanha (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

18 ¹⁸ **Francisco Pizarro** (1475-1541), explorador e conquistador espanhol. Iniciou sua carreira como explorador ao juntar-se à expedição de Vasco Nuñez Balboa ao Panamá, quando foi descoberto o oceano Pacífico, em 1513. Liderou suas próprias expedições em 1524-5 e 1526-7 para explorar as costas da Colômbia, Equador e Peru. Em 1532, avançou contra o Império Inca. Encontrou o imperador Atahualpa em Cajamarca; aprisionou-o, exigindo um valor gigantesco como resgate e mandou matá-lo ao tomar conhecimento de que um exército inca estava a caminho para libertá-lo. Na marcha até Cuzco, a capital inca, lutou em Jauja, Vilcashuamán, Vilcaonga e Cuzco, ocupando-a em 1533. Outro contingente, sob a liderança de seu meio-irmão Hernando Pizarro (1501-1578), avançou sobre Pachácamac. Consolidou logo depois sua posição, fundando novas colônias, inclusive Lima, e dividindo os despojos da conquista entre seus partidários. Um parceiro de suas primeiras expedições, Diego de Almagro (1475-1538), sentiu-se logrado na partilha e, em 1537, cercou Cuzco e aprisionou Hernando Pizarro, seu governador. Em 1538, Hernando escapou, derrotando Almagro e executando-o a mando de Francisco. O filho de Almagro vingou-se, assassinando Francisco, em Lima, três anos depois (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

19 ¹⁹ **Giovanni e Sebastiano Caboto** (1450-1598 e 1485-1557), pai e filho, de Gênova. Várias vezes prestaram serviços como cartógrafos a Veneza, Inglaterra e Espanha, e empreenderam muitas viagens como exploradores e navegadores.

20 ²⁰ **Jacques Cartier** (1491-1557) foi um navegador francês que primeiro descreveu e mapeou o Golfo de São Laurêncio, bem como as encostas do rio São Laurêncio, os quais chamou de Canadá.

21 ²¹ **Louis Jolliet, ou Louis Joliet**, (1645-1700) foi um explorador canadense, nascido na cidade de Quebec. Tornou-se conhecido por suas descobertas na América do Norte. Juntamente com o Padre Marquette (1637-1675), um jesuíta, foram os primeiros a explorar e mapear o rio Mississipi.

22 ²² **René Robert Cavelier**, Sieur de La Salle, or Robert de LaSalle (1643-1687) foi um explorador francês que percorreu a região dos Grandes Lagos, nos Estados Unidos e Canadá, o rio Mississipi e o Golfo do México. La Salle foi quem reivindicou toda a bacia do Mississipi para a coroa francesa.

23 ²³ Aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. É um fenômeno monetário, e isso coloca uma questão básica: se é a expansão da oferta de moeda que tem efeito inflacionário ou se ela ocorre como resposta à maior demanda de moeda provocada pela inflação. A inflação, normalmente, pode resultar de fatores estruturais (inflação de custos), monetários (inflação de demanda) ou de uma combinação de fatores. Entretanto, independentemente da causa inicial do processo de elevação dos preços, a inflação adquire autonomia suficiente para se auto-alimentar por meio de reações em cadeia (a elevação de um preço "puxando" a elevação de vários outros). Desse modo, configura-se a chamada espiral inflacionária. A escola monetarista atribui papel decisivo às expectativas inflacionárias como impulsionadoras das elevações da taxa de juros, das maiores demandas salariais, dos reajustes sistemáticos da taxa cambial e, por extensão, como fator explicativo da autonomia relativa do processo inflacionário. Tudo surgiria espontaneamente em função do comportamento racional dos agentes dentro de mercados competitivos. Os estruturalistas, por sua vez, explicam a inflação pelo fato de as demandas salariais deixarem de ser uma questão exclusivamente econômica; elas adquirem caráter sociopolítico, envolvendo sindicatos, empresas e o governo, o que contribui para generalizar a prática da fixação dos preços em função dos aumentos de custos, em detrimento do rigor impessoal dos mercados competitivos. Dessas duas posições originam-se modelos diferenciados para o processo inflacionário. Segundo os monetaristas, o índice de preços depende do nível de produção física, da velocidade-renda da moeda e do estoque nominal de

moeda. Como os dois primeiros mudam de forma estável no mercado livre, os movimentos do índice geral de preços refletiriam unicamente os movimentos do estoque nominal de moeda, determinados pela política econômica. Os planos de gastos do governo, excessivos em relação à capacidade de tributação e endividamento do Tesouro Nacional, devidos a crédito subsidiado ou a uma política econômica incompetente (por exemplo, taxas de juros abaixo do nível de equilíbrio), fariam com que se expandissem os meios de pagamentos para cobrir esses gastos. Como não haveria aumentos equivalentes no produto real ou na velocidade com que a moeda circula, os preços subiriam. O combate à inflação deveria respeitar a “espontaneidade” do mercado (aumentando o desemprego, se necessário) para procurar reverter as expectativas inflacionárias. Seria necessário emitir títulos, aumentar os impostos e, sobretudo, neutralizar a ação dos mecanismos de reajustes, espontâneos ou não, de preços, salários, câmbio e taxa de juros. Em contrapartida, os não monetaristas lembram o impacto inflacionário do aumento de salários, do custo de certos insumos (por exemplo, o petróleo, no caso brasileiro), da indexação dos preços de certos produtos ao custo de produção, da estagnação da produtividade de bens de consumo etc. Para combater a inflação, o governo deveria intervir diretamente nos reajustes de preços, salários, câmbio e juros, para eliminar o poder de barganha dos agentes econômico-sociais “inflacionantes” (por exemplo, as grandes empresas e os sindicatos). Na ausência de um mecanismo de correção monetária, a inflação tende a favorecer os devedores e especuladores, prejudicando os credores, as classes de renda fixa, os pensionistas e os investidores conservadores. Ela redistribui a renda entre setores (por exemplo, agricultura/indústria) e/ou grupos de renda (por exemplo, lucros/salários). Além disso, a inflação tende a mudar os hábitos de consumo e a incentivar a aplicação em bens de valorização garantida, mesmo com o surto inflacionário (jóias, imóveis etc.). E pode ainda estimular a queda da poupança, se a remuneração desta não se adaptar aos novos níveis de aumento de preços. Em princípio, o índice ideal para medir a inflação resultaria do deflator implícito do produto nacional gerado em determinado período de tempo, que daria uma medida, a uma certa periodicidade, do crescimento dos preços dos bens de consumo, dos bens de produção e de todos os serviços gerados no intervalo de tempo relevante com o concurso da força de trabalho. Por motivos de ordem prática, outros índices são usados. Para medir a variação dos preços dos produtos finais consumidos pela população, usam-se os Índices de Custo de Vida (ICV) ou de Preços ao Consumidor (IPC), tendo como base os hábitos de consumo de uma família-padrão (para toda a sociedade ou para certa classe). Para medir a variação nos preços dos insumos e fatores de produção (e demais produtos intermediários), usam-se índices de Preços ao Produtor ou, em termos agregados, o Índice de Preços ao Atacado (IPA). No Brasil, a inflação é medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas, e pelo IPC, elaborado pela Fundação IBGE (Sandroni, 1999. p. 301).

24 ²⁴ **Decreto de Oliver Cromwell**, promulgado em 1651, pelo qual somente os navios ingleses poderiam entrar ou sair dos portos britânicos. O decreto estabelecia, assim, o monopólio da navegação pelos navios da Inglaterra e levou o país à guerra com os holandeses das Províncias Unidas, entre 1652 e 1654 (Sandroni, 1999. p. 35).

25 ²⁵ **Jehan Cherruyt Malestroit** (15?-16?), “O Paradoxo do Senhor Malestroit, Conselheiro do Rei e Ministro Ordinário de suas Contas. Manuscrito de 1566 apresentado ao Rei Carlos IX em que se afirma que não houve realmente elevação do preço com elevação do afluxo de metais preciosos; a alta seria apenas aparente, ocasionada pela redução do valor das moedas.

26 ²⁶ Jean Bodin (1530-1596). Jurista francês da Renascença, precursor do mercantilismo. Monge carmelita, deixou o convento para dedicar-se à teoria do Estado e trabalhar como consultor do Parlamento de Paris e do duque de Anjou, um dos líderes católicos franceses que propunham a unidade nacional em torno do poder real. Em seu clássico *A República*, 1576, Bodin estabeleceu a doutrina da soberania do Estado como poder central independente das corporações, do Parlamento e do papado. Em economia política, Bodin distinguiu-se por um avançado estudo sobre a moeda: *Réponse aux Paradoxes* de Sire de Malestroit (Resposta aos Paradoxos do Senhor de Malestroit), 1568. Nessa obra, sustentou que a alta dos preços na França era devida principalmente ao grande afluxo de ouro e prata do Novo Mundo e não à política real. Tornou-se assim um pioneiro da teoria quantitativa da moeda. Condenava

ainda os monopólios e os gastos excessivos das cortes e, embora fosse adepto de uma autoridade central soberana, achava que ela deveria obter o “consentimento dos súditos”, para os quais defendia o direito à propriedade privada e à liberdade de comércio (Sandroni, 1999. p. 58).

27 ²⁷ **Luis Ortiz** viveu durante a segunda metade do séc. XVI e foi ministro da fazenda de Castela, durante o reinado de Felipe II. Foi autor do Relatório ao rei para impedir a saída de ouro, em 1588, que não teve grande repercussão, mas apresenta uma análise profunda sobre a crise econômica do reino.

28 ²⁸ **Antoine de Montchrestien** (ou Montchretien) (1575-1621) foi soldado, dramaturgo, *adventurer* e economista francês. Filho de um farmacêutico de nome Mauchrestien, ficou e órfão ainda bem cedo. Montchrestien viveu sob a proteção de François Thésart, barão de Tournebu e Essarts, e transformou-se o no criado pessoal dos filhos de Thésart, o que permitiu tivesse a mesma educação; em 1618, casa-se a filha de Thésart, Suzanne. Mais tarde em sua vida seria favorecida por Henri II de Bourbon, príncipe de Condé.

29 ²⁹ **John Locke** (1632-1704). Filósofo e economista inglês, teórico do empirismo e do liberalismo. Em *Two Treatises on Government* (Dois Tratados sobre o Governo), 1690, propõe uma monarquia constitucional, liberal e representativa, defendendo a tese de que os homens são iguais e livres por natureza e formam a sociedade por livre consentimento (o contrato social) e com base em direitos naturais, como a integridade pessoal e a propriedade. Entende a finalidade da vida social como a de produzir a maior quantidade possível de coisas úteis, não importando como sejam distribuídas. Essas idéias exerceram profunda influência nos teóricos clássicos do liberalismo econômico inglês (Adam Smith, Malthus, Ricardo). Locke opunha-se à limitação dos juros. Era ainda influenciado pelas idéias mercantilistas. Já considerava o trabalho, e não a terra, a fonte principal do valor dos bens. Em *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest and Raising the Value of Money* (Algumas Considerações sobre as Conseqüências da Baixa dos Juros e da Elevação do Valor da Moeda), 1692, o autor analisa a formação dos preços em função da oferta e da procura, adotando a teoria quantitativa da moeda, que relaciona o nível dos preços à quantidade de moeda em circulação (Sandroni, 1999. p. 353).

30 ³⁰ **Thomas Mun** (1571-1641). Economista inglês, um dos principais teóricos do mercantilismo. Filho de um comerciante londrino se dedicou com êxito à mesma carreira, viajando pela Itália e pelo Oriente Médio. De 1615 até o fim da vida foi conselheiro da Companhia das Índias Orientais, cuja atuação defendeu na obra *A Discourse of Trade from England unto the East Indies* (Dissertação sobre o Comércio da Inglaterra com as Índias Orientais), 1621; afirmou que por meio das reexportações a companhia devolvia ao país maior lastro em metais preciosos que o gasto por ela nas importações. Sua obra principal foi *England's Treasury by Forraign Trade* (O Tesouro da Inglaterra Obtido pelo Comércio Exterior), obra escrita em 1630, mas só publicada em 1664. Nela se encontra a primeira bem fundamentada defesa do capitalismo comercial. Mun mostra a importância da burguesia comercial no processo econômico visto como um todo e considera o comércio exterior o principal instrumento do enriquecimento de um país. Dá pouca importância à mera acumulação de metais preciosos (exceto como reserva de emergência), na medida em que ela própria depende da balança comercial (Sandroni, 1999. p. 416).

31 ³¹ **Jean-Baptiste Colbert** (1619-1683). Estadista francês que, como ministro das Finanças de Luís XIV, foi o principal responsável pela aplicação da política mercantilista. Começou por obrigar os homens de negócios a devolver parte de seus lucros ao Tesouro Nacional. Empreendeu profunda reforma fiscal, acabando com o confuso sistema de taxações herdado da Idade Média. Incrementou a atividade comercial para superar os mercados holandeses e criou várias companhias de comércio, como a das Índias Ocidentais e das Índias Orientais; aumentou os impostos sobre artigos importados e construiu numerosas vias de comunicação. Criou privilégios para várias empresas privadas e fundou fábricas estatais. Ministro da Marinha desde 1668 levou à frente a transformação da França numa grande potência naval. Incentivou ainda as ciências e as artes. Escreveu *Mémoires sur les Affaires de*

Finance de France (Memórias sobre os Assuntos Financeiros da França), 1663 (Sandroni, 1999. p. 107).

32 ³² **Richard Cantillon** (1680-1734). Banqueiro e economista francês de origem irlandesa, precursor dos fisiocratas e de Adam Smith. Seu *Essai sur la Nature du Commerce em Général* (Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral), conhecido desde 1730, mas só publicado em 1755, expõe as contradições do mercantilismo então vigente. A obra esteve por muito tempo esquecida e foi redescoberta por Stanley Jevons, no final do século XIX. É considerada a mais sistemática exposição dos princípios econômicos que se fez antes de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Cantillon começa por definir a terra como única fonte de riqueza, na forma de um excedente econômico (acima dos custos de produção), e o trabalho como força geradora dessa riqueza. Trata, em seguida, dos problemas monetários, das trocas e dos juros. Estuda ainda o comércio exterior, o câmbio, os bancos e o crédito (Sandroni, 1999. p. 77).

33 ³³ Cerca de 6000 anos atrás a temperatura global era mais de 1 °C acima da atual e contribuiu ao florescimento das primeiras grandes civilizações humanas em Mesopotâmia e Vale do Indus. Houve também um período quente na era medieval, de 1000 a 1300, com a produção agrícola abundante na Europa (*Washington Post, The little ice age: When global cooling gripped the world*).

34 ³⁴ Leis de amparo oficial aos pobres, surgidas na Inglaterra no final do século XV e durante o século XVI. Essas leis foram consequência direta das profundas transformações sociais decorrentes da exploração dos recursos naturais do Novo Mundo e da abertura de novos mercados de consumo, que favoreceram a expansão do comércio e da indústria manufatureira. Na Inglaterra, a técnica evoluiu, a produção de lã expandiu-se e a nação preparou-se para o processo que, dois séculos mais tarde, culminaria na Revolução Industrial. Essa transformação nas formas de produção e de vida causou a proliferação da pobreza, da vagabundagem e da mendicância. Muitas áreas agrícolas, antes cultivadas e que garantiam a subsistência de inúmeras famílias de camponeses, foram cercadas e transformadas em pastagens para a produção de lã. Sem condições de adaptar-se à rígida disciplina da manufatura ou mesmo à vida urbana, os camponeses transformaram-se em mendigos. Durante todo o século XVI, sucederam-se leis e decretos para diminuir essa categoria de habitantes das cidades. Geralmente desumanas essas leis proibiam a existência de desempregados, punindo com severas penas o “crime” de vadiagem. Em 1530, por exemplo, Henrique VIII estabeleceu em lei que “doentes e velhos incapacitados têm direito a uma licença para pedir esmolas, mas vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados...”. A crescente influência das idéias e sentimentos humanitários no século XIX atenuou os aspectos mais ásperos dessas leis, mas não eliminou de todo os efeitos de sua crença dogmática nas “virtudes redentoras” do trabalho árduo, que penalizava sobretudo velhos e crianças (Sandroni, 1999. p. 342).

35 ³⁵ O **enclosure** é o termo usado na Inglaterra e no País de Gales para o processo que determinava a extensão de um campo para a agricultura. É aplicado também aos processos pelos quais algumas terras comuns eram cercadas e intituladas a um ou mais proprietários que desfrutariam de sua posse e dos rendimentos dela provenientes.

36 ³⁶ Nobreza sustentada por meio sistema agrário baseado na posse de terras. Esse sistema caracteriza-se pelo controle privado de vastas áreas territoriais cultivadas com tecnologia primitiva e baixo investimento de capital. Associa-se a uma estrutura social fechada e a um reduzido índice de produtividade.

37 ³⁷ Povo nativo pré-colombiano do oeste da América do Sul. Compreendia as tribos de língua quéchuas que viviam próximas a Cuzco. Os registros do século 16 indicam que a dinastia governante foi fundada em 1200 por Manco Capac, mas a expansão realmente aconteceu a partir de 1438, formando em 1525 um império que se estendia desde o norte do Equador, através do Peru, até a Bolívia, incluindo partes do norte da Argentina e do Chile, com cerca de 3.500km², de norte a sul. Três importantes governantes são os responsáveis por estas conquistas e pelo desenvolvimento da administração imperial: Pachacuti (1438-1471), Topa Inca (1471-1493) e Huyana Capac (1494-1525). Depois do governo de Huyana Capac irrompeu uma guerra civil que dividiu o Estado de seu filho Atahualpa, pouco antes das

tropas lideradas por Francisco Pizarro desembarcarem na costa, em 1532. Atahualpa foi capturado em 1533 e morto pouco depois. No mesmo ano, Pizarro capturou Cuzco e em 1537, após a derrota de Manco Capac, grande parte do império estava subjugada aos espanhóis (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

38 ³⁸ Povo nativo pré-colombiano do oeste da América do Sul. Compreendia as tribos de língua quéchuas que viviam próximas a Cuzco. Os registros do século 16 indicam que a dinastia governante foi fundada em 1200 por Manco Capac, mas a expansão realmente aconteceu a partir de 1438, formando em 1525 um império que se estendia desde o norte do Equador, através do Peru, até a Bolívia, incluindo partes do norte da Argentina e do Chile, com cerca de 3.500km², de norte a sul. Três importantes governantes são os responsáveis por estas conquistas e pelo desenvolvimento da administração imperial: Pachacuti (1438-1471), Topa Inca (1471-1493) e Huyana Capac (1494-1525). Depois do governo de Huyana Capac irrompeu uma guerra civil que dividiu o Estado de seu filho Atahualpa, pouco antes das tropas lideradas por Francisco Pizarro desembarcarem na costa, em 1532. Atahualpa foi capturado em 1533 e morto pouco depois. No mesmo ano, Pizarro capturou Cuzco e em 1537, após a derrota de Manco Capac, grande parte do império estava subjugada aos espanhóis (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

39 ³⁹ Movimento do século XVI que visava reformar as doutrinas e práticas da Igreja Católica Romana e que resultou na criação de igrejas reformistas ou protestantes. As origens do movimento podem ser percebidas desde o século 14, quando ocorreram os ataques de fiéis lóldos e hussitas à estrutura hierárquica e legalista da Igreja. O Grande Cisma também enfraqueceu a autoridade papal e houve uma disseminação de insatisfação com o mundanismo do papado e suas extorsões financeiras (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

40 ⁴⁰ A **Revolução Puritana** foi um movimento surgido na Inglaterra no século XVI, de confissão calvinista. Esse movimento rejeitava tanto a Igreja Romana como a Igreja Anglicana. Desde o início já aceitavam a Doutrina da predestinação. Esse movimento foi perseguido na Inglaterra. Puritanos querendo levar a igreja à perfeição completa queriam sair da Inglaterra para outros lugares mais abertas a religião. Um grupo, liderado por John Winthrop, chegou às colinas da Inglaterra na América do Norte em Abril de 1630. Outros puritanos ficaram na Inglaterra.

41 ⁴¹ Sublevação política que derrubou a monarquia dos Bourbon na França e representou um divisor de águas na história européia (1789). Vários grupos da sociedade francesa opunham-se ao *ancien régime*, com seu sistema privilegiado e sua monarquia desacreditada. Seus líderes foram influenciados pela Revolução Norte-Americana que ocorreu na década de 70 do século XVIII e tiveram grande apoio popular nas posteriores décadas de 80 e 90. A inquietação social e política, aliada a problemas financeiros graves, persuadiu Luís XVI a convocar os Estados Gerais em 1789, ato que ajudou a desencadear os acontecimentos. Dos Estados Gerais emergiu a Assembléia Nacional e uma nova constituição, que aboliu o *ancien régime*, nacionalizou as terras da Igreja e dividiu o país em departamentos, a serem governados por assembleias eleitas. O medo de uma reação por parte da realeza levou à agitação social, à queda da Bastilha e à captura do rei pela Guarda Nacional. A Assembléia Nacional tentou criar um sistema monárquico, no qual o rei dividiria o poder com uma assembleia eleita. Porém, após a fracassada fuga do rei para Varennes e a mobilização dos exilados a ele ligados, os revolucionários sofreram derrotas militares para a Áustria e Prússia, fato que levou à guerra externa e a uma política interna mais dura. Em 1792, a monarquia foi abolida, a república foi criada e a execução do rei foi sucedida pelo período do Terror (setembro de 1793-julho de 1794). A Revolução fracassou em produzir uma forma estável de governo republicano e diversas facções (girondinos, jacobinos, cordeliers, Robespierre) lutaram pelo poder. Depois de diversas tentativas de administração, a última, o Diretório, foi derrubada por Napoleão, em 1799 (Nova Enciclopédia Ilustrada Folha,1996).

42 ⁴² Classe social composta dos proprietários do capital que vivem dos rendimentos por ele gerados. Pertencem à burguesia os industriais, os comerciantes, os banqueiros, os empresários agrícolas e os donos de empresas de

serviços. Originalmente, o termo era aplicado aos habitantes dos aglomerados urbanos da Idade Média que se dedicavam ao comércio, à usura e ao artesanato. Os interesses dessa burguesia eram extremamente limitados pelo poder dos senhores feudais, que serviam de obstáculo também às aspirações políticas dos reis. Por isso, freqüentemente, burgueses e monarcas aliavam-se para lutar contra a nobreza feudal, surgindo assim um dos fundamentos das monarquias nacionais. O crescimento econômico e social da burguesia em ascensão chocou-se, finalmente, com o poder dos soberanos, da nobreza e do clero, provocando os acontecimentos da Revolução Francesa, que aboliu a monarquia e os privilégios hereditários dos nobres senhores de terras. Concentrando em suas mãos os negócios do Estado, sobretudo na Europa, a burguesia criou condições propícias ao pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista. O advento da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, consolidou a força econômica da burguesia e também gestou uma nova classe social, o proletariado, desprovida de meios de produção e dona apenas de sua força de trabalho (Sandroni, 1999. p. 68).

43 ⁴³ Conjunto de modificações nos métodos de cultivo do solo que se verificaram na Europa, entre os séculos XVI e XIX, acompanhando as transformações que ocorriam no setor industrial. Consistiu, primeiro, na substituição do sistema de pousio, típico da agricultura feudal, pelo de rotação de culturas. O pousio consistia no repouso anual de uma das faixas de terra cultivadas, enquanto na rotação havia apenas a alternância anual de culturas de efeitos contrários: por exemplo, num ano plantava-se trigo, que esgota o solo, e no outro, no mesmo terreno, plantavam-se girassóis ou favas, que recuperam o solo. No decorrer do século XIX, substituiu-se o sistema de rotação de culturas pelo de cultivo único, especializado num só tipo de gênero alimentício. Isso foi possível graças ao emprego de adubos, como o guano — excremento de aves — exportado pelo Peru e pelo Chile para a Europa e os Estados Unidos. Empregou-se também o salitre, proveniente do Chile. Outro aspecto importante nesse processo foi a transformação das terras comunais européias em pastagens particulares, voltadas para a obtenção de lucros — caso típico da Inglaterra, embora tenha ocorrido também no resto da Europa. Por último, observou-se um intenso aperfeiçoamento das máquinas agrícolas — debulhadoras, ceifadeiras, arados —, bem como o emprego da máquina a vapor para movê-las. Além de grandes incrementos na produtividade, essas transformações deram origem ao proletariado rural, formado principalmente pelo grande número de pequenos proprietários expulsos de suas terras, ante a expansão das grandes plantações de tipo capitalista (Sandroni, 1999. p. 527).

44 ⁴⁴ O **imperialismo** é a política de dominação territorial e/ou econômica de uma nação sobre outras. O conceito passou a ser difundido em fins do século XIX, com a expansão econômica e política da Grã-Bretanha. Na época, representava o desejo de cada uma das nações mais desenvolvidas de adquirir, administrar e explorar economicamente territórios menos avançados, com a finalidade principal de comércio, mas algumas vezes para eliminar um risco estratégico em sua competição mútua. Atualmente, os termos “imperialismo econômico”, “neocolonialismo” e “dependência” são comumente usados para definir as relações econômicas dos países desenvolvidos com os países pobres. Para o pensamento de orientação liberal, o imperialismo constitui uma política expansionista de grandes potências industriais que poderia ser evitada. Já para o pensamento de orientação marxista, o imperialismo é uma fase inevitável do desenvolvimento da economia capitalista, devido à própria natureza dessa economia. O inglês J.A. Hobson, um dos primeiros autores a estudar as características econômicas dessa política em *Imperialismo* (1902), vinculou-a às exportações de capitais e à conquista de fontes de matérias-primas e mercados. Para J.A. Schumpeter (*Imperialismo e Classes Sociais*, 1919-1927), a política imperialista não tem relação com a natureza do capitalismo, por essência pacifista, mas com um impulso atávico de luta, próprio de estruturas e camadas sociais pré-capitalistas, que não poderiam existir sem guerras e conquistas territoriais. Hilferding em *O Capital Financeiro* (1910), Bukhárin em *A Economia Mundial e o Imperialismo* (1915) e principalmente Lênin em *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* definiram o capital financeiro como a fusão do capital bancário com o capital industrial, o que marcaria a passagem do capitalismo de livre-concorrência para o capitalismo dos monopólios. Nessa fase ocorreria a formação de grandes excedentes de capitais nos países industriais adiantados, capitais esses que precisariam ser exportados, tornando a

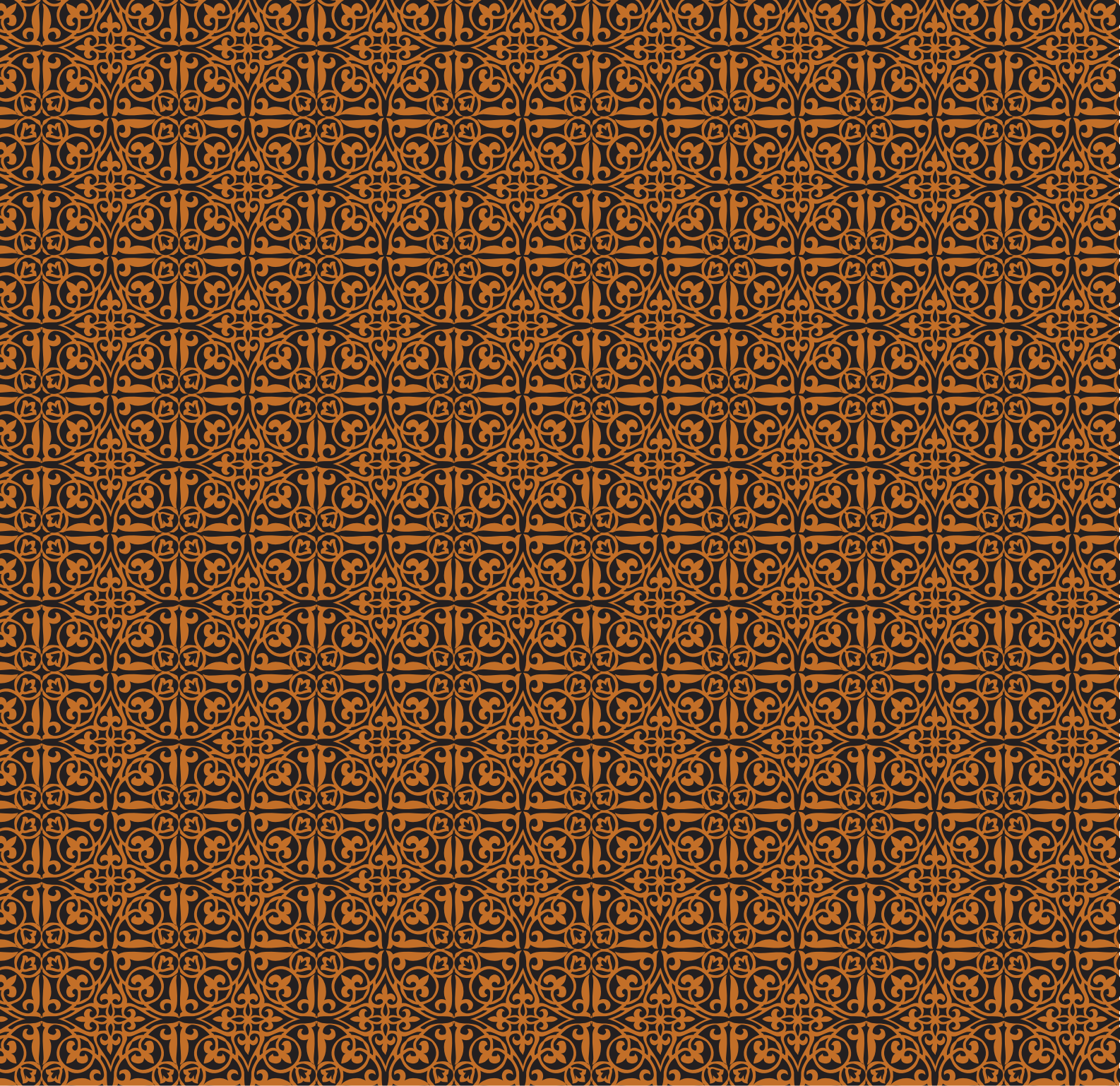
exportação de capitais mais importante do que a exportação de mercadorias. Outras características do imperialismo seriam a necessidade das grandes potências de garantir mercados e fontes de matérias-primas e a luta, até mesmo por meio de guerras, pela repartição territorial das esferas de influência e das áreas coloniais e semicoloniais. Lênin partiu das teses econômicas de Marx em *O Capital* e desenvolveu os estudos empíricos e teóricos de J.A. Hobson e Hilferding, afirmando que o imperialismo não é uma política eventual, mas faz parte da natureza da evolução do próprio capitalismo. Uma atualização da teoria marxista sobre o imperialismo, estudado sob o aspecto da grande empresa norte-americana, foi feita por Paul Baran e Paul Sweezy em *O Capitalismo Monopolista*, em 1966 (Sandroni, 1999. p. 290).

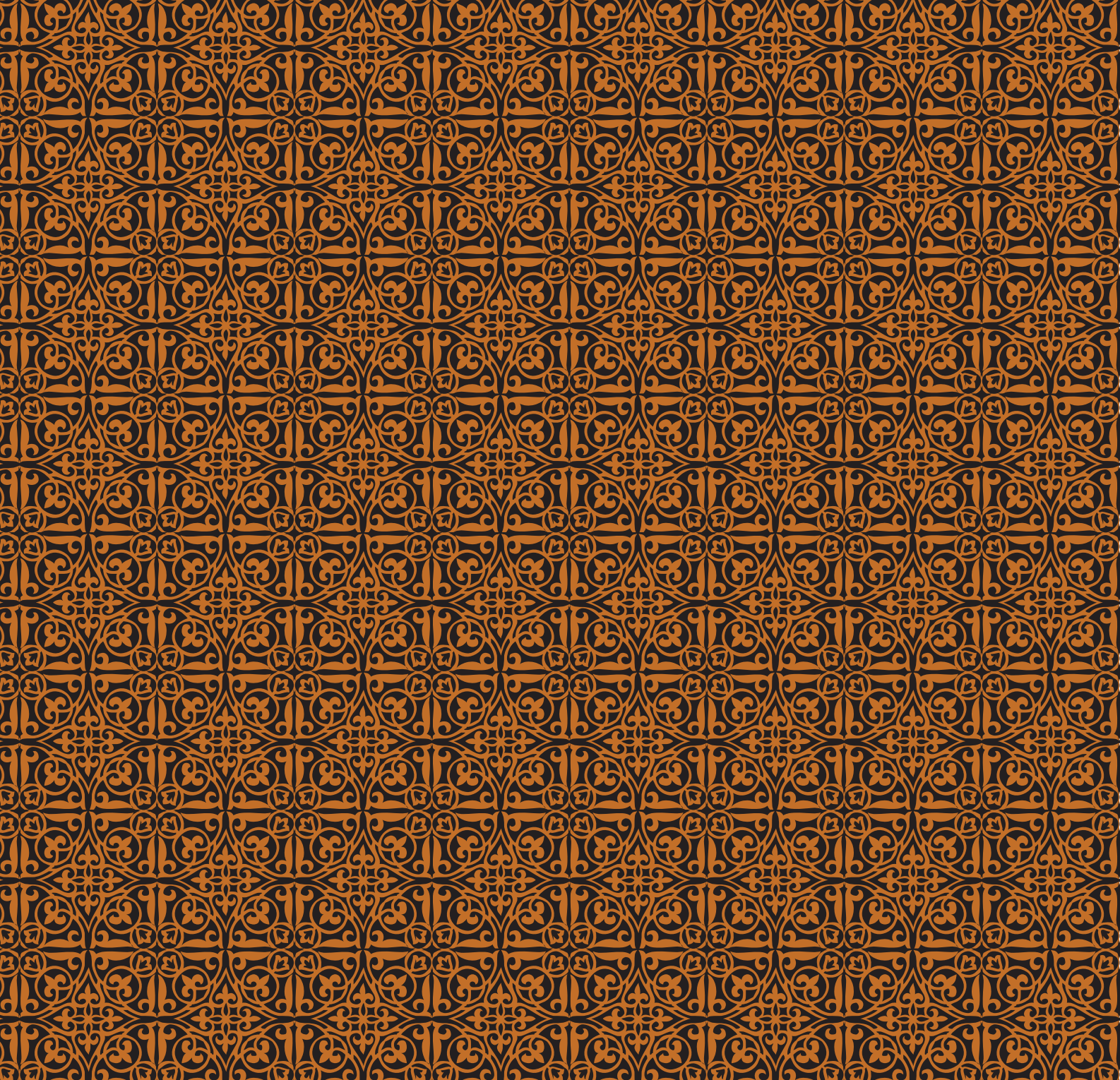
45 ⁴⁵ O **oligopólio** é uma tendência que reflete a concentração da propriedade em poucas empresas de grande porte, pela fusão entre elas, incorporação ou mesmo eliminação (por compra, dumping e outras práticas restritivas) das pequenas empresas. Para os marxistas, o oligopólio é uma característica inerente à etapa imperialista do capitalismo e traz como consequência a limitação do livre jogo de mercado. Se algumas poucas empresas dominam um mercado, elas podem dividir entre si a área de atuação, limitando os custos de concorrência e fixando preços que ampliem muito a margem de lucro. Os defensores do oligopólio argumentam que, devido ao grande porte das empresas, elas teriam maior capacidade de investimento na pesquisa por produtos novos e melhores e, devido à economia de escala, poderiam oferecer preços mais baixos. Um membro de um oligopólio, contudo, dificilmente baixa seus preços, pois sabe que será imediatamente seguido pelos demais, ficando então com a mesma fatia do mercado e lucros menores. A competição tende a estabelecer-se mais no plano do marketing. Na prática, há uma tendência ao oligopólio nos setores que exigem grande volume de investimentos. Esse é o caso, por exemplo, de muitos setores oligopolizados em todo o mundo, como os de cigarros, lâminas de barbear e lâmpadas elétricas. A tendência ao oligopólio também se verifica no caso de novos processos tecnológicos, como ocorreu na área dos computadores (Sandroni, 1999. p. 431).

46 ⁴⁶ **Herbet Clark Hoover** (1874 – 1864) foi o 31º presidente dos Estados Unidos entre 1929 e 1933. Era o presidente em vigência durante a Crise de 29 e ficou conhecido como um dos piores presidentes da história do país.

47 ⁴⁷ **Franklin Delano Roosevelt** (1882-1945). Presidente dos Estados Unidos por quatro vezes consecutivas, no crítico período 1933-1945, da Grande Depressão iniciada em 1929 à Segunda Guerra Mundial. Em seu primeiro período de governo implantou o *New Deal*, primeira tentativa de intervenção estatal na economia de países capitalistas. Eleito senador em 1910 pelo Estado de Nova York, Roosevelt tornou-se líder do Partido Democrata. No período 1913-1920, foi secretário-adjunto da Marinha; em 1921 sofreu um ataque de poliomielite, ficando paraplégico da cintura para baixo. Mesmo assim, foi eleito governador do Estado de Nova York por dois mandatos (1929-1933). Tornou-se presidente dos Estados Unidos num momento em que o país sofria ainda os efeitos da Grande Depressão de 1929: havia mais de 13 milhões de desempregados, a maior parte dos bancos encontrava-se fechada e a produção industrial estava reduzida de 56% em relação à de 1929. A resposta de Roosevelt foi o *New Deal*. Era uma ousada política de intervenção do Estado na economia para estimular o consumo e impulsionar a produção. Roosevelt, Franklin Delano, por meio da execução de um grande programa de obras públicas, da redução das horas de trabalho (para atenuar o desemprego) e da regulamentação da produção em geral. Algumas de suas propostas se aproximavam dos pontos que seriam apresentados em 1936 por John Maynard Keynes, em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, marco teórico da ruptura com o liberalismo clássico do *laissez-faire*. Como efeito dessas medidas, em 1934 a economia norte-americana já mostrava sinais de recuperação. Mas o governo enfrentava pressões para realizar reformas mais radicais, enquanto os setores conservadores protestavam contra o que consideravam uma tendência à estatização e ao socialismo. Apesar dessas críticas, Roosevelt formulou em 1935 um extenso programa de leis trabalhistas, sociais e tributárias, enfatizando as reformas do *New Deal*. Foram criados novos órgãos governamentais, como o *Work Progress Administration*, que de 1935 a 1941 empregou uma média de 2,1 milhões de trabalhadores por ano. No plano da política externa, Roosevelt reconheceu o regime soviético e inaugurou, em 1933, a política da boa vizinhança para a América Latina, pela qual os Estados Unidos abster-se-iam de intervir diretamente nos países latino-americanos. Mas a perspectiva de guerra na Europa logo deu prioridade à doutrina da segurança coletiva, que enfatizava a

necessidade de compromissos militares para a defesa do continente americano e que mais tarde seria estendida à Europa. A partir de 1937, a política reformista do New Deal foi perdendo força, substituída por uma preparação para a guerra. Com o início do conflito, Roosevelt conseguiu a revisão do Neutrality Act (declaração de neutralidade) pelo Congresso, e passou a fornecer equipamentos militares à França e à Inglaterra pelo sistema de pagamento à vista. Desse modo, era estimulado um importante setor da produção interamericana, que tinha mercado garantido. Reeleito após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, Roosevelt tentou manter os Estados Unidos diretamente fora do conflito. Entretanto, dias depois do ataque japonês à base naval de Pearl Harbour (1941), declarou guerra ao Japão, à Alemanha e à Itália. Necessitando ainda mais do apoio de setores conservadores, Roosevelt desfez diversas criações do New Deal. Nos anos seguintes, despontava como principal líder aliado, defendendo, nas Conferências de Teerã (1943) e na Conferência Yalta (1945), a exigência da rendição incondicional dos países do Eixo. Foi reeleito para seu mandato em 1944, mas morreu no ano seguinte (Sandroni, 1999. p. 537).





CAPÍTULO 3



3.1. O Liberalismo

As origens do pensamento econômico liberal remetem às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII, e à luta pela independência dos Estados Unidos², que serviram de substrato ideológico. O liberalismo defendia os anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência, amparada no absolutismo monárquico:

- Maior liberdade individual;
- Democracia representativa com separação e independência entre três poderes (executivo, legislativo e judiciário);
- Direito inalienável à propriedade;
- Livre iniciativa e concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social.

Essa doutrina, no entanto, adquire forma mais acabada a partir do século XVIII, no processo da Revolução Industrial, com autores como François Quesnay, estruturando-se como doutrina definitiva nos trabalhos de John Stuart Mill, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, J.B. Say e F. Bastiat.

Eles consideravam que a economia, tal como a natureza física, é regida por leis universais e imutáveis, cabendo ao indivíduo apenas descobri-las para melhor atuar segundo os mecanismos dessa ordem natural. Só assim o *homo economicus* poderia realizar, livre do Estado e da pressão de grupos sociais, sua tendência natural de alcançar o máximo de lucro com o mínimo de esforço.

Laissez-faire, laissez-passer (deixar fazer, deixar passar) foram as palavras de ordem do liberalismo econômico da época, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. O lema foi cunhado pelos fisiocratas franceses no século XVIII, mas a política do *laissez-faire* foi praticada e defendida de modo radical pela Inglaterra, que estava na vanguarda da produção industrial e necessitava de mercados para seus produtos.

Essa política opunha-se radicalmente às práticas corporativistas e mercantilistas, que impediam a produção em larga escala e resguardavam os domínios coloniais. Com o desenvolvimento da produção capitalista, o *laissez-faire* evoluiu para o liberalismo econômico, que condenava toda intervenção do Estado na economia.

Segundo o princípio do *laissez-faire*, não há lugar para a ação econômica do Estado, que deve apenas garantir a livre-concorrência entre as empresas e o direito à propriedade privada, quando esta for ameaçada por convulsões sociais.

Os princípios do *laissez-faire* aplicados ao comércio internacional levaram à política do livre-cambismo, que condenava as práticas mercantilistas, as barreiras alfandegárias e protecionistas.

A defesa do livre-cambismo foi uma iniciativa fundamentalmente da Inglaterra, a nação mais industrializada da época, ansiosa por colocar seus produtos em todos os mercados europeus e coloniais. Com o desenvolvimento da economia capitalista e a formação dos monopólios no final do século XIX, os princípios do liberalismo econômico foram cada vez mais entrando em contradição com a nova realidade econômica, baseada na concentração da renda e da propriedade.

Essa defasagem acentuou-se com as crises cíclicas do capitalismo, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, quando o Estado se tornou um dos principais agentes orientadores das economias nacionais. Coube a J.M. Keynes redefinir os pressupostos da economia clássica, considerando a intervenção do Estado na economia e os próprios monopólios uma evolução racional e natural no desenvolvimento capitalista.

3.2. Os Fisiocratas

Na França, o pensamento econômico constituía um segmento do pensamento filosófico. Com o movimento enciclopedista liderado por Diderot³ e d'Alembert⁴, nas primeiras décadas do Século XVIII, os escritos econômicos se multiplicaram.

Surgiram pensadores como Turgot⁵, que defendeu a livre circulação de grãos entre as regiões francesas, assim como a liberdade para o comércio internacional e o saneamento das finanças públicas. Antes de Adam Smith, ele formulou o princípio dos rendimentos decrescentes na agricultura e os rudimentos da teoria do equilíbrio econômico.

Além do Enciclopedismo, outro movimento intelectual daquela época foi a Fisiocracia, que constituiu a primeira escola econômica de caráter científico. A Fisiocracia foi liderada pelo médico francês François Quesnay⁶, autor da obra “O Quadro Econômico”, em que analisa as variações do rendimento de uma nação.

Transferindo o centro da análise do âmbito do comércio para o da produção, os fisiocratas criaram a noção de produto líquido: sustentaram que somente a terra, ou a natureza (*physis*, em grego), é capaz de realmente produzir algo novo (só a terra multiplica, por exemplo, um grão de trigo em muitos outros grãos de trigo). As demais atividades, como a indústria e o comércio, embora necessárias, não fazem mais do que transformar ou transportar os produtos da terra (daí, a condenação ao mercantilismo, que estimulava essas atividades em detrimento da agricultura).

Para os economistas, como passaram a ser conhecidos a partir de então, os fenômenos econômicos precisavam circular livremente no espaço e entre setores, seguindo leis naturais, como o sangue no organismo humano. Essa idéia de ausência de obstáculos para uma melhor circulação dos bens e serviços, assim como do fluxo de rendas, constituiu o embrião das teorias econômicas modernas.

Segundo a doutrina fisiocrática, a sociedade é formada pelas classes produtivas (agricultores), pela classe dos proprietários de terras e pela classe estéril, compreendendo esta última todos os que se ocupam do comércio, da indústria e dos serviços. A agricultura era considerada produtiva por ser, para os fisiocratas, o único setor que gera valor.

Desse modo, os preços agrícolas deviam ser os mais elevados possíveis (teoria do bom preço), a fim de gerar lucros e recursos para novos investimentos agrícolas. Os consumidores seriam compensados pela cobrança de um imposto único sobre a renda dos proprietários de terras e por medidas que reduzissem os preços industriais.

A idéia de classe estéril resultou da reação fisiocrática contra a doutrina mercantilista. A moeda passou a ter apenas função de troca e não de reserva de valor, pois este se encontrava somente na agricultura. A indústria e o comércio constituem desdobramentos da agricultura, pois apenas transformam e transportam valores. A terra produz valor por sua fertilidade, seguindo leis físicas, ou de ordem natural. Com isso, a agricultura precisava ser incentivada para aumentar o produto nacional.

Não era isso que se via na prática: a agricultura era penalizada pela ação discriminatória do Estado. Quando havia boas colheitas, a abundância de produtos reduzia os preços, pois os produtos não podiam ser escoados de regiões com produção abundante para regiões com produção insuficiente. Em caso de más colheitas, a escassez resultante de produtos tendia a aumentar os preços.

Os controles de preços pelo governo, para não elevar o custo de vida da população, não permitiam que os agricultores saíssem do prejuízo. Ao mesmo tempo, eles eram sobrecarregados de impostos, uma vez que o governo obtinha suas receitas com base na classe produtiva. Os nobres e o clero praticamente não pagavam impostos. A redução do jugo do Estado poderia diminuir com uma conduta mais liberal, deixando o mercado agir naturalmente.

Turgot pregava a livre circulação de bens e a liberdade total para empreender, assim como os fisiocratas, como uma maneira de desenvolver a economia. Com a presença de uma lei natural regulando a ordem econômica, os homens precisam agir livremente; qualquer intervenção do Estado inibiria essa ordem, ao criar obstáculos à circulação de pessoas e de bens.

Eles propunham a redução da regulamentação oficial, para aumentar a produtividade da economia, e a eliminação de barreiras ao comércio interno e a promoção das exportações. Ao se proibir as exportações de cereais, aumenta a oferta interna e reduz os preços, o que reduz os lucros, impede novos investimentos e diminui a produção na safra seguinte.

Em relação aos demais setores da economia, para manter baixos os preços das manufaturas e beneficiar os consumidores, os fisiocratas propunham o combate aos oligopólios e o fim das restrições às importações. O pensamento fisiocrático era, portanto, liberal, traduzindo-se na famosa divisa *laissez-faire, laissez passer* (deixe fazer, deixe passar). Para manter essa ordem natural, o Estado deveria assumir o papel exclusivo de guardião da propriedade e garantidor da liberdade econômica.

O maior representante dos fisiocratas foi François Quesnay, ao qual se juntaram o ministro Turgot, o marquês de Mirabeau e Du Pont de Nemours, entre outros. Suas teses exerceram influência sobre Adam Smith, embora tenham sido bastante criticadas por este e por toda a escola clássica.

O principal defeito do pensamento fisiocrático era a premissa de que somente a terra gerava valor. Com isso, eles se mantinham muito tolerantes em relação à classe dos proprietários e à nobreza. Essa era a diferença fundamental entre os fisiocratas e Turgot. Para este último, o valor encontra-se no trabalho e esse pensamento faz dele um precursor da economia clássica.

3.3. Os Clássicos

A escola clássica compreende a linha de pensamento econômico que vai da publicação do livro “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith⁷, em 1776, aos “Princípios de Economia Política”, de John Stuart Mill⁸, de 1848, e é marcada pela obra de David Ricardo⁹, “Princípios de Economia Política e Tributação”, de 1817.

Fundada por Smith e Ricardo, a escola clássica desenvolveu-se nos escritos de Malthus¹⁰, Stuart Mill, McCulloch¹¹, Senior¹² e do francês Jean-Baptiste Say¹³. Com os representantes da escola clássica, a economia adquiriu caráter científico integral, quando passou a centralizar a abordagem teórica na questão do valor, cuja única fonte original era identificada no trabalho em geral.

Além da teoria do valor-trabalho, do uso do método dedutivo, do materialismo, da preocupação em simplificar e generalizar as proposições econômicas e de uma visão de conjunto da evolução econômica, a escola clássica baseou-se nos preceitos filosóficos do liberalismo e do individualismo e firmou os princípios da livre-concorrência, que exerceram decisiva influência no pensamento revolucionário burguês.

A escola clássica também é caracterizada por enfatizar a produção, relegando ao segundo plano o consumo e a procura. Para Adam Smith, o objeto da economia está indicado no título completo de sua obra: é uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, entendendo-se por riqueza os bens que possuem valor de troca.

Adam Smith distingue o valor de uso do valor de troca das mercadorias, destacando que este último é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-las. Para os fisiocratas, apenas o trabalho na agricultura produzia valor. Smith refutou-os, demonstrando todas as atividades que produzem mercadorias. E, contra as concepções

mercantilistas, Smith argumenta que a riqueza é constituída pelos valores de troca, e não pela moeda, que é apenas o meio que permite a circulação dos bens.

Baseando-se na teoria do valor-trabalho, Smith mostra que o crescimento da riqueza de uma nação depende essencialmente da produtividade do trabalho, que, por sua vez, é função do grau de especialização, ou da extensão, obtida pela divisão do trabalho, determinado pela expansão do mercado e do comércio. Nesse processo, todos os participantes ganhariam, beneficiando-se do aumento da produtividade.

Smith conclui, então, pela remoção de todas as barreiras ao comércio interno e externo. A política livre-cambista deveria ser posta em prática, uma vez que só ela conduziria ao desenvolvimento das forças produtivas. O padrão mercantilista de regulamentação estatal e controle passa também a ser claramente contestado.

A política econômica deveria ser medida por seus efeitos sobre o processo de riqueza e por suas conseqüências sobre a acumulação de capital e especialização do trabalho. A verdadeira fonte de riqueza de um país é seu trabalho, e ela só pode ser elevada com o aumento da produtividade, com a extensão de sua especialização e com a acumulação do produto sob a forma de capital.

Essas proposições seriam endossadas por Ricardo, que colocou o trabalho como determinante do valor de troca. O valor de determinada mercadoria seria dado pela quantidade de trabalho empregada para produzi-la. O trabalho seria, portanto, fonte de todo o valor. Em suas análises, Ricardo localiza uma contradição entre o valor de troca e o preço relativo das mercadorias; essa questão só seria resolvida muitos anos mais tarde por Marx, ao analisar a transformação do valor de troca em preço de produção.

As principais questões da escola clássica são as que se incluem hoje dentro da teoria do valor e da distribuição. A distribuição do produto nacional continuou sendo tratada de modo tradicional, por meio da divisão do produto em três partes destinadas a remunerar o trabalho (salários), o capital (o lucro) e a terra (renda).

No trabalho de Say e seus discípulos, os rendimentos do capital, denominados juros, passaram a ser considerados de modo separado dos lucros. A teoria clássica do valor destaca o fato de que os preços dos bens produtivos eram proporcionais aos respectivos custos de produção, quando prevaleciam as leis de livre-concorrência do mercado.

Porém, os custos não significavam apenas as despesas em capital dos produtores, mas, principalmente, os custos reais, o custo do esforço humano em produzir determinado produto em detrimento da produção de outro. A teoria dos preços desdobra-se numa teoria da repartição, que visa a explicar a renda, a terra, o salário, o juro e o lucro.

Ao mesmo tempo, a escola clássica apresenta uma visão de conjunto da dinâmica econômica, na qual os elementos decisivos são o princípio do crescimento populacional

de Malthus, a lei dos rendimentos não-proporcionais e o princípio da acumulação de capital. Outra característica da economia clássica é a suposição do emprego constante de todas as fontes produtivas disponíveis.

A teoria clássica é elaborada em função de um equilíbrio automático que ignora as crises e os ciclos econômicos. Desse modo, a oferta deve criar necessariamente sua procura (Say), e a soma dos salários e dos ganhos retidos pelos consumidores deve corresponder à quantidade global de bens oferecidos no mercado.

No contexto pragmático da escola clássica, destaca-se ainda a teoria de Ricardo sobre a renda da terra, que estava relacionada ao aumento da população, o que explicava a alta renda fundiária da Inglaterra. Ricardo admitia que o proprietário rural passava a ocupar áreas menos férteis à medida que a população aumentava.

Desse modo, os proprietários das terras mais férteis beneficiavam-se com a elevação dos custos de produção em outras áreas, uma vez que os preços dos produtos seriam mantidos para cobrir os custos mais elevados em terras de baixa categoria. Assim, acabariam tendo uma maior receita, independentemente do capital e do trabalho aplicados na produção.

Esse excedente econômico foi denominado por Ricardo de renda diferencial da terra. Com o crescimento dessa renda diferencial, os proprietários rurais iriam se apropriar de um excedente econômico maior, em detrimento dos capitalistas, que teriam seus lucros reduzidos, a ponto de colocar em perigo a acumulação de capital, prejudicando o desenvolvimento econômico.

Para superar esse problema, Ricardo propõe o livre-cambismo no comércio internacional, que permitiria aproveitar as melhores terras em escala mundial. Formula, assim, a teoria das vantagens comparativas, na qual demonstra as vantagens de um país importar determinados produtos, mesmo que pudesse produzi-los por preço inferior, desde que suas vantagens comparativas em outros produtos fossem maiores.

Contra a intervenção estatal, a escola clássica apóia-se no liberalismo e no individualismo. Os clássicos ingleses propõem um sistema de liberdade econômica, pois seria mediante o mecanismo impessoal do mercado que se conseguiria harmonizar os interesses individuais. Entretanto, as revoluções que ocorreram na Europa, no período de 1830 a 1848, mostraram que a harmonia de uma ordem natural e do não-intervencionismo, preconizado pela escola clássica, era remota.

O liberalismo e o individualismo dos clássicos estavam associados ao bem comum: os homens, ao maximizarem a satisfação pessoal com o mínimo de dispêndio ou esforço, estariam contribuindo para a obtenção do máximo bem estar social.

Tal harmonização seria feita, segundo Adam Smith, por uma espécie de mão invisível: o livre funcionamento do mercado, com o sistema de preços determinando as quantidades a serem produzidas e vendidas, gera automaticamente o equilíbrio econômico.

No preço correspondente ao equilíbrio, as quantidades demandadas pelo público correspondem às quantidades ofertadas pelas empresas. Não há excesso de produtos não vendidos (aumento dos estoques não desejados), nem escassez dos mesmos (consumidores não atendidos). O mercado funciona como se houvesse uma mão invisível, regulando o equilíbrio entre as quantidades ofertadas e demandadas.

A idéia de satisfação pessoal dos consumidores e de maior bem-estar do conjunto da população está relacionada com a doutrina hedonística do prazer. Essa doutrina, igualmente presente entre os fisiocratas, também leva à idéia de racionalidade: os consumidores vão optar pela obtenção de maiores quantidade de bens (maior satisfação) e pelo pagamento de menores preços; os produtores desejam sempre maiores lucros, motivo pelo qual tendem a pagar menos pelos insumos e a pedir os maiores preços possíveis pelos seus produtos.

A Reforma protestante de João Calvino contribuiu para a difusão do individualismo, mola mestra do pensamento clássico, ao defender o trabalho como vocação e o sucesso pessoal, resultante dele. Quando todos trabalham arduamente para obter maiores salários e maiores lucros, aumenta simultaneamente a riqueza nacional, o que gera novos empregos, maior arrecadação de impostos e o desenvolvimento econômico.

A busca de maiores lucros e de fortuna pessoal é motivada por uma espécie de egoísmo individual, mas que leva ao bem-estar coletivo. O pensamento dos economistas clássicos fundamenta-se, portanto, na liberdade individual e no comportamento racional dos agentes econômicos.

Ao Estado caberia assegurar essa liberdade, proteger os empreendimentos e os direitos de propriedade, manter a ordem e a segurança dos cidadãos e investir na educação, na saúde e em certas obras públicas. Com a publicação da **Riqueza das Nações**, em 1776, tendo como experiência a Revolução Industrial inglesa, em curso desde as primeiras décadas do Século XVIII, Adam Smith estabeleceu as bases científicas da teoria econômica moderna.

Ao contrário dos mercantilistas e fisiocratas, que consideravam os metais preciosos e a terra, respectivamente, como os geradores da riqueza nacional, para Adam Smith o elemento essencial da riqueza é o trabalho produtivo. Assim, o valor pode ser gerado fora da agricultura, toda vez que uma mercadoria for vendida a um preço superior ao seu custo de produção.

O trabalho fica ainda mais produtivo com o emprego de mais capital: a maior produtividade resultante incrementa o valor do produto total, por unidade de tempo. Seriam as trocas e a expansão das áreas de mercado que aumentavam a demanda, possibilitando maior volume de produção, com menor custo (economias de escala), mediante o emprego de trabalho e capitais adicionais.

A seqüência maior escala/menores custos (maior produtividade dos fatores capital e trabalho e maiores lucros) implica em novos investimentos e geração de novos

empregos; em suma, implica no crescimento econômico nacional. Desse modo, quando os mercados tornam-se nacionais e internacionais, fica possível a especialização produtiva dos trabalhadores, o que gera a seqüência referida.

De outra parte, o aumento da massa salarial da economia nacional dinamiza o setor de mercado interno. O aumento da produção, desta vez para satisfazer o mercado interno nacional, possibilita nova divisão do trabalho (especialização produtiva) e uma nova seqüência redução de custos médios/crescimento econômico.

A economia de Adam Smith conhece, portanto, expansão contínua, enquanto for possível ampliar a dimensão dos mercados e empregar novos trabalhadores produtivos. A acumulação de capital desempenha também um papel crucial ao aumentar a produtividade dos trabalhadores. O progresso técnico resultante permite aos empresários o pagamento de salários mais elevados, enquanto o crescimento demográfico e a concorrência entre os trabalhadores exercem efeito oposto.

O pensamento de Adam Smith foi aperfeiçoado por seu principal discípulo, Ricardo. Para ele, o crescimento demográfico exerce efeito nocivo sobre a economia, ao elevar a demanda de alimentos. Isso ocorre porque o aumento do custo de vida repercute-se sobre a expansão dos salários industriais, reduzindo a taxa média de lucro do conjunto da economia. Com isso, os investimentos reduzem-se, afetando o nível de emprego e o produto total.

O grande problema da economia estava na agricultura, pela existência de rendimentos decrescentes, à medida que ela mostrava-se incapaz de produzir alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores. Como a agricultura constituía mais de dois terços do produto nacional, o aumento dos custos de produção da agricultura e a conseqüente redução da taxa de lucro se repercutia automaticamente no conjunto da economia, provocando estagnação econômica.

Ricardo elaborou a teoria da renda da terra, segundo a qual, à medida que a população cresce, ocupam-se terras cada vez piores, aumentando os custos na margem de cultivo, enquanto a renda da terra, embolsada pelos proprietários, expande-se nas terras de melhor fertilidade. Por definição, no início do processo de ocupação de uma área geográfica, a população ocupa as melhores terras (tipo A).

Nessa área, não havendo nenhuma outra terra pior sendo utilizada, não existe renda. A receita total gerada apenas cobre os custos e os lucros são normais. O valor da produção, ou receita total, é distribuído somente entre os capitalistas arrendatários e os trabalhadores.

Crescendo a população, aumenta a demanda de alimentos e os preços sobem, o que justifica o emprego de terras piores, do tipo B. Nessa terra pior não existe renda, pois, da mesma forma, as receitas apenas cobrem os custos de produção. Nas terras do tipo A, no entanto, o maior rendimento da produção agrícola por unidade de área gera uma receita maior do que os custos.

Essa diferença é a renda da terra que os proprietários embolsam. Com o crescimento demográfico persistindo, os preços dos alimentos sobem novamente. Ocupam-se terras ainda piores, do tipo C, embora nestas terras as receitas apenas cobrem os custos totais.

Os diferenciais de produtividade geram, no entanto, uma renda nas terras do tipo B e uma renda ainda maior nas terras do tipo A. Essas rendas decorrem, portanto, das diferenças da produtividade da terra, sendo embolsada pelos 18 proprietários, ficando os capitalistas arrendatários apenas com o lucro normal.

Ricardo demonstrou que, com o crescimento demográfico no longo prazo, caem tanto os lucros dos arrendatários, como os salários reais (salário individual/preço dos alimentos) e a taxa de lucro (lucro absoluto/capital empregado). Por outro lado, aumentam os preços dos alimentos, os salários monetários e a renda da terra dos proprietários.

A queda da taxa de lucro reduz os investimentos na agricultura e em toda a economia. A solução apontada por Ricardo foi o controle da natalidade e a livre importação de alimentos, para consumo dos trabalhadores. Com a importação de alimentos, evita-se que os preços subam e que a agricultura se desloque para terras piores, o que evita o aumento dos custos, a deterioração da taxa de lucro e a queda dos investimentos em toda a economia.

A teoria da população de Thomas Malthus, adotada pelos clássicos, diz que a população aumenta em proporções geométricas (1, 2, 4, 8...), ao passo que, na melhor das hipóteses, a produção de alimentos cresce a taxas aritméticas (1, 2, 3, 4...). A população crescerá sempre que os salários nominais estiverem acima do salário mínimo de subsistência, definido por Ricardo como aquele salário pago na margem extensiva de cultivo.

Nesse caso, haverá incentivo para casamentos precoces e aumento do tamanho da família. A população irá reduzir-se se os salários monetários pagos no mercado forem inferiores ao salário mínimo de subsistência; a população permanecerá estacionária quando tais salários forem iguais por um período relativamente longo.

A igualdade entre o salário nominal de mercado e o salário mínimo de subsistência é uma característica do estado estacionário, situação de longo prazo em que cessa toda acumulação de capital. Isso ocorre porque a taxa de lucro de mercado iguala-se à taxa de lucro mínima, definida como o juro pago pelo capital emprestado (i), mais um pequeno diferencial correspondente ao risco dos negócios. Desse modo, o produto da economia não cresce mais, assim como o nível de emprego e a população total.

O estado estacionário foi mais bem estudado por Stuart Mill (1806-1873), em sua obra **Princípios de Economia Política** (1833). Segundo ele, tanto a concorrência entre os capitalistas por melhores oportunidades de negócios, como o crescimento demográfico (que leva o cultivo para as piores terras) aproximam o estado estacionário, enquanto a livre importação de alimentos e as inovações tecnológicas (recuperação de terras alagadas ou áridas, novos métodos de cultivo, sementes geneticamente melhoradas, uso de fertilizantes e corretivos do solo) afastam o fantasma do estado estacionário para épocas futuras.

Quando o progresso técnico deixar de ocorrer, em um futuro muito remoto, o estado estacionário acabará finalmente acontecendo. Toda a população, porém, apresentará nível de vida tão elevado, que o objetivo social não seria mais o consumo e o enriquecimento, mas o lazer e a busca do aperfeiçoamento cultural e espiritual.

Como se percebe, os economistas clássicos enfatizaram a oferta, isto é, o lado da produção. A idéia era a de que tudo o que fosse produzido seria consumido. Essa suposição foi mais bem explicitada por Jean-Baptiste Say (1767-1832), ao formular a lei dos mercados (Lei de Say) em seu livro **Tratado de Economia Política** (Say, 1983).

Segundo ele, a oferta cria a sua própria procura. Isso se explica porque os clássicos supunham que a produção realiza-se com proporções fixas, ou seja, todo acréscimo de produção exige o aumento simultâneo e proporcional de capital e de trabalho. Assim, ao aumentar a produção há, ao mesmo tempo, o pagamento de uma renda na mesma proporção que irá ser gasta nessa produção adicional.

Os economistas clássicos supunham que a economia encontrava-se em equilíbrio com pleno emprego de fatores, isto é, que ela sempre se encontrava sobre a fronteira de possibilidades de produção. Uma nova acumulação de capital retirava trabalhadores subempregados de outros setores, e gerava um fluxo de renda correspondente ao valor dos novos bens levados ao mercado, restabelecendo de imediato o equilíbrio entre oferta agregada e demanda agregada.

A Lei de Say do equilíbrio dos mercados foi criticada por Thomas Robert Malthus, em sua obra **Princípios de Economia Política**. Segundo ele, existem crises no sistema capitalista resultantes do subconsumo da população, ou seja, do crescimento insuficiente da demanda efetiva, definida como a soma do consumo agregado, gastos com investimento, gastos do Governo, e exportações menos importações.

A demanda efetiva define, portanto, o nível do produto total doméstico absorvido pela economia, em função de sua capacidade de pagamento. O subconsumo decorre da redução gradual dos salários reais, o que impede a população manter seu consumo em crescimento ou nos mesmos níveis, ano após ano. Com estoques não vendidos, as empresas reduzem a produção no período seguinte.

Se a queda do poder de compra da população for sistemática, a acumulação de capital tende a declinar, assim como a oferta total e o nível de emprego. Aumentos de oferta não geram demandas adicionais no nível correspondente, havendo uma tendência da oferta total manter-se acima da demanda total.

A Lei de Say não se verifica também, segundo Malthus, porque os clássicos não levaram em conta os gostos e as necessidades dos consumidores, e porque o trabalhador desempregado já mantém algum nível de consumo prévio. Além disso, a paixão pela acumulação e o receio da concorrência leva o capitalista a investir acima das necessidades da demanda total.

O liberalismo e o individualismo começam então a sofrer várias críticas de pensadores preocupados com os problemas econômicos e sociais. E, já na obra de Stuart Mill,

(considerada um resumo de todo o pensamento da escola clássica) surgem indícios de aceitação de algumas restrições à liberdade individual.

Assim, contra o liberalismo da escola clássica desenvolvem-se, a partir de 1830, reações doutrinárias que apresentam diferentes concepções de mundo. Surgem a doutrina intervencionista de Sismonti, o industrialismo de Saint-Simon, o nacionalismo de List, o liberalismo otimista de Bastiat e o socialismo utópico de Fourier e Proudhon.

Esses autores apontam algumas das principais falhas do pensamento clássico. Identificam crises e depressões da atividade econômica, destacam a questão do desemprego eventual e econômico, a distribuição desigual de renda e a oposição entre os interesses individuais e coletivos. Mas falta a essas críticas uma visão global do sistema econômico, diante da visão integrada e coerente apresentada pela escola clássica.

Marx é o primeiro autor a contestar verdadeiramente a análise realizada pelos clássicos, tanto nas suas premissas e objetivos como em suas conclusões, ao desenvolver a análise do processo capitalista baseado na concepção materialista da História e na luta de classes. Embora conservasse parte do instrumental analítico dos clássicos, introduz alguns conceitos novos, como a teoria do valor-trabalho, que utilizou para desenvolver o conceito de mais-valia.

3.4. Os Marxistas

Escola de pensamento econômico fundada por Karl Marx¹⁴ e Friedrich Engels¹⁵, o marxismo consiste num conjunto de teorias econômicas (mais-valia), filosóficas (materialismo dialético), sociológicas (materialismo histórico) e políticas, desenvolvido a partir da filosofia de Hegel, do materialismo filosófico francês do século XVIII e da economia política inglesa do início do século XIX.

A síntese dessas formulações foi apresentada em “O Capital” (1867), em que, a partir da teoria do valor-trabalho da escola clássica inglesa, Marx desenvolve o conceito de mais-valia como trabalho excedente, não pago, fonte do lucro, do juro e da renda da terra. A partir da teoria da mais-valia, Marx analisa o processo de acumulação de capital no sistema capitalista, mostrando haver uma correlação entre a crescente acumulação e concentração de capital e a pauperização do proletariado e a proletarização da classe média, situações que causariam a eclosão das contradições básicas do sistema.

Entre os principais fatores que contribuíram para as crises periódicas no sistema capitalista, Marx destacou:

- O progressivo decréscimo da taxa de lucro (a diminuição da mais-valia), decorrente do maior aumento do capital constante (máquinas e equipamentos) em relação ao capital variável (mão de obra empregada).
- O dinamismo anárquico do sistema, ligado à busca incessante de lucros maiores e expresso no fato de os progressos técnicos tornarem os antigos instrumentos de trabalho ultrapassados antes de sua utilização normal.

- A desordem dos mercados provocada pela contradição básica entre o aspecto coletivo dos meios de produção (as grandes unidades técnicas) e o caráter privado de sua apropriação.

A queda do regime capitalista ocorreria por força de suas próprias contradições internas, mas a mudança seria impulsionada pela luta de classes, pela ação revolucionária do proletariado, que implantaria um regime socialista, com a socialização dos meios de produção, estágio preparatório para a fase definitiva do comunismo.

Entretanto, após a morte de Marx e Engels, a rápida industrialização da Alemanha e o fortalecimento do Partido Social-Democrata e dos sindicatos melhoraram as condições de vida dos operários alemães. Nesse contexto, considerando que as previsões de pauperização progressiva das massas não se tinham verificado, surgiu na II Internacional uma tendência revisionista da teoria marxista.

Seu principal porta-voz foi Eduard Bernstein¹⁶, que propôs substituir o conteúdo revolucionário do marxismo pela concepção de uma evolução reformista e gradual. O revisionismo direitista de Bernstein foi combatido pelo centro ortodoxo representado por Karl Kautsky¹⁷ e pela esquerda social-democrata de Rosa Luxemburgo¹⁸.

A controvérsia que se seguiu referiu-se basicamente à teoria do colapso do sistema capitalista e à natureza das crises que levariam a seu fim e ao advento do socialismo: as crises provocadas pela tendência decrescente da taxa de lucros e as causadas pelo subconsumo das massas.

Nessa discussão, destacou-se a posição do economista revisionista russo Tugan-Baranovski¹⁹, para quem as crises se deviam à desproporção entre os vários ramos da produção.

Mas o destaque maior nessa controvérsia coube a Rosa Luxemburgo. Em **A Acumulação do Capital** (1913), ela argumenta que acumulação de capital era impossível num sistema capitalista fechado, adaptando a teoria de Marx às novas condições do imperialismo econômico e político do início do século XX. Pouco antes, o dirigente socialista austríaco Rudolf Hilferding²⁰ havia publicado seu famoso livro, **O Capital Financeiro** (1910), no qual mostra que o imperialismo é uma consequência do desenvolvimento dos monopólios, controlados pelo capital financeiro.

As concepções desses autores foram desenvolvidas por Lênin²¹ em **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo** (1916), em que caracteriza o capitalismo moderno por sua própria dinâmica de formação e ampliação de mercados por meio da dominação colonial e da guerra.

A ação do capital monopolista internacional dividiria os países em dois grupos: os de estrutura financeira e industrial poderosa (em permanente expansão econômica) e os atrasados (fornecedores de matéria-prima e mão-de-obra barata), em relação de dependência com os primeiros.

A importância da contribuição teórica e prática de Lênin para a teoria marxista deram origem à expressão marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo atribui ao Partido

Comunista o papel de consciência teórica e liderança prática do proletariado na derrocada do capitalismo, doutrina vitoriosa na Revolução Russa de 1917.

Mais tarde, durante os primeiros anos do regime soviético, destacou-se a posição do economista Preobrajenski²², autor de uma proposta de industrialização imediata e de um rápido progresso técnico, em detrimento da expansão do setor agrícola.

Após a morte de Lênin, surgiram novamente posições direitistas, esquerdistas e centristas no âmbito da experiência soviética e na Internacional Comunista. Seus principais porta-vozes eram, respectivamente, Nikolai Bukharin²³, Leon Trotski²⁴ e Joseph Stalin²⁵ (1879-1953). Stalin esmagou seus adversários e adotou uma política que oscilou entre as concepções de Bukharin e Trotski, ambos teóricos de peso.

Após a estagnação dogmática que caracterizou o período stalinista, houve um revigoramento da pesquisa teórica no campo do marxismo. Desenvolveu-se uma série de polêmicas, centradas particularmente em torno das contribuições de Mao Tsé-ung²⁶, Antonio Gramsci²⁷, Rosa Luxemburgo, Georg Lukács²⁸, Louis Althusser²⁹, e outros.

No campo da teoria econômica, destacam-se as seguintes contribuições teóricas:

- do economista polonês Oskar Lange³⁰ à planificação socialista, dando-lhe fundamento matemático;
- do belga Ernst Mandel³¹, dirigente da IV Internacional (fundada por Trotski em 1938) e autor de penetrante análise do capitalismo contemporâneo denominado de capitalismo tardio;
- do economista inglês Maurice Dobb³² no estudo dos problemas econômicos do socialismo;
- do austríaco Andre Gorz³³, nas análises das contradições do capitalismo e numa estratégia alternativa de transição para o socialismo;
- do francês Charles Bettelheim³⁴, autor de importante estudo da estrutura de classes na União Soviética;
- dos norte-americanos Paul Sweezy³⁵ e Paul Baran³⁶, na análise das características do capitalismo monopolista contemporâneo.

3.5. Os Neoclássicos

O pensamento econômico neoclássico foi o pensamento predominante entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, também conhecida como escola marginalista, por fundamentar-se na teoria subjetiva do valor da utilidade marginal para reelaborar a teoria econômica clássica. Essas idéias surgiram como reação aos movimentos socialistas de meados do século XIX, que eclodiram devido à concentração de renda e à intensa migração rural-urbana decorrentes da industrialização.

Os marginalistas ou neoclássicos combatiam a teoria clássica baseada no valor-trabalho e na ideia de que a renda da terra não era socialmente justa. Seus precursores foram Thünen³⁷, Gossen³⁸ e Cournot³⁹ e são considerados os fundadores da escola neoclássica os economistas Carl Menger⁴⁰, iniciador do grupo da chamada escola austríaca, William Jevons⁴¹, na Inglaterra, e Léon Walras⁴², criador do grupo de Lausanne, na França.

Os economistas neoclássicos negaram a teoria do valor-trabalho da escola clássica, substituindo-a por um fator subjetivo: a utilidade de cada bem e sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, acreditando que o mecanismo da concorrência (ou a interação da oferta e da demanda), explicado a partir de um critério psicológico (maximização do lucro pelos produtores e da utilidade pelos consumidores). Essa seria a força reguladora da atividade econômica, capaz de estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo.

A análise da escola neoclássica caracteriza-se fundamentalmente por ser microeconômica e baseada no comportamento dos indivíduos e nas condições de um equilíbrio estático, estudando os grandes agregados econômicos a partir desse ponto de vista e com uso da matemática. Tem como postulados a concorrência perfeita e a inexistência de crises econômicas, admitidas apenas como acidentes ou conseqüências de erros.

Novas teorias foram desenvolvidas para o valor, distribuição e formação dos preços. Suas suposições são as de que a economia é formada por um grande número de pequenos produtores e consumidores, incapazes de influenciar isoladamente os preços e as quantidades no mercado.

Os consumidores, de posse de determinada renda, adquirem bens e serviços de acordo com seus gostos, a fim de maximizarem sua utilidade total, derivada do consumo ou da posse das mercadorias. Essa é uma concepção hedonista, segundo a qual o homem procura o máximo prazer com um mínimo de esforço.

Dados os preços de mercado, os produtores adquirem os fatores de produção necessários, a fim de combiná-los racionalmente e produzir as quantidades que maximizarão seus lucros. Os fatores têm preços determinados por sua escassez e utilidade no processo produtivo.

Não há mais conflito entre as classes sociais na distribuição do produto, como na economia clássica, mas harmonia entre os agentes. Isso se explica porque, no pensamento marginalista, a distribuição do produto efetua-se segundo as produtividades marginais de cada fator e os salários passaram a ser flexíveis (determinados pela interação entre a oferta e a demanda de trabalho) e não mais de subsistência (fixos), como no pensamento clássico.

A essência do pensamento marginalista pode ser sintetizada em dez pontos:

- Raciocínio na margem: a decisão de produzir ou consumir vai depender do custo ou benefício proporcionado pela última unidade;
- Abordagem microeconômica: o indivíduo e a firma estão no centro da análise, cada bem levado ao mercado é único ou homogêneo, possuindo um preço que equilibra sua oferta com a demanda;

- Método abstrato-dedutivo: abstração teórica, argumentação lógica e conclusão;
- Concorrência pura nos mercados, sendo o monopólio uma exceção: muitos vendedores e compradores concorrem no mercado por bens e serviços; as firmas são pequenas e, individualmente, não conseguem influenciar o preço de equilíbrio de mercado;
- Ênfase na demanda como elemento crucial para determinar os preços, ao contrário dos clássicos que enfocavam a oferta ou custo de produção;
- Teoria da utilidade: a utilidade que as pessoas têm no consumo dos bens, determinada por seus gostos, influencia as quantidades demandadas de cada bem e, então, seus preços; há uma ênfase em aspectos psicológicos, com a consideração da abordagem hedonista de prazer (satisfação) e sofrimento (custos);
- Teoria do equilíbrio: as variáveis econômicas interagem e o sistema manifesta uma tendência ao equilíbrio pelo jogo das livres forças de mercado;
- Direitos de propriedade: cada proprietário recebe pela posse de um fator de produção, o que reabilitou a renda da terra, considerada por Ricardo como um pagamento desnecessário e improdutivo;
- Racionalidade: as firmas e consumidores maximizam lucro ou satisfação e não agem por impulso, capricho ou por objetivos humanitários; embora este último ponto possa ser louvável, ele não faz parte das suposições econômicas marginalistas;
- *Laissez-faire*, ou liberdade de mercado: toda e qualquer interferência nos automatismos do mercado gera custos e reduz o bem-estar social.

Como representantes da segunda geração neoclássica, destacam-se Alfred Marshall⁴³, em Cambridge; Eungen von Böhm-Bawerk⁴⁴, em Viena; Vilfredo Pareto⁴⁵, em Lausanne; John Bates Clark⁴⁶ e Irving Fisher⁴⁷, nos Estados Unidos.

Em sua obra, “Princípios de Economia” (1890), o inglês Alfred Marshall (1842-1924) realizou a chamada primeira síntese neoclássica, tentando a conciliação dos pensamentos clássico e marginalista, dando nascimento ao termo neoclássico.

Segundo esse economista, a utilidade de um produto determina o valor dos bens, a quantidade demandadas e, então, o preço de equilíbrio do mercado de cada bem. Isso foi representado por Marshall em um gráfico de duas dimensões, determinando o equilíbrio parcial pela interação da oferta e da demanda de cada bem, segundo os seguintes passos:

- Quanto maior a utilidade do bem, tanto mais ele será procurado pelas pessoas e tanto maior será o seu valor e seu preço;
- Quanto maior for o preço, tanto mais as firmas querem produzir e vender tal produto;
- O equilíbrio do mercado é aquele em que há um preço único para vendedores e compradores, em que a quantidade demandada é igual à quantidade ofertada.

Com isso, quando os preços são baixos, as pessoas desejam comprar maiores quantidades do produto. Essa relação inversa entre quantidades demandadas e preços gera uma curva de demanda negativamente inclinada. Para derivar essa curva, Marshall supôs que, no curto prazo, as utilidades marginais de cada indivíduo permanecem constantes, isto é, os consumidores são racionais e os gostos não mudam.

A oferta apresenta-se regulada pelos custos de produção e uma série de quantidades é produzida em função de um conjunto de preços. Quando os preços são altos, as empresas desejam produzir e vender maiores quantidades. A relação direta entre quantidades ofertadas e preços gera uma curva de oferta positivamente inclinada. A interação entre a oferta e a demanda determina o preço e as quantidades de equilíbrio de mercado, em que não falta nem sobra produto no mercado.

Marshall manteve os princípios clássicos da “mão invisível” da concorrência e a liberdade de mercado (*laissez-faire*). Esses princípios asseguram que a maximização de lucros leva os proprietários dos fatores a receber de acordo com a contribuição de cada um no processo produtivo (produtividade marginal).

A produtividade marginal de um fator corresponde ao acréscimo do produto total proporcionado pelo emprego de uma unidade a mais do mesmo. O empresário terá interesse em empregar essa unidade adicional (por exemplo, o operador de uma máquina) até o ponto em que o valor da produtividade marginal for igual a seu preço (salário) (raciocínio pela margem).

Os salários e os preços, perfeitamente flexíveis, são regulados pela oferta e demanda de trabalho, ou pela oferta e demanda de bens e serviços no mercado. A produção obtém-se com proporções variáveis de capital e trabalho, cujo emprego dependerá de seus custos: um mesmo nível de produto pode ser obtido com mais capital e menos trabalho, e vice-versa.

Na economia clássica, pelo contrário, a função de produção apresentava proporções fixas: todo acréscimo de produção necessitava de adição simultânea de capital e trabalho. Uma diferença fundamental entre a escola neoclássica e a escola clássica diz respeito à teoria do valor. Enquanto nesta última o valor é determinado pela quantidade de trabalho incorporado nos bens, na primeira o valor depende da utilidade marginal. Desse modo, pelo pensamento neoclássico, quanto mais raro e útil for um produto, tanto mais ele será demandado e valorizado e tanto maior será o seu preço.

3.6. Os Keynesianos

O liberalismo puro, defendido pelos economistas clássicos, relegava ao Estado apenas o desempenho de suas funções básicas, como segurança nacional, educação, saúde, manutenção da ordem e da justiça, além da manutenção dos direitos de propriedade. O Estado deveria deixar que o setor privado se preocupasse com a produção e o comércio de bens e serviços.

No entanto, com o aumento da frequência das crises econômicas, gerando desemprego crescente, o Estado tem sido chamado a participar do gerenciamento da economia e estimular a atividade privada através de sua política econômica, ao mesmo tempo em que atua em áreas sociais, direta e indiretamente, procurando melhorar os indicadores de desenvolvimento do País (redução da taxa de mortalidade infantil, índice de analfabetismo e da evasão escolar, entre outros).

As críticas ao liberalismo econômico acentuaram-se com a Grande Depressão dos anos de 1930. Com a falência de inúmeras empresas e o desemprego em massa, passou-se a aceitar com mais naturalidade a presença do Estado na economia. Para muitos economistas, ficou evidente que o bem-estar social não será atingido sem que o Estado intervenha, a fim de assegurar, não só os direitos de propriedade e a liberdade de mercado, como maior nível de emprego.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a economia americana havia conhecido um crescimento espetacular. O índice de produção da indústria de materiais de transporte e bens de capital, por exemplo, passou de 100 em 1899, para 969 em 1927, enquanto os índices das indústrias de aço e artefatos, papel e gráfica e maquinaria chegaram nesse ano, respectivamente, a 780, 614 e a 562.

Durante os anos de 1920, o crescimento econômico dos EUA e do resto do mundo foi ainda mais intenso. No entanto, a grande queda da Bolsa de New York, ocorrida em 24/10/1929, desencadeou uma grande depressão mundial sem precedentes nos anos de 1930. A queda dos investimentos e da produção desempregou milhões de pessoas, não só na Europa e Estados Unidos, como também em países como o Brasil.

O nível da produção agregada caiu muito abaixo das fronteiras de possibilidade de produção, desempregando os recursos produtivos. No entanto, por suas próprias forças as economias não conseguiam reunir forças para reagir. Tornou-se necessário identificar as causas do desemprego. A explicação parecia estar no mau funcionamento das instituições de mercado do mundo capitalista, o que passou a justificar o aumento da participação do Estado na economia. Esse foi o ponto de partida da economia keynesiana dos anos de 1930.

Em sua obra Teoria geral do emprego, juro e da moeda, John Maynard Keynes⁴⁸ (1883-1946) procurou apontar soluções para a crise do mundo capitalista. Ele explicou que o valor dos bens e serviços produzidos pelas empresas tem uma contrapartida de renda, que são os salários, juros, aluguéis, impostos e lucros; que essas rendas, encaradas como custos pelas firmas, na verdade vão ser gastas em novos bens e serviços.

O mesmo raciocínio vale para a economia em seu conjunto. Se parte da população não pode gastar, por não ter um emprego, a economia estará impossibilitada de produzir em níveis mais altos. Esse é o fluxo circular de produto e renda, cujo funcionamento não é automático e possui vazamentos: parte do dinheiro não gasto permanece entesourado em casa ou nos 34 bancos.

Em outras palavras, o problema existe porque parte da poupança não é emprestada e, portanto, não participa dos gastos. Desse modo, a demanda efetiva tende a ficar aquém das possibilidades de produção da economia. Keynes identificou outros vazamentos, que ocorrem com as importações e com o pagamento de impostos. Para que esses vazamentos sejam compensados, em caso de recessão é preciso que:

- os bancos elevem seus empréstimos para consumo e investimento;
- as exportações sejam estimuladas; e
- o Governo aumente seus gastos.

O maior fluxo de renda resultante estimulará a demanda agregada, retomando-se o caminho da prosperidade. No entanto, é necessário que os gastos com investimento sejam iguais às poupanças realizadas em cada período.

Como as rendas aumentam com a prosperidade geral da economia e o consumo não cresce na mesma proporção, haverá uma tendência da poupança expandir-se de modo mais acelerado. Assim, o investimento precisa crescer cada vez mais para absorver esse excesso de poupança e manter o equilíbrio entre demanda agregada e oferta agregada.

Contudo, as oportunidades de negócios rentáveis nem sempre são suficientes para manter esse ritmo acelerado de crescimento do investimento. Sendo os níveis de poupança superiores aos níveis de investimentos, o Governo precisa aumentar seus gastos para compensar o excesso de poupança. Keynes preferia que os gastos do Governo fossem investimentos em áreas sociais, como escolas, estradas e hospitais, que acabariam beneficiando também o setor produtivo.

Esses preceitos keynesianos tornaram-se aceitos, ao ponto do Congresso norte-americano aprovar, em 1946, a Lei do Emprego, segundo a qual o Governo passou a ter obrigação de utilizar impostos na preservação do nível do emprego.

Keynes baseou sua teoria na rigidez de salários, devido à existência de contratos. Como os preços também são relativamente inflexíveis, pela concorrência e a própria recessão, o ajuste, para evitar maiores quedas do nível de lucro, é feito pela demissão de trabalhadores.

Com a recessão, as quantidades de bens se reduzem, assim como os preços; para evitar maiores reduções dos lucros, os salários precisariam se reduzir, como eles são inflexíveis, então as empresas demitem trabalhadores, gerando desemprego involuntário.

Os economistas clássicos só admitiam o desemprego voluntário (as pessoas não aceitam trabalhar aos salários oferecidos) e o desemprego temporário, existente enquanto as pessoas trocam de emprego, ao passarem de uma atividade para outra. O desemprego involuntário, ou desemprego keynesiano, é a situação em que a pessoa não encontra trabalho aos salários vigentes.

Keynes propunha, portanto, solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por

meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos. As propostas da chamada “revolução keynesiana” foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 30 até o início da Segunda Guerra Mundial.

Suas idéias influenciaram alguns pontos do New Deal, o programa de recuperação econômica de Franklin D. Roosevelt. De fato, sob o estímulo de grandes despesas governamentais, impostas pelo conflito mundial, a crise do desemprego deu lugar à escassez de mão-de-obra na maioria dos países capitalistas. Para a maioria dos economistas, era a comprovação da eficácia das propostas keynesianas.

Surgiu a convicção de que o capitalismo poderia ser salvo, desde que os governos soubessem fazer uso de seu poder de cobrar impostos, reduzir juros, contrair empréstimos e gastar dinheiro. Após 1945, a teoria econômica keynesiana converteu-se em ortodoxia, tanto para os economistas quanto para a maioria dos políticos.

O keynesianismo lançou raízes principalmente nos Estados Unidos, temerosos de que o regresso dos veteranos de guerra pudesse provocar nova depressão. Em 1946, foi aprovada a Lei do Emprego, que transformou em obrigação legal do governo manter o pleno emprego mediante empréstimos e financiamentos de obras públicas. No período imediatamente posterior à guerra, a política econômica e uma parcela importante dos trabalhos teóricos dos keynesianos centraram-se no problema da manutenção do pleno emprego.

Assim, as pesquisas voltavam-se para as flutuações da atividade econômica de curto prazo, para os meios de vencer a depressão e para a tendência à estagnação, manifestada a longo prazo pelo sistema econômico. Os trabalhos mais importantes baseados nas idéias de Keynes surgiram nos Estados Unidos, elaborados por um grupo de jovens economistas liderados por Alvin Hansen⁴⁹, professor em Harvard.

Alguns desses trabalhos referem-se ao arcabouço técnico de A Teoria Geral. Outros procuram analisar as relações entre os salários reais e nominais, tendo como preocupação o equilíbrio no desemprego, bem como os fatores que contribuem para o esgotamento dos períodos de elevado nível de atividade econômica e o início das depressões.

Mas os trabalhos teóricos de maior alcance dos keynesianos prendiam-se às tendências, de longo prazo, da economia capitalista (a chamada teoria do declínio das oportunidades de investimento) e à possibilidade de o nível de atividade econômica ser influenciado ou determinado pelo governo mediante uma política monetária e fiscal.

3.7. Os Neoclássicos Liberais

Com a grande crise econômica dos anos de 1930, os economistas liberais passaram a dividir-se em neoclássicos conservadores e em neoclássicos liberais. Estes últimos começaram a aceitar alguma participação do Estado na vida econômica.

Para eles, a concorrência não existe em sua forma pura e irrestrita liberdade de mercado gera muita instabilidade. Argumentam que o Governo pode reduzir essa instabilidade mediante políticas monetárias e fiscais apropriadas.

Seguindo a linha de Pigou⁵⁰, reconhecem a existência de externalidades e recomendam a ação do Governo. Da mesma forma, no caso dos bens públicos (segurança, estradas, escolas, saúde pública), o Governo participa de sua produção, ou a delega a particulares, mediante contratos de concessão de serviços públicos. Portanto, concordam que apenas a ação da “mão invisível” não se mostra suficiente para levar a economia ao equilíbrio, necessitando da ação complementar do Estado.

O principal economista da corrente neoclássica liberal é o norte-americano Paul Samuelson⁵¹, cujas idéias passaram a dominar o mundo acadêmico após a Segunda Guerra Mundial. Sua visão humanista da economia assemelha-se à de Stuart Mill, autor que realizou em suas obras uma grande síntese do pensamento clássico.

Como Mill, e juntamente com o inglês John Hicks⁵², autor de Valor e capital (Hicks, 1984), Samuelson elaborou a segunda síntese neoclássica, com a qual procurou integrar o pensamento keynesiano dentro dos postulados neoclássicos.

Segundo essa síntese, havendo pleno emprego (a economia funcionando sobre a fronteira das possibilidades de produção, ou muito próximo dela), utilizam-se integralmente as proposições teóricas neoclássicas, desde que o mercado funcione segundo os postulados neoclássicos para alocar recursos e distribuir renda.

Isso, entretanto, só é possível com o Governo adotando políticas fiscais e monetárias, regulando oligopólios e atuando na produção de bens públicos. Em caso de desemprego, estando a economia nitidamente abaixo da fronteira das possibilidades de produção, a recomendação é a adoção das políticas keynesianas, ou seja, o aumento dos gastos públicos, incentivo às exportações, aos investimentos e ao consumo privado interno, mediante redução das taxas de juro e expansão da oferta de crédito.

3.8. Os Neoclássicos Ortodoxos

A contra revolução keynesiana foi provocada pela corrente neoclássica ortodoxa, que tem como expoentes Milton Friedman⁵³, da Escola de Chicago, assim como Ludwig von Mises⁵⁴ e Friedrich Hayek⁵⁵, da Escola Austríaca.

Friedman defende uma abordagem empírica para a Economia e a exclusão de qualquer julgamento normativo, ou juízos de valor; enquanto os economistas da Escola Austríaca postulam uma abordagem racional. Estes economistas da corrente ortodoxa não concordam com as objeções dos neoclássicos liberais em relação ao mau funcionamento da economia no *laissez-faire*.

Segundo Friedman, autor de O papel da política monetária, a Grande Depressão resultou de falhas do Governo e não de falhas do mercado; ou seja, políticas econômicas erradas

desviaram ainda mais a economia de sua trajetória de crescimento equilibrado, gerando falência de empresas e alto desemprego. Isso significa que eles acreditam na lei de Say do automatismo do mercado.

Da mesma forma, consideram que a existência de grandes empresas não acarreta influências significativas sobre a fixação de preços no mercado e que, se isso existir, é porque os Governos criam facilidades para elas. Eles ignoram a questão das externalidades (vantagens ou desvantagens para as empresas vindas de fora delas mesmas), porque implicaria maior intervenção do Governo na economia.

Em suma, os ortodoxos prescrevem reduzir ao mínimo a participação do Governo na economia, para assegurar a ação da “mão invisível” do funcionamento do mercado. A crítica de Friedman aos neoclássicos liberais e keynesianos, em geral, relaciona-se com as estratégias e teorias relativas à demanda agregada.

A teoria keynesiana focaliza as determinantes da demanda agregada e atribui um papel menor à política monetária. Para Friedman e outros economistas da Escola de Chicago, políticas fiscais que levam ao aumento dos gastos públicos causam mais inflação do que efeitos positivos sobre a demanda agregada. Os empréstimos efetuados pelo Governo para financiar seus gastos substituem a demanda privada, sem efeito real sobre o produto total, provocando maior inflação.

Conclui Friedman que a política monetária não provoca efeitos reais sobre a produção e o emprego, apenas gera mais inflação. Desse modo, o monetarismo de Friedman limita a ação do Governo ao rígido controle do crescimento da oferta de moeda, para evitar inflação, uma vez que se fundamenta no livre funcionamento dos mercados.

3.9. Os Pós-Keynesianos

Constituído por um grupo de economistas que, tomando como ponto de partida as idéias de Keynes e Kalecki sobre a crítica das idéias convencionais acerca do equilíbrio, desenvolveu uma nova macroeconomia. Entre eles se destaca destacam Joan Robinson⁵⁶.

A ênfase dessa abordagem é a natureza dinâmica da economia de mercado (que utiliza o dinheiro como intermediário de trocas), que está sujeita a grande dose de incerteza. A dinâmica dos mercados, que envolve uma noção de tempo cronológico, nem sempre se encontra em equilíbrio e o comportamento dos agentes econômicos em tais mercados nem sempre responde adequadamente aos estímulos proporcionados, de forma a alcançar qualquer ponto de otimização.

Alguns autores pós-keynesianos colocaram menor ênfase na dinâmica de curto prazo e concentraram suas atenções nas condições que permitiriam uma taxa de crescimento estável a médio e longo prazo. Seguindo as teses de Sraffa⁵⁷, alguns autores dessa corrente estudaram as tendências de longo prazo da economia capitalista e a divisão do excedente entre o capital e o trabalho e as contradições que cercam essas relações.

Tais contradições criariam incertezas o que impediria que uma economia crescesse num ritmo estável, correspondendo a todas as expectativas dos agentes.

3.10. Os Estruturalistas

Os estruturalistas têm mantido uma posição crítica ao pensamento dos economistas neoclássicos conservadores e liberais. Essa corrente surgiu dos trabalhos realizados por economistas pertencentes à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁵⁸, com sede em Santiago do Chile. Entre esses economistas, podem ser citados Raul Prebisch⁵⁹, o brasileiro Celso Furtado⁶⁰, Fernando Henrique Cardoso⁶¹, entre outros.

Os estruturalistas entendiam que o desenvolvimento dos países latino-americanos tem sido bloqueado por causas estruturais, como estrutura agrária inadequada e improdutiva, baseada simultaneamente no latifúndio e no minifúndio. Os agricultores latifundiários mantêm um modo de produção extensivo, em grandes extensões de terra, com baixa produtividade.

A produção é feita basicamente para consumo próprio, com pequenos excedentes levados ao mercado. No caso dos pequenos agricultores dos minifúndios, a escassez de terras não lhes permite, da mesma forma, obter ganhos de produtividade. A produção obtida nem sempre é suficiente para o próprio consumo familiar.

O excedente de produção levado ao mercado, no conjunto dos agricultores, é, portanto, muito baixo. Como consequência, os agricultores dos países subdesenvolvidos não são sensíveis às variações de preços no mercado, ou seja, não mudam o nível da produção quando o preço dos produtos agrícolas aumenta ou diminui no mercado.

Como resultado, há uma oferta insuficiente de alimentos e de matérias-primas para o abastecimento do mercado interno e para a exportação. Essa rigidez da oferta traz duas consequências: primeira, elevam-se internamente os preços, provocando inflação; segunda, o lento crescimento das exportações gera uma tendência ao desequilíbrio na balança comercial, o que dificulta o aumento de importações para o atendimento da indústria nascente.

O aumento de preços de bens importados, como petróleo e máquinas, agrava o desequilíbrio na balança comercial. O Governo desvaloriza a moeda nacional para reduzir o déficit comercial. Com a taxa de câmbio mais alta (como R\$/US\$), os exportadores recebem mais em reais pelas exportações feitas em dólares, o que estimula o aumento das exportações; os importadores precisam desembolsar mais reais por uma mesma quantia de importações feitas em dólares, o que desestimula tais operações.

Como resultado, déficit externo se reduz, mas o aumento de preços das importações de bens de consumo e de produtos para a indústria se retransmite no interior da economia provocando pressões inflacionárias.

A solução apontada pelos estruturalistas é a reforma agrária, atacando simultaneamente os latifúndios e os minifúndios, de sorte a aumentar o tamanho médio das propriedades,

para que a terra se torne mais produtiva. Desse modo, com a elevação do rendimento agrícola, haveria estímulo para que os agricultores investissem na modernização tecnológica da atividade agrícola (mais tratores, colheitadeiras, semeadoras, irrigação, fertilizantes, herbicidas, medicamentos etc.), elevando ainda mais a produtividade da terra e do trabalho na agricultura.

Os estruturalistas também identificaram uma tendência dos preços internacionais dos produtos agrícolas e de matérias-primas em geral crescerem mais lentamente em relação aos preços dos produtos manufaturados. Desse modo, os países que exportam principalmente produtos primários teriam mais uma explicação para essa tendência de desequilíbrio da balança comercial.

Para combater essa tendência, seria necessário que a pauta exportadora se diversificasse, com a inclusão gradativa de bens manufaturados. Com isso, as exportações totais manteriam o seu valor, porque os preços internacionais de produtos manufaturados teriam uma tendência de crescer no longo prazo.

Como se observa, em oposição ao monetarismo, os estruturalistas alegam que a inflação tem causas básicas, derivadas da limitação e rigidez do sistema econômico, e causas circunstanciais, como aumento dos preços das importações, e não simplesmente em função do aumento interno da oferta de moeda. O aumento dos preços seria provocado por causas reais, exigindo em contrapartida maiores volumes de moeda em circulação.

Em outras palavras, a inflação teria origem no interior das empresas, que repassam os custos para os preços de seus produtos, e não por emissões de moeda feitas compulsivamente pelo Banco Central.

Com relação à inflação, atualmente, a maioria dos especialistas concorda que ela tem tanto causas reais do lado dos custos (inflação de custos), como causas monetárias do lado da demanda (inflação de demanda). Pressões de custos (aumento de salários e de preços de matérias-primas importadas, por exemplo) elevam a inflação porque as firmas tendem a repassar esses aumentos para os preços de seus produtos.

Aumento dos meios de pagamentos (maior volume de dinheiro em circulação) e facilidades de crédito (como juros mais baratos) estimula a demanda por parte dos consumidores o que sanciona as elevações de preços.

Com a globalização, aumentou a interação entre os países e cresceu o comércio mundial. Está se tornando também mais difícil para o Brasil aumentar rapidamente as suas exportações de produtos manufaturados, tendo em vista a grande concorrência existente por parte dos novos países industrializados e com níveis de desenvolvimento similares.

Exportar mais exige maior volume de crédito e os recursos financeiros são escassos. É preciso também reduzir a carga tributária das empresas exportadoras, o que não pode ser feito na intensidade desejada porque o Governo não pode abrir mão de receitas, a fim de cobrir suas despesas.

Outro ponto que precisa ser levado em conta, para aumentar a competitividade dos produtos no exterior, é aumentar a qualidade e reduzir os custos médios de produção. Isso requer novos investimentos em novos equipamentos e em treinamento de pessoal e em educação geral.

Nesse sentido, as novas teorias do crescimento econômico têm apontado que o capital e o trabalho não são os únicos fatores de crescimento, cabendo especial destaque ao capital humano e às novas tecnologias. O progresso técnico passa a ter um papel ativo, determinado por investimentos em novas tecnologias e em capital humano, o que gera aumentos de produtividade e rendimentos crescentes à escala.

Endnotes

1 Essa seção apresenta as principais correntes do pensamento econômico e está baseada no texto “Uma introdução à história do pensamento econômico”, de Nali de Jesus de Souza, disponível em http://www.nalij Souza.web.br.com/introd_hpe.pdf (acessado em 18/01/2008). Os temas aqui arrolados também tiveram como referência o Novíssimo Dicionário de Economia de Paulo Sandroni (1999).

2 Também conhecida como Revolução Americana (1776-1783), constituiu-se de batalhas desfechadas contra o domínio britânico. Iniciou-se devido ao ressentimento colonial quanto à política comercial britânica e quanto à falta de participação norte-americana nas decisões políticas que afetavam seus interesses. Distúrbios como a Festa do Chá de Boston (1773, em que rebeldes norte-americanos jogaram ao mar o carregamento de chá de navios britânicos, em reação ao massacre de cinco pessoas em Boston) acabaram por incentivar a resistência armada em 1775 (como em Lexington, Concord e na batalha de Bunker Hill) e detonar uma guerra que levou à Declaração da Independência em 1776. Os britânicos, lutando a 5,5 mil quilômetros de casa, enfrentaram problemas de carência de provisões, comando desunido, comunicação lenta, população hostil e falta de experiência em combater táticas de guerrilha. A Aliança Francesa (1778) mudou a natureza da guerra, apesar de ter dado uma ajuda apenas modesta; a Grã-Bretanha, a partir de então, passou a se concentrar nas disputas por territórios na Europa e nas Índias Ocidentais e Orientais. O curso da guerra pode ser dividido em duas fases a partir de 1778. A primeira fase, ao norte, assistiu à captura de Nova York pelos ingleses (1776), além da campanha no vale do Hudson para isolar a Nova Inglaterra, que culminou na derrota em Saratoga (1777), e a captura de Filadélfia (1777) depois da vitória de Brandywine. A segunda fase desviou as atenções britânicas para o sul, onde grande número de legalistas podiam ser recrutados. Filadélfia foi abandonada (1778) e Washington acampou em West Point a fim de ameaçar os quartéis-generais britânicos em Nova York. Após a captura de Charleston (1780) por Clinton, Cornwallis perseguiu em vão o exército do sul, sob a liderança de Green, antes de seu próprio exército, exaurido, render-se em Yorktown, Virginia (outubro de 1781), terminando efetivamente com as hostilidades. A paz foi confirmada em Paris (1783). Apesar das freqüentes vitórias, os ingleses não destruíram os exércitos de Washington ou de Greene e não conseguiram quebrar a resistência norte-americana. O sucesso norte-americano foi descrito como tendo influenciado a Revolução Francesa (1789) e as subseqüentes revoluções na Europa e América do Sul (Nova Enciclopedia Ilustrada Folha,1996).

3 Denis Diderot (1713-1784), enciclopedista, romancista e dramaturgo francês. Foi crítico do ancien régime, aprisionado por ordem real em 1745, por poucos meses, e com d'Alembert editou a grande Encyclopédie (1751-72), cujo objetivo era empregar a razão em todos os assuntos do interesse humano. Suas idéias tinham origem nas ciências naturais: tornou-se ateu, defendeu a filosofia materialista e tentou fundamentar a moral na razão. Como Rousseau, sustentava que o homem nascia bom e era corrompido pela sociedade. Em Salons (críticas de exposições de arte contemporânea) inaugurou o gênero da crítica de arte na França (Nova Enciclopedia Ilustrada Folha,1996).

4 Jean le Rond d'Alembert (1717-1783) foi um filósofo, matemático e físico francês que participou na edição da *Encyclopédie*, a primeira enciclopédia publicada na Europa.

5 Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781). Administrador e economista francês, que ocupou uma posição de transição entre os fisiocratas e os clássicos. Alto funcionário do governo desde 1761, tentou pôr em prática uma série de reformas liberais que preservassem a monarquia, mas foi destituído por isso em 1776. Suas *Réflexions sur la Formation et la Distribution des Richesses* (Reflexões sobre a Formação e a Distribuição das Riquezas), de 1766, colocam-no como um dos fisiocratas seguidores de Quesnay, embora em muitos pontos doutrinários ele mantivesse uma posição independente. Sua análise sobre a divisão do trabalho, produtividade e concorrência influenciou Adam Smith (Sandroni, 1999. p. 617).

6 François Quesnay (1694-1774). Economista francês, líder dos fisiocratas, uma das mais importantes figuras na constituição da economia como ciência. Médico renomado da corte de Luís XV desde 1748, procurou criar uma ciência econômica à semelhança das ciências naturais. Para ele, a economia se reduzia a números, nada teria a ver com questões morais e seria independente do processo histórico humano. Considera direitos naturais o direito à vida com liberdade e o direito à propriedade sem restrições. Proprietário de terras, volta sua atenção para os problemas agrícolas: seus primeiros trabalhos sobre assuntos econômicos são *Ensaio sobre a Economia Animal*, 1747, e dois verbetes para a *Enciclopédia*: “fazendeiros” (1756), e “cereais” (1757). Em 1758, lançou seu célebre *Tableau Économique* (Quadro Econômico), uma simples folha impressa na gráfica real: mas era a primeira sistematização do encadeamento dos fatos econômicos, mostrando como ocorre a circulação da renda entre as atividades, a partir da agricultura. Para Quesnay, toda riqueza se extrai da natureza, e a agricultura é a única atividade geradora de um excedente, um produto líquido (*produit net*) que se distribui entre as diferentes classes sociais, sendo a classe dos agricultores considerada a única produtiva. A indústria apenas transforma os produtos, reúne valores já existentes, e o comércio é também uma atividade estéril, que nada produz. Para Quesnay, a vida econômica, tal como esquematizou no *Tableau*, obedece a leis naturais que devem ser respeitadas pelos governantes (direito à propriedade e a seus frutos, à liberdade de ação segundo o próprio interesse). O Estado, portanto, não deve intervir no processo econômico. Além de provar de forma lógica e sistemática a interdependência dos fatos econômicos e revelar o mecanismo da circulação e reprodução dos bens, o esquema de Quesnay mostra como a atividade econômica depende da iniciativa dos detentores de capitais e enfatiza a importância da manutenção do poder de compra dos assalariados (mas sem ultrapassar um nível em que eles se tornem “preguiçosos e arrogantes”). Líder dos fisiocratas, Quesnay exerceu grande influência sobre seus contemporâneos e constituiu de certa forma o ponto de partida para Adam Smith (Sandroni, 1999. p. 617).

7 Adam Smith (1723-1790). Economista escocês, um dos mais eminentes teóricos da economia clássica. Foi professor de lógica e filosofia moral e ocupou-se em princípio com questões de ética. Entre 1764 e 1766 morou na França, convivendo com Quesnay, Turgot e outros. Ao retornar a seu país, a preocupação com os fatores que produziriam o aumento da riqueza da comunidade o levaria a escrever, em 1776, sua obra mais célebre, *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. A publicação do livro coincidiu com a Revolução Industrial e satisfazia aos interesses econômicos da burguesia inglesa. Nele, Smith exalta o individualismo, considerando que os interesses individuais livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma “mão invisível” e resultariam no bem-estar coletivo; essa “mão invisível” entraria também em jogo no mercado dos fatores de produção, enquanto imperasse a livre-concorrência. A apologia do interesse individual e a rejeição da intervenção estatal na economia se transformariam em teses básicas do liberalismo. As idéias de Smith contrariavam o pensamento econômico predominante na Europa, que se baseava no mercantilismo e partia do pressuposto de que a riqueza de uma nação era constituída essencialmente pela moeda e que o volume de moeda de um país não produtor de metal precioso dependia de sua balança comercial: na medida em que as importações de um país fossem menores do que suas exportações, ocorreria uma entrada líquida de moeda, aumentando a riqueza. As idéias mercantilistas já haviam sido criticadas por William Petty, que localizara no trabalho e não no comércio a verdadeira origem da riqueza. Mas a primeira alternativa sistemática ao mercantilismo fora apresentada pelos fisiocratas, para os quais a riqueza era constituída pelos bens materiais e não pela moeda. Para eles, o cultivo do solo era a única atividade

em que a quantidade de bens materiais produzidos superava a dos bens consumidos em sua produção. A agricultura seria assim a única atividade produtiva e apenas dela proviria o excedente repartido entre as demais classes da sociedade. Smith refutou o ponto de vista dos fisiocratas, demonstrando que todas as atividades que produzem mercadorias dão valor, reconhecendo o importante papel da indústria e estudando especificamente os fatores que conduzem ao aumento da riqueza da comunidade. E retomou o problema nos termos em que Petty o colocara, reconhecendo no trabalho a verdadeira origem da riqueza e distinguindo o valor de uso (as mercadorias consideradas do ponto de vista da capacidade que elas têm de satisfazer as necessidades humanas) e o valor de troca (a proporção em que elas são trocadas umas pelas outras). Para ele, o valor de troca não se fundamenta na utilidade de uma mercadoria, e sim no trabalho (ou seja, o tempo necessário para sua produção). Smith apontou ainda a origem do excedente no trabalho e também o modo como ele é apropriado pelos detentores dos meios de produção, lançando as bases de uma teoria sobre a exploração do trabalho. Smith analisou ainda os efeitos da divisão do trabalho sobre a produtividade, demonstrando (contrariamente ao ponto de vista mercantilista) que na medida em que o comércio aumenta a divisão do trabalho, todos se beneficiam do conseqüente aumento da produtividade. Ele derrubou algumas idéias básicas do mercantilismo, defendendo a idéia de que a livre-concorrência é o ingrediente essencial de uma economia eficiente (Sandroni, 1999. p. 565).

8 John Stuart MILL (1806-1873). Filósofo e economista clássico inglês, autor de *Princípios de Economia Política com Algumas de Suas Aplicações à Filosofia Social*, 1848, a mais abrangente síntese da teoria econômica até aquela data. Mill analisou principalmente as teses de Malthus e Ricardo. Abandonando o rigor doutrinário do *laissez-faire*, afirmava que deveria haver menor dependência das forças naturais e um maior grau de intervenção governamental deliberada para a resolução dos problemas econômicos. No que se refere à teoria do valor, procurou demonstrar como o preço é determinado pela igualdade entre demanda e oferta e como a demanda recíproca de produtos afeta os termos do intercâmbio entre os países. Lançou a idéia da elasticidade da demanda (expressão introduzida mais tarde por Marshall) para analisar possibilidades alternativas de comércio. Adotou a idéia de seu pai, o filósofo James Mill, de que a renda, por constituir um excedente (de acordo com Ricardo), deve ser submetida à tributação. *Princípios de Economia Política* tornou-se imediatamente leitura obrigatória e fundamental em economia. Mill teve uma sólida formação clássica e foi profundamente influenciado por Ricardo e Bentham. Aderiu com algumas reservas à filosofia positivista de Comte, reforçando seu repúdio às construções metafísicas e a adesão ao tradicional empirismo inglês. Suas idéias libertárias e altruístas levaram-no a tentar conciliar teoricamente empirismo, determinismo, liberalismo e socialismo, e, na ação prática, a defender o direito das mulheres ao voto e o direito dos sindicatos à greve. Previu que a possibilidade dos ganhos de escala estimularia uma progressiva concentração industrial, com um enfraquecimento da concorrência e elevação dos preços. Para contrabalançar esse poder dos grandes empresários, considerava benéfico o fortalecimento dos sindicatos e o recurso à greve. Entre suas obras destacam-se ainda *A System of Logic (Um Sistema de Lógica)*, 1843; *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy (Ensaio sobre Algumas Questões não Resolvidas de Economia Política)*, livro que ele escreveu aos 23 anos, mas que só foi publicado em 1844; e *Da Liberdade*, 1859 (Sandroni, 1999. p. 390).

9 David Ricardo (1772-1823). Economista inglês, considerado o mais legítimo sucessor de Adam Smith; suas idéias dominaram a economia clássica por mais de meio século. Após uma brilhante carreira na Bolsa, dedicou-se ao estudo da economia e escreveu artigos para jornais. Seu primeiro livro, *O Preço Elevado dos Lingotes de Ouro, uma Prova da Depreciação das Notas de Banco* (1810), explica a depreciação das notas bancárias, o movimento dos preços e dos fluxos de comércio e o volume de moeda. Em *Ensaio sobre a Influência do Baixo Preço do Trigo sobre os Lucros* (1815), analisa problemas específicos da cultura de cereais na Grã-Bretanha. Propostas para uma Circulação Monetária Econômica Segura (1816) é a base de seu trabalho mais importante, *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817). Em 1824, um ano após sua morte, foi publicado *Plano para um Banco Nacional*. Nos *Princípios de Economia Política e Tributação*, Ricardo deu uma enorme contribuição à teoria do valor e da distribuição. Em sua análise dos problemas econômicos, construiu um modelo teórico fundamentado numa economia predominantemente agrícola, procurando determinar as leis que regulam a distribuição do produto entre as diferentes classes da sociedade e localizando no trabalho o valor de troca das mercadorias. Apesar disso, acreditava que os custos do capital podem influenciar os preços e que o aumento dos salários sobre os preços relativos depende da proporção

desse dois fatores de produção. Para Ricardo, a renda relaciona-se com o aumento da população. Acreditava que a maior demanda acarretada por esse aumento da população exige o cultivo de terras menos férteis, nas quais o custo de produção é mais elevado do que em terras mais férteis. Mas custos e lucros deveriam ser mantidos no mesmo nível nos dois casos, pois, de outro modo, as terras de pior qualidade deixariam de ser cultivadas. Mesmo com essas medidas, no entanto, os arrendatários das melhores terras acabariam tendo uma maior receita, independente do trabalho e do capital aplicados na produção. Essa diferença em seu favor (ou o excedente sobre o custo da produção) constituiria a renda da terra apropriada pelo proprietário. Assim, a renda de determinada terra seria a diferença entre o valor da colheita dessa área fértil e da colheita de outras menos férteis. Com o inevitável crescimento da renda diferencial da terra, os proprietários rurais iriam se apossando de maior percentual do excedente econômico, em detrimento dos capitalistas. Ricardo previa a ocorrência de um “estado estacionário”, resultante do crescimento populacional e responsável pelo cultivo de terras cada vez menos férteis. Ao chegar a determinado limite, o lucro seria tão baixo que a acumulação de capital simplesmente cessaria, prejudicando o desenvolvimento econômico. Para adiar esse “estado estacionário”, seria necessária a aplicação de um programa econômico liberal. Ricardo formulou também a Lei dos Custos Comparativos (ou Lei das Vantagens Comparativas), com que procurou demonstrar a vantagem de um país importar determinados produtos, mesmo que pudesse produzi-los por preço inferior, desde que sua vantagem, em comparação com outros produtos, fosse ainda maior. Essa lei constitui ainda hoje uma parte importante da teoria do comércio internacional (Sandroni, 1999. p. 531).

10 Thomas Robert Malthus (1766-1834). Economista e clérigo inglês, um dos principais nomes da escola clássica. Filho de um culto proprietário de terras, amigo de Hume e Rousseau, formou-se em Cambridge e tornou-se pastor anglicano em 1797. No ano seguinte era publicada sua mais célebre obra, *An Essay on the Principle of Population* (Ensaio sobre o Princípio da População), na qual conclui que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, enquanto a população tenderia a aumentar em progressão geométrica, o que acarretaria pobreza e fome generalizadas. Para Malthus, quando a desproporção chega a extremos, as pestes, epidemias e mesmo as guerras encarregam-se de reequilibrar (temporariamente) a situação. A única forma de evitar essas catástrofes seria negar toda e qualquer assistência às populações pobres e aconselhar-lhes a abstinência sexual, com o fim de diminuir a natalidade. Os assalariados deveriam ter consciência de que, “com o número de trabalhadores crescendo acima da proporção do aumento da oferta de trabalho no mercado, o preço do trabalho tende a cair, ao mesmo tempo que o preço dos alimentos tenderá a elevar-se”. A tese de Malthus foi contestada, entre outros, por Fourier e Marx, por ignorar a estrutura social da economia e as possibilidades criadas pela tecnologia agrícola. Entretanto, “reciclada” para o terreno da evolução e das populações de insetos e outras espécies animais, ela forneceu a chave decisiva para a teoria da seleção natural de Darwin e Wallace. David Ricardo e outros economistas clássicos incorporaram o “princípio da população” às suas teorias, supondo que a oferta da força de trabalho era inexaurível, sendo limitada apenas pelo “fundo de salários”. Paralelamente, Malthus aplicava suas próprias teorias ao estudo da renda no livro *An Inquiry into the Nature and Progress of Rent* (Investigação sobre a Natureza e o Progresso da Renda), 1815. Sua concepção da renda diferencial da terra é semelhante à de Ricardo, mediante a aplicação da Lei dos Rendimentos Decrescentes, que admitia que o proprietário rural ocupava áreas menos férteis à medida que a população aumentava. Nos escritos subseqüentes, as concepções do Ensaio sobre o Princípio da População foram o ponto de partida para análises mais abrangentes de questões econômicas e sociais, tratadas em livros, panfletos e artigos. Surgiram assim *The Poor Law* (A Lei dos Pobres), 1817; *Principles of Political Economy Considered with a View to their Practical Application* (Princípios de Economia Política Considerados com Vista a sua Aplicação Prática), 1820; e *Definitions of Political Economy* (Definições de Economia Política), 1827. Uma das polêmicas mais célebres do período foi travada entre Ricardo e Malthus a respeito da chamada Lei de Say, segundo a qual a produção cria seu próprio consumo. Malthus argumentou que um aumento da poupança (vista como investimento) diminuiria o consumo e aumentaria a oferta de bens por meio do aumento do investimento. E tentou demonstrar que o nível de atividade numa economia de mercado depende da demanda efetiva, uma idéia que mais tarde seria retomada por J.M. Keynes (Sandroni, 1999. p. 363).

11 John Ramsay McCulloch, (1789-1864). Estatístico e economista escocês, seguidor e grande divulgador das teorias de David Ricardo. Sua obra principal é *Principles of Political Economy* (1825).

12 Nassau William Senior (1790-1864). Economista inglês, precursor da análise utilitarista, formulador da teoria da “abstinência” para explicar a origem do capital. Suas concepções são geralmente consideradas uma ampliação da teoria dos custos de produção em que se transformou a teoria do valor-trabalho após David Ricardo. Em sua principal obra, *Um Esboço da Ciência da Economia Política* (1836), Senior desenvolve uma teoria do valor e da distribuição, procurando conciliar as posições de Say e Ricardo, criticando a noção ricardiana de que o trabalho incorporado numa mercadoria era a fonte de seu valor. A riqueza é definida como tudo que é suscetível de troca ou que possui valor. Este, por sua vez, é determinado pelas qualidades de transferibilidade, utilidade e escassez relativa, sendo esta última qualidade o fator de maior importância. Ao adotar o conceito de custo de produção, que admite a produtividade do capital sob o nome de “abstinência”, Senior procurou resolver o dilema pós-ricardiano de explicar a utilidade conservando a teoria do valor-trabalho. Desse modo, define o custo de produção como “a soma de trabalho e abstinência necessários à produção”. Nesse contexto, o termo abstinência é utilizado para igualar o capital ao trabalho. O lucro e os juros são vistos como uma recompensa pela abstinência de não usar o capital como uma poupança improdutiva. A criação de um novo capital envolve sacrifício, e um retorno positivo deve ser esperado para fazer jus a esse sacrifício. A vocação para a teoria pura e sua visão da economia como uma ciência basicamente dedutiva não impediram Senior de desempenhar importante papel como conselheiro governamental. Foi professor de economia política em Oxford (1825-1830 e 1847-1852) e do King’s College de Londres. Como integrante de comissões governamentais, participou do estudo de vários problemas sociais e econômicos, entre eles, a reforma da Lei de Beneficência de 1834, a discussão do Factory Act em 1837 (analisado minuciosamente por Marx em *O Capital*) e a investigação das condições dos trabalhadores de teares manuais em 1841. Entre outras obras, publicou: *Lecture on the Production of Wealth* (Conferência sobre a Produção da Riqueza), 1847, e *Four Introductory Lectures on Political Economy* (Quatro Conferências Introdutórias sobre Economia Política), 1825 (Sandroni, 1999. p. 552).

13 Jean-Baptiste Say (1767-1832). Industrial e economista clássico francês, divulgador da obra de Adam Smith. Elaborou em 1803 a Lei dos Mercados ou Lei de Say, segundo a qual a produção criaria sua própria demanda, impossibilitando uma crise geral de superprodução. Esse conceito de equilíbrio econômico foi a base da teoria econômica neoclássica. Partindo da idéia de que a utilidade é a determinante do valor, Say elaborou ainda a teoria dos três fatores de produção (terra, mão-de-obra e capital). Criou também uma teoria das funções do empresário, introduzindo esse tema na economia política. Professor do Collège de France, suas obras principais foram *Traité d’Economie Politique*, 1803 e *Cours Complet d’Economie Politique*, 1828-1830 (Sandroni, 1999. p. 545).

14 Karl Heinrich Marx (1818-1883). Filósofo e economista alemão, o mais eminente teórico do comunismo. Estudante universitário em Berlim, ligou-se à chamada esquerda hegeliana, frontalmente contrária ao absolutismo prussiano. Doutorou-se em direito pela Universidade de Iena com a tese *Sobre as Diferenças da Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicuro*, influenciado pela dialética de Hegel. De maio de 1842 a janeiro de 1843, foi redator-chefe do jornal *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), editado em Colônia, porta-voz do liberalismo alemão. Foi por força de seu trabalho jornalístico que abordou, pela primeira vez, temas de natureza econômica, ao analisar a ruína dos vinhateiros do Mosela e as questões jurídicas relativas ao furto da lenha praticado pelos camponeses alemães. Datam dessa época os artigos “A Liberdade de Imprensa”, “Manifesto sobre a Escola Histórica do Direito”, “Debates Motivados pela Lei contra o Furto da Lenha”, “Justificação do Correspondente do Mosela”. O trato com esses problemas levou-o a perceber a contradição entre a concepção hegeliana do Estado, que deveria ser a encarnação do “interesse geral”, e as leis emanadas da Dieta Provincial renana, voltadas basicamente para a defesa da propriedade privada. Segundo Ernest Mandel, já nessa época Marx teria vislumbrado a noção da mais-valia, de ampla utilização posterior. Ao analisar uma disposição penal que atribui ao proprietário o trabalho do ladrão para compensar suas perdas, ele teria percebido que é o trabalho forçado não-retribuído a fonte das “percentagens”, isto é, do lucro. No entanto, sua postura política nesse período era a de um liberal radical. A adesão ao socialismo viria a ocorrer em Paris, onde Marx se exilou após o fechamento do *Rheinische Zeitung* pelo governo prussiano. Na capital francesa, ele entrou em contato com um movimento operário relativamente amadurecido e com revolucionários de toda a Europa, entre os quais Bakunin, teórico do anarquismo. Além disso, conheceu Friedrich Engels,

cuja amizade marcaria sua vida e sua obra. Foi por influência de Engels que Marx se voltou para o estudo dos escritos de Adam Smith, Ricardo e outros economistas clássicos ingleses. Em Paris, Marx fundou, com outros intelectuais alemães, a revista *Deutsch-Französische-Jahrbücher* (Anais Franco-Alemães), que teve um único número. Dois artigos da revista trazem sua assinatura: “A Questão Judaica” e “Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito”. Sob a influência do materialismo de Feuerbach, rompeu com o idealismo de Hegel e procurou fundamentar a análise do Estado e do direito na “autonomia da sociedade civil”, isto é, nas relações sociais concretas. A partir de 1844, juntamente com Engels, dedicou-se a fundamentar teoricamente o socialismo (então dominado pelo pensamento utopista). Seus estudos de economia política resultaram na elaboração de *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* (publicados somente em 1932). O tema central é a problemática da alienação, herdada de Hegel e Feuerbach, mas que recebe um fundamento socioeconômico. Para Marx, o homem alienado não é mais o indivíduo entregue a um sonho religioso ou especulativo, mas o homem que habita uma sociedade desumanizada, que tem seu fundamento na propriedade privada. No entanto, Marx não atinge ainda a essência da exploração nos quadros do capitalismo, pois refuta com veemência a teoria do valor-trabalho elaborada por David Ricardo. Paralelamente, trabalhando em conjunto, Engels e Marx aprofundaram o ajuste de contas com a filosofia de Hegel e Feuerbach. Isso ocorre em *A Sagrada Família* (1844) e em *A Ideologia Alemã*, na qual elaboram o primeiro esboço do materialismo histórico. O trabalho seguinte de Marx foi *A Miséria da Filosofia* (1847), em que as questões econômicas receberam um tratamento especial. Marx aceitou e incorporou a seu pensamento a teoria do valor-trabalho de Ricardo. As concepções econômicas presentes na obra serviram de fundamento para o ajuste de contas com o socialismo utópico, particularmente com o pensamento doutrinário de Proudhon, autor de *Filosofia da Miséria*. Foi também no ano de 1847 que Marx e Engels escreveram *O Manifesto Comunista*, espécie de programa e carta de princípios da Liga dos Comunistas, organização revolucionária que os dois amigos ajudaram a fundar. O manifesto apresenta, a partir das concepções do materialismo histórico, uma análise da sociedade capitalista. Além disso, fundamenta a teoria do socialismo científico, apresenta o programa da revolução proletária e a função histórica da ditadura do proletariado. No mesmo período surge *Trabalho Assalariado e Capital* (conferências pronunciadas em Bruxelas), em que Marx delinea os primeiros esboços da teoria da mais-valia com base na teoria do valor-trabalho. Em *A Miséria da Filosofia*, *O Manifesto Comunista* e *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx e Engels apresentaram uma primeira visão de conjunto do modo de produção capitalista e sua possível evolução. Mas os trabalhos teóricos deveriam esperar: em 1848, a eclosão do movimento revolucionário em vários países europeus conduziu Marx e Engels de volta à Alemanha, onde editaram a *Neue Rheinische Zeitung* (Nova Gazeta Renana), procurando orientar as ações do proletariado alemão. O fracasso da revolução levou-os a novo exílio, dessa vez em Londres. Com a ajuda de Engels, Marx procede a um minucioso estudo das crises cíclicas do capitalismo, no qual a problemática dos ciclos econômicos é vista em estreita relação com os problemas suscitados pela ação política. É dessa época a obra *As Lutas de Classe na França 1848-1850*, cuja temática do estudo e do comportamento das classes sociais se desdobra e se aprofunda em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852). Após a dissolução da Liga dos Comunistas, Marx voltou-se para um estudo em profundidade da economia política. Foram anos de extrema miséria, a sobrevivência precariamente garantida pela ajuda de Engels e pela colaboração com o jornal norte-americano *New York Daily Tribune*. As pesquisas desenvolvidas nesse período resultaram na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1857), nos *Grundrisse* (conjunto de rascunhos só publicados em 1939 com o nome de *Fundamentos para a Crítica da Economia Política*) e nas *Teorias da Mais-valia*, obra que mais tarde Marx pretendeu publicar como *Livro Quarto de O Capital*. Ao mesmo tempo que redigia *O Capital*, Marx voltou suas atenções para o movimento operário, contribuindo decisivamente, ao lado de Engels, para a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), criada em Londres em 1864. Foi numa das reuniões do conselho geral da Internacional que expôs pela primeira vez, em forma de conferência, sua teoria definitiva dos salários, publicada postumamente com o nome de *Salário, Preço e Lucro*. Em 1867, veio a público o primeiro volume de *O Capital*. Os outros dois volumes, inacabados, foram publicados em 1885 e 1894 por Engels, que para eles elaborou inúmeras notas explicativas e redigiu passagens incompletas. A doença contribuiu para que Marx não desse forma final aos outros volumes de sua mais importante obra. Outro fator foi seu compromisso com a militância política: inúmeras vezes abandonou seu trabalho científico para dedicar-se ao movimento operário. Assim procedeu por ocasião da Comuna de Paris (1871), cujos acontecimentos foram analisados por ele em *A Guerra Civil na França*, um dos mais perfeitos exemplos de análise política

de conjuntura, pois mostra as concepções ideológicas, as alianças e conflitos entre as classes sociais na cena política. Outra obra dedicada à formação política do proletariado foi a Crítica ao Programa de Gotha (1875), uma análise do programa da social-democracia alemã, publicada depois de sua morte. Na ocasião de sua morte, em 1883, Engels disse a seu respeito, na oração fúnebre: “Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da sociedade humana: o fato tão simples, mas que até ele se mantinha oculto pelo ervaçal ideológico, de que o homem precisa, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de fazer política, ciência, arte, religião etc.; e que, portanto, a produção dos meios de subsistência imediatos, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase econômica do desenvolvimento de um povo ou de uma época é a base a partir da qual se desenvolveram as instituições políticas, as concepções jurídicas, as idéias artísticas e inclusive as idéias religiosas dos homens e de acordo com a qual devem explicar-se; e não o contrário, como se vinha fazendo até então” (Sandroni, 1999. p. 369).

15 Friedrich Engels (1820-1895). Pensador alemão, colaborador de Karl Marx na elaboração dos princípios do socialismo científico e do materialismo histórico. Abordou temas de filosofia, história, etnologia, ciências naturais, estratégia militar e economia política. Filho de um rico industrial alemão de Manchester (Inglaterra), seus trabalhos sobre economia antecedem as pesquisas de Marx sobre o modo de produção capitalista. Em 1843, escreveu o artigo *Umriss zur Kritik der Nationalökonomie* (Esboços para uma Crítica da Economia Política), considerado por Marx, que só conheceria o autor no ano seguinte, uma obra profunda, que influenciaria sua teoria econômica. Em *Die Lage der arbeitenden Klasse in England* (A Situação da Classe Operária na Inglaterra), 1845, trabalho pioneiro de pesquisa de campo, Engels analisa as conseqüências sociais da Revolução Industrial nas condições de vida dos operários (condições que o levariam a tornar-se partidário de uma solução comunista desde 1845). Publicou com Marx *Die deutsche Ideologie* (A Ideologia Alemã), 1845/1846, e *Die heilige Familie* (A Sagrada Família), 1845. Às vésperas do movimento revolucionário europeu de 1848, ambos publicaram *Das kommunistische Manifest* (O Manifesto Comunista). Sozinho, publicou ainda *Der deutsche Bauernkrieg* (A Guerra Camponesa na Alemanha), 1850; *Anti-Dühring*, 1877; *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staates*, 1884 (A Origem da Família, da Propriedade e do Estado); *Ludwig Feuerbach und das Ende der Klassischen deutschen Philosophie* (Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã), 1888; *Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft* (Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico), 1892. Colaborou intensamente na redação do Livro Primeiro de *O Capital*, de Marx. Depois da morte do amigo, editou os livros Segundo e Terceiro da mesma obra, com numerosas notas explicativas, além de redigir o capítulo “Rotação do Capital”, do qual Marx deixara apenas o título. Como reconhecimento da contribuição de Engels à teoria econômica de Marx, passaram a ser editados, como apêndice de *O Capital*, dois trabalhos econômicos de sua autoria: *Lei do Valor e Taxa de Lucro* e *A Bolsa* (Sandroni, 1999. p. 207).

16 Eduardo Bernstein (1850-1932). Político e pensador alemão. Fundou, em fins do século XIX, o movimento revisionista, tentativa de rever a obra de Marx, retirando-lhe o caráter revolucionário e propondo a persuasão e educação gradual como meios de alcançar o socialismo. Foi amigo íntimo e colaborador de Engels durante muitos anos e destacado representante da social-democracia alemã. Logo após a morte de Engels (1895), contudo, e por influência do socialismo fabiano inglês, abandonou toda idéia de transformação revolucionária da sociedade, declarando que o Partido Social-democrata deveria ser um partido da reforma. Em sua principal obra, *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia), de 1899, Bernstein nega o conceito marxista da intensificação da luta de classes e da inevitabilidade da revolução, preconizando meios graduais para melhorar as condições dos operários mediante a ação sindical e política. E, em lugar da concepção marxista do socialismo como o resultado necessário de processos históricos objetivos, apresenta-o como uma escolha da humanidade, de acordo com padrões éticos e morais. Do ponto de vista econômico, Bernstein ataca, em seu livro, a teoria marxista do colapso capitalista. Apoiando-se na situação econômica da Europa Ocidental, usou dados estatísticos para mostrar que o capitalismo estaria apenas diferenciando e não polarizando as classes, e também para condenar o determinismo econômico do processo histórico. Bernstein foi deputado no Reichstag, onde exerceu três mandatos. Durante a Primeira Guerra Mundial, foi um dos fundadores do Partido Social-democrata Independente. Exerceu ainda o cargo de secretário do Tesouro do governo alemão (Sandroni, 1999. p. 53).

17 Karl Johann Kautsky (1854-1938). Político alemão, principal teórico da II Internacional. Foi inspirador do Programa de Erfurt sobre a luta de classes, adotado pelo Partido Social Democrata Alemão em 1891, e que propõe um caminho evolutivo para o socialismo. Após a morte de Engels (1895), de quem foi secretário, tornou-se a figura de maior destaque do movimento marxista internacional. A trajetória teórica de Kautsky foi singular: tornou-se marxista sob a influência de Eduard Bernstein, mas combateu o revisionismo deste e o radicalismo de Rosa Luxemburgo, tornando-se porta-voz do marxismo centrista, que se opunha à ala mais radical do Partido Social Democrata. Durante a Primeira Guerra Mundial, formou uma minoria de socialistas independentes, contrários à política belicista do partido. Condenou a Revolução Russa de 1917, criticando o poder discricionário dos líderes bolcheviques. Em 1883, Kautsky fundou a revista marxista *Die Neue Zeit*, que editou até 1917. Todos os seus escritos posteriores visavam à difusão e à popularização do marxismo. A maior parte de suas idéias, que foram aproveitadas para a orientação prática de sua política, está em seu livro mais famoso, *Karl Marx Ökonomische Lehren (As Doutrinas Econômicas de Karl Marx)*, 1887, no qual defende a proposta de um marxismo evolutivo, que deveria levar à revolução como um fenômeno natural. Em diversos escritos, aplicou os métodos marxistas à interpretação da História, como na obra *Thomas More und seine Utopie (Thomas More e sua Utopia)*, 1888. A maior parte de sua obra, contudo, está impregnada de outras concepções, como o iluminismo e o evolucionismo social, mesmo em seu principal livro teórico, *Die Materialistische Geschichtsauffassung (A Concepção Materialista da História)*, 1927. Entretanto, Kautsky é lembrado por duas importantes contribuições à teoria socialista: a publicação do livro pioneiro *A Questão Agrária*, 1899, um dos primeiros estudos do desenvolvimento do capitalismo no campo sob o ponto de vista marxista; e a edição das notas manuscritas que formariam o quarto volume de *O Capital*, de Marx, publicadas com o título de *Theorien über den Mehrwert (Teorias da Mais-valia)*, 1905-1910. Em *O Marxismo e Sua Crítica*, 1900, reviu a teoria da pauperização, que seria relativa: “a quantidade de produtos que chega a cada trabalhador pode crescer; a parte que lhe chega dos produtos que criou diminui”. Kautsky foi ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros do governo socialista alemão de 1919, editando documentos que provavam a responsabilidade do governo imperial no desencadeamento da Primeira Guerra Mundial: *Wie der Weltkrieg Entstand (Como eclodiu a Guerra Mundial)*, 1919. Trabalhou em Viena de 1924 a 1938. Com a ocupação alemã, foi refugiar-se em Amsterdã, na Holanda. Escreveu ainda *O Socialismo e a Política Colonial* (1907), *O Caminho do Poder* (1909), *A Ditadura do Proletariado* (1919) e *Terrorismo e Comunismo*, em 1919 (Sandroni, 1999. p. 321).

18 Rosa Luxemburgo (1870-1919). Revolucionária alemã de origem polonesa, economista, dirigente da II Internacional. Autora de *A Acumulação do Capital*, 1913, marco da análise econômica marxista. Iniciou sua militância nas fileiras do Partido Socialista Revolucionário polonês e, em 1889, já estava no exterior para escapar à prisão. Doutorou-se em economia política em Zurique (Suíça), aproximando-se de Plekhanov e outros marxistas russos no exílio. Em 1898, passou a militar na social-democracia alemã. No Congresso de Dresden (1903), reivindicou a expulsão de Eduard Bernstein, que propunha a realização de reformas graduais como meio para chegar ao socialismo. Publicou na época os artigos reunidos em *Reforma Social ou Revolução*, 1899. Ainda contra o reformismo, escreveu *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, 1906. Voltou à Polônia em 1905, para liderar o movimento de apoio à Revolução Russa, unindo grupos socialistas poloneses e lituanos. Foi presa e libertada sob fiança. Retornou à Alemanha, onde proferiu conferências na escola do Partido Social Democrata em Berlim, que deram origem a seus principais trabalhos. Em 1914, Rosa Luxemburgo condenou o apoio da social-democracia alemã à “defesa nacional” na guerra imperialista. Por fazer propaganda pacifista, ficou presa de 1915 a 1918. Escreveu então as *Cartas da Prisão*, 1921. Ainda no cárcere, fundou com Karl Liebknecht, também internacionalista e pacifista, o grupo de ação revolucionária *Spartakus*. O grupo liderou, em janeiro de 1919, um levante socialista contra o novo governo republicano de Berlim, composto de social-democratas reformistas aliados aos conservadores. A revolta foi sufocada por voluntários de extrema-direita. Rosa Luxemburgo e Liebknecht foram presos e em seguida assassinados, seus corpos atirados num canal. Em *A Acumulação do Capital*, sua mais importante obra econômica, tenta mostrar que a acumulação do capital é impossível num sistema capitalista fechado, por não haver uma correspondência entre o crescimento da oferta de bens e o crescimento da procura. Para realizar a mais-valia num esquema de reprodução ampliada, o capitalismo necessita expandir-se para regiões ou países subdesenvolvidos, não-capitalistas, ou para setores não-capitalistas de produção dentro dos próprios países capitalistas. O imperialismo surge,

desse modo, como uma tentativa das potências capitalistas de controlar o máximo possível do mundo não-capitalista; e as tarifas protecionistas são o meio pelo qual cada país impede aos outros o acesso a seu próprio mercado interno não-capitalista. O livro de Luxemburgo provocou uma acesa controvérsia no pensamento marxista, envolvendo Kautski, Bukhárin, Otto Bauer e outros autores. Devido ao fato de abordar criticamente as características da fase imperialista do capitalismo, foi considerado um trabalho precursor do estudo que Lênin realizou sobre o tema (Sandroni, 1999. p. 358).

19 Mikhail Tugan-Baranovski (1865-1919). Economista russo, teórico da crise econômica. Embora se baseasse em Marx, explicou as crises unicamente pela ocorrência de desproporção entre os vários setores da produção econômica, chegando a negar a interdependência entre os meios de produção e bens de consumo. Seu primeiro e mais famoso livro, *As Crises Industriais na Inglaterra Contemporânea* (1894), uma das primeiras investigações empíricas das crises, exerceu considerável influência no desenvolvimento das pesquisas do ciclo econômico. O autor negou as duas explicações da crise econômica que atribuiu a Marx: 1) que é provocada pela tendência decrescente da taxa de lucro; 2) que resulta do subconsumo. Refutou a primeira alegando que uma crescente composição orgânica do capital deve conduzir a uma taxa ascendente de lucro, e não a uma taxa decrescente. Tugan procurou refutar a segunda hipótese por meio de uma complicada demonstração, na qual utiliza abundantemente os esquemas de reprodução do capital de Marx, para mostrar que não pode haver superprodução ou escassez da demanda, não importando o que aconteça ao consumo, enquanto a produção mantiver uma proporção adequada entre seus vários ramos. Em sua tese, Tugan-Baranovski separa radicalmente a relação entre os meios de produção e os bens de consumo. Enfatiza que o capitalismo é feito pelos capitalistas e para eles, e, segundo esse ponto de vista, não haveria nunca escassez de demanda para o que produzem, não existindo, portanto, perigo de crise. Para ele, a produção poderia expandir-se indefinidamente, sem nenhuma ligação com o nível ou as tendências do consumo, desde que se mantivessem as proporções adequadas entre os vários setores produtivos, chegando a afirmar que, se todos os trabalhadores, exceto um, desaparecessem e fossem substituídos por máquinas, esse único trabalhador colocaria as máquinas em movimento, produzindo novas máquinas e artigos de consumo para os capitalistas. A teoria de Tugan foi rejeitada pelos autores marxistas da época. Entretanto, sua explicação de produção proporcional por meio dos esquemas de reprodução expostos por Marx foi generalizada rapidamente, a ponto de ser atribuída ao próprio Marx. Foi utilizada em parte, por exemplo, por Hilferding em *O Capital Financeiro* (1923). Professor nas universidades de São Petersburgo (1894-1915) e Kiev (1917-1919) e ministro das Finanças da Ucrânia (1918), Tugan-Baranovski escreveu ainda *Fundamentos da Economia Política* (1909) e *Reforma Agrária e Cooperação*, em 1918 (Sandroni, 1999. p. 617).

20 Rudolf Hilferding (1877-1941). Economista e político marxista alemão, embora nascido na Áustria, um dos pioneiros na análise do capitalismo monopolista. Foi professor da escola de quadros do Partido Social Democrata da Alemanha e editor do jornal partidário *Vorwärts* (1907-1915). A partir da Primeira Guerra Mundial, tornou-se um dos mais destacados teóricos do socialismo reformista, ocupando, em 1923 e 1928-1929, o Ministério das Finanças da República de Weimar. Exilou-se em 1933 e foi assassinado na França pelos nazistas, em 1941. Em sua crítica ao capitalismo, Hilferding demonstrou como a concentração do capital conduziu a um papel decisivo dos bancos no processo de crescimento industrial, fenômeno que não se manifestara ainda nas condições do capitalismo concorrencial observado por Marx. O novo estágio do capitalismo, na visão de Hilferding, caracterizava-se pela hegemonia do “capital controlado pelos bancos e utilizado pelos industriais”. Antes da publicação de *O Capital Financeiro*, 1910, Hilferding destacou-se como competente discípulo de Marx ao rebater as críticas feitas por Böhm-Bawerk a possíveis contradições entre o Livro Primeiro e o Livro Terceiro de *O Capital*, nas passagens em que Marx trata da troca de equivalentes, isto é, sobre a questão dos preços e suas relações com a teoria do valor-trabalho. Essa resposta recebeu a denominação de *A Crítica de Böhm-Bawerk a Marx*, em 1904 (Sandroni, 1999. p. 281).

21 Vladimir Ilitch Ulianov Lênin (1870-1924). Ativista e dirigente político socialista, teórico e principal líder da Revolução Russa de 1917, primeiro dirigente da União Soviética e fundador da III Internacional. Iniciou sua carreira revolucionária em 1887, ao entrar para a Faculdade de Direito da Universidade de Kazan. Repeliu o terrorismo depois que seu irmão mais velho foi enforcado por ter-se envolvido num atentado contra o czar Alexandre III. Em 1893, em São Petersburgo,

uniu-se a intelectuais marxistas que atuavam junto aos operários. No ano seguinte, publicou clandestinamente seu primeiro trabalho, *Quem São os Amigos do Povo e como Lutam os Sociais-Democratas?*, 1894. Em 1895, entrou em contato com Plekhanov e outros marxistas russos exilados em Genebra. De volta à Rússia, Lênin e seus companheiros tentaram fundar um jornal clandestino, mas foram presos antes da publicação do primeiro número. Após catorze meses de prisão, foi exilado para a Sibéria, onde permaneceu três anos. Durante o exílio, completou o livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, 1899, no qual analisa a formação do mercado interno na Rússia czarista. Em 1900, seguiu para a Suíça, aproximando-se de Plekhanov. Em janeiro de 1901, surgiu o jornal revolucionário *Iskra* (A Centelha). Foi num artigo publicado no *Iskra*, “A Questão Agrária e os Críticos de Marx”, que pela primeira vez usou o pseudônimo de Lênin. O segundo Congresso do Partido Social Democrata Russo (fundado em 1898), realizado em Londres em 1903, provocou uma divisão no movimento socialista. Alguns dirigentes (Plekhanov, Martov e Axelrod) sustentavam que a revolução socialista deveria ser precedida por uma revolução democrático-burguesa que instaurasse o liberalismo. Lênin defendia a aliança entre operários e camponeses como condição indispensável para a vitória da revolução, pois a burguesia seria incapaz de assumir a liderança do processo. A posição de Lênin teve mais votos; seus adeptos ficaram conhecidos pelo nome de “bolcheviques” (majoritários), enquanto os outros receberam a denominação de “mencheviques” (minoritários). Com a Revolução de 1905, Lênin voltou à Rússia. Mas o fracasso do movimento levou-o novamente ao exílio. Nos anos seguintes, dedicou-se aos estudos filosóficos, publicando *Materialismo e Empirocriticismo*, 1909, e à organização do movimento social-democrata, na Rússia e em escala internacional. Durante a Primeira Guerra Mundial, atacou os socialistas que aderiram às concepções de defesa nacional, insistindo na necessidade de os operários de cada país transformarem a guerra em revolução. Participou das conferências socialistas pacifistas nas localidades suíças de Zimmerwald (1915) e Kienthal (1916). Analisando as relações entre a sociedade capitalista e a guerra, Lênin escreveu *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, 1916, sua mais importante contribuição à economia política. Apoiando-se nas concepções de Hilferding sobre o capital financeiro, analisa o imperialismo como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo em que se estabelece a hegemonia dos monopólios e dos grandes bancos. A própria dinâmica de formação e ampliação de mercados levaria o capitalismo a buscar a dominação colonial e a guerra. Lênin aponta ainda a acentuada importância que a exportação de capital adquiriu, a divisão do mundo entre trustes internacionais e a situação dos territórios coloniais fornecedores de matéria-prima e mão-de-obra barata repartidos entre as grandes potências capitalistas. E a combinação de revoltas na periferia do sistema com revoluções proletárias nas metrópoles, que tornaria inevitável o advento do socialismo. Após a queda do czar, provocada pelas revoltas populares em São Petersburgo, em fevereiro de 1917, Lênin voltou à Rússia. Logo em seguida, elaborou suas Teses de Abril, propondo, entre outras medidas, a paz imediata, a confraternização com os soldados alemães, o poder para os soviets (conselhos) populares e a expropriação de terras e fábricas. Orientados por essas palavras de ordem, os bolcheviques realizaram intensa propaganda junto aos operários, camponeses e soldados. Em novembro de 1917, foi derrubado o governo provisório de Kerenski, e Lênin tornou-se presidente do Conselho dos Comissários do Povo. Sob sua influência, o Congresso dos Soviets aprovou um decreto abolindo a grande propriedade rural, confiscando terras da família imperial e da Igreja e nacionalizando os bancos e as grandes indústrias. Em 1918, em Brest-Litovsk, foi assinada a paz em separado com a Alemanha. Em condições adversas, o recém-criado Exército Vermelho enfrentou a contra-revolução, de 1918 a 1921, estimulada tanto dentro como fora da União Soviética. Até 1921 vigorou o chamado “comunismo de guerra”, mas nesse ano começou a ser aplicada a Nova Política Econômica (NEP), um retorno tático e parcial à economia de mercado, imposto pela virtual destruição das estruturas econômicas do país. Simultaneamente, Lênin criou o plano de eletrificação da União Soviética. Em maio de 1922, Lênin sofreu uma hemorragia cerebral. Em novembro, ditou seu testamento, no qual recomendava a ampliação do Comitê Central do Partido Comunista, para tornar possível uma representação mais democrática. Em 1923, sofreu um segundo ataque, morrendo no ano seguinte. Do ponto de vista de sua contribuição à economia política, destacam-se os escritos a respeito do imperialismo e seu estudo pioneiro sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Nesse livro, mostra a inconsistência teórica da corrente populista, que afirmava haver a possibilidade de a Rússia ser um país agrícola, evitar o “estágio ocidental” do capitalismo e passar diretamente do feudalismo ao socialismo. Os populistas argumentavam que a viabilidade do capitalismo na Rússia era problemática, pois arruinaria a economia camponesa, limitando seu mercado interno, e não teria nenhuma possibilidade de expansão devido à ocupação dos mercados externos

pelos países industrializados. Baseado em dados concretos, Lênin pôde mostrar que a ruína dos camponeses não implica a liquidação do mercado interno para o capitalismo. Ao contrário, é uma consequência necessária do processo de instalação e evolução do capitalismo, que promove a industrialização, acelera e aprofunda as contradições já existentes na comunidade camponesa, desintegrando-a e liberando as massas para a formação do proletariado. Na estrutura de sua obra, Lênin realiza um mapeamento do conjunto da economia agrária russa, examina a mercantilização das atividades agrícolas e verifica a penetração do capitalismo na agricultura. Analisa em seguida as atividades industriais, estabelecendo as fases evolutivas do capitalismo na indústria russa, da modalidade artesanal até o advento da grande indústria mecanizada, que ele examina em detalhes. Outras obras importantes deste autor, traduzidas em mais de cem idiomas: *O Que Fazer?*, 1902; *Duas Táticas da Social-democracia na Revolução Democrática*, 1905; *Um Passo à Frente, Dois Passos Atrás*, 1904; *O Estado e a Revolução*, 1917; *O Socialismo e a Guerra*, 1915; e *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, 1920 (Sandroni, 1999. p. 344).

22 Evgueni Alekseievitch Preobrajenski (1886-1937). Economista e político socialista russo. Após a Revolução de 1917, integrou o Comitê Central do Partido Comunista. Nos anos 20, foi um dos mais acirrados críticos da Nova Política Econômica (NEP), proposta por Lênin, e que consistia num retorno parcial e tático à economia de mercado para fazer frente às dificuldades econômicas. Defendendo a prioridade da indústria sobre a agricultura, subscreveu as Teses da Oposição de Esquerda, lideradas por Trótski, que se opunha à construção do socialismo “a passos de tartaruga”, proposta por Bukhárin, a partir de uma vigorosa economia camponesa. Mas as posições de Preobrajenski iam além da ênfase à industrialização e ao planejamento econômico. Ele defendia uma industrialização imediata e um progresso técnico rápido, realizado por meio de uma “acumulação socialista primitiva”, financiada pelo setor agrícola. Essa proposta implicava a compra de produtos agrícolas abaixo de seu valor e a venda de bens industriais socialistas acima do preço, com a exportação dos produtos agrícolas a preços mais elevados, possibilitando assim o financiamento e a demanda de bens de capital. Apesar da origem “trotskista”, foi essa a base do projeto stalinista da construção do “socialismo num só país”. Entre 1936 e 1938, porém, Preobrajenski seria expurgado das fileiras stalinistas e desapareceria nos chamados Processos de Moscou. Entre suas obras, destacam-se: *ABC do Comunismo* (1921), escrito junto com Bukhárin, e *Nova Economia*, em 1926) (Sandroni, 1999. p. 492).

23 Nikolai Ivanovitch Bukharin (1888-1938). Economista e político russo, um dos principais teóricos do Partido Bolchevista. Sua principal obra, *O Imperialismo e a Economia Mundial* (1915), precedeu o estudo de Lênin sobre a mesma questão. Publicou também *A Economia da Renda* (crítica ao marginalismo, em 1914), *A Economia do Período de Transição* (1918), *O ABC do Comunismo* (1919, com Preobrajenski) e *Teoria do Materialismo Histórico* (1921). Posicionou-se contra as medidas de Stálin durante a coletivização forçada da agricultura e defendeu o prolongamento da Nova Política Econômica (NEP), instituída por Lênin após o comunismo de guerra. Advogou também a continuidade, ainda que por certo período, da pequena produção camponesa, como compatível com a construção do socialismo. Foi fuzilado em 1938, durante um dos grandes “expurgos” de Stálin, e reabilitado em 1988 durante o governo de Mikhail Gorbatchev (Sandroni, 1999. p. 68).

24 Leon Trótski (1879-1940) foi um intelectual marxista e revolucionário bolchevique. Nos primeiros tempos da União Soviética desempenhou um importante papel político, primeiro como Comissário do Povo (Ministro) para os Negócios Estrangeiros; posteriormente como criador e comandante do Exército Vermelho, e fundador e membro do Politburo do Partido Comunista da União Soviética. Afastado por Stalin (ou Estaline) do controle do partido, Trótski foi expulso deste e exilado da União Soviética, refugiando-se no México, onde veio a ser assassinado por Ramón Mercader, um agente de Stalin. As suas ideias políticas, expostas numa obra escrita de grande extensão, deram origem ao trotskismo, corrente ainda hoje importante no marxismo.

25 Josef Stalin (1878 -1953) foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e do Comitê Central a partir de 1922 até a sua morte em 1953, sendo assim o líder de fato da União Soviética. Embora Stalin inicialmente tenha tido pouca influência no partido soviético, aumentou-a a partir de 1928 tornando-se o ditador do seu país, com pleno controle da União Soviética e do seu povo. Os falhos programas de industrialização e coletivização na década de 1930 e sua campanha

de repressão política custaram a vida de milhões de pessoas. Sob a liderança de Stalin, a União Soviética desempenhou um papel decisivo na derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e passou a atingir o estatuto de superpotência, e a expandir seu território, para um tamanho semelhante ao do Antigo Império Russo.

26 Mao Tse-Tung(1893-1976). Revolucionário e estadista chinês. Serviu no exército revolucionário durante a Revolução Chinesa de 1911-2 e envolveu-se com o Movimento Quatro de Maio e com o Partido Comunista Chinês em Pequim, em 1919-21. Convertido ao marxismo, Mao mudou-se para Xangai em 1923, tornando-se o organizador político do Kuomintang. Depois que o Kuomintang voltou-se contra seus aliados comunistas em 1927, Mao usou sua experiência na organização do campesinato e seu potencial como líder revolucionário para criar o Soviet Jiangxi (base rural comunista). Desenvolveu junto com Zhu De as táticas de guerrilha que foram o segredo de seu sucesso na longa guerra civil contra o Kuomintang. Em 1931, tornou-se o presidente do Soviet Jiangxi, mas logo depois do bem-sucedido bloqueio pelas forças nacionalistas de Chiang Kai-Shek, ele liderou seus seguidores na Longa Marcha (1934-5), a retirada dos comunistas para uma nova base no noroeste da China. Tendo emergido como líder do Partido Comunista Chinês, devotou tempo considerável aos escritos teóricos que deveriam fornecer a base ideológica para o futuro Estado comunista. As bem organizadas forças de guerrilha de Mao, lideradas por homens capazes, como Zhu De e Lin Biao, resistiram aos japoneses e derrotaram as forças nacionalistas de Chiang Kai-Shek. No primeiro dia de outubro de 1949, Mao Tse-Tung proclamou a criação da República Popular da China. Apesar de ter sido o presidente do novo Estado desde a sua formação, Mao teve pequena participação ativa em sua administração até meados da década de 50, quando foi pioneiro em um movimento de reformas, sendo o principal o 'Grande Salto para o Futuro', uma tentativa de galvanizar o desenvolvimento político e econômico. A dissidência com a antiga União Soviética, que cada vez mais recusava-se a apoiar a luta comunista chinesa, alcançou seu auge no princípio da década de 60. Em 1959, Mao aposentou-se do cargo de presidente da República, mas retornou a este posto em 1966, para dar início à Revolução Cultural, uma dramática tentativa de radicalizar o país e evitar a estagnação da revolução. Posteriormente, ele deu seu apoio tácito à radical Gangue dos Quatro, cuja ascensão ao poder foi interrompida por seu sucessor, Hua Guofeng, após sua morte (Nova Enciclopedia Ilustrada Folha,1996).

27 Antonio Gramsci (1891-1937). Teórico social italiano. Quando jovem, Gramsci foi um militante socialista revolucionário, que participou da organização de conselhos operários, concebidos como ponto de partida para a instauração da futura sociedade socialista, e colaborou na fundação do Partido Comunista Italiano, em 1921. Foi preso em 1926 e permaneceu na prisão até morrer. Nos seus Cadernos da Prisão (1947, publicados postumamente), desenvolveu uma variante do marxismo que conferia importância menor ao papel da economia como fator determinante das mudanças sociais. Segundo Gramsci, e contrariamente ao que afirmavam os marxistas mais radicais da época, a consciência humana não é, absolutamente, um reflexo do mundo material, mas um agente independente, que intervém na realidade material para construí-la e modificá-la. Assim, o aspecto decisivo da luta entre as classes capitalista e operária seria a batalha das idéias e a disputa pela hegemonia (isto é, o domínio ou predomínio, dentro do Estado, da visão de mundo de uma classe), na qual o proletariado procura derrotar a burguesia e tornar-se assim a força intelectual predominante. Isso significava que os marxistas deveriam dar menor atenção aos fatores econômicos e concentrar-se no esforço de ganhar o controle das instituições culturais através das quais as idéias se disseminam. As idéias de Gramsci tiveram influência sobre os pensadores da “nova esquerda” europeia dos anos 60-70, caracterizados pelo afastamento em relação ao marxismo “ortodoxo” e ao regime comunista implantado na ex-URSS e em outros países (Nova Enciclopedia Ilustrada Folha,1996).

28 Georg Bernhard Lukács von Szegedin (1885-1971). Filósofo húngaro de grande importância no cenário intelectual do século XX. Segundo Lucien Goldmann, Lukács refez, em sua acidentada trajetória, o percurso da filosofia clássica alemã: inicialmente um crítico influenciado por Kant, depois o encontro com Hegel e finalmente, a adesão ao marxismo(Nova Enciclopedia Ilustrada Folha,1996).

29 Louis Althusser (1918-1990). Filósofo francês de origem argelina que se notabilizou na década de 60 por defender uma nova interpretação do pensamento marxista. Analisando as idéias de Marx do ponto de vista da distinção entre

ideologia e ciência, Althusser opôs-se às interpretações correntes na época, que centravam o marxismo na teoria da alienação e o aproximavam de Hegel. Para Althusser, seria necessário restabelecer o sentido econômico do marxismo. Ler o *Capital*, publicado em 1964, e *A Favor de Marx*, de 1965, estão entre suas principais obras (Sandroni, 1999. p. 23).

30 Oskar Lange (1904-1965). Economista e político polonês. Emigrou para os Estados Unidos em 1934, onde lecionou em universidades. Naturalizou-se norte-americano em 1943, porém retomou a nacionalidade polonesa em 1945. Representou seu país em Washington (1945-1946) e no Conselho de Segurança da ONU (1946-1948). Como vice-presidente do conselho de ministros e presidente da Associação Central de Cooperativas, influenciou praticamente na planificação da economia da Polônia. No âmbito da teoria, figura como um dos mais importantes fundadores da econometria. Empenhou-se em incorporar, à economia política marxista, as técnicas mais modernas de pesquisa e quantificação e em dar à planificação socialista um fundamento matemático científico. Escreveu *Wstep Ekonometrii* (Introdução à Econometria), 1957; *Ekonomia Polityczna* (Economia Política), 1959; *Essays on Economic Planning* (Ensaio sobre Planificação Econômica), 1960; *Caloszi Roswoj w swietle Cybernetki* (Totalidade e Desenvolvimento à Luz da Cibernética), 1962; e *Problèmes d'Économie Socialiste et de Planification* (Problemas da Economia Socialista e da Planificação), 1964 (Sandroni, 1999. p. 330).

31 Ernest Mandel (1923-1995). Economista marxista belga. Em 1940, ingressou na IV Internacional Socialista, organização revolucionária fundada por Leon Trotski em 1938. Em 1952, por ocasião da primeira cisão no movimento trotskista, Mandel, ao lado de Michel Pablo, tornou-se o principal dirigente da facção majoritária e seu mais destacado teórico. Ao mesmo tempo estreitou suas ligações com o movimento operário como membro da comissão de estudos econômicos da Central Sindical Belga e como diretor do semanário *La Gauche*, órgão da ala radical do Partido Socialista Belga, do qual foi expulso em 1965. Como teórico marxista, adquiriu notoriedade após a publicação da obra *Traité d'Économie Marxiste* (Tratado de Economia Marxista), 1962. O rigor científico de suas pesquisas manifesta-se também no estudo *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*, 1967, no qual reconstitui detalhadamente os passos teóricos dados por Marx, desde seus primeiros escritos até a elaboração de *O Capital*. No entanto, seu trabalho mais expressivo e inovador, no que diz respeito à economia moderna, é *Der Spaetkapitalismus - Versuch einer marxistischen Erklarung* (O Capitalismo Tardio), 1972, no qual analisa a atual fase do capitalismo monopolista. Na presente etapa de seu desenvolvimento, o modo de produção capitalista, segundo Mandel, tem como característica fundamental a intensificação dos processos de automação, fenômeno definido por ele como uma terceira revolução tecnológica. Esta ter-se-ia iniciado a partir de 1940, nos Estados Unidos e em outros países capitalistas desenvolvidos, graças ao amplo emprego da eletrônica e da energia nuclear no processo produtivo. Nesse contexto, Mandel procura atualizar a crítica marxista da economia capitalista, focalizando as leis do movimento do capital, as alterações verificadas em sua composição orgânica, as condições em que se dá a realização da mais-valia no capitalismo tardio, o papel da economia armamentista nos quadros do capitalismo moderno, as possibilidades de crescimento do sistema, a natureza das crises cíclicas, a concentração e internacionalização do capital, a essência do neocapitalismo, a espiral inflacionária, a hipertrofia do setor de serviços e as características da sociedade de consumo. A análise do capitalismo tardio feita por Mandel não se restringe exclusivamente ao âmbito das relações de produção, mas abrange também os aspectos superestruturais do sistema e põe em relevo o papel do Estado e da ideologia dominante. Os temas abordados em *O Capitalismo Tardio* têm continuidade na obra *Ende der Krise oder Krise ohne Ende? (Fim da Crise ou Crise Sem Fim?)*, 1977, uma série de ensaios que tratam sobretudo da natureza da recessão mundial na atualidade. Além das obras econômicas, Ernest Mandel publicou inúmeros ensaios sobre problemas políticos, tratando principalmente das questões do movimento revolucionário mundial e da problemática dos países socialistas (Sandroni, 1999. p. 364).

32 Maurice Herbert Dobb (1900-1976). Economista marxista inglês. Elaborou uma análise teórica e histórica do desenvolvimento do capitalismo, além de trabalhos sobre a formação de salários, o cálculo econômico racional e a transformação dos sistemas econômicos. Professor do Trinity College da Universidade de Cambridge desde 1924, Dobb ocupa lugar de importância entre os economistas marxistas contemporâneos pelo rigor de suas análises e pela amplitude de sua obra; nela se destacam a teoria econômica, os problemas do socialismo e a história do desenvolvimento

do capitalismo. Profundo conhecedor da teoria econômica neoclássica, criticou-a e rejeitou-a em seu livro *Os Salários*, 1926. Dobb foi um dos primeiros economistas a reconhecer a importância política da intervenção dos sindicatos e dos poderes públicos no estabelecimento de uma política de salários. Também foi um dos primeiros economistas ocidentais a estudar, desde o início, a economia socialista soviética, defendendo o socialismo centralizado em *On Economic Theory and Socialism* (Teoria Econômica e Socialismo), 1955. Em seguida, porém, admitiu uma transição para uma economia descentralizada, realizando uma crítica à burocracia e discutindo os temas da democracia dos trabalhadores e da democracia econômica. Realizou ainda uma ampla análise econômica e histórica do desenvolvimento do capitalismo em *Studies in the Development of Capitalism*, 1946 (traduzido no Brasil como *A Evolução do Capitalismo*), na qual destaca as características do capitalismo contemporâneo. A obra traz à tona as novas funções econômicas do Estado e os problemas decorrentes do surgimento de um setor socialista mundial e das novas nações do Terceiro Mundo, voltadas para medidas de planejamento econômico e de capitalismo de Estado como meio de ultrapassar o atraso econômico. Dobb analisou os problemas de crescimento econômico dos países do Terceiro Mundo e investigou as relações entre o crescimento econômico e as linhas gerais de política econômica em *An Essay on Economic about Growth and Planning* (Um Ensaio sobre o Crescimento Econômico e Planejamento), 1960. Além de publicar, junto com o economista Piero Sraffa, as obras completas de David Ricardo, escreveu os seguintes livros: *Capitalist Enterprise and Social Progress* (Empresa Capitalista e Progresso Social), 1925; *Soviet Economic Development since 1917* (Desenvolvimento da Economia Soviética desde 1917), 1928; *Economia Política e Capitalismo*, 1937; *Marx as Economist* (Marx como Economista), 1943; *Papers on Capitalism, Development and Planning* (Estudos sobre o Capitalismo, Desenvolvimento e Planejamento), 1967; *Welfare Economics and the Economics of Socialism* (Economia do Bem-estar e Economia do Socialismo), 1969; *Theories of Value and Distribution since Adam Smith* (Teorias do Valor e da Distribuição desde Adam Smith), 1973 (Sandroni, 1999. p. 182).

33 André Gorz (1924-). Nasceu em Viena e radicou-se na França após a Segunda Guerra Mundial. Seus escritos estão concentrados na análise das contradições da sociedade capitalista e da transição para o socialismo. Uma das premissas principais de Gorz é a de que o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo se deu de modo a impedir uma apropriação coletiva por parte do proletariado. A superação do capitalismo, sua negação em nome de uma racionalidade diferente, só poderia resultar da ação de camadas que representam ou prefiguram a dissolução de todas as classes, inclusive da classe operária. Chega-se, por esse caminho, ao tema central de *Adeus ao Proletariado* (1980): a abolição do trabalho. Para Gorz, esse termo sintetizaria um processo em curso, e em rápida aceleração, nos países mais industrializados da Europa Ocidental. Neles, ocorreria a ampliação do espaço da liberdade, do tempo livre, destinado a atividades autônomas, a partir da redução progressiva da necessidade de trabalhar para comprar o direito à vida. Outras obras: *La Morale de l'Histoire* (A Moral da História), 1960; *Stratégie Ouvrière et Néo-capitalisme* (Estratégia Operária e Neocapitalismo), 1966; *The Socialisme Difficile* (O Socialismo Difícil), 1967; *Fondements pour une Morale* (Fundamentos para uma Moral), 1977 (Sandroni, 1999. p. 268).

34 Charles Bettelheim (1913-). Economista francês, autor de vários livros sobre a planificação socialista e os problemas da planificação em geral. Em 1936, visitou a União Soviética pela primeira vez, e seis anos depois publicou seu primeiro livro sobre a planificação socialista. Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, publicou o segundo livro a respeito do mesmo assunto, do ponto de vista teórico e prático. Sua visão sobre a formação soviética modificou-se substancialmente depois da revolução cultural chinesa e dos acontecimentos no Leste europeu no início dos anos 70, especialmente na Polônia. Sua obra mais importante é a trilogia *Les Luttes de Classe en URSS*, cujo primeiro volume, correspondente ao período 1917-23, foi lançado no Brasil em 1975 com o título *A Luta de Classes na União Soviética*. Na obra, sustenta a tese de que na União Soviética prevalece o capitalismo de Estado e não um Estado socialista. O segundo volume, que analisa o período 1923-1930, foi editado na França em 1977. Bettelheim escreveu ainda *L'Économie Soviétique* (A Economia Soviética), 1950, e *Problèmes Théoriques et Pratiques de la Planification* (Problemas Teóricos e Práticos da Planificação), 1952 (Sandroni, 1999. p. 268).

35 Paul Sweezy (1910-). Economista e professor universitário norte-americano, um dos mais destacados divulgadores do marxismo nos Estados Unidos. Em 1942, publicou sua mais conhecida obra, *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, uma introdução à teoria econômica marxista na qual apresenta um amplo panorama das principais tendências da economia

marxista e seus mais destacados representantes. Além disso, explicita sua própria leitura de Marx, com destaque especial para o problema das crises de estagnação no capitalismo. É também um dos mais respeitados analistas críticos da realidade dos países socialistas. Editou desde 1949 a revista *Monthly Review*, especializada em temas políticos segundo uma visão marxista da sociedade (Sandroni, 1999. p. 586).

36 Paul Alexander Baran (1910-1964). Economista russo, radicado nos Estados Unidos, estudioso do subdesenvolvimento e do capitalismo monopolista. cursou economia no Instituto Plekhanov, em Moscou, continuando seus estudos e pesquisas na Alemanha, onde esteve ligado ao Instituto de Frankfurt. Nos Estados Unidos, doutorou-se em Filosofia (Harvard) e lecionou na Universidade de Stanford. Durante a Segunda Guerra Mundial, esteve a serviço do governo norte-americano como especialista em assuntos soviéticos e como técnico em questões de planificação e controle de preços. Foi então um dos iniciadores do planejamento econômico nos Estados Unidos e um dos primeiros economistas a analisar a problemática do subdesenvolvimento. Durante a época do macarthismo, foi perseguido por sua filiação teórica marxista. Suas principais obras são *A Economia Política do Desenvolvimento* (1957), e, juntamente com Paul Sweezy, *O Capital Monopolista*, 1966 (Sandroni, 1999. p. 45).

37 Johann Heinrich von Thünen (1783-1850). Economista agrícola alemão, um dos primeiros teóricos utilitaristas, partidário do uso dos métodos matemáticos na análise econômica. Membro da camada de proprietários de terra prussianos (os junkers), dedicou-se aos problemas da economia agrícola, numa visão estritamente teórica, em sua obra *O Estado Isolado*, cuja primeira parte foi publicada em 1826 e a segunda, em 1850 e 1863. Na primeira parte da obra, Thünen procura encontrar os princípios que determinem o melhor sistema de cultivo, especialmente em função da distância do mercado. Thünen construiu um modelo teórico com respostas tão precisas a essa questão que é considerado um dos primeiros expositores das modernas teorias sobre localização industrial. Também se antecipou ao moderno princípio do custo de oportunidade, ao destacar que o preço de um produto deveria ser calculado de modo a que a terra na qual é produzido não possa render uma quantidade maior se for dedicada ao cultivo de outro produto. Assim, o preço de um produto terá de ser suficientemente elevado para reembolsar o custo de produção e de transporte até o mercado. Embora sua teoria da renda seja muito semelhante à de Ricardo, o autor diferencia a renda da terra e os pagamentos que lhe são acrescidos, elaborando um conceito de renda que se baseia somente no excedente do produtor e facilitando aos economistas posteriores o relacionamento da renda com outros fatores de produção além da terra. Na segunda parte do livro, Thünen antecipa a teoria da produtividade marginal ao afirmar que a utilização de mais capital e trabalho aumenta o rendimento agrícola, mesmo encarecendo seu custo. Também enuncia a hoje chamada “lei da igualdade dos preços dos fatores de produção e de seus produtos marginais”, ao escrever: “A aplicação de doses sucessivas de trabalho sobre uma terra deve continuar até que o rendimento suplementar obtido graças ao último trabalhador empregado seja igual, em valor, ao salário que ele recebe”; e conclui que o rendimento do capital “é determinado pela produtividade da última dose de capital empregado”. Elaborou também uma doutrina do salário natural, que seria determinado por um cálculo complicado (Sandroni, 1999. p. 603).

38 Gossen (1810-1858). Economista alemão que, apesar de não ter exercido nenhuma influência durante sua vida, antecedeu com seus teoremas a teoria da utilidade marginal. Sua principal obra é *Entwicklung der Gesetze des menschlichen Verkehrs und der daraus fließenden regeln für menschliches handeln* (*Desenvolvimento das Leis do Intercâmbio Humano e Regras Decorrentes para a Atuação do Homem*), 1854. Nela, procura analisar as leis da conduta humana por meio do utilitarismo e do uso do método matemático. Ignorada durante muitos anos, a obra foi redescoberta e citada em 1871 por William Jevons, um dos teóricos da utilidade marginal, na introdução de *Theory of Political Economy* (*Teoria da Economia Política*). A partir do pressuposto de que toda conduta humana tem por objetivo um máximo de satisfação, Gossen desenvolve algumas leis, das quais duas são conhecidas como Leis de Gossen. A primeira apresenta o princípio da utilidade decrescente: “A quantidade de uma mesma satisfação diminui constantemente à medida que a realizamos sem interrupção, até obter a saciedade”. A segunda lei, decorrente da primeira e do postulado de que é impossível obter satisfação completa de todas as necessidades, expõe o princípio de que se pode obter o máximo de prazer com um nível

uniforme de satisfação de cada necessidade. O restante da obra de Gossen é dedicado à elaboração e às consequências econômicas dessas leis, como: “As unidades isoladas de um mesmo bem terão diferentes valores segundo a quantidade que dele se possua”; ou “Além de uma certa quantidade, uma unidade desse bem perderá inteiramente seu valor”. O autor também classifica os objetos que podem ter valor (que, para ele, é sempre relativo) em: bens de consumo (os que são capazes de proporcionar imediatamente uma satisfação), bens de segunda classe (de que se necessita conjuntamente para obter a satisfação) e bens de terceira classe - os bens empregados na produção de outros bens (Sandroni, 1999. p. 268).

39 Antoine Augustin Cournot (1801-1877). Filósofo e professor de matemática francês, um dos precursores da Escola Neoclássica (juntamente com Thünen e Gossen) por sua contribuição à teoria do valor-utilidade. Seu livro *Recherches sur les Principes Mathématiques de la Théorie des Richesses* (Pesquisas sobre os Princípios Matemáticos da Teoria das Riquezas), de 1838, é considerado o ponto de partida da teoria matemática em economia. Nessa obra, ele considera que o único fundamento da riqueza é o valor da troca. Mostra que relações de mercado como demanda, preço e oferta podem ser expressas em equações funcionais e que as leis econômicas podem ser formuladas em linguagem matemática. A parte central dos *Principes* é uma teoria dos preços de monopólio, em que o autor chega a determinar com precisão, em função da demanda de um bem, o preço que será fixado pela empresa. As aplicações matemáticas de Cournot aos problemas do preço no regime de concorrência perfeita, de monopólio ou do que se conhece hoje como duopólio foram esquecidas por muito tempo e só retomadas por marginalistas como Jevons e Walras. Escreveu ainda *Exposition de la Théorie des Chances et des Probabilités* (Exposição da Teoria das Chances e das Probabilidades), 1843 (Sandroni, 1999. p. 139).

40 Carl Menger (1840-1921). Economista austríaco, fundador da escola austríaca. Desenvolveu uma teoria subjetiva do valor (teoria da utilidade marginal), ligando-o à satisfação dos desejos humanos. Para ele, as trocas ocorrem porque os indivíduos têm avaliações subjetivas diferentes de uma mesma mercadoria: toda a atividade econômica resulta simplesmente da conduta dos indivíduos e deve ser analisada a partir do consumo final, como uma pirâmide invertida. Sua teoria da utilidade marginal foi também desenvolvida, na mesma época (1871) e independentemente, por Jevons, mas foram Menger e seus discípulos Böhm-Bawerk e F. von Wieser que melhor a exploraram. Menger foi professor de economia política na Universidade de Viena de 1873 a 1903. Sua obra mais importante, na qual desenvolve a teoria da utilidade marginal, é *Die Grundsätze der Volkswirtschaftslehre - Princípios da Economia* (Sandroni, 1999. p. 378).

41 William Stanley Jevons (1835-1882). Economista inglês da escola marginalista, professor de lógica em Manchester e de economia política em Londres, onde se destacou por combinar a análise teórica com a estatística. Ao mesmo tempo que Menger e Walras, Jevons elaborou, independentemente, a teoria da utilidade marginal, em 1870. Sua principal obra, *The Theory of Political Economy (A Teoria da Economia Política)*, 1871, reuniu todas as análises anteriores baseadas na utilidade para formular uma teoria mais abrangente do valor, da troca e da distribuição. Para isso, o autor desenvolveu uma exposição matemática das leis do mercado e da teoria do valor-utilidade, que seria o ponto central de sua teoria. Tomou como ponto de partida o indivíduo e suas necessidades e, baseando-se nos princípios da filosofia hedonista de Bentham, definiu utilidade como a capacidade que um objeto tem de provocar o prazer ou impedir a dor. A explicação de Jevons para a formação do valor de troca e do preço baseia-se numa adaptação da Segunda Lei de Gossen. Afirma que, quando uma mercadoria é capaz de satisfazer necessidades em vários usos diferentes, ela fica distribuída entre eles de tal modo que seu grau de utilidade será o mesmo em todos os usos. Jevons não chegou a apresentar uma teoria subjetiva completa, mas negou o trabalho como fonte de valor. Para ele, o trabalho gasto na produção da mercadoria “passara e se havia perdido para sempre”, não podendo exercer nenhuma influência sobre o preço. Apenas de modo indireto o trabalho poderia afetar o valor de um produto, valor este definido pelo grau final de utilidade, por meio da seguinte relação: “O custo da produção determina a oferta, que determina o grau final de utilidade, que por sua vez determina o valor”. Jevons também legou uma contribuição importante à teoria do capital. Afirmou que o capital pode ser medido em termos de tempo, além de quantidade. Um aumento do capital investido seria o mesmo que o aumento do período de tempo em que o capital é empregado. Embora se considerasse um “ardente defensor da liberdade de comércio”, Jevons declarou-se a favor do protecionismo na Inglaterra, em sua obra *The State in Relation to Labour (O Estado em Relação ao Trabalho)*,

1882. Seus trabalhos em economia aplicada e economia política foram reunidos no livro *Investigations in Currency and Finance* (Investigações em Moeda e Finanças), 1884. Examinou especialmente o problema das flutuações econômicas, chegando ao ponto de tentar relacionar os ciclos com a atividade solar (Sandroni, 1999. p. 314).

42 Marie-Ésprit Léon Walras (1834-1910). Economista neoclássico e engenheiro francês, professor de economia política em Lausanne (1870- 1892), um dos fundadores da teoria da utilidade marginal e da economia matemática. Foi um dos primeiros economistas a elaborar uma teoria geral abstrata do equilíbrio econômico, que expressou em equações funcionais, combinando uma teoria do valor-utilidade com uma teoria matemática precisa do equilíbrio do mercado. Essa teoria do equilíbrio, apoiada numa ampla análise estática, enfatiza a interdependência dos fatos econômicos, ao substituir a noção de causa (unilateral) pela função (recíproca), abrindo caminho para a análise macroeconômica contemporânea. Independentemente de Jevons e Menger, Walras enunciou a doutrina da utilidade marginal em sua primeira e principal obra, *Elementos de Economia Política Pura*, publicado em duas partes, a primeira em 1874, em que analisa a teoria da troca, e a segunda em 1877, na qual trata da teoria da produção. Como Jevons e Menger, Walras fundamenta o valor da troca na utilidade e nas limitações de quantidade. O desejo de que as utilidades marginais sejam iguais, de acordo com a Segunda Lei de Gossen, conduziria à troca. E esse desejo, junto com as quantidades de mercadorias que cada indivíduo possui, determinaria uma oferta e uma procura representadas por uma equação funcional. Mas Walras se ocuparia sobretudo não da questão do valor, e sim do equilíbrio via mecanismo de preços. Num mercado competitivo, o equilíbrio seria obtido a partir de um preço no qual a oferta e a procura se igualassem. Para demonstrar como esse preço é determinado pela concorrência, Walras utiliza o conceito de *prix crié* (o preço apregoado em leilão). Quando a oferta e a procura não são iguais a esse preço, apregoa-se outro preço, e assim sucessivamente, até se obter a igualdade e se atingir o preço do equilíbrio. Depois de representar cada mercadoria por equações de oferta e de procura em termos de preços de equilíbrio, Walras analisa o problema do equilíbrio geral da troca, usando também um conceito especial, o de *numéraire*, uma mercadoria- artifício que ele utiliza como unidade de conta para demonstrar a existência de uma solução matemática para o equilíbrio geral. Constrói, assim, um modelo matemático do equilíbrio geral como um sistema de equações simultâneas em que há uma interdependência dos preços, da procura e da oferta, sendo essa sua grande contribuição à economia moderna. Tomando como variáveis independentes mais os preços que as quantidades trocadas, Walras demonstra que, dados certos preços, cada indivíduo continuará trocando mercadorias até que a proporção das utilidades marginais das mercadorias seja igual à proporção de troca, atingindo, por meio de equações, determinado equilíbrio. Walras tenta aplicar sua análise do equilíbrio ao problema dos preços dos fatores de produção, chegando a uma posição semelhante à da escola austríaca moderna, ao expor o princípio do custo de oportunidade e da teoria da produtividade marginal. Walras escreveu ainda *Études d'Économie Sociale* (Estudos de Economia Social), 1896, e *Études d'Économie Politique Appliquée* (Estudos de Economia Política Aplicada), 1898 (Sandroni, 1999. p. 314).

43 Alfred Marshall (1842-1924). Economista e matemático inglês, principal representante da segunda geração da escola marginalista inglesa ou escola de Cambridge. Influenciado por Cournot, Von Thünen e Bentham, transformou vários argumentos de Ricardo e Mill em proposições matemáticas. Em 1879 foram publicados *Pure Theory of Foreign Trade* (Teoria Pura do Comércio Exterior), *Pure Theory of Domestic Values* (Teoria Pura dos Valores Internos) e *Elements of Economics of Industry* (Elementos da Economia da Indústria), este último em colaboração com sua mulher. Onze anos depois surgiu sua principal obra, *Princípios de Economia*. Marshall procurou dar um tratamento mais científico à economia, buscando um denominador comum para medir a atividade humana. Assim, em *Princípios*, analisa as relações entre a oferta, a procura e o valor, caracterizando o comportamento econômico humano de uma perspectiva hedonista, como um delicado equilíbrio entre a busca de satisfação e a negação do sacrifício. Combinando a utilidade marginal com o custo real subjetivo, o valor é determinado, segundo Marshall, pela atuação conjunta das forças que se localizam na oferta e na procura. Assim, atrás da procura está a utilidade marginal, expressa nos preços de procura dos compradores; e atrás da oferta localizam-se o esforço e o sacrifício marginal dos produtores, refletidos nos preços de oferta em que os produtos são produzidos. Nessa análise, o custo de produção surge também como determinante do valor. Marshall diferencia gastos de produção e custo real de produção, que consiste na desutilidade do trabalho junto com o sacrifício de poupar o capital necessário à produção de uma mercadoria. Marshall aplicou esse esquema geral a todo o campo de atividade econômica.

Desse modo, o consumidor obteria uma renda por meio de um processo de equilíbrio entre a desutilidade do esforço e a utilidade derivada do gasto da renda obtida com essa desutilidade. Do mesmo modo, o modelo de seu gasto seria determinado pela utilidade obtida por uma mercadoria, à custa da utilidade perdida ao não comprar outras mercadorias. Marshall também sugeriu que, se os custos monetários de produção de duas mercadorias fossem iguais, os custos reais também seriam semelhantes. A partir dessa analogia, elaborou o conceito, desenvolvido antes por Dupuit, de “excedente do consumidor”, que expressaria o excesso de satisfação experimentado pelo consumidor ao comprar um bem por um preço menor do que estaria disposto a pagar antes de pensar em adquiri-lo. A contribuição de Marshall ao problema do valor e do preço também está em sua análise do equilíbrio entre a oferta e a procura. Ele distingue diferentes períodos de tempo em que as forças do mercado tendem a estabelecer o equilíbrio: o “valor de mercado”, determinado quando a oferta é fixa; e os “valores normais”, determinados num período curto, quando a oferta pode aumentar mediante estoques de trabalho, e a longo prazo, quando há modificações no processo produtivo. Finalmente, sugere que o valor deveria ser considerado “não estático” quando há mudança em todos os dados econômicos: população, gostos, técnica, capital e organização. A distinção entre diferentes graus de equilíbrio da oferta e da procura ajudou Marshall a relacionar todas as categorias econômicas, ligando os problemas da oferta, da procura e do preço das mercadorias aos dos fatores de produção. Desse modo ele inter-relacionou a troca, a produção e a distribuição. Tal análise do equilíbrio originou muitos conceitos atualmente de uso generalizado, como as noções de “elasticidade da oferta e da procura” e o “princípio de substituição”. Também está implícita, nessa teoria do equilíbrio do valor, uma teoria da distribuição. Pelo uso do fator tempo, Marshall distingue entre fatores que determinam os preços e aqueles que são determinados pelos preços. E mostrou que essa distinção não era absoluta, exceto no caso da renda da terra (sempre determinada pelo preço), pois dependia de períodos de tempo. Mas, a curto prazo, a remuneração de muitos fatores é semelhante à remuneração da propriedade do solo (a renda da terra), que produziu o que ele chamou de “quase renda”. Quanto ao capital e ao trabalho, Marshall afirmava que, a longo prazo, as remunerações desses fatores deveriam ser iguais a seus custos marginais: o juro tenderia a ser igual ao sacrifício marginal da poupança, e os salários, iguais à desutilidade marginal do esforço. A produtividade marginal dos salários e dos juros deveria ser considerada parte de uma teoria completa da distribuição. Marshall escreveu ainda *Money, Credit and Commerce* (Dinheiro, Crédito e Comércio), 1923. Devido à popularidade de seus livros e de suas aulas (foi professor de economia política em Cambridge de 1885 a 1908), exerceu enorme influência na formação da geração posterior de economistas (Sandroni, 1999. p. 367).

44 Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914). Estadista e economista austríaco, um dos expoentes da escola austríaca e do marginalismo, especialista na teoria do capital e dos juros. Professor de economia da Universidade de Viena, foi deputado e ministro das Finanças de seu país por duas vezes (1895-1898 e 1900-1904). Escreveu *Grundzüge der Theorie des Wirtschaftlichen Güterwertes* (Elementos da Teoria do Valor Econômico dos Bens), 1886; *Kapital und Kapitalzins* (Capital e Juros), 1884, e *Positive Theorie des Kapitals* (Teoria Positiva do Capital), 1889. Para Böhm-Bawerk, os juros são o resultado de mecanismos psicológicos que levam o indivíduo a depreciar o futuro e valorizar o presente; o juro seria, assim, a diferença entre o maior valor que o indivíduo confere a um bem presente e o menor valor que atribui ao bem futuro. A isso se acrescentam — segundo o autor — uma razão de ordem econômica (um capital imediatamente disponível vale mais que um não imediatamente disponível) e uma razão de ordem técnica (o tempo exigido pelo processo de produção capitalista). Com essa teoria, Böhm-Bawerk pretendeu mostrar que o sistema capitalista repousa sobre leis naturais que não podem ser transgredidas quando se quer utilizar eficazmente as forças produtivas; pretendeu também combater as teorias socialistas sobre a exploração da força de trabalho pelo capital (Sandroni, 1999. p. 59).

45 Vilfredo Pareto (1848-1923). Economista, sociólogo e engenheiro italiano, foi professor na Universidade de Lausanne (1892-1907), onde sucedeu a Léon Walras, com quem formou a escola de Lausanne. Pareto enfatizou a aplicação da matemática à economia dentro de um quadro teórico marginalista modificado e reviu o método do equilíbrio geral de Walras. Criou os conceitos de ótimo, ofelimidade e a chamada lei de Pareto. Como sociólogo, serviu de fonte de inspiração para o fascismo. Em *Cours d'Économie Politique* (Cursode Economia Política), 1896- 1897, Pareto desenvolveu o conceito de equilíbrio geral, tentando indicar, por meio de um sistema de equações, quais as condições matemáticas de interdependência de todas as

quantidades econômicas. Seu método parte de uma teoria subjetiva do valor, mas enfatiza o fato empírico da escolha do indivíduo. Distingue, na sociedade, “forças coercitivas” e “forças automáticas”, afirmando que o progresso humano supõe um aumento dos elementos automáticos na regulação dos problemas sociais e uma diminuição dos elementos coercitivos. Assim, critica o socialismo, visto como elemento coercitivo, e toda interferência estatal na economia. Tenta ainda desenvolver uma “lei” de distribuição da renda, por meio de estudos estatísticos, concluindo que a distribuição da renda é constante em diferentes épocas e países e que a distribuição real da renda é determinada exclusivamente pela distribuição entre as capacidades humanas, só se podendo obter uma diminuição dessas desigualdades por um aumento da renda média, ou seja, mediante um incremento da produção mais rápido que o da população. A principal contribuição de Pareto foi sua obra posterior, *Manuale di Economia Politica* (Manual de Economia Política), 1906, na qual coloca de lado a teoria subjetiva do valor dos marginalistas, substituindo-a por uma teoria do preço sem relação com fatores subjetivos. Ao mesmo tempo intensifica o formalismo metodológico. Argumenta que a utilidade não é mensurável. É necessário, portanto, substituir a noção “cardinal” de utilidade (“medida” em números cardiais) pelo conceito “ordinal” da utilidade, expresso em escalas (pela ordem) de preferências para cada indivíduo. Adota o conceito de “curvas de indiferença”, criado por Edgeworth, para demonstrar a possibilidade de construir uma teoria baseada apenas em escalas de preferências individuais, expressas por meio de uma série de equações. A última obra importante de Pareto foi *Traité de Sociologie Générale* (Tratado de Sociologia Geral), 1917-1919, na qual tenta completar uma análise neutra e formal da economia (que considerava uma parte da sociologia ou ciência social), baseada no equilíbrio geral, com teoremas sociopsicológicos. Antiliberal confesso, formulou uma teoria da dominação e circulação das elites, segundo a qual toda a história é uma sucessão de aristocracias formadas por minorias de todas as classes sociais, suscetíveis de transformar-se em dirigentes. Essa teoria influenciou o fascismo de Benito Mussolini, de quem Pareto chegou a ser um partidário intelectual. Escreveu ainda *La Liberté Économique et les Événements d’Italie* (A Liberdade Econômica e os Acontecimentos na Itália), 1898; *Les Systèmes Socialistes* (Os Sistemas Socialistas), 1902-1903; *Fatti e Teorie* (Fatos e Teorias), 1920; e *Trasformazioni della Democrazia* (Transformações da Democracia), 1921 (Sandroni, 1999. p. 446).

46 John Bates Clark, (1847-1938). Economista norte-americano, principal representante da escola marginalista nos Estados Unidos. Estudou em Heidelberg e Zurique, tornando-se, em 1895, professor-titular de Economia na Universidade de Colúmbia. Em *Philosophy of Wealth* (Filosofia da Riqueza), 1885, procura reformular os postulados dos economistas clássicos. *Distribution of Wealth* (Distribuição da Riqueza), 1899, sua obra mais conhecida, estende o princípio marginalista à análise da produção e distribuição e introduz o conceito de “produto marginal”. Para John Bates Clark, o lucro aparece sempre como resultado de um desequilíbrio provisório devido a uma concorrência imperfeita ou a um jogo de preços. Essa é uma posição intermediária entre as explicações estáticas e as dinâmicas, pois sustenta que numa concorrência perfeita (estática), nunca há lucro e que sem desequilíbrio e sem lucro não há progresso. Escreveu ainda *Essentials of Economic Theory* (Fundamentos da Teoria Econômica), 1907 (Sandroni, 1999. p. 59).

47 Irving Fisher (1867-1947). Economista e matemático norte-americano, um dos maiores expoentes do monetarismo. Formulou a célebre equação que relaciona as trocas na quantidade de dinheiro e as trocas no nível geral dos preços. Em sua versão da teoria quantitativa da moeda, distingue dois tipos de unidades monetárias: a moeda metálica e as notas bancárias de um lado, e os depósitos bancários de outro. Essa teoria está desenvolvida no livro *The Purchasing Power of Money* (O Poder de Compra do Dinheiro), 1911, e em sua forma mais simples é sintetizada na célebre equação $MV = PT$, onde M é a massa de moeda em circulação, V a velocidade de circulação dessa moeda, P o nível geral dos preços e T o índice do volume de negócios ou transações efetuadas no tempo pelos sujeitos econômicos. Desse modo, a equação mostra que o volume do dinheiro em circulação multiplicado pela velocidade de circulação é igual ao nível geral de preços multiplicado pelo volume de negócios ou número de transações. Conclui-se que o nível geral dos preços varia na razão inversa do volume dos negócios e na razão direta da quantidade de dinheiro e da velocidade de sua circulação. Num livro anterior, *The Rate of Interest* (A Taxa de Juros), 1907, substancialmente revisado em 1930, Fisher parte da teoria dos juros de Böhm-Bawerk para elaborar uma moderna teoria da avaliação de investimento. Para ele, a taxa de juros é dominada pela interação de duas forças: a disposição ou ansiedade dos indivíduos em utilizar um rendimento presente para obter um rendimento maior no futuro; e o que chama de princípio de oportunidade de investimento, a habilidade em converter um rendimento atual num

rendimento futuro, que denomina de taxa de retorno sobre o custo, e que Keynes disse ser o mesmo que a eficiência marginal do capital. Essa taxa de retorno sobre o custo é definida por Fisher como uma taxa de desconto que equaliza o valor presente ou atual do rendimento nas possíveis alternativas de investimentos abertas, e que depende em seu retorno das taxas de juros utilizadas. Fisher também contribuiu para classificar as idéias sobre a natureza do capital, fazendo uma distinção entre um acervo ou estoque de capital e renda como um fluxo de mercadorias e serviços ao longo do tempo. Assim, por exemplo, uma casa é um acervo de capital, mas seu uso a torna um fluxo de rendimento. Também desenvolveu numerosos estudos sobre o dólar compensado, um dólar com valor constante de compra, e uma teoria dos números-índices, estabelecendo as condições ideais de uma indexação de preços. Fisher foi professor de política econômica da Universidade de Yale (1898- 1935) e um dos fundadores da Remington Rand, Inc. (1926), da qual foi diretor até seu falecimento. Além da economia, interessou-se também por outros campos, defendendo várias causas, como a paz mundial e a medicina preventiva. Entre outras obras, escreveu: *Mathematical Investigations in the Theory of Value and Prices (Investigações Matemáticas na Teoria do Valor e dos Preços)*, 1892; *The Nature of Capital and Income (A Natureza do Capital e da Renda)*, 1906; *Elementary Principles of Economics (Princípios Elementares de Economia)*, 1912; *Stabilizing the Dollar (Estabilizando o Dólar)*, 1920; *The Making of Index Numbers (A Elaboração de Números-índices)*, 1922; *The Theory of Interest (A Teoria dos Juros)*, 1930; e *Booms and Depressions (Altas e Depressões)*, 1932. (Sandroni, 1999. p. 59).

48 John Maynard Keynes (1883-1946). O mais célebre economista da primeira metade do século XX, pioneiro da macroeconomia. Seus estudos sobre o emprego e o ciclo econômico deitaram por terra os conceitos da ortodoxia marginalista, e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país. Keynes estudou e foi professor em Cambridge. Discípulo de Alfred Marshall, o “papa do marginalismo”, foi nomeado redator do *Economic Journal* em 1911. Dois anos depois, tornou-se secretário e redator da Sociedade Real de Economia e, em 1915, ingressou no serviço público. Seria o representante financeiro do Tesouro britânico na Conferência de Paz, em 1919. As obras de Keynes mostram que suas preocupações estavam sempre ligadas a questões práticas, a políticas de conjuntura. Ele não parecia interessado em reconstruir a teoria econômica a partir da análise do valor, mas em verificar por que motivo as teses marginalistas, nas quais fora educado, conduziam a políticas econômicas inconsistentes. Em 1930, escreveu o *Treatise on Money (Tratado sobre a Moeda)*, em que, a pretexto de tratar da moeda e do nível de preços, preparou as bases da análise do nível geral da produção. Esse problema seria desenvolvido em seu principal livro, *The General Theory of Employment, Interest and Money (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda)*, publicado em 1936, que contestou o conjunto de dogmas sobre os quais repousava o marginalismo. Escrito durante os anos da Grande Depressão, A Teoria Geral abalou irremediavelmente as inovações clássicas do liberalismo econômico, mostrando a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista. Supunha-se até então, nos meios marginalistas, que uma economia de mercado encontrava “naturalmente” seu equilíbrio numa situação em que todos os que desejassem trabalhar por uma remuneração correspondente a sua produtividade poderiam fazê-lo. Acreditava-se também que nessa economia jamais poderia haver superprodução, pois a cada venda corresponderia uma compra. Repetia-se dessa maneira a Lei dos Mercados de Say, segundo a qual, em um regime de liberdade de comércio, a produção cria seu próprio mercado. Assim, para os marginalistas, a depressão e o desemprego que atingiram os países capitalistas a partir de 1929 simplesmente não existiram, ou não passaram de desajuste temporário a ser autocorrigido. Keynes criticou esse conjunto de crenças, mostrando que, a cada momento, o nível de emprego numa economia capitalista depende da demanda efetiva, ou seja, da proporção da renda que é gasta em consumo e investimento. E que, ao contrário da Lei de Say, numa economia monetária é possível receber sem imediatamente gastar o dinheiro, ou seja, é possível vender sem comprar. Qualquer quantia de dinheiro pode ser aplicada lucrativamente, mas em certos casos pode haver vantagem em reter o dinheiro, em entesourá-lo. Quando isso acontece, a demanda efetiva de mercadoria cai e o número de atividades também diminui, reduzindo a renda. Ao analisar as variações de produção e emprego, Keynes concluiu que o fator responsável pela alteração do volume de emprego é a procura da mão-deobra (e não sua oferta, como pensavam os neoclássicos). Assim, o desemprego é resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços, e só pode ser resolvido por meio de investimentos — o fator dinâmico na economia, capaz

de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda. Na análise keynesiana, as crises econômicas foram atribuídas a variações nas propensões a investir e consumir e ao aumento da preferência pela liquidez (o entesouramento). A economia pode encontrar seu nível de equilíbrio com uma alta taxa de desemprego, e assim permanecer, a menos que o governo intervenha com uma política adequada de investimentos e incentivos que sustentem a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego, de modo que, a cada elevação da renda, o consumo e o investimento também cresçam. Para isso, é preciso dotar o Estado de instrumentos de política econômica que permitam: regular a taxa de juros, mantendo-a abaixo da “eficiência marginal do capital” (a expectativa de lucros); incrementar o consumo por meio da expansão dos gastos públicos; expandir os investimentos por meio de empréstimos públicos capazes de absorver os recursos ociosos. Muitas dessas idéias foram propostas antes da crise de 29, mas só foram reunidas num corpo teórico consistente em *A Teoria Geral*, em 1936. O impacto do livro entre intelectuais foi enorme. Apesar de algumas das principais teses já terem sido antecipadas por Gunnar Myrdal e Michal Kalecki, a obra de Keynes oferecia aos economistas soluções concretas para os problemas de conjuntura. O impacto político também foi grande, mas retardado: apenas no pós-guerra a receita keynesiana foi apreendida e cuidadosamente aplicada pelos, John Maynard países capitalistas. O pleno emprego tornou-se um objetivo explícito, e os instrumentos de política econômica do Estado foram postos em ação. Em 1944, Keynes representou a Inglaterra na Conferência Monetária de Bretton Woods, que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na ocasião, propôs o abandono do padrão-ouro e a estabilização internacional da moeda. Em 1946, Keynes tornou-se presidente do FMI, mas o apego dos Estados Unidos ao padrão-ouro tornou impraticável a aplicação das medidas por ele preconizadas (Sandroni, 1999. p. 324).

49 Alvin Hansen (1887-1975). Nasceu nos Estados Unidos e formou-se pela Universidade de Wisconsin, em 1919. Seus primeiros trabalhos versaram sobre as questões dos movimentos cíclicos da economia: *Cycle of Prosperity and Depression* (Ciclos de Prosperidade e Depressão), 1921, e *Business Cycle Theory* (Teoria do Ciclo Econômico), 1927. Mais tarde, iniciou seus trabalhos em Harvard, ao mesmo tempo que era editada a *Teoria Geral* de Keynes. Hansen tornou-se um dos principais expositores das idéias de Keynes nos Estados Unidos. Ajudou também a formar, por intermédio do Seminário de Política Fiscal, em Harvard, uma geração de economistas especializados em política econômica. Dessa época datam os trabalhos mais importantes de Hansen, como *Full Recovery and Stagnation* (Recuperação Total e Estagnação), 1938; *Fiscal Policy and Business Cycles* (Política Fiscal e Ciclos Econômicos), 1941; e *Business Cycle and National Income* (Ciclos Econômicos e Renda Nacional), 1951; mais tarde, elaborou um livro-texto muito utilizado: *A Guide to Keynes* (Um Guia para Keynes), 1953. A temática central dessas obras é o desemprego causado pela incapacidade do investimento privado absorver toda a poupança gerada num nível de pleno emprego. Como isso não poderia ser alcançado com os instrumentos da política monetária, só a expansão da política fiscal poderia aproximar os níveis de poupança e investimento. Assim, o objetivo central do pleno emprego necessitava de uma política fiscal e orçamentária para ser concretizado. A experiência econômica do pós-guerra, no entanto, mostrou que eram necessários, além dos instrumentos fiscais, aqueles da política monetária, para obter o pleno emprego. Hansen, pragmaticamente, apoiou a síntese neoclássica de meados da década de 60 (Sandroni, 1999. p. 277).

50 Arthur Cecil Pigou (1877-1959). Economista inglês de linha neoclássica, discípulo e sucessor de Alfred Marshall na cadeira de economia política em Cambridge, cuja elaboração teórica procurou desenvolver e tornar mais clara. É considerado um dos pioneiros da “economia do bem-estar”, título de sua obra mais famosa, *Economics of Welfare* (1920). Uma de suas principais contribuições à teoria de Marshall foi o chamado “efeito Pigou”, que consiste na estimulação do emprego por meio de um aumento do valor real do balanço líquido em consequência de um declínio dos preços. Como o valor real da riqueza aumenta, o consumo também deveria aumentar, incrementando a renda e o emprego. Outras propostas, tais como a elevação artificial da taxa média dos salários como meio de combater o desemprego, provocaram acesa polêmica com John M. Keynes e outros economistas. Na *Economia do Bem-Estar*, Pigou analisou as políticas econômicas relacionadas com os efeitos sobre o volume e a distribuição do produto nacional. Aplicou o conceito de utilidade marginal a grupos sociais e distinguiu os efeitos da atividade econômica sobre aqueles que a dirigem — o que chamou de “produto marginal privado líquido” — dos efeitos sobre a sociedade em seu conjunto, o “produto marginal social líquido”. A realização do máximo do bem-estar na sociedade dependeria da igualdade dos produtos marginais sociais líquidos, que só poderia ser obtida com

a intervenção estatal. Sua ênfase no volume, distribuição e estabilidade da renda nacional está presente em seus outros livros: *Wealth and Welfare* (Riqueza e Bem-Estar), 1912; *Unemployment* (Desemprego), 1914; *Essays in Applied Economics* (Ensaio em Economia Aplicada), 1922; *The Theory of Employment* (A Teoria do Emprego), 1933; *Economics of Stationary Statesm* (Economia dos Estados Estacionários), 1935; *Employment and Equilibrium* (Emprego e Equilíbrio), 1941, e *Lapses from Full Employment* (Lapsos do Pleno Emprego), 1945 (Sandroni, 1999. p. 459).

51 Paul Anthony Samuelson (1915-). Economista norte-americano, um dos expoentes da macroeconomia e da economia matemática. Professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1970. Sua primeira obra importante baseou-se num ensaio premiado pela Universidade de Harvard, *Foundations of Economic Analysis* (Fundamentos da Análise Econômica), 1947, que inovou pelo método empregado, de concepção matemática. Nele, Samuelson interliga, em forma de proposições, numerosos elementos e uma ampla série de problemas econômicos. Segundo o autor, tratava-se de “oferecer uma série de teoremas significativos em diversas áreas da economia, mesmo que somente em condições ideais”. No ano seguinte surgiria a obra que efetivamente o consagrou: *Introdução à Análise Econômica*. Foi o manual de economia mais lido e traduzido em todo o mundo. Esse livro rompeu, na forma e no conteúdo, com o modo tradicional de expor o assunto, fazendo uma clara distinção entre a parte dedicada à microeconomia e a análise macroeconômica, definida como “o estudo do desempenho geral de todo o Produto Interno Bruto e do nível geral dos preços”. Samuelson também desenvolveu o princípio de Heckscher- Ohlin (sobre as vantagens do custo da exportação de bens), mostrando como um aumento no preço de um bem pode aumentar os preços do fator de produção usado mais intensivamente na produção desse bem, e formulando o “teorema da equalização do fator preço”, que determina em que condições o livre-comércio de bens diminui a diferença dos preços desses bens entre países exportadores e, em consequência, dos fatores de produção. Prosseguindo em seus estudos na área da economia matemática, Samuelson colaborou, junto com Robert Dorfman e Robert Solow, numa importante obra, *Linear Programming and Economic Analysis* (Programação Linear e Análise Econômica), 1958. Nela é desenvolvida a idéia de que as decisões relativas à produção se devem menos à quantidade dos fatores empregados para obter certo produto do que aos “processos” (ou atividades) a ser utilizados. Tais processos são definidos como um conjunto de escolhas entre a taxa de utilização de diversos fatores e a taxa de produção de bens, para determinar o nível máximo de cada atividade, sua combinação em diversos níveis e a quantidade de fatores e de produtos decorrentes dessa escolha. Ao lado de colaborações em revistas e jornais, Samuelson escreveu numerosos artigos especializados, reunidos na coletânea *The Collected Scientific Papers of Paul A. Samuelson* (1966, em quatro volumes). Também colaborou durante sete anos com o Tesouro norte-americano e foi assessor dos presidentes Kennedy e Johnson (Sandroni, 1999. p. 544).

52 John Richard Hicks (1904-1989). Economista inglês da corrente marginalista contemporânea, teórico do valor subjetivo e do equilíbrio econômico geral. Professor na Universidade de Oxford (1952-65), recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1972 (com Kenneth Arrow). Num artigo de 1934, junto com R.G. Allen, “A Reconsideration of the Theory of Value” (“Uma Reconsideração da Teoria do Valor”), Hicks iniciou uma nova exposição de Marshall, utilizando-se do conceito de curvas de indiferença de Pareto. O artigo foi ampliado em seguida em sua obra mais importante, *Value and Capital* (Valor e Capital), 1939, em que procura realizar uma exposição definitiva da teoria do valor subjetivo e da teoria marginalista do equilíbrio geral. Hicks tenta demonstrar as deficiências da versão de Marshall da conduta do consumidor e mostrar que o método de Pareto permite superá-las, desenvolvendo e complementando o próprio método das curvas de indiferença. Argumenta que a teoria de Marshall continua baseando-se nos conceitos de utilidade decrescente, embora desde a obra de Menger se negasse a possibilidade de medir a utilidade. Segundo Hicks, a análise das curvas de indiferença permite superar essa dificuldade, proporcionando um sistema de equilíbrio que exige menos dados que o método da utilidade marginal. Assim, em vez do princípio da utilidade decrescente, Hicks utiliza o que chama de “taxa marginal de substituição”, que mede uma série de combinações de quantidades entre duas mercadorias mais ou menos preferidas ou indiferentes ao consumidor. Na obra *A Contribution to the Theory of the Trade Cycle* (Uma Contribuição à Teoria do Ciclo Econômico), 1950, Hicks elaborou uma teoria baseada na distinção entre investimento induzido (do tipo interno), dirigido pelo desenvolvimento normal do crescimento econômico, e investimento autônomo (de origem

externa), demonstrando, por meio de modelos matemáticos, como o princípio do acelerador pode levar a vários tipos de flutuações. Entre suas obras destacam-se ainda *The Theory of Wages* (A Teoria dos Salários), 1932; *A Revision of Demand Theory* (Uma Revisão da Teoria da Demanda), 1956; *Capital and Growth* (Capital e Crescimento), 1965; *Critical Essays in Monetary Theory* (Ensaio Crítico sobre a Teoria Monetária), 1967; *A Theory of Economic History* (Uma Teoria da História Econômica), 1969; *The Crisis of Keynesian Economics* (A crise da Economia Keynesiana), 1975, e *Capital and Time: A Neo-Austrian Theory* (Capital e Tempo: Uma Teoria Neo-austriaca), 1976 (Sandroni, 1999. p. 280).

53 Milton Friedman (1912-). Economista norte-americano, recebeu o Prêmio Nobel de economia em 1976. Principal teórico da escola monetarista e membro da Escola de Chicago, para a qual a provisão de dinheiro é o fator central de controle no processo de desenvolvimento econômico. Para Friedman, as variações da atividade econômica não se explicam pelas variações do investimento, mas pelas variações da oferta de moeda. Assim, as intervenções multiformes do Estado na vida econômica de um país poderiam ser substituídas pelo controle científico da evolução da massa de moeda em circulação. A política monetária visaria à redução das possibilidades de intervenções específicas da autoridade pública e à introdução no sistema de um grau mais elevado de auto-regulação dos aspectos do ambiente social que constituem as determinantes básicas do funcionamento da economia. Há conexões entre as opiniões de Friedman sobre a política econômica nacional e a internacional. Na esfera internacional, ele advoga a adoção de taxas de câmbio totalmente flexíveis, que seriam determinadas pelo livre jogo das forças do mercado. Milton Friedman é colunista da revista *Newsweek*, leciona na Universidade de Chicago desde 1946 e é membro do Departamento Nacional de Pesquisas Econômicas dos Estados Unidos. Foi conselheiro do governo chileno do general Pinochet. Entre suas obras principais, encontram-se: *Essays in Positive Economics* (Ensaio em Economia Positiva), 1953; *Capitalismo e Liberdade*, 1962; *A Monetary History of the United States* (Uma História Monetária dos Estados Unidos), 1963; *Inflation Causes and Consequences* (Causas e Conseqüências da Inflação), 1963 (Sandroni, 1999. p. 252).

54 Ludwig Edler von Mises (1881-1973). Economista austríaco naturalizado norte-americano, de orientação neomarginalista e neoliberal. Mises privilegia o papel dos bancos na evolução econômica, na medida em que podem emitir de maneira ilimitada os meios de circulação. Para enfrentar crises, recomenda o retorno à circulação efetiva do ouro. Professor na Universidade de Viena, no Instituto Internacional de Estudos de Genebra e na Universidade de Nova York, sua obra mais conhecida é *The Anticapitalistic Mentality* (A Mentalidade Anticapitalista), 1956, sobre a oposição intelectual à demanda das massas em mercados livres. Mises achava que era impossível ao socialismo uma organização econômica racional, no que foi contestado por Oskar Lange, entre outros. Publicou também a obra-padrão da escola austríaca sobre dinheiro, *The Theory of Money and Credit* (Teoria do Dinheiro e do Crédito), 1934; *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* (Socialismo: Uma Análise Econômica e Sociológica), 1936; e *Human Action, a Treatise on Economics* (Ação Humana, um Tratado de Economia), 1949 (Sandroni, 1999. p. 398).

55 Friedrich August von Hayek (1889-1992). Economista austríaco, naturalizado inglês, representante da corrente neoliberal, contrária a qualquer intervenção do Estado na economia. ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974, juntamente com Gunnar Myrdal. Membro da escola austríaca neomarginalista, Hayek refundiu a teoria do ciclo econômico de Von Mises, integrando-a à teoria do capital de Böhm-Bawerk e desenvolvendo um sistema teórico para a análise das modificações na estrutura de produção, de acordo com as flutuações do nível geral da atividade econômica. Ao estudar as flutuações das atividades econômicas, Hayek deu ênfase especial às desproporções que ocorrem entre os ramos da produção, particularmente aqueles que se relacionam com a construção e a produção de bens de capital, e os que produzem bens de consumo. Entre outras obras, escreveu: *Monetary Theory and the Cycle* (Teoria Monetária e o Ciclo Econômico), 1929; *Prices and Production* (Preços e Produção), 1931; *Profits, Interest, Investment* (Lucros, Juros e Investimento), 1939; *The Pure Theory of Capital* (A Teoria Pura do Capital), 1941; *The Road to Serfdom* (O Caminho da Servidão), 1944; *Individualism and Economic Order* (O Individualismo e a Ordem Econômica), 1948; *The Constitution of Liberty* (A Constituição da Liberdade), 1961; *Law, Legislation and Liberty* (Lei, Legislação e Liberdade), três volumes, 1973; e *Denationalization of Money* (Desnacionalização do Dinheiro), 1976 (Sandroni, 1999. p. 278).

56 Joan Violet Robinson (1903-1983). Economista inglesa do grupo de Cambridge, estudou profundamente a influência da distribuição da renda sobre a inflação, a estabilidade econômica e o desenvolvimento. Educada na ortodoxia marginalista, ajudou a divulgar e interpretar a nova teoria econômica que mais tarde iria criticar e superar suas concepções. Fez parte do seleto grupo de economistas — entre eles Piero Sraffa e Michal Kalecki — reunidos no final da década de 20 na Universidade de Cambridge em torno da figura de John Maynard Keynes, com quem trabalhou de 1929 a 1939. Sua importante obra de estréia, *The Economics of Imperfect Competition* (A Economia da Concorrência Imperfeita), de 1933, desafia o pressuposto da livre-concorrência, numa análise semelhante à feita por Chamberlin. A partir daí, Robinson destaca-se no grupo dos novos teóricos do monopólio. Ao mesmo tempo, passa a fazer uma crítica mais radical da economia capitalista, utilizando abundantemente as teses marxistas (aproveitando as presenças de Sraffa e Kalecki em Cambridge, ela teve um grande papel no intercâmbio de idéias entre marginalistas e marxistas). Em 1942, ao publicar *An Essay on Marxian Economics* (Um Ensaio sobre Economia Marxista), procura tornar compreensíveis para os economistas acadêmicos as principais teses de *O Capital*, rompendo politicamente com o marginalismo, mas sem se desligar metodologicamente dessa corrente e sem aderir ao marxismo. Seu desligamento total do marginalismo ocorreria nos anos seguintes, e seria marcado pela publicação de *The Accumulation of Capital* (A Acumulação do Capital), de 1956, obra em que faz uma análise do desenvolvimento geral da economia capitalista. Era um tema presente nos clássicos, de Adam Smith e Marx, mas que fora abandonado pelos marginalistas. Robinson o retoma sem, entretanto, optar por nenhuma teoria do valor, o que a impede de formular leis sobre a acumulação de capital, limitando-se a certas regras de modelos. Na obra seguinte, *Essays on the Theory of Economic Growth* (Ensaio sobre a Teoria do Crescimento Econômico), de 1963, o tipo de análise realizada por Robinson, usando indistintamente conceitos e teses retirados do marginalismo (em sua versão keynesiana) e do marxismo, está mais bem representada, constituindo um exemplo da moderna macroeconomia no esforço de entender o funcionamento do capitalismo. O que marca as análises de Joan Robinson é a crítica aguda e mordaz da grande construção lógica elaborada pelos marginalistas. Em vez de fazer a crítica “de fora”, como faziam os marxistas, Robinson examinou as proposições marginalistas “de dentro”, a partir de seus próprios pressupostos lógicos, denunciando suas inconsistências e sua pretensão científica. Recusando-se a qualquer ortodoxia, Robinson abriu caminho para um tipo de pensamento econômico mais aberto (“a escola dos homens sensatos”, como diz ela), adequado à política de instituições internacionais, como a ONU, que têm de conciliar posições divergentes de seus integrantes. Sua obra *Freedom and Necessity* (Liberdade e Necessidade), de 1970, uma interpretação da história da humanidade, mostra a necessidade de reintegrar a ciência econômica no conjunto das ciências humanas. A própria trajetória intelectual de Robinson serviu de modelo a uma nova geração de economistas, que puderam utilizar-se de um acervo de conhecimentos muito mais rico e menos estratificado que o existente na década de 20, quando a maioria estava obrigatoriamente filiada a correntes doutrinárias paralisadas em seu dogmatismo. Ela escreveu ainda *Collected Economic Papers* (uma coletânea em três volumes, editada em 1951, 1960 e 1965); *Economic Philosophy*, 1963 (Filosofia Econômica); *Economic Heresies*, 1971 (Heresias Econômicas), e, em 1973, com John Eatwell, *Introduction to Modern Economics* (publicado no Brasil como *Introdução à Economia*). Tem desempenhado importante papel no pensamento econômico da Universidade de Cambridge e no desenvolvimento de uma macroeconomia pós-keynesiana (Sandroni, 1999. p. 535).

57 Piero Sraffa (1898-1983). Economista italiano radicado na Universidade de Cambridge, um dos primeiros grandes críticos da economia neoclássica. Publicou, em 1926, um ensaio de apenas quinze páginas, “As Leis de Rendimentos em Condições Competitivas”, que provocou grande polêmica e iniciou uma nova exposição da teoria do equilíbrio do mercado. Demonstrou no artigo que: 1) os preceitos da concorrência perfeita quase não se aplicam a nenhum mercado real; 2) era preciso reconstruir a teoria dos preços a partir da constatação de que a maioria das empresas industriais usufrui de ganhos de escala, podendo crescer até o ponto em que esses ganhos sejam compensadores; 3) a maioria dos mercados é regida pela concorrência imperfeita ou monopolista. O artigo desencadeou uma série de obras sobre economia monopolista, entre elas, a de E. Chamberlin, *A Teoria da Concorrência Monopolista* (1933), e a de Joan Robinson, *A Economia da Concorrência Imperfeita* (1933). Sraffa também editou as obras completas de Ricardo (*The Collected Works and Correspondence of David Ricardo*, 1951-1953, nove volumes), para os quais escreveu um importante prefácio. E publicou, em 1960, um livro fundamental e também polêmico: *Production of Commodities by Means of Commodities*

(A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias), que começara a escrever em 1925 e teria grande influência na atual teoria econômica. A obra introduz assim um novo conceito, o de mercadoria-padrão, que se compõe de todas as mercadorias básicas (as que entram na produção de outras mercadorias). Com esse conceito, o autor chega a uma medida invariável de valor — um dos objetivos de Marx, Ricardo e muitos outros —, mostrando que uma teoria objetiva do valor é possível e que se pode, a partir dela, ter uma visão coerente da dinâmica dos grandes agregados econômicos e das leis que os regem. Sraffa reabilitou a teoria do valor-trabalho; como cada mercadoria incorpora uma longa série de outras mercadorias que ajudaram a produzi-la, no processo de redução das mercadorias a um valor atual, elas se dissolvem até restar somente o “trabalho-datado”. Demonstrou que num sistema em que as mercadorias são produzidas por outras mercadorias, os preços, salários e lucros são determinados, em última instância, pelo trabalho que é gasto na produção dessas mercadorias. Apesar de sua aparente simplicidade, o livro de Sraffa levou mais de dez anos para ter seu significado corretamente entendido, provocando grande número de estudos e análises, além de polêmicas tanto nos meios marxistas como entre os marginalistas, na chamada “controvérsia sobre o capital”, que contrapôs os autores da Universidade de Cambridge aos teóricos do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Sandroni, 1999. p. 575).

58 Órgão regional das Nações Unidas, ligado ao Conselho Econômico e Social; foi criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. É integrado por representantes de todos os países do hemisfério e conta com a participação especial dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Holanda. Tem sede em Santiago do Chile e promove uma conferência a cada dois anos para debater seus projetos e analisar a situação dos países-membros. Os primeiros estudos da Cepal caracterizaram a América Latina como região fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos industrializados vindos do exterior. Buscando a superação desse quadro de subdesenvolvimento, formou-se no organismo um quadro de especialistas renomados dos países da região (economistas, administradores, sociólogos) que, trabalhando numa direção comum, tornaram-se conhecidos como integrantes da Escola da Cepal. Esses técnicos (entre eles, Raul Prebisch, o grande inspirador da Comissão, mas também Celso Furtado, Felipe Herrera, Oswaldo Sunkel) defenderam a necessidade de promover a industrialização da América Latina e a diversificação geral de sua estrutura produtiva. Nesse sentido, propuseram medidas para uma melhor distribuição da renda, reorganização administrativa e fiscal, planejamento econômico, reforma agrária e formas de colaboração entre os países para superar as deficiências concorrenciais no mercado internacional (o que contribuiu para a criação da Alalc — Associação Latino-Americana de Livre-comércio). Além disso, a Cepal elaborou programas educacionais e de saúde pública, energia e transporte. Atualmente, ministra cursos de formação nas diversas áreas do planejamento e presta assessoria técnica aos governos. As formulações que celebrizaram a Escola da Cepal têm sido criticadas como incorretas por tentar repetir, num quadro histórico e econômico bastante diverso, os caminhos percorridos pelas nações industrializadas no século XIX (Sandroni, 1999. p. 90).

59 Raúl Prebisch (1901-1986). Economista argentino, secretário executivo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) desde sua fundação, em 1948, até 1962. Deu decisiva contribuição à teoria sobre o comércio entre países subdesenvolvidos e industrializados, destacando a tendência à deterioração nos termos de troca, em prejuízo dos primeiros. Prebisch formouse pela Universidade de Buenos Aires, da qual é catedrático aposentado de economia política. Foi diretor do Departamento de Estatística do Centro de Pesquisas Econômicas e do Banco da Argentina, subsecretário da Fazenda (1930-1932), assessor de finanças e da agricultura do governo (1933-1935), organizador e primeiro diretor-geral do Banco Central da Argentina (1935-1943). Paralelamente, aproximou-se de outros economistas e cientistas sociais latino-americanos na primeira tentativa de formular uma teoria de desenvolvimento socioeconômico que partisse da realidade continental e fornecesse os meios para superá-la, sem recorrer aos tradicionais modelos teóricos importados. Esse esforço conjunto conduziu à criação da Cepal, organismo ligado à ONU, e a suas propostas para dinamizar uma economia até então voltada à exportação de produtos primários. Prebisch e seus companheiros defenderam a necessidade de melhor distribuição de renda, da reforma agrária, do planejamento econômico, administrativo, educacional etc. Um dos principais pontos teóricos da Cepal foi a elaboração do chamado modelo de desenvolvimento dual. Segundo tal modelo, as economias latino-americanas seriam constituídas por dois setores: um atrasado, arcaico, pré-capitalista; outro moderno, industrializado,

avançado, integrado à economia internacional e capitalista. Se por um lado o setor atrasado poderia ser fonte de mão-de-obra barata para o setor moderno em expansão, por outro a existência da dualidade retardaria o aumento da produtividade na economia como um todo e a oferta agrícola própria do setor tradicional seria inelástica, não correspondendo ao aumento da demanda nos centros urbanos, criando sérios pontos de estrangulamento e provocando inflação, pela elevação de preços de alimentos e matérias-primas. A solução seria uma reforma agrária que transformasse latifúndios e minifúndios em empresas agrícolas, aumentando a oferta e reduzindo os preços nas cidades. Desse modo, seria possível manter os níveis de emprego e dinamizar o setor moderno da economia, impulsionando o processo de industrialização. Entretanto, essa orientação teórica não teve o êxito esperado e passou a ser criticada por tentar repetir o modelo de desenvolvimento seguido no século XIX pelos países já industrializados. Afastando-se da Cepal em 1962, Prebisch dirigiu o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social e foi secretário-geral da Conferência de Genebra, promovida em 1964 pela ONU, para assuntos de comércio e desenvolvimento. Em 1965, essa conferência foi transformada em órgão permanente, a Unctad, por ele dirigida até 1968. Prebisch destacou-se na análise das relações de dominação entre as economias centrais, desenvolvidas e industrializadas, e a dos países periféricos exportadores de matérias-primas. Sua tese central (também denominada Tese de Prebisch) é que a incorporação do progresso técnico nos países centrais pode promover aumento da produtividade e melhoria PP 486 dos salários e dos níveis de vida de seus trabalhadores, mas não necessariamente se traduz em preços mais baixos dos produtos exportados (manufaturados) para países subdesenvolvidos. A incorporação do progresso técnico nos países subdesenvolvidos, ao contrário, contribuiria para a redução de preços dos produtos produzidos, mas não se traduziria num aumento de salários e/ou do nível de vida de seus trabalhadores. Essa queda de preços dos produtos exportados por esses países em confronto com a elevação de preços dos produtos por eles importados produziria uma deterioração nas relações de troca, e dessa maneira os benefícios da incorporação do progresso técnico seriam transferidos, via preços relativos, para os países industrializados (ricos). Além disso, os países subdesenvolvidos teriam problemas crônicos em suas balanças comerciais (pela relação de trocas desfavorável) e, conseqüentemente, em seus balanços de pagamento. Os críticos dessa tese têm enfatizado que o comportamento da relação de trocas, dependendo do período observado, não necessariamente corresponde ao afirmado por Prebisch. Até o final de sua vida, Prebisch foi um crítico veemente da escola monetarista, que, segundo ele, só poderia ter suas propostas aplicadas em regime de força. Entre outras obras, publicou: *Introdução a Keynes* (1947); *Uma Nova Política Comercial para o Desenvolvimento* (1964); *Transformação e Desenvolvimento* (1965); *Interpretação do Processo de Desenvolvimento Latino-Americano em 1949* (1973); e *Capitalismo Periférico, Crise e Transformação*, em 1981 (Sandroni, 1999. p. 487).

60 Celso Monteiro Furtado (1920- 2004). Economista brasileiro, primeiro superintendente e idealizador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ministro do Planejamento no governo de João Goulart (1961- 1964). Foi também um dos diretores da Cepal (1949) e do BNDE (1953). Após o golpe militar de 1964, teve os direitos políticos suspensos e exilou-se, passando a lecionar na Sorbonne (Paris), nas universidades de Washington (Estados Unidos) e de Cambridge (Inglaterra). Antes de 1964, escreveu livros importantes, como *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *A Pré-revolução Brasileira* (1962). Posteriormente, reviu suas posições desenvolvimentistas puramente econômicas e passou a dar maior importância aos fatores sociais e políticos. Desse período, datam, entre outros, os livros *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), *Um Projeto para o Brasil* (1968) e *A Fantasia Organizada* (1985). Tornou-se ministro da Cultura no governo de José Sarney, entre 1985 e 1988. É, junto com Raul Prebisch, um dos mais expressivos representantes do pensamento estruturalista da Cepal no Brasil (Sandroni, 1999. p. 259).

61 Fernando Henrique Cardoso, (1931-). Nasceu no Rio de Janeiro e desenvolveu seus estudos de sociologia em São Paulo, onde se graduou e tornou-se professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Entre 1964 e 1968, trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), em Santiago, no Chile, e lecionou na Sorbonne, em Paris, na França. Em 1969, foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Em 1978, elegeu-se suplente de senador por São Paulo, assumindo o mandato quando o titular, André Franco Montoro, tornou-se governador daquele Estado em 1983. Em 1986, elegeu-se senador por São Paulo e, em outubro de 1992, tornou-se ministro das

Relações Exteriores no governo Itamar Franco. Em maio de 1993, foi nomeado ministro da Fazenda. Em 3 de outubro de 1994, foi eleito presidente da República para o período de 1/1/1995 a 31/12/1998. Seus livros mais importantes são: *Autoritarismo e Democratização* (1975); *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962); *Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral* (1966), em colaboração com Octávio Ianni; *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica* (1970), em colaboração com Enzo Falleto (Sandroni, 1999. p. 82).



CAPÍTULO 4

4.1. O Neoliberalismo

O Neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Estruturou-se no final da década de 30 do século passado por meio das obras do jornalista e comentarista político norte-americano Walter Lippmann (1889-1974), dos franceses Jacques Rueff¹ e Maurice Allais², e dos alemães Walter Eucken³ e Wilhelm Röpke⁴, entre outros.

Como a escola liberal clássica, os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços. Entretanto, defendem o disciplinamento da economia de mercado, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe sobrevivência, pois, ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema.

Assim, por exemplo, para que o mecanismo de preços exista ou se torne possível, é imprescindível assegurar a estabilidade financeira e monetária; sem isso, o movimento dos preços tornar-se-ia viciado.

O disciplinamento da ordem econômica seria feito pelo Estado, para combater os excessos da livre-concorrência, e pela criação dos chamados mercados concorrenciais, do tipo do Mercado Comum Europeu. Alguns adeptos do Neoliberalismo pregam a defesa da pequena empresa e o combate aos grandes monopólios, na linha das leis antitrustes dos Estados Unidos.

No plano social, o Neoliberalismo defende a limitação da herança e das grandes fortunas e o estabelecimento de condições de igualdade que possibilitem a concorrência.

Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial.

4.2. O Consenso de Washington

O Consenso de Washington é o nome dado ao conjunto de trabalhos e resultados de reuniões de economistas do FMI⁵, do Bird⁶ e do Tesouro dos Estados Unidos, realizadas em Washington D.C., EUA, no início dos anos 90. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles

em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o **Estado Mínimo**, isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (incluindo a privatização das atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional.

O resultado mais importante dessas políticas, pelo menos no que diz respeito à América Latina, tem sido o êxito no combate à inflação que, nestes países durante os anos 80 e mesmo no início dos anos 90, atingira níveis intoleráveis. Além disso, o livre funcionamento dos mercados, com a eliminação de regulamentações e intervenções governamentais, também fora uma das molas-mestras dessas recomendações.

Embora os países que seguiram tal receituário tenham sido bem-sucedidos no combate à inflação, no plano social as conseqüências foram desalentadoras: um misto de desemprego, recessão e baixos salários, conjugado com um crescimento econômico insuficiente, revela a outra face dessa moeda.

Na medida em que alguns países (como a China, por exemplo) têm combinado inflação baixa com crescimento econômico acelerado, sem seguir a cartilha do Consenso de Washington, alguns autores vêm criticando, ultimamente, a rigidez dessas políticas e tentando encontrar alternativas, de tal forma a combinar um vigoroso combate à inflação com o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento. Esta última tendência é denominada **Pós-Consenso de Washington**.

4.3. O Neocapitalismo

O Neocapitalismo é a designação dada por alguns autores ao capitalismo dos países altamente industrializados na atualidade, caracterizado pela aplicação de medidas que visam ao bem-estar social. Corresponderia, por exemplo, ao perfil do Novo Estado Industrial, traçado por J.K.Galbraith⁷, ou ao **Estado do Bem Estar Democrático**, analisado por Gunnar Myrdal⁸.

No plano real, o exemplo mais acabado de Neocapitalismo está nos países social-democratas européias e na sociedade norte-americana. O conceito de Neocapitalismo parte de uma comparação histórica. O Capitalismo Liberal do século XIX baseava-se na concorrência entre empresas dirigidas por seus proprietários, e na interação relativamente livre entre demanda, oferta e preços. O Capitalismo Moderno ou Neocapitalismo, por sua vez, tem sua base na grande empresa oligopólica, que muitas vezes atua em vários setores da produção e cuja direção é exercida por profissionais.

Na expressão de Galbraith, essa nova realidade capitalista define-se a partir da formação de grandes blocos de poder – grandes empresas, sindicatos, consumidores e Estado – cada um deles atuando como um poder compensador (*countervailing power*) para corrigir os desequilíbrios do sistema. Os teóricos do Neocapitalismo caracterizam-no de formas diferentes, enfatizando um dos seguintes aspectos:

- **Planejamento** – aspecto dominante na teoria de Galbraith; para ele, o planejamento ocorre no âmbito do Estado e da empresa: a empresa regula as ações espontâneas do mercado por meio de preços administrados e do controle da quantidade de bens produzidos, além de induzir à criação de novas necessidades por intermédio dos mecanismos de propaganda; nesse contexto, processa-se uma nova competição (a competição baseada em preços tornar-se-ia secundária), fundamentada na qualidade e na inovação.
- **Capitalismo Popular** – teoria de Massimo Salvadori, que considera o aspecto mais marcante do capitalismo contemporâneo a difusão da propriedade, graças à existência de um grande número de pequenos acionistas, particularmente nos Estados Unidos e no Japão; para ele, os Estados Unidos, com seus 30 milhões de acionistas (1970), tenderiam a tornar-se uma sociedade formada basicamente por capitalistas.
- **Corporação Generosa.** – a ampla difusão das sociedades anônimas resultaria na perda do controle das empresas por seus proprietários (acionistas), na medida em que estes entregam tal função a especialistas (gerentes, executivos), que exerceriam o verdadeiro poder de direção e condução; essa questão foi abordada por A.A. Berle⁹ e G.C. Means¹⁰ em **A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada** (1932); em **A Revolução Capitalista do Século Vinte** (1955), Berle procura mostrar que haveria um espírito público dos gerentes das empresas e Carl Kaysen afirma que a grande corporação não teria avidez de lucros, mas se caracterizava pela generosidade.
- **Intervencionismo Estatal** – contrariando a tese de uma estabilidade gerada pelo monopólio, John Strachey afirma que os oligopólios tenderiam a desenvolver mais instabilidade e uma desigualdade mais extrema, o que seria revertido pela ação do Estado no âmbito da economia, como agente promotor de um eficiente sistema previdenciário; além disso, salientou o papel do Estado como consumidor, particularmente no setor de armamentos.

No âmbito do pensamento marxista, o enfoque dado ao capitalismo contemporâneo limita-se à análise de seu caráter monopolista, seu aspecto internacional voltado para a acumulação de mais-valia e o domínio dos mercados consumidores internacionais. Salienta-se ainda a relação entre os oligopólios e o Estado, destacando-se as obras de Paul Sweezy e Paul Baran sobre o capitalismo norte-americano, e as análises de Ernest Mandel (**Capitalismo Tardio**) e André Gorz.

No livro **Neocapitalismo e Estratégia Operária**, Gorz discute os objetivos da luta pelo socialismo na moderna sociedade industrial, na qual os trabalhadores já teriam superado a fase da luta pela sobrevivência e, de certa maneira, participariam do consumo dos bens e serviços supérfluos criados pelo capitalismo.

4.4. O Comunismo

No pensamento social moderno, o Comunismo apresenta-se como sistema econômico a ser implantado em lugar do Capitalismo, a partir da destruição deste por uma revolução social conduzida pelos trabalhadores.

Essa abordagem da questão social na sociedade capitalista surgiu a partir de 1848, após os levantes operários na França e na Alemanha. Nesse momento, as idéias dos socialistas utópicos perdiam influência, e duas tendências passaram a disputar a hegemonia dos movimentos comunistas e operários: os partidários de Karl Marx e Friedrich Engels (fundadores do Socialismo Científico) e os partidários de Joseph Proudhon, um dos pioneiros do Anarquismo.

Em seu **Manifesto Comunista** (1848), Marx e Engels submeteram a uma crítica rigorosa as relações sociais capitalistas e sustentaram que, intensificando a luta de classes, os trabalhadores poderiam destruir a dominação da burguesia e construir a sociedade comunista. Para eles, ao desenvolver enormemente as forças produtivas nos mercados nacionais e internacionais e ao concentrar cada vez mais a riqueza social, o capitalismo criava as condições de sua própria superação.

Por isso, ambos se insurgiam contra as propostas dos socialistas utópicos e afirmavam que a libertação dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores. Derrotando pela força a burguesia e apossando-se do poder do Estado, os operários expropriariam os capitalistas e coletivizariam todos os meios de produção e de distribuição de bens.

Os dois pensadores pouco se detiveram sobre as características e as formas de organização da futura sociedade da abundância, onde o trabalho deixaria de ser um sacrifício, na qualidade de trabalho alienado, e iria se tornar um prazer para todos os membros da sociedade, porque seria um trabalho livre e consciente. Ao mesmo tempo, cada pessoa receberia da sociedade o suficiente para satisfazer suas necessidades físicas e culturais.

Com o desaparecimento das classes sociais, o Estado perderia suas funções, que seriam gradativamente absorvidas pela sociedade civil. O desaparecimento do Estado era também uma tese central dos anarquistas, principais adversários de Marx. Representados por Proudhon¹¹ e, posteriormente, por Bakunin¹², os anarquistas sustentavam que a extinção do Estado e das classes sociais deveria ser imediata e não um processo gradativo, e a autogestão econômica e política, a prioridade do movimento anticapitalista. Por isso, preferiam ser considerados libertários e não comunistas. As divergências entre anarquistas e marxistas desenrolaram-se ao longo de toda a I Internacional¹ e, sobretudo a partir de 1880, os termos comunista e socialista ficaram ligados fundamentalmente aos seguidores de Marx.

Com a vitória da Revolução Russa de 1917, o movimento comunista expandiu-se por todo o mundo, sendo fundados partidos comunistas em dezenas de países. Aglutinados em

torno da Internacional Comunista, sediada em Moscou, esses partidos empreenderam movimentos insurrecionais e conquistaram o poder em vários países.

Mais tarde, o movimento comunista contemporâneo passou por divergências que ganharam várias tendências opostas, cada uma delas atribuindo a si próprio a maior fidelidade ao pensamento de Marx e Engels. Assim ocorreu na divergência entre Lênin e os representantes da II Internacional, no rompimento entre Stálin e Trotski, na denúncia de Stálin por Kruschev¹³, nas divergências e conflitos entre a União Soviética e a China, entre esta e a Albânia, e no afastamento dos dirigentes do eurocomunismo em relação aos soviéticos. Atualmente, em consequência da desagregação dos regimes comunistas dos países do Leste Europeu, os partidos comunistas dos países capitalistas também entraram em colapso.

Os regimes comunistas dos países do Leste europeu, com uma estrutura burocrática muito rígida, com a excessiva centralização da economia e com um aparato político repressivo, não puderam acompanhar a revolução tecnológica que marcou os países capitalistas, a partir dos anos 70. Como durante todo esse período continuaram a dar prioridade à indústria pesada e de armamentos, suas populações continuaram à margem da produção dos produtos de consumo, responsável pela melhoria do padrão de vida dos seus vizinhos ocidentais.

À exceção de Cuba e da Coreia do Norte, em todos os demais países o planejamento central deu lugar ao mercado como principal alocador de recursos. Na China, embora a orientação seja na direção de uma economia de mercado, o regime político ainda continua fechado e dominado pelo Partido Comunista.

Endnotes

1 **Jacques Léon Rueff** (1896-1978). Economista francês da escola neoliberal, defensor de uma política econômica ortodoxa e do retorno ao padrão-ouro como moeda de referência internacional. Fez parte do grupo de neoliberais reunidos em torno do norte-americano Walter Lippman, que buscou a manutenção de uma ordem econômica derivada das livres decisões dos indivíduos e na qual o mecanismo dos preços asseguraria o equilíbrio. Para Rueff, a estabilidade financeira e monetária da economia deve ser garantida a qualquer custo, principalmente mediante o equilíbrio monetário, considerado a chave da ordem econômica contra os excessos da liberdade social, e a organização da concorrência, a fim de assegurá-la. Sustentou que a causa do desemprego permanente é, paradoxalmente, o seguro-desemprego. Comparando as curvas de desemprego, dos salários e dos preços destacou que, quando os preços baixam, os salários nominais se mantêm fixos, os salários reais aumentam e o desemprego se agrava. Isso ocorreria porque os trabalhadores prefeririam receber um seguro-desemprego, que se mantêm estável, a aceitar trabalhar por um salário reduzido em função da baixa dos preços. Colocou-se também contra Keynes na questão da transferência de crédito causada pelas reparações que a Alemanha teve de pagar no primeiro pós-guerra. Argumentou que essas transferências se acomodariam automaticamente, enquanto Keynes achava que elas desorganizariam o comércio internacional por se traduzir em grandes exportações. Defensor intransigente do padrão-ouro como moeda de referência internacional, Rueff considerava que o dólar, nessa função, era a causa de um desequilíbrio permanente do balanço de pagamentos dos Estados Unidos e, em consequência, uma grave ameaça para o sistema monetário e a economia mundiais. Rueff destacou-se como economista no pós-guerra e influuiu no governo do general De Gaulle ao propor uma política monetária ortodoxa. Entre outras obras, publicou: *Théorie des Phénomènes Monétaires* (Teoria dos Fenômenos Monetários), 1927; *Épître aux Dirigistes* (Epístola aos Dirigistas), 1949;

L'Âge de L'Inflation (A Era da Inflação), 1963; e *La Réforme du Système Monétaire International* (A Reforma do Sistema Monetário Internacional), 1973 (Sandroni, 1999. p. 540).

2 **Maurice Allais** (1911-). Economista e matemático francês da escola econômica neoliberal, que pressupõe uma ordem natural derivada da livre decisão dos indivíduos, na qual a economia de mercado e o livre mecanismo de preços são requisitos fundamentais. Utilizando o que chamou de “teorema fundamental do rendimento social”, procurou demonstrar que “todo sistema econômico, se quiser utilizar melhor seus recursos raros e não-renováveis, deve recorrer, explicitamente ou não, a um sistema de preços equivalente ao do equilíbrio da concorrência perfeita”. E sustentou que uma economia eficiente, seja coletivista ou privada, “deve organizar-se numa base descentralizada e concorrencial”. Allais fez estudos sobre a teoria do equilíbrio econômico geral e da eficiência máxima, as funções do capital e seu desempenho no processo de crescimento capitalista, a pesquisa operacional aplicada à economia, além da formulação de uma teoria quantitativa da moeda, em que estabelece uma dependência funcional entre o valor da demanda monetária existente e os valores anteriores da taxa de expansão da renda nacional. Também desenvolveu análises de economia aplicada em pesquisas de minérios e infraestrutura de transportes. Defende a integração econômica da Europa. Trabalhou no Centro de Análises Econômicas e na Escola Nacional Superior de Minas de Paris. Ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1988. Entre outras obras, escreveu: *A la Recherche d'une Discipline Économique* (À Pro- 21 ALLAIS, Maurice cura de uma Disciplina Econômica), 1943; *Économie et Intérêt* (Economia e Juro), 1947; *L'Europe Unie, Route de la Prosperité* (A Europa Unida, Caminho da Prosperidade), 1959; e *L'Impôt sur le Capital et la Réforme Monétaire* (O Imposto sobre o Capital e a Reforma Monetária), 1977 (Sandroni, 1999. p. 22).

3 **Walter Eucken** (1891-1950). Economista alemão neoliberal que tentou integrar a tradição da abordagem da escola histórica alemã com a teoria econômica neoclássica, desenvolvendo o estudo comparativo de sistemas econômicos. Influenciado pelo conceito de “tipos ideais” de Max Weber, Eucken desenvolveu a noção de “ordem econômica”, entendida como um conjunto de elementos funcionais que estabelecem as condições para o funcionamento do processo econômico. Elaborou uma “morfologia econômica” com base em dois tipos abstratos de organização: 1) economia dirigida ou centralizada; 2) economia de troca, descentralizada, em que as ações das unidades econômicas independentes seriam coordenadas por meio do mercado e da moeda. Professor nas universidades de Tübingen e de Freiburg, Eucken influenciou no movimento para liberalizar a economia alemã após a Segunda Guerra Mundial. Sob esse tema destaca-se seu artigo *On the Theory of the Centrally Administered Economy: an Analysis of the German Experiment* (“Sobre a Teoria da Administração Econômica Centralizada: uma Análise da Experiência Alemã”), 1948. Escreveu também os livros *Kapitaltheoretische Untersuchungen* (Considerações Teóricas sobre o Capital), 1934, e *Grundlagen der Nationalökonomie* (Os Fundamentos da Economia Política), 1940 (Sandroni, 1999. p. 225).

4 **Wilhelm Röpke** (1899-1966). Economista alemão, participante da chamada escola de Fribourg, que propunha um “intervencionismo liberal” para fundamentar uma economia de mercado. Teórico do neoliberalismo alemão, Röpke distingue entre as intervenções econômicas favoráveis e as contrárias à reabilitação de uma economia de mercado. Combate os monopólios e a concentração excessiva de riqueza, preconizando uma política social que limite as rendas de heranças e grandes fortunas, para estabelecer uma igualdade de situações que possibilite uma verdadeira concorrência. Tais posições, em princípio fundamentadas no pensamento de Santo Tomás de Aquino e na encíclica *Quadragesimo Anno*, voltada para a instalação de uma ordem social mais humana, exerceram influência direta na política econômica de Ludwig Erhard, o autor do “milagre econômico” alemão no pós-guerra. Röpke foi professor nas universidades de Marburg, Istambul e Genebra. Entre outras obras, escreveu: *Die Lehre von der Wirtschaft*, 1937 (Teoria da Economia); *Die Gesellschaftskrisis der Gegenwart*, 1942 (A Crise do Nosso Tempo); *Civitas Humana*, 1944 (Cidade Humana); *Internationale Ordnung*, 1945 (A Ordem Internacional); e *Jenseits von Angebot und Nachfrage* (Para Além da Oferta e da Procura), 1958 (Sandroni, 1999. p. 538).

5 Organização financeira internacional, criada em 1944, na Conferência Internacional de Bretton Woods (em New Hampshire, Estados Unidos). É uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) com sede em Washington, e que faz parte do sistema financeiro internacional, ao lado do Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento (Bird). O FMI foi criado com a finalidade de promover a cooperação monetária no mundo capitalista, de coordenar as paridades monetárias (evitar desvalorizações concorrenciais) e de levantar fundos entre os diversos países-membros, para auxiliar os que encontrem dificuldades nos pagamentos internacionais. Quase todos os países relativamente industrializados (com exceção dos países socialistas) fazem parte da organização. Cada país contribui com cotas-parte para o fundo (uma quarta parte em ouro e o restante em moeda nacional corrente) e nomeia um delegado e um suplente como seus representantes. O fundo é dirigido por vinte diretores (cinco nomeados pelos países que detêm o maior número de cotas e os restantes eleitos entre os representantes), que elegem entre si um diretor-geral. Uma das principais funções do fundo é regular as paridades das moedas (sua relação com o ouro). Nos primeiros anos da atuação do fundo, se um país desejasse alterar a relação, deveria encaminhar uma proposta ao FMI, para que este estudasse as conseqüências da modificação no âmbito do comércio internacional. Assim, a organização tentava manter constantes as taxas de compra e venda das várias moedas entre si. A partir de 1971, com a queda da cotação das moedas em ouro, o Grupo dos Dez (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Alemanha Ocidental, França, Bélgica, Holanda, Itália, Suécia e Japão) formou um novo “valor central”, desvalorizando o dólar em 10% e permitindo uma variação das demais moedas em 2,25% em torno desse valor. Para regular os auxílios aos países com problemas nos balanços de pagamentos, criou-se, em 1967, o Direito Especial de Saque (DES), que funciona como uma moeda escritural de aceitação internacional e cuja paridade é regulada por um conjunto de dezesseis moedas. Cada país-membro tem seu DES na proporção das cotas que possui. Valores mais altos podem ser solicitados diretamente à diretoria do FMI. De qualquer forma, os auxílios são vinculados à finalidade que será atendida com a quantia e devem ser devolvidos em prazos que variam de três a cinco anos. Sempre que solicitada, a entidade envia representantes para auxiliar na solução de problemas econômicos dos países-membros, especialmente quando esses enfrentam situações econômicas instáveis (inflação acentuada, queda de exportações etc.), permitindo uma rápida adoção de medidas corretivas, para que as dificuldades internas não se reflitam no comércio internacional. Também nos casos de pedidos de auxílio, o FMI oferece sua assistência, fiel a uma política do tipo monetarista (taxa cambial única e fixa, moeda conversível, corte nos gastos públicos, contenção salarial etc.), que nem sempre corresponde aos interesses dos países que almejam o desenvolvimento, pois costuma provocar efeitos depressivos na economia, com custos sociais elevados (Sandroni, 1999. p. 246).

6 Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Instituição financeira internacional ligada à ONU e conhecida também como Banco Mundial (World Bank). Criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, teve o objetivo inicial de financiar os projetos de recuperação econômica dos países atingidos pela guerra. Sediado em Washington, reúne 139 países (1980). Fornece empréstimos diretos a longo prazo (15 a 25 anos) aos governos e empresas (com garantias oficiais), para projetos de desenvolvimento e assistência técnica. O maior volume de recursos, desde que o banco começou a operar, em 1946, até 1981, foi dirigido aos setores de energia, transporte e agricultura. As contribuições de cada país-membro ao capital do Bird, assim como o direito ao voto, são estabelecidas proporcionalmente à participação do país no comércio internacional. O maior acionista do Bird é o governo dos Estados Unidos, que tem poder de veto sobre as decisões da organização. O banco opera por meio de duas agências filiais: a Corporação Financeira Internacional e a Associação Internacional de Desenvolvimento (Sandroni, 1999. p. 56).

7 John Kenneth Galbraith (1908-2006). Economista e escritor norte-americano, nascido no Canadá, destacado crítico do poder das grandes empresas monopolistas e da tecnocracia. Galbraith desenvolveu seu trabalho teórico no sentido de mostrar que a moderna economia capitalista, dominada por grandes organizações monopolistas, é um fato consumado, que deve ser enfrentada com uma nova atitude por parte da sociedade e do Estado. Em *Capitalismo*, 1952, introduz o conceito de poder compensador e questiona o espírito competitivo da sociedade industrial norte-americana, dominada por grandes empresas, sugerindo a organização de diferentes setores da sociedade (sindicatos, cooperativas etc.) em blocos de pressão. Em *The Affluent Society (A Sociedade Afluente)*, 1958, Galbraith defende a tese de que os recursos absorvidos pela produção dos bens de consumo supérfluos deveriam ser canalizados para investimentos públicos e de bem-estar social. Por sua posição liberal e pela crítica mordaz aos monopólios e aos mitos da sociedade industrial, Galbraith tornou-se conhecido do grande público, notabilizando-se pela capacidade de expor claramente complexos problemas econômicos.

Escritor prolífico, entre sua numerosa obra se destacam ainda: *A Theory of Price Control* (Uma Teoria do Controle de Preços), 1952; *The Great Crash*, 1929 (O Colapso da Bolsa, 1929), 1955; *The Economics Discipline* (A Disciplina Econômica), 1967; *The New Industrial State* (O Novo Estado Industrial), 1967; *Economics, Peace and Laughter* (Economia, Paz e Humor), 1971; *Economics and the Public Purpose* (Economia e Senso Público), 1974; *The Age of Uncertainty* (A Era da Incerteza), 1977; e mais recentemente (1996), *A Sociedade Justa: uma Perspectiva Humana* (Sandroni, 1999. p. 260).

8 Gunnar Karl Myrdal (1898-1987). Economista, sociólogo e político sueco, especializado em estudos sobre populações marginalizadas e países subdesenvolvidos. Recebeu, juntamente com F.A. Hayek, o Prêmio Nobel de Economia em 1974. Myrdal está entre os principais representantes da escola econômica do equilíbrio monetário, que vê nas taxas de juros o fator cujas variações podem assegurar a igualdade da poupança e do investimento, criando em consequência uma situação de equilíbrio. Em *Monetary Equilibrium* (Equilíbrio Monetário), 1931, desenvolveu a análise das antecipações e introduziu os conceitos ex-ante e ex-post, para distinguir, na análise de um processo econômico delimitado no tempo, as ações projetadas no início do período (ex-ante) e aquelas adotadas no fim do período (ex-post). Ao inserir a noção de tempo no centro do equilíbrio monetário, Myrdal obtém um conceito financeiro, o de rendimento do capital real. Para ele, existirá equilíbrio monetário quando o conjunto dos lucros das diversas empresas provocar, durante o período, um montante de investimento que absorva o capital disponível. Esse conceito compreende não apenas a poupança, mas também o acréscimo de valor do capital durante o período (ou sua redução, em caso de perda) pelas previsões exatas ou errôneas dos empresários. A partir desse raciocínio, Myrdal chega a uma definição dinâmica da igualdade keynesiana entre poupança e investimento. Para ele, essa igualdade é temporalmente realizada, isto é, ocorre entre um momento ex-ante e um momento ex-post. Se, no início, a poupança é inferior ao investimento, ela aumentará no curso do período pelos lucros obtidos, se bem que, ex-post, “o montante do investimento absorverá o capital disponível”. E, inversamente, se a poupança for superior ao investimento ex-ante, ela deverá reduzir-se ao final. Ao estudar a economia dos países subdesenvolvidos, Myrdal criou a teoria da causação circular, segundo a qual o círculo vicioso do atraso e da pobreza pode ser rompido pela aplicação planejada de reformas econômicas. Myrdal foi ministro do Comércio da Suécia (1945-1947) e assessor econômico da ONU para a Europa (1947-1957). Entre outras obras, escreveu: *Price Formation under Changeability* (Formação do Preço sob Mudança), 1927; *An American Dilema* (Um Dilema Americano), 1944; *Economy Theory and Underdeveloped Regions* (Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas), 1957; *Value in Social Theory* (Valor em Teoria Social), 1958; *Beyond the Welfare State* (Além do Estado de Bem-Estar), 1960; *Challenge to Affluence* (Desafio à Riqueza), 1963; *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations* (O Drama Asiático: Uma Investigação sobre a Pobreza das Nações), 1968; *The Challenge of World Poverty* (Desafio da Pobreza Mundial), 1970, e *Against the Stream – Critical Essays in Economics* (Contra a Corrente – Ensaios Críticos em Economia), 1973 (Sandroni, 1999. p. 417).

9 Adolf Augustus Berle Jr (1895-1971). Diplomata e economista norte-americano que se destacou no estudo do capitalismo em seu país. Participou da delegação dos Estados Unidos que negociou a paz da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), atuou como diplomata especializado em América Latina nos governos de Roosevelt, Truman e Kennedy, e foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil (1945-1946). Formado em Direito por Harvard, foi professor da Universidade de Colúmbia de 1927 a 1964 e escreveu vários livros sobre assuntos políticos e econômicos. Sua obra econômica de maior repercussão, *The Modern Corporation and Private Property* (A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada), escrita em colaboração com Gardiner C. Means e publicada em 1932, mostra como se processou a concentração capitalista nos Estados Unidos. Nela, Berle prevê que a economia norte-americana seria inteiramente absorvida pelas duzentas maiores empresas do país se fosse mantida a taxa de crescimento verificada nos anos de 1909 a 1929. Ainda sobre a concentração da economia em grandes empresas, destaca-se na obra de Berle o livro *The Twentieth Century Capitalist Revolution* (A Revolução Capitalista do Século Vinte), de 1955 (Sandroni, 1999. p. 52).

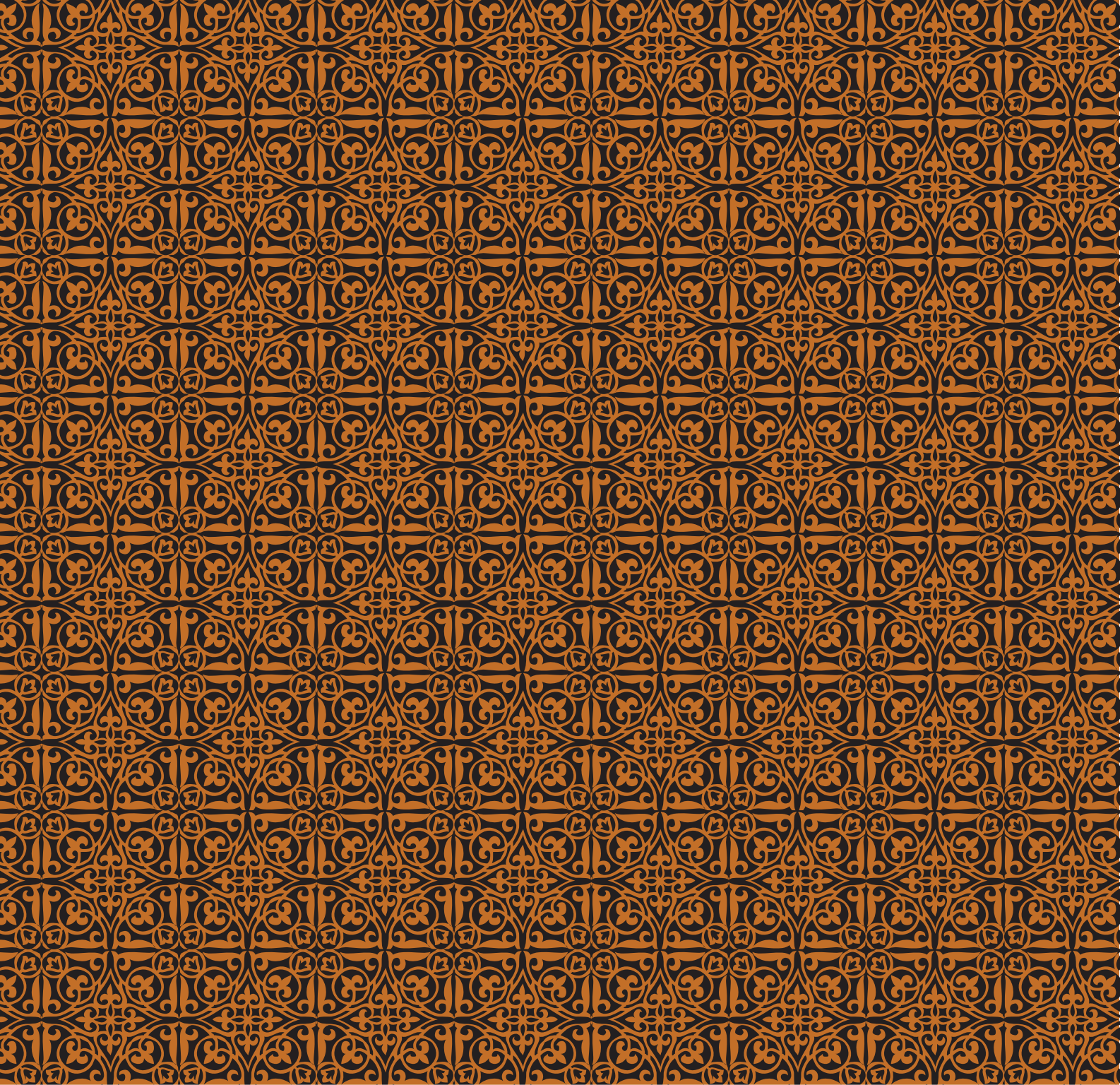
10 Gardiner C. Means (1896-1987). Economista norte-americano. Ocupou vários cargos na administração das finanças públicas dos Estados Unidos, distinguindo-se, sobretudo, na década de 40. Escreveu: *The Corporate Revolution in America* (A Revolução da Sociedade Anônima nos Estados Unidos); *Pricing Power and the Public Interest* (O Poder de Fixar Preços e

o Interesse Público); *The Structure of the American Economy* (A Estrutura da Economia Norte-americana); *Industrial Prices and their Relative Inflexibility* (Preços Industriais e sua Inflexibilidade); em coautoria com Adolf A. Berle, Jr., *The Modern Corporation and Private Property* (A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada); em coautoria com Caroline F. Wave, *The Modern Economy in Action* (A Moderna Economia em Ação); e em coautoria com James C. Bonbright, *The Holding Company* (Sandroni, 1999. p. 375).

11 Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Pensador francês, precursor do anarquismo, um dos mais influentes teóricos dos movimentos reformistas do século XIX. Combatia a religião e o Estado, rejeitando toda a autoridade. Só admitia a autoridade da justiça igualitária, que significaria “reconhecer no outro uma força igual à nossa”. Condenava a propriedade capitalista, por admitir a renda sem trabalho. Em sua obra *O que É a Propriedade?* (1840), está a célebre frase: “A propriedade é um roubo”. Condenou igualmente a renda, os juros e o lucro. Contudo, defendia a substituição da propriedade que possibilita a exploração do trabalho de outrem pela posse pessoal, familiar e hereditária resultante do trabalho. Propôs o mutualismo como organização econômica ideal: seria uma sociedade formada por pequenos proprietários e trabalhadores, com todas as forças coercitivas de governo abolidas e substituídas por associações voluntárias auto-administradas e federadas. Essas idéias tiveram influência marcante no sindicalismo francês. Para a formação de capitais, existiria um banco diferente dos capitalistas, o Banc d’Échange, que não cobraria juros e faria circular cheques-trabalho (correspondentes ao trabalho despendido na produção de um artigo). Proudhon e seus adeptos participaram ativamente dos movimentos sociais da Europa da época, opondo-se a outros reformadores e revolucionários, entre os quais os adeptos de Marx. Este último criticou a obra *Filosofia da Miséria* (1846), de Proudhon, em um livro que intitulou, ironicamente, *Miséria da Filosofia*. Proudhon, que foi várias vezes perseguido e preso por suas obras, escreveu ainda: *Idéia Geral da Revolução no Século XIX* (1851), *Da Justiça na Revolução e na Igreja* (1855) e *Da Capacidade Política das Classes Operárias*, 1865 (Sandroni, 1999. p. 375).

12 Mikhail Alexandrovitch Bakunin (1814-1876). Revolucionário russo, criador do anarquismo coletivista. Discípulo de Proudhon, rebelou-se contra os princípios mutualistas do mestre e negou a eficácia das cooperativas de trabalhadores numa sociedade dominada pelo capital. Afirmava que as cooperativas ou a autogestão só poderiam ser a base de uma nova sociedade por meio de uma revolução radical que expropriasse os burgueses e os proprietários rurais. Para ele, a organização política e econômica da sociedade deveria ocorrer de baixo para cima, pela livre união dos trabalhadores em associações, comunas, até chegar a uma grande federação nacional e internacional. Esse organismo autogestionário, partindo do local de trabalho, prescindiria do Estado, tido como a base de todos os males sociais. Bakunin expôs sua doutrina, sobretudo, em *O Estado e a Anarquia*, 1873 (Sandroni, 1999. p. 40).

13 Nikita Sergeivitch Kruschev (1894-1971). Estadista Russo. Ingressou no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1918. Em 1932 foi eleito Secretário do comitê do partido. Em 1934 foi eleito Primeiro Secretário do Partido Comunista Ucraniano e em 1939 passou a integrar o Politburo, órgão político do Partido Comunista da antiga U.R.S.S., entre 1917 e 1952. Em 1953, com a morte de Stalin, assumiu o cargo de Primeiro Secretário do Partido. Em 1958 assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros acumulando com o cargo de Primeiro Secretário. Deixou o governo em 15 de outubro de 1964.





SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 5



5.1. Recursos Naturais: Exploração e Produção e a Problemática dos Combustíveis e da Produção de Energia no Brasil e no Mundo.

Consumir energia é sinônimo de desenvolvimento de um país. Esta é uma das afirmativas mais importantes que se pode ouvir de muitos economistas e geógrafos, na atualidade. De fato, quanto mais industrializado é o país, maior é o seu consumo de energia e, conseqüentemente, seu desenvolvimento. O bem-estar das populações é diretamente proporcional ao seu consumo de energia, independentemente das conseqüências socioambientais, econômicas e políticas que este consumo possa acarretar.

O mesmo se pode afirmar com relação à água, por exemplo, dado que, tal qual o consumo energético, a energia e a água consumidas por habitante/ano tornou-se, ao longo da história da humanidade, indicador de conforto coletivo e individual.

No ciclo da energia¹, pode-se observar que a energia é e sempre foi, na verdade, crucial para todas as atividades humanas, muito embora, no mundo atual, encontram-se as mais importantes fontes de exploração e produção de energia, seja por meio dos combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) e de fontes hídricas.

Nos países centrais, a produção de energia nuclear é relativamente antiga, tanto para fins pacíficos como militares. Polêmica, a produção de energia nuclear permanece restrita a um seleto grupo de países, pois depende de grande desenvolvimento tecnológico e altos investimentos, fatores ausentes na grande maioria dos países, sobretudo, os periféricos.

Por outro lado, permanece muito importante o uso de outras fontes de energia, além das fontes térmicas ou hidráulicas. A tração animal (mecânica), no meio rural de muitos países periféricos (africanos, asiáticos, sul-americanos), faz parte da paisagem, associada, muitas vezes, ao lado da utilização de caminhões e trens, movidos a óleo diesel.

O uso de fontes de energia, hoje, socioambientalmente condenáveis, faz do Brasil um exemplo muito interessante de país que se encontra numa espécie de “encruzilhada”. Lenha e carvão vegetal, grandes destruidores de florestas nativas (florestas ombrófilas) e do cerrado, alimentam tanto as atividades no meio rural (muitas vezes empobrecido) como os altos fornos das grandes e pequenas siderúrgicas integradas e não integradas, importantes atividades econômicas que garantem parcela significativa da pauta de exportações nacional. Adicionalmente, o Brasil tem-se tornado grande produtor

1 Extraído de: http://1.bp.blogspot.com/_9SQEUxyfugc/SYdEStmtEyl/AAAAAAAAABw/DvNQFKRe4Dg/s400/cicloEnergia.gif, acessado em 27 de dezembro de 2007.

de petróleo, diminuindo, gradativamente, a dependência da importação, graças à sua imensa plataforma continental e aos avanços na tecnologia de exploração em águas profundas (Tabela 5.1.). Com relação à exploração da biomassa, sobretudo aos biocombustíveis (álcool), o Brasil está se tornando uma grande promessa, não obstante o que isto tem significado em termos de uso do território, avançando pelo cerrado e florestas ombrófilas a produção de cana-de-açúcar, sobretudo (Tabela 5.1).

O texto abaixo tenta esclarecer alguns pontos sobre a temática da matriz energética mundial, além dos aspectos positivos e negativos das principais fontes de energia, na atualidade²:

PANORAMA ENERGÉTICO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

A demanda projetada de energia no mundo aumentará 1,7% ao ano, de 2000 a 2030, quando alcançará 15,3 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo (TEP, ou *toe*, na sigla internacional, em inglês) por ano, de acordo com o cenário base traçado pelo Instituto Internacional de Economia (Mussa, 2003). Em condições *ceteris paribus*, sem alteração da matriz energética mundial, os combustíveis fósseis responderiam por 90% do aumento projetado na demanda mundial, até 2030.

Entretanto, o esgotamento progressivo das reservas mundiais de petróleo é uma realidade cada vez menos contestada. A Bristish Petroleum, em seu estudo “Revisão Estatística de Energia Mundial de 2004”, afirma que atualmente as reservas mundiais de petróleo durariam em torno de 41 anos, as de gás natural, 67 anos, e as reservas brasileiras de petróleo, 18 anos.

A matriz energética mundial tem participação total de 80% de fontes de carbono fóssil, sendo 36% de petróleo, 23% de carvão e 21% de gás natural (Tabela 5.1.). O Brasil se destaca entre as economias industrializadas pela elevada participação das fontes renováveis em sua matriz energética. Isso se explica por alguns privilégios da natureza, como uma bacia hidrográfica contando com vários rios de planalto, fundamental na produção de eletricidade (14%), e o fato de ser o maior país tropical do mundo, um diferencial positivo para a produção de energia de biomassa (23%).

² Extraído e adaptado de www.biodieselbr.com/energia/agro-energia.htm, acessado em 27 de dezembro de 2007.

Tabela 5.1.		
Mundo e Brasil: Composição da Matriz de Energia (em %)		
<i>FONTE</i>	<i>MUNDO</i>	<i>BRASIL</i>
<i>Petróleo</i>	35,3	43,1
<i>Carvão Mineral</i>	23,2	6,0
<i>Gás Natural</i>	21,1	7,5
<i>Biomassa Tradicional</i>	9,5	8,5
<i>Energia Nuclear</i>	6,5	1,8
<i>Energia Hidroelétrica</i>	2,2	14,0
<i>Biomassa Moderna</i>	1,7	23,0
<i>Outras Energias Renováveis</i>	0,5	0,1

Fonte: <http://www.biodieselbr.com/energia/agro-energia.htm>, acessado em 02 de dezembro de 2007.

Quadro 5.1.	
Análise das Principais Fontes de Energia da Matriz Energética	
<i>COMBUSTÍVEL</i>	<i>ASPECTOS POSITIVOS/ASPECTOS NEGATIVOS</i>
<i>Carvão</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Abundante, economicamente acessível, uso seguro. • Fácil de transportar e de armazenar. • Amplamente distribuído. • Alta emissão de gases de efeito estufa. • Altos investimentos para desenvolvimento de tecnologias que reduzam as emissões de gases de efeito estufa (GEE) a níveis aceitáveis. • Extração perigosa.
<i>Petróleo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Conveniente. • Alta densidade energética. • Fácil de transportar e de armazenar. • Evolução da fonte energética e dos equipamentos para seu uso. • Fortemente poluidor da atmosfera. • Preços voláteis. • Concentração geográfica das jazidas. • Produto cartelizado e mercado manipulável. • Vulnerabilidade de interrupção de oferta e instabilidade geopolítica. • Riscos de transporte e armazenamento. • Reservas em esgotamento.
<i>Gás</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiente e conveniente. • Combustível multiuso. • Alta densidade energética. • Produto emissor de gases de efeito estufa. • Transporte e armazenamento caro e arriscado. • Requer infraestrutura cara, própria e inflexível. • Volatilidade de preços • Jazidas concentradas geograficamente. • Produto cartelizado e mercado manipulável.

<p><i>Energia Nuclear</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não há emissões de gases de efeito estufa. • Limitações de recursos. • Alta densidade energética. • Baixa aceitação da sociedade. • Sem solução para eliminação dos resíduos. • Operação arriscada e perigosa. • Intensivo investimento em capital.
<p><i>Energia Renovável</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Baixas emissões de gases de efeito estufa. • Sustentabilidade. • Custos altos. • Fontes intermitentes. • Distribuição desigual. • Estágio tecnológico inferior às demais fontes em uso.

Fonte: <http://www.biodieselbr.com/energia/agro-energia.htm>, acessado em 27 de dezembro de 2007.

5.2. Produções das Principais Fontes de Energia: Mundo e Brasil

5.2.1. Petróleo

Conhecido pelo homem desde a Antiguidade, o petróleo somente começa a ter utilização comercial em fins do século XIX, quando são valorizadas suas propriedades em oposição às do carvão mineral – este é sólido, difícil de ser transportado e possui um menor teor calorífico e, por isso, vem perdendo, relativamente, importância na matriz energética mundial.

A industrialização ao longo do século XX será conhecida pela ascensão do petróleo como a mais importante fonte de energia primária que, adicionada aos seus derivados, tornaram-se os mais expressivos combustíveis para os transportes e a produção termoelétrica – as gasolinas, o diesel, o óleo de aviação, etc. – e essenciais matérias-primas para a indústria petroquímica, por meio da produção das naftas, por exemplo, e numerosos outros produtos.

Desde os anos de 1960, quando suplantou o carvão como fonte energética essencial no planeta, a produção do petróleo convencional – de fácil e barata extração – está prevista aumentar até o ano de 2050, muito embora tal previsão não consiga adiar *ad eternum* a ocorrência do pico de produção e, conseqüentemente, o fim das reservas mundiais de petróleo e gás natural – os hidrocarbonetos.

O *heavy oil*, petróleo não convencional (pesado), o petróleo polar (da região ao norte do Círculo Polar Ártico), o petróleo do *deep ocean offshore* (de águas oceânicas profundas), as areias betuminosas e os xistos são de qualidade inferior e de extração e refinação mais caras, caso das regiões da bacia do Orenoco, na Venezuela e do Atabasca, no Canadá. A menção das possibilidades de exploração destes tipos de petróleo é forte indicador de que o petróleo convencional está se esgotando.

Nas previsões mais otimistas, apenas 20% das reservas de petróleo pesado seriam convertíveis, portanto viáveis econômica e ambientalmente. Caso interesse aos conglomerados petrolíferos mundiais, a exploração destas reservas de petróleo pesado

certamente transformará substancialmente a economia, dado os altos custos envolvidos que encarecerão expressivamente a produção de energia no planeta.

Não obstante, a história dos conglomerados mundiais tem mostrado que não são bem assim as estratégias seguidas. Sabe-se que a viabilidade econômica da exploração do petróleo somente se dá nos grandes jazimentos, já escassos e com distribuição geográfica mundial extremamente desigual. A descoberta de novas jazidas de petróleo tem diminuído e, na escala planetária, o ritmo de consumo já ultrapassou e vem excedendo, desde 1981, as descobertas de novas províncias petrolíferas.

O pico das descobertas naquela escala ocorreu em 1964 e como o ritmo das descobertas deixou de compensar o ritmo de consumo, o balanço é negativo e as reservas restantes têm diminuído persistentemente. Um século de prospecção em todo o mundo, associado ao desenvolvimento das tecnologias na geofísica e na engenharia do petróleo, provocou um acúmulo de conhecimentos sobre o petróleo, que, hoje, é impossível desconhecer os limites e virtualidades dos recursos em tela.

O problema reside, certamente, na geopolítica, nos acordos comerciais, nas disputas e nas sinergias que envolvem os atores principais de todo este jogo energético mundial – conglomerados petrolíferos, governos e organismos internacionais. Por isso, afirmam os especialistas que, ainda na primeira metade deste século, possa ocorrer o pico da produção mundial de petróleo.

É na região do Golfo Pérsico que se encontram as maiores frações do restante das reservas. A OPEP, que detém, atualmente, cerca de 40% do comércio mundial, terá um peso crescente nesse abastecimento e na formação do preço.

A atual produção mundial, de cerca 75 milhões de barris de petróleo/dia, poderá crescer a um máximo de cerca 80 milhões barris/dia, em curtíssimo prazo, sendo que somente à OPEP, caberá uma fatia da respectiva produção de até 45 milhões de barris/dia até 2015, não obstante já num contexto mais geral de exaustão e/ou de declínio.

Os Estados Unidos constituem o país com a mais antiga história da indústria petrolífera. Afora o Alasca e o Havaí, as descobertas atingiram o seu máximo em 1930, que resultou em uma produção cujo atingiu o apogeu em 1971. A partir desse período, o decréscimo tem sido constante: a produção na província petrolífera do Alasca (*Prudhoe Bay*) de petróleo pesado já ultrapassou seu máximo ainda em 1989, não obstante os vultosos custos de exploração, incluindo um oleoduto de grande extensão.

Concentrando 15% das reservas mundiais de petróleo convencional, a Rússia e a bacia do mar Cáspio fornecem 11% da produção mundial. Tal produção poderá aumentar ainda em 50% durante os próximos anos, elevando para 15% a participação na produção mundial destas regiões.

Significativos recursos e reservas adicionais de petróleo polar no Ártico são previsíveis. O expressivo dinamismo econômico apresentado pelo setor energético russo, nos últimos anos, tem atraído à atenção dos EUA, tendo em vista seu valor geoestratégico,

econômico e de controle do provisão energético diante de países importantes, como a China, a Índia e o Japão, sabidamente carentes de fontes energéticas próprias.

Tais fatores têm movido os EUA ao estreitamento de relações geopolíticas com a Rússia, enquanto este país tem interesse em desenvolver ao máximo suas infraestruturas energéticas e manter um relativo equilíbrio de relações comerciais também com a Europa e com o Extremo Oriente.

Dessa maneira, há programação de prosseguimento ao desenvolvimento das atuais províncias produtoras, adicionado às novas pesquisas no Ártico e, ainda, o reforço e alargamento da rede de oleodutos para o ocidente, para a costa do Pacífico e para a China. Em breve, a Rússia entrará na OMC, reflexo e condição ao mesmo tempo de toda essa aproximação entre os antigos rivais da Guerra Fria.

A província petrolífera do Mar do Norte, na Europa Ocidental, foi descoberta em 1969, mas ultrapassou a sua produção máxima logo em 1974, já entrando em declínio e atingindo a máxima produção no ano de 2000. Na atualidade, não há saída para a Europa: muito embora o desenvolvimento tecnológico tenha incrementado a produção, há o retorno à importação de uma cota cada vez maior de petróleo no mercado, altamente instável.

No texto³ abaixo, pode-se perceber a confirmação de parte da configuração acima analisada.

AIE REVISAR, PARA BAIXO, A PERSPECTIVA DE CONSUMO MUNDIAL DE PETRÓLEO EM 2007.

Paris, 12 abr (EFE) – A Agência Internacional de Energia (AIE) revisou para baixo suas perspectivas do consumo mundial de petróleo para este ano por causa dos efeitos de um clima mais ameno, que puderam ser notados particularmente no segundo semestre de 2006. A média da demanda mundial de petróleo será de 85,8 milhões de barris diários este ano, segundo o relatório da AIE de abril divulgado hoje, o que significa 250 mil barris diários a menos em relação a março.

As razões desta revisão são um consumo menor registrado no segundo semestre de 2006 nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e um volume de demanda inferior ao esperado nas ex-repúblicas soviéticas, que não foi compensado com uma alta maior que o previsto na China.

No total, os 85,8 milhões de barris diários significarão um aumento de 1,8% em 2007, depois dos 0,9% verificados em 2006. A AIE também revisou para baixo no relatório de abril os números que divulgara anteriormente sobre 2006 e os fixou em 84,3 milhões de barris diários, após vários ajustes.

Por regiões geográficas, o consumo para este ano será de 31,1 milhões de barris diários na América do Norte (Estados Unidos, Canadá e México), frente aos 30,5 milhões de 2006. Já nos países europeus da OCDE, cairá para 16,1 milhões, comparado aos 16,2 milhões do ano passado.

3 Texto extraído e adaptado de <http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2007/04/12/ult1767u90540.jhtm>, acessado em 04 de dezembro de 2007.

E na região Ásia-Pacífico, subirá para 24,9 milhões, frente a 24,3 milhões. A AIE constatou que, em março, a produção de petróleo caiu 265 mil barris diários e ficou em 85,3 milhões, boa parte por causa do corte de 165 mil barris da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que fixou a quantidade de barris diários em 30,1 milhões. Em março, o excedente de produção da Opep foi de 3,55 milhões de barris diários. A AIE estima que a capacidade de produção do cartel poderia aumentar 700 mil barris diários até dezembro e chegar a 34,8 milhões de barris, e a 36,5 milhões até meados de 2008, principalmente por causa de Angola e Arábia Saudita. As reservas de petróleo dos países da OCDE caíram em 80,5 milhões de barris no primeiro trimestre e ficaram a um nível inferior a 49,6 milhões, comparado ao mesmo período de 2006.

Além disso, os dados preliminares de março indicam uma nova redução de 23 milhões de barris, com o que a diminuição total no primeiro trimestre do ano teria sido de 1 milhão de barris ao dia, a mais acentuada desde o primeiro trimestre de 1996”.

1.	<i>Arábia Saudita (OPEP)</i>	8,6
2.	<i>Rússia</i>	6,5
3.	<i>Noruega ¹</i>	2,5
4.	<i>Irã (OPEP)</i>	2,5
5.	<i>Emirados Árabes Unidos (OPEP)</i>	2,5
6.	<i>Venezuela (OPEP)</i>	2,2
7.	<i>Kuwait (OPEP)</i>	2,1
8.	<i>Nigéria (OPEP)</i>	2,1
9.	<i>Argélia (OPEP)</i>	1,8
10.	<i>México ¹</i>	1,6
11.	<i>Líbia ¹ (OPEP)</i>	1,5
12.	<i>Iraque (OPEP)</i>	1,4
13.	<i>Argélia (OPEP)</i>	1,3
14.	<i>Cazaquistão</i>	1,1
15.	<i>Canadá</i>	1,0

¹ Países que já ultrapassaram o pico de produção

Fonte: BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. London: BP, 2003.

Disponível em www.bp.com/worldenergy, acessado em 27 de dezembro de 2007.

Tabela 5.3.
Maiores Consumidores Individuais de Petróleo – 2006
(milhões de barris de petróleo por dia)

1.	<i>Estados Unidos</i>	20,5
2.	<i>República Popular da China</i>	7,2
3.	<i>Japão</i>	5,2
4.	<i>Rússia</i>	3,1
5.	<i>Alemanha</i>	2,6
6.	<i>Índia</i>	2,5
7.	<i>Canadá</i>	2,2
8.	<i>Brasil</i>	2,1
9.	<i>Coréia do Sul</i>	2,1
10.	<i>Arábia Saudita (OPEP)</i>	2,0
11.	<i>México</i>	2,0
12.	<i>França</i>	1,9
13.	<i>Reino Unido</i>	1,8
14.	<i>Itália</i>	1,7
15.	<i>Irã (OPEP)</i>	1,6

Fonte: BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. London: BP, 2003.

Disponível em www.bp.com/worldenergy, acessado em 27 de dezembro de 2007.

Tabela 5.4.
Maiores Importadores Individuais de Petróleo – 2006
(milhões de barris de petróleo por dia)

1.	<i>Estados Unidos</i>	12,2
2.	<i>Japão</i>	5,0
3.	<i>República Popular da China</i>	3,4
4.	<i>Alemanha</i>	2,4
5.	<i>Coréia do Sul</i>	2,1
6.	<i>França</i>	1,8
7.	<i>Índia</i>	1,6
8.	<i>Itália</i>	1,5
9.	<i>Espanha</i>	1,5
10.	<i>República Popular da China</i>	0,942
11.	<i>Países Baixos</i>	0,936

12.	<i>Singapura</i>	0,787
13.	<i>Tailândia</i>	0,606
14.	<i>Turquia</i>	0,576
15.	<i>Bélgica</i>	0,546

Fonte: BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. London: BP, 2003.

Disponível em www.bp.com/worldenergy, acessado em 27 de dezembro de 2007.

5.2.2. Gás Natural

O gás natural é, como o petróleo, um hidrocarboneto que vem apresentando grande crescimento na produção e no consumo, sobretudo a partir dos anos de 1970. Apresenta largo espectro de utilização, indo desde o uso nas habitações e no transporte até a aplicação na indústria em geral, sobretudo na gasoquímica, tanto como combustível e como matéria-prima.

Diante dos problemas relativos aos custos econômicos e socioambientais na produção de energia elétrica, o gás está se tornando cada vez mais competitivo na produção deste tipo de energia; no Brasil, por exemplo, é o caso das termoelétricas.

Sua composição pode variar e depender de fatores relativos ao campo em que é produzido, ao processo de produção e ao seu condicionamento, processamento e transporte. Os reservatórios de gás natural são constituídos de rochas porosas capazes de reter petróleo e gás. Em função do teor de petróleo bruto e de gás livre, classifica-se o gás, em relação ao seu estado de origem, em gás associado e gás não-associado.

O gás associado, como indica o nome, se encontra dissolvido no óleo (petróleo) ou sob a forma de capa de gás; assim, sua produção é condicionada pela produção do óleo. O gás não-associado apresenta-se praticamente livre do óleo no jazimento. Esta liberdade é uma grande vantagem deste tipo de gás diante do gás associado (que somente é aproveitado na própria jazida), tendo em vista sua significativa produção para fins comerciais. Do mesmo modo que o petróleo, o transporte do gás é realizado tanto por embarcações, como por caminhões adequados e, muitas vezes, por milhares de quilômetros de extensos gasodutos.

De acordo com estimativas divulgadas pelo *Oil & Gás Journal* (CARUSO e DOMAN, sd), em 2004 as reservas comprovadas de gás natural foram mensuradas em 172 trilhões de metros cúbicos. Os aumentos nas reservas de gás natural ocorreram em países periféricos, sobretudo no Oriente Médio e na Rússia. Aliás, é na Rússia, no Irã e no Qatar que se encontram 58% destas reservas.

A considerar os níveis atuais de produção, a relação entre as reservas e a produção computada para todo o mundo está estimada em 61 anos, muito embora, em termos regionais, tal relação seja maior, como no caso da Rússia, com 76 anos, da África, com quase 90 anos, e do Oriente Médio, com mais de 100 anos.

Segundo estudos elaborados nos Estados Unidos, há ainda uma expressiva quantidade de reservas a serem descobertas: a estimativa para o gás natural mundial ainda não descoberto é de 120.586 trilhões de metros cúbicos. Assim, como no caso do petróleo, estes aumentos se justificam diante dos avanços tecnológicos desenvolvidos nas pesquisas e na prospecção, mas também das conjunturas econômicas regionais e mundiais.

A Tabela 5.5. apresenta os dados de reservas, consumo e produção de gás natural para o ano de 2002, corroborando a afirmação de que as reservas mundiais ainda duram cerca de 60 anos, se mantidos os atuais níveis de produção deste ano, e se novas reservas não forem encontradas.

Tabela 5.5.						
Gás Natural – Mundo e Regiões: reservas, produção e consumo – 2002						
	<i>RESERVAS</i>		<i>PRODUÇÃO</i>		<i>CONSUMO</i>	
	109 m3	Participação (% do total)	109 m3	Participação (% do total)	109 m3	Participação (% do total)
<i>América do Norte</i>	7150	4,6	766,00	30,39	790,30	31,2
<i>América do Sul e Central</i>	7080	4,5	103,00	4,1	98,0	3,9
<i>Europa e Rússia</i>	61040	39,2	968,10	39,1	1043,80	41,2
<i>Oriente Médio</i>	56060	36,0	235,60	9,3	206,70	8,1
<i>África</i>	11840	7,6	133,20	5,3	67,40	2,7
<i>Ásia (Pacífico)</i>	12610	8,1	301,70	11,9	330,30	13,0
<i>Total</i>	155700	100,0	2527,60	100,0	2535,50	100,0
<i>Brasil</i>	230	0,1	9,10	0,4	13,70	0,5

Fonte: **BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY**. London: BP, 2003.

Disponível em www.bp.com/worldenergy, acessado em 04 de dezembro de 2007.

O Mapa 2 – Reservas de Gás Natural – 2002 (trilhões de m³)– e o Mapa 3 – Consumo de Gás Natural – 2002 (milhões de tEP)⁴ fornecem um panorama da distribuição geográfica mundial das reservas e do consumo de gás natural em 2002.

No que se relaciona ao Brasil, há uma significativa discrepância entre produção e consumo, mesmo porque as reservas nacionais somente durarão 25 anos, mantida a atual relação R/P. O país, embora um consumidor ainda muito pequeno se comparado aos maiores, como os EUA e a Rússia, é muito dependente da importação do gás, sobretudo dos países vizinhos – Bolívia, sobretudo, e a Venezuela.

4 Do Mapa 2 ao Mapa 12, consultar [www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_gas_Natural\(2\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_gas_Natural(2).pdf), acessado em 29 de dezembro de 2007.

Em termos de distribuição geográfica das reservas de gás nacionais (comprovadas são da ordem de 230 bilhões de m³), quase a metade, 48%, se encontram no Rio de Janeiro, 20% no Amazonas, 9,6% na Bahia, e apenas 8% no Rio Grande do Norte. De acordo com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, 2003), a produção apresenta a seguinte distribuição: grande concentração no Rio de Janeiro, com 44%, 18% no Amazonas e apenas 13% na Bahia. Segundo o MME (Ministério das Minas e Energia, 2003), a participação do gás natural na matriz energética brasileira ainda significa muito pouco, com apenas 5,6% do consumo final, conforme demonstrado nos Mapas 4 e 5.

5.2.3. Carvão Mineral

Usado como combustível desde a mais remota Antiguidade, o carvão mineral somente tem utilização comercial a partir da Revolução Industrial do século XVIII. A invenção da máquina a vapor foi o ponto de partida para o seu uso, que duraria um longo período, podendo-se afirmar que os séculos XVIII e XIX constituíram a era do carvão.

Segundo Andrade (1998), “foi o carvão que possibilitou, durante mais de um século, o desenvolvimento da siderurgia e que forneceu combustível para a expansão da rede ferroviária européia e norte-americana, assim como para a construção de estradas de ferro de penetração nos países exportadores de matérias-primas da América Latina, da África e da Ásia”.

Importante registrar que, de fato, a existência de reservas de carvão, condicionou em grande medida o processo de industrialização mundial, posto que os países detentores de tais reservas se industrializaram, em detrimento daqueles que não possuíam o carvão em seus territórios (reservas conhecidas, até então). Trata-se dos países, preferencialmente localizados no hemisfério norte e hoje, em sua maioria, de economia desenvolvida: eurasiáticos e norte-americanos.

Sendo um combustível fóssil, o carvão mineral é o resultado de uma complexa e variada mistura de elementos orgânicos sólidos, fossilizados ao longo de milhões de anos. Seu valor ou qualidade dependem da idade em que foi formado, que, por sua vez, é determinado pela quantidade de carbono existente: quanto maior a quantidade deste, melhor é o carvão, e maior seu poder calorífico e energético. Assim, o carvão mineral é classificado em três tipos básicos:

- **Hulha** – formada no período permo-carbonífero (Era Proterozóica ou Primária), contém de 75% a 85% de carbono; o **carvão betuminoso** (muito utilizado como combustível) e o **antracito** (o mais puro e raro dos carvões, com teor carbonífero acima de 90%, muito usado na produção de coque) são variedades da hulha;
- **Linhita** – formada nos períodos triássico, jurássico e cretáceo (Era Mesozóica), com cerca de 60% a 75% de carvão;
- **Turfa** – formada no período quaternário (Era Cenozóica), de baixo conteúdo carbonífero, constitui um dos primeiros estágios do carvão, com teor de carbono na ordem de 45%, muito rica em matéria orgânica e de pouco valor econômico.

Outros fatores determinam a importância da jazida de carvão, ou seja: a localização geográfica, a espessura dos depósitos e sua profundidade (quanto mais profundos, maiores os custos de exploração), o tipo de tecnologia usada para a exploração (grau de mecanização), etc.

Como se sabe, pouco a pouco o carvão foi cedendo espaço pra o petróleo como principal fonte de energia no mundo, principalmente após o grande crescimento da indústria automobilística. Se, em fins do século XIX, 97% da energia consumida no planeta era oriunda do carvão, pouco menos de um século depois, esta participação já havia declinado para apenas 12%.

Por outro lado, depois dos anos de 1970, período de grande turbulência na indústria petrolífera mundial, caracterizado por duas grandes crises, o carvão retom, em parte, alguma posição, representando 25% do total de energia consumida no mundo, nos anos de 1980 e 1990. Na atualidade, é correto afirmar que, mesmo declinante, a importância do carvão permanece, sobretudo na indústria siderúrgica e na geração de eletricidade, por meio das usinas termelétricas.

De acordo com Balanço Energético Nacional (2003) brasileiro, avalia-se que a participação do carvão na matriz energética mundial é, atualmente, de 7,9% de todo o consumo mundial de energia, e de 39,1% de toda a energia elétrica gerada. Não obstante os problemas socioambientais gerados pelo seu uso, o carvão permanece muito importante, principalmente porque é abundante, relativamente mais barato e possui maior estabilidade nos preços, se comparado a outros combustíveis.

China, Estados Unidos, Rússia, Cazaquistão, Índia, Polônia, Alemanha, República Sul Africana e Austrália são os maiores produtores individuais de carvão no mundo. Apesar de possuir uma longa história de exploração, sabe-se que há ainda muito deste combustível a ser explorado e consumido, sobretudo nos países periféricos, onde sua demanda para a geração de energia elétrica cresce expressivamente.

As relações R/P – reserva/produção – do carvão são bem mais amistosas se comparadas àquelas do petróleo e do gás natural, isso se, nos cenários a médio e longo prazos, forem mantidos os dados de produção do ano de 2002. As reservas provadas estão na ordem de 1 trilhão de toneladas, carvão suficiente para abastecer a demanda do mercado mundial por mais de 200 anos.

Em termos regionais, a América do Norte apresenta uma situação preocupante, pois está previsto o seu abastecimento para menos de 250 anos; mas a situação da Ásia (Bacia do Pacífico) é a pior de todas as regiões, com previsão para pouco mais de 126 anos, justamente em uma das regiões que mais crescem, hoje, no mundo (crescimento este muito atrelado aos números chineses). Por outro lado, se for considerado o crescimento da demanda de carvão que vem ocorrendo nos países periféricos da América Latina, África e Oriente Médio, a situação é ainda mais séria, posto que estas regiões possuem as menores reservas, conforme mostra a Tabela 5.6. – Carvão Mineral – Mundo e Regiões: reservas, produção e consumo – 2002⁵.

5 Consultar [www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/09_carvao\(2\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/09_carvao(2).pdf), acessado em 29 de dezembro de 2007.

Esta configuração é particularmente explícita no Brasil, com poucas reservas de carvão, concentradas na Região Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul, com 90% destas. De acordo com o Balanço Energético Nacional (2003), o uso do carvão mineral para a geração de energia permanece restrito, representando somente 6,6% da matriz energética brasileira.

Os altos teores de cinza (50%) e enxofre (2,5%) são os fatores restritivos ao maior uso do carvão mineral no país. Somente o desenvolvimento de tecnologias de remoção de impurezas e de combustão eficiente reverteria o quadro descrito, conforme mostrado no Mapa 6.

A probabilidade de se encontrarem mais reservas, aumentando as cifras para algo perto dos 10 trilhões de toneladas é muito razoável, mas certamente esse carvão jamais será explorado em sua totalidade, tendo em vista suas peculiaridades: ou está em camadas muito finas, ou em profundidades demasiadamente grandes, cujos custos de exploração seriam enormes (a energia necessária para atingir profundidade tão grande é desproporcional à quantidade reduzida de carvão capaz de produzir).

Não obstante a concentração geográfica mundial, o carvão permanece sendo um combustível relativamente abundante, tendo um papel importante na atual conjuntura mundial de pesquisa tecnológica em busca de novas formas de energia socioambientalmente mais aceitáveis. Entretanto, o acúmulo de CO² na atmosfera e outros problemas ambientais que acompanham tanto sua extração como sua combustão, constituem graves restrições ao uso do carvão mineral.

Exemplos devem ser citados, tais como as minas subterrâneas que podem provocar terremotos, reflexos de acomodações de camadas superficiais da crosta, adicionados aos problemas de drenagem e às ameaças à saúde e à segurança dos mineiros, ameaçados frequentemente pela **doença negra** (pulmonar) ou pela morte diante dos desmoronamentos, cada vez mais freqüentes nas centenas de minas espalhadas pelo mundo.

Os Mapas 7 e 8 fornecem um panorama da distribuição geográfica mundial das reservas e do consumo de carvão mineral em 2002.

5.2.4. Energia Hidrelétrica

A utilização das águas correntes para a produção de energia elétrica é muito importante na atualidade. A energia hidráulica é uma valiosa fonte de energia, desde a Antiguidade, quando o homem descobriu que poderia substituir o trabalho mecânico (humano e animal) pela força das águas correntes, utilizada para moagem de grãos e bombeamento de águas.

A grande oferta de água, a facilidade de se aproveitá-la e o fato de ser um recurso renovável, foram os principais fatores da intensa utilização da energia hidráulica, primeiramente para a geração mecânica, mas, hoje, sobretudo para a geração de energia elétrica.

Grandes rodas d'água compunham a paisagem durante a época da Revolução Industrial, movendo as máquinas nas fábricas; mas, como havia constantes interrupções no fornecimento, com alternância de períodos de grandes cheias e períodos de grandes secas, o motor a vapor já no final do século XIX havia substituído a energia mecânica gerada pelas águas correntes.

O pioneirismo na utilização da energia hidráulica para a geração de eletricidade, com a construção da primeira usina hidrelétrica em 1882, deve ser creditado aos EUA. A partir daí, a energia hidráulica tornou-se uma importante fonte de eletricidade, espalhando-se pelo mundo.

Muito embora as tecnologias de aproveitamento da energia hidráulica, para a geração de energia elétrica, já estejam consolidadas e se trate de uma fonte renovável, alguns aspectos negativos de sua exploração devem ser apontados, não obstante os aspectos positivos (Quadro 5.2.).

Diferentemente de outras fontes renováveis, a energia hidráulica tem expressiva participação na matriz energética mundial, correspondendo a 17% da energia elétrica gerada no mundo, sendo, em diversos países, a principal, como é o caso do Brasil. Os maiores potenciais individuais de produção de energia hidrelétrica são encontrados nos Estados Unidos, Brasil, China, Rússia, Canadá, Índia, Alemanha e Reino Unido.

Esses países concentram, também, os maiores investimentos na sua implantação, sobretudo de grandes usinas hidrelétricas, tornando-se os maiores produtores de energia hidrelétrica. Itaipu no rio Paraná, na fronteira Brasil/Paraguai, e Três Gargantas, construída no rio Yangtzé, na China, são as maiores usinas hidrelétricas do mundo. Outros exemplos são: Guri (Venezuela), Grand Coulee (EUA), Sayano S., Krasnoyarsky (Rússia), Le Grand 2 e Churchill Falls (Canadá), conforme apresentado no Mapa 9.

Quadro 5.2. Produção de Energia Hidrelétrica: aspectos positivos e negativos	
<i>POSITIVOS</i>	<i>NEGATIVOS</i>
Energia limpa: não há produção de resíduos.	Impactos socioculturais: destruição ou remoção de populações autóctones.
Baixos custos na geração da eletricidade.	Altos custos de implantação de uma UHE, adicionados aos de transmissão, e impossibilidade de armazenamento da energia.
Aproveitamento para outros usos: irrigação, navegação, turismo, regulação do regime fluvial.	Riscos de desaparecimento de espécies da fauna terrestre, da ictiofauna e da flora.
Água é recurso renovável.	Mudanças no microclima regional, movimentos de massa, assoreamentos e erosões.

No Brasil, desde os primórdios do último século, a energia hidráulica tem sido protagonista no desenvolvimento socioeconômico do país. Na matriz energética nacional, de acordo com o Balanço Energético Nacional (2003), a participação da energia hidráulica é de 14%, com quase 83% do total de energia elétrica gerada.

Pode-se afirmar que foi a energia hidrelétrica um dos principais fatores responsáveis pela integração de grande parte do território brasileiro, ao estabelecer as ligações entre as regiões periféricas e desconectadas aos grandes centros urbanos das regiões mais dinâmicas do país.

A conjuntura socioespacial brasileira transformou-se drasticamente nas últimas décadas. A constituição de um meio geográfico cada vez mais tecnificado no território nacional dá maior visibilidade às muitas restrições socioeconômicas e ambientais de grande parcela dos projetos de exploração dos recursos hidráulicos que restaram. Daí, o aumento das pesquisas na descoberta e desenvolvimento de tecnologias de exploração de outras fontes de energia; até porque o referido restante de recursos hidráulicos aproveitáveis está localizado em regiões muito distantes das áreas mais dinâmicas da economia, além de apresentarem impedimentos socioambientais e econômicos para a sua construção.

Dessa forma, nos próximos anos, há estimativas de que cerca de 50% da necessidade de expansão da capacidade de geração seja de origem hídrica (ANEEL, 2002). Adicionalmente, espera-se que a União estimule políticas de descentralização na geração de energia elétrica, por meio de uma ação conjunta de maior uso de fontes alternativas e da construção de UHEs de menores dimensões.

É na bacia do rio Paraná que se encontra a maior capacidade instalada de hidrelétricas no território brasileiro (59,3%). Com 15,5% e 11,7%, respectivamente, as bacias dos rios São Francisco e Tocantins constituem as outras duas bacias com maior capacidade instalada, enquanto as bacias do Atlântico Norte e do Amazonas são as de menor capacidade instalada, representando apenas 1,5%. (Tabela 5.6.).

Tabela 5.6.			
Brasil: Capacidade Instalada por Bacia Hidrográfica (MW)			
Situação em Março de 2003			
<i>BACIA</i>	<i>CÓDIGO</i>	<i>CAPACIDADE INSTALADA (MW)</i>	
<i>Bacia do Rio Amazonas</i>	1	667,30	1,0%
<i>Bacia do Rio Tocantins</i>	2	7.729,65	11,7%
<i>Bacia do Atlântico Norte/Nordeste</i>	3	300,92	0,5%
<i>Bacia do Rio São Francisco</i>	4	10.289,64	15,5%
<i>Bacia do Atlântico Leste</i>	5	2.589,00	3,9%
<i>Bacia do Rio Paraná</i>	6	39.262,81	59,3%
<i>Bacia do Rio Uruguai</i>	7	2.859,59	4,3%
<i>Bacia do Atlântico Sudeste</i>	8	2.519,32	3,8%
<i>Brasil</i>	-	66.218,23	100%

Fonte: Eletrobrás, 2003.

Extraído de [www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/09_Hidraulica\(2\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/09_Hidraulica(2).pdf), acessado em 30 de dezembro de 2007.

Quando se analisam os dados referentes ao saturamento dos potenciais de exploração das bacias hidrográficas brasileiras, verifica-se que é justamente nas bacias do Paraná e do São Francisco que se encontram os maiores índices, ou seja, 64,5% e 39,2%, respectivamente, que correspondem aos índices de aproveitamento (razão entre o potencial aproveitado/explorado e o potencial existente) das referidas bacias. Portanto, torna-se claro que os menores índices pertençam às bacias do Amazonas e Atlântico Norte/Nordeste. Conseqüentemente, dado o atual estágio de aproveitamento, já foram aproveitados 25,6% do potencial hidrelétrico do território nacional.

Os fatores responsáveis pelo baixo índice de aproveitamento da bacia do Amazonas estão relacionados aos condicionantes topográficos da grande região, na qual predominam as planícies, os baixos planaltos e declividade pequena, além de relativo impedimento devido à sua expressiva biodiversidade. Adicionalmente, como já salientado, as grandes distâncias dos maiores consumidores de energia, tais como os centros urbanos do Centro-Sul constituem impeditivos expressivos para os referidos baixos índices de aproveitamento.

No Centro-Sul, a topografia acidentada dos planaltos, aliada aos antigos processos de acelerado crescimento socioeconômico, refletiram num maior aproveitamento dos seus potenciais hidráulicos. Essa configuração tem requerido um processo de expansão dos empreendimentos em direção ao interior do país, justamente para, cada vez mais, as regiões mais longínquas e deprimidas socioeconomicamente (ver Mapa 10).

Finalmente, considerando a evolução do aproveitamento dos recursos hidráulicos no Brasil, pode-se elaborar uma pequena periodização dos empreendimentos hidrelétricos no país, ao longo do último século:

- Até os anos de 1950, quase todas as UHEs estavam instaladas na grande região Sudeste.
- De 1945/50 até cerca de 1970, as UHEs foram construídas nas grandes regiões Sul e Nordeste, com destaque para o Paraná e Minas Gerais (este, no Sudeste).
- De 1970 até primeira metade dos anos de 1980, em virtude do desenvolvimento tecnológico que proporcionou a transmissão para grandes distâncias e além da produção em grandes quantidades, houve uma diversificação dos empreendimentos por todo o território, com destaque para as bacias dos rios Grande e Paranaíba; nessa época, dá-se início ao processo mais acelerado de interiorização no país.
- Nos anos de 1990 e início dos anos 2000, ocorre a continuação do processo de interiorização, com os empreendimentos chegando à grande região Centro-Oeste até na Amazônia, com destaque para o Mato Grosso (Mapa 11).

5.2.5. Energia Nuclear

Oriunda da fissão do urânio em reator nuclear, a utilização da energia atômica para a produção de eletricidade inicia-se nos anos de 1960 em países como Reino Unido,

Estados Unidos, Rússia, Itália, França e Alemanha, dentre outros, países nos quais foram construídas as primeiras usinas nucleares do mundo, utilizando como matéria-prima o rádio e o tório.

A energia nuclear surge como alternativa importante depois das crises do petróleo nos anos de 1970, que impulsionaram a pesquisa em fontes alternativas para geração de energia elétrica. Atualmente, mesmo diante de tantos impedimentos de natureza diversa (custos econômicos e financeiros elevados na implantação e manutenção das usinas, relativa escassez de matéria-prima, problemas de ordem ambiental e tecnológica, entre outros), a participação da energia nuclear na produção mundial de energia elétrica é de 17%.

Os maiores produtores de energia elétrica de origem nuclear concentram-se, significativamente, no hemisfério norte, tendo os Estados Unidos e a França como os maiores produtores mundiais, vindo, logo a seguir, o Japão, a Alemanha e a Rússia (Mapa 12).

Situação idêntica é observada no que tange ao consumo, pois os maiores consumidores também são, também, os maiores produtores de energia elétrica de origem nuclear, como pode ser notado a seguir, na Tabela 5.7.:

Tabela 5.7.		
Mundo: Consumo de Energia Nuclear - 2002		
	<i>CONSUMO</i>	
	TWh	Participação no total
<i>América do Norte</i>	906,10	33,6%
<i>América do Sul e Central</i>	20,90	0,8%
<i>Europa e antiga URSS</i>	1.235,90	45,8%
<i>Oriente Médio</i>	-	0,0%
<i>África</i>	12,60	0,5%
<i>Ásia (Pacífico)</i>	520,60	19,3%
<i>Total</i>	2.696,10	100,0%
<i>Brasil</i>	15,10	0,6%

Fonte: **BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY**. London: BP, 2003.

Extraído de www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_Nuclear.pdf, acessado em 30 de dezembro de 2007.

A inserção do Brasil no seleto grupo de países produtores de energia nuclear começa a concretizar-se ainda no final dos anos de 1960, quando, por meio de acordo de transferência de tecnologia assinado com a Alemanha, inicia-se a construção da usina de Angra I (600 MW de capacidade nominal), em 1972, na cidade de Angra dos Reis, em território fluminense.

Os percalços enfrentados pela usina foram muitos, tanto que somente em 1995 é que ela passou a operar com regularidade. No ano de 2000, entra em operação regular a

usina de Angra II (capacidade de 1309 MW), muito embora sua construção tenha se iniciado em 1976. No referido acordo com a Alemanha estavam previstas a construção de três usinas nucleares (Angra I, II e III), todas no estado do Rio de Janeiro.

Segundo o Atlas de Energia Elétrica do Brasil (2003), da ANEEL, 30% do território nacional já se encontram prospectados, colocando o país como o detentor da 6ª maior reserva mundial de urânio. As reservas concentram-se no Ceará (46%), no município de Itaitiaia, e na Bahia, nos municípios de Lagoa Real e Caetité (Tabela 5.8.).

Tabela 5.8.			
Brasil: Reserva de Urânio – janeiro/2002			
<i>DEPÓSITOS</i>	<i>MEDIDAS E INDICADAS</i>	<i>INFERIDAS</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Lagoa Real e Caetité (BA)</i>	94.000	6.700	100.700
<i>Itaitiaia (CE)</i>	91.200	51.300	142.500
<i>Outros</i>	39.500	26.500	66.000
<i>Total</i>	224.700	84.500	309.200

Fonte: INDÚSTRIAS NUCLEARES BRASILEIRAS – INB, 2001.

Extraído de www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_Nuclear.pdf, acessado em 30 de dezembro de 2007.

5.2.6. Considerações finais

No mundo globalizado da atualidade, no qual o capitalismo atinge seu ponto máximo de crescimento, as necessidades de exploração de novos espaços para a sua constante expansão, ocasionam, por seu turno, aumento nas necessidades de fornecimento de energia. A história recente demonstra que o petróleo permanece sendo a principal fonte de energia mundial, mesmo com toda problemática que o cerca: imposição de preços pelos países exportadores ao lado de sua imensa pobreza; monopólio exercido pelas corporações multinacionais que o exploram, o transportam e o beneficiam; problemas de ordem geopolítica, sobretudo na região do Oriente Próximo e Médio, dentre outros.

Diante desse quadro, alternativas têm sido procuradas e pesquisadas, tais como a energia eólica, a biomassa, a energia das marés, a energia solar e até mesmo a energia hidrelétrica. Mas com problemas que envolvem custos econômicos, tecnológicos e socioambientais, essas fontes são justamente denominadas de alternativas, porque não conseguem superar as fontes tradicionais de origem fóssil, como o petróleo e o carvão, sobretudo no que respeita às possibilidades de exploração e usos. Nesse sentido, é importante questionar a ocupação do território brasileiro pelas culturas de cana-de-açúcar e mandioca para a produção de álcool combustível para os veículos e para a indústria.

Como equacionar a necessidade premente de fornecimento de energia que garanta o crescimento do país, de um lado, e a ampliação de áreas cultivadas em detrimento da expressiva retração de áreas destinadas aos cultivos alimentares? Essa é apenas uma

das questões que se pode levantar sobre a problemática energética mundial, mesmo porque – e aqui se tem outro questionamento – o Brasil pode passar a ter uma inserção bastante estratégica no quadro geopolítico do planeta, ao se considerar suas dimensões continentais e o que isto representa em termos de recursos energéticos.



CAPÍTULO 6

Não existe dúvida acerca da importância da produção agrícola para a economia mundial e a sustentabilidade da própria humanidade. Por isso, é grande a variedade de espécies de plantas cultivadas pelo homem, não somente as alimentares, como também as fibras, os óleos e as tintas. A produção dos narcóticos orgânicos deve ser aqui lembrada, em virtude dos fluxos que criam, desde a sua produção até a sua comercialização nas diversas escalas geográficas.

Diante de tanta variedade há aquelas, como o trigo, a soja e o açúcar, cujo consumo se tornou universal, criando fluxos também mundiais, enquanto outras (cevada, centeio, aveia, sisal e a juta, por exemplo) possuem consumos mais regionalizados e até mesmo locais, reduzindo drasticamente a escala dos fluxos.

Para Andrade (1998, p. 256), a maior ou menor expansão de determinadas culturas pelo mundo está relacionada aos seguintes fatores:

- Às condições naturais, representadas pela maior ou menor facilidade que têm as plantas de se adaptarem às condições climáticas e edáficas.
- Ao movimento histórico, ocasião em que um produto, por determinadas circunstâncias, torna-se mais procurado no mercado internacional, havendo, em consequência, um estímulo à sua produção.
- À construção de obras de infraestrutura que facilitam o transporte das áreas que possuem condições ecológicas favoráveis à produção de determinadas plantas aos mercados consumidores.

As plantas cultivadas podem ser classificadas, observadas suas destinações, em alimentares e industriais. Entre as primeiras destacam-se os grupos dos cereais (trigo, arroz, milho, cevada, centeio, aveia, sorgo), das leguminosas (soja, feijão, alfafa, grão de bico), das hortaliças, das frutas, e das plantas que se extrai o açúcar e das que se fazem as bebidas. O fumo, a borracha, as oleaginosas e as plantas têxteis (algodão, juta, linho, sisal) constituem os principais grupos de plantas industriais.

A indústria, por outro lado, tem-se constituído no principal setor econômico do mundo atual, muito comandado pelo consumo. A indústria gera uma série de atividades que lhe são complementares que por sua vez, produzem uma complexa rede de fluxos mundial, envolvendo praticamente todos os cantos do planeta, como a produção e o fornecimento de matérias primas e de energia, a geração de empregos e sua necessária qualificação e a produção de capitais, adicionada ao desenvolvimento do comércio, dos transportes e dos serviços.

A indústria é uma atividade expressivamente concentradora tanto de capital como geográfica, provocando a pauperização dos trabalhadores, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Além disso, a poluição em suas diversas formas (solo, água e ar) e a consequente degradação ambiental são aspectos inerentes à atividade industrial.

A Divisão Internacional do Trabalho – DIT – é um dos reflexos da concentração da atividade industrial no mundo atual. Países industrializados possuem uma posição privilegiada na DIT, na medida em que concentram os mais completos parques industriais, colocando-se na dianteira do desenvolvimento econômico, em detrimento dos países periféricos ou subdesenvolvidos, aos quais cabem, com raras exceções, apenas as atividades de produção de alimentos e de matérias primas.

As indústrias podem ser classificadas em pesadas ou bens de produção, e leves ou de bens de consumo. O preço da matéria prima, o grande emprego de capital e o fato de poderem pertencer tanto aos grandes capitalistas como ao Estado são aspectos típicos das indústrias pesadas. Consequentemente, maiores investimentos são necessários, fato que se reflete na maior morosidade do retorno financeiro, mas que chega com maior margem de lucro.

Como exemplos desse tipo de indústria podem-se citar as de extração e preparação de metais, a química, a de cimento, a de construção e a mecânica pesada. Normalmente, as indústrias pesadas localizam-se próximo às fontes de matérias primas em função dos problemas de beneficiamento e transporte, caso da indústria extrativa mineral. Há aquele tipo de indústria pesada que se caracteriza por pagar os maiores salários, empregando os técnicos mais qualificados, possuindo os maiores níveis de competitividade internacional e, por isso, contando com maior concentração financeira, o que reflete na formação das grandes corporações, como as petrolíferas e químicas, por exemplo.

As indústrias leves ou de bens de consumo, por outro lado, necessitam, em média, de poucos investimentos, mas seus lucros são menores. A difusão das indústrias leves pelos diversos países foi e é mais rápida, tanto nos desenvolvidos como nos subdesenvolvidos: beneficiamento de alimentos (alimentícias), têxteis e confecções, beneficiamento e fabricação de produtos de couro, ligadas ao extrativismo vegetal (madeira, moveleira, celulose e papel, alumínio) são os tipos mais expressivos de indústria leves.

A localização industrial é condicionada por um conjunto de fatores tanto de ordem natural como de ordem social e econômica. As políticas protecionistas objetivando a industrialização, adicionadas à presença de matérias primas e população numerosa, fazem com que países com este tipo de caracterização geralmente saiam na frente daqueles países menos populosos e mais pobres.

De qualquer maneira, importa frisar que a indústria, sendo uma atividade altamente concentradora, ocupa menores espaços e, diferentemente da pecuária e da agricultura, atraem mais população, concentrando-a, formando núcleos populacionais que, com o tempo, podem transformar-se em grandes cidades, metrópoles e grandes aglomerados urbanos. Complementarmente, como salienta Andrade (1998, p. 214),

(...) tendo necessidade de fazer convergir para os estabelecimentos industriais a matéria-prima a ser elaborada e de distribuir pelo mercado o produto acabado, a indústria tem sempre função polarizadora, criando uma rede de condutos, de estradas por onde circulam uns e outros; traz ainda modificações à paisagem, marcando sensivelmente o espaço com a construção de fábricas, de vilas operárias, de distritos industriais, de cidades, de pontes, de portos, etc.

6.1. A problemática da disponibilidade de terras para as atividades agrícolas – relação com a produção de alimentos no mundo e no Brasil

A disponibilidade de terras apropriadas para a exploração agropecuária é o principal fator de produção de alimentos, sobretudo se for considerado que a produção hidropônica ainda é muito insignificante. Adicionalmente, também, há necessidade de produção das fibras, madeiras, animais de tração e para transporte, da preservação de florestas e ecossistemas nos mais variados cantos do mundo.

Com a **revolução verde**, processo marcado pelas profundas transformações tecnológicas sofridas pelas atividades agrícolas mundiais, iniciado nos anos de 1960, elevou-se bastante a utilização de terras desde então. Observa-se que até o ano 2000, houve um aumento de 10,9% nas áreas utilizadas pelas atividades agrícolas, o que corresponde a 38,3% da área mundial, uma diminuição de 2,37% nas áreas ocupadas por florestas e de 9,06 % nas áreas para outros usos (Tabela 6.1.).

Tabela 6.1. Mundo: uso da terra (M/hectares) – 1961 e 2000 Valores percentuais		
<i>Usos</i>	1961 (%)	2000 (%)
<i>Agricultura (culturas e pastagens permanentes, cultivos anuais)</i>	34,5	38,3
<i>Florestas naturais e plantadas</i>	33,5	32,7
<i>Outros usos</i>	29,0	32,0
<i>Total</i>	100,0	100,0

Fonte: extraído e adaptado de <http://www.abimilho.com.br/noticias/files/materia.pdf>, acessado em 21/04/2008.

Graças à **revolução verde** – usos maciços de fertilizantes, da irrigação, de sementes melhoradas e de produtos e de medidas fitossanitários –, há mais de 40 anos a oferta de alimentos no planeta elevou-se expressivamente, tendo em vista o crescimento da produtividade. Em contrapartida, no mesmo período, a população mundial cresceu, também, de forma extraordinária, chegando a quase 6,5 bilhões de pessoas em 2005. Daí, a necessidade de aumentar a oferta de alimentos para uma população que permanece crescendo; este crescimento foi de 81% entre 1965 e 1990 e de 20% entre 1990 e 2005, muito embora as taxas de produtividade tenham apresentado taxas declinantes de crescimento.

Essas taxas em declínio podem ser reflexos diretos da redução da disponibilidade de terras cultivadas por habitantes e da ausência de alterações significativas na oferta mundial *per capita* de alimentos, sobretudo, de grãos (arroz, trigo, milho, centeio, sorgo, cevada, milho e triticale, um misto de trigo e centeio), que são os principais alimentos básicos da humanidade, correspondendo a 66% dos produtos alimentares consumidos nos últimos 20 anos.

Ao contrário, no caso das oleaginosas – dendê, coco, oliveira (perenes) e canola, girassol, algodão (anuais) –, a produção *per capita* foi crescente entre 1965 e 2005. Com relação às fibras vegetais, muito embora a produção mundial tenha aumentado em 98%, houve um ligeiro declínio na produção *per capita*. Para o atendimento das demandas futuras de consumo, novas tecnologias visando a descoberta de novas formas de produção, de processamento e de reciclagem das fibras em uso, terão que ser criadas. Finalmente, no caso da madeira, observa-se que houve um crescimento expressivo (45%) em quarenta anos de seu uso para a geração de energia.

Por outro lado, houve uma queda na produção *per capita* mundial, reflexo direto do uso de outras formas de energia (gás natural e petróleo), além da substituição da madeira por outros materiais em diversos setores econômicos, tais com os sintéticos e os metais (construção civil e muitos usos domésticos e industriais).

Diante do quadro acima descrito, torna-se fácil concluir que a necessidade de encontrar espaços para produzir, alimentar, vestir e oferecer fontes de energia e de madeira para a população mundial em crescimento é premente. Ora, os custos socioambientais destas necessidades são ou certamente se tornarão irreversíveis, caso a contrapartida na criação de novas tecnologias de como produzir fontes energéticas, fibras, madeiras e alimentos, mais nutritivos e mais baratos, não ocorra ao mesmo tempo.

O cenário, nos atuais padrões tecnológicos de conhecimento, é muito ruim. A expansão da fronteira agrícola seria a única solução, pois o que havia de florestas na grande maioria dos países já não existe, muito menos reservas passíveis de exploração. A disponibilidade de terras apropriadas para a exploração agrícola na Ásia e na África, justamente onde há uma grande demanda reprimida por alimentos, é baixa ou quase nula, e a incorporação de terras inadequadas tornaria os custos de produção muito elevados, encarecendo os preços dos alimentos. A crise dos preços de alimentos enfrentada pelo mundo, no primeiro semestre de 2008, com reflexos no aumento da inflação mundial, sobretudo em países periféricos, parece ser a concretização desta situação.

O que constituía uma vantagem comparativa, no período da revolução verde, para países que possuem um PIB formado em sua maioria no setor agropecuário – grande disponibilidade de terras adequadas e climas favoráveis, além de mão de obra farta e barata – parece perder relativo significado no início do século XXI. De fato, com os conhecimentos tornados tradicionais, chegou-se ao ponto da exaustão diante da incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos em vários países.

Novamente, é que saem na dianteira os países centrais, adicionados aos mais desenvolvidos no setor agrícola, em detrimento da maioria de países periféricos. Importante frisar que entre os maiores produtores de alimentos vegetais (grãos, sobretudo) estão em boa medida alguns países desenvolvidos, também, (Estados Unidos, Europa Ocidental, Rússia, Canadá, Austrália).

Na Tabela 6.2., apresentada a seguir, está representada uma estimativa, para o ano de 2025, da demanda mundial de alimentos, madeiras e fibras de origem vegetal e animal, considerando as questões acima colocadas.

Tabela 6.2.			
Mundo: produção atual (2005) e demanda por alimentos e fibras (2025)			
Valores absolutos (t)			
<i>PRODUTOS</i>	<i>PRODUÇÃO ATUAL 2005</i>	<i>DEMANDA ESTIMADA 2025</i>	<i>PRODUÇÃO ADICIONAL NECESSÁRIA</i>
<i>Cereais</i>	2.219,40	3.140,40	921,00
<i>Oleaginosas:</i>	595,01	750,97	155,96
<i>a) perenes</i>	242,81	321,99	70,18
<i>b) anuais</i>	352,20	437,98	85,78
<i>Carnes:</i>	264,70	376,49	111,79
<i>a) aves</i>	80,00	113,70	33,76
<i>b) suínos</i>	103,40	146,80	43,60
<i>c) bovinos</i>	63,50	90,40	26,30
<i>Fibras</i>	28,50	36,37	7,87
<i>Madeira</i>	3.401,90	4.148,40	746,50

Fonte: extraído e adaptado de <http://www.abimilho.com.br/noticias/files/materia.pdf>, acessado em 21/04/2008.

Com relação aos cereais, o mais importante alimento quanto à produção e consumo, se for mantida as atuais taxas de produtividade, será necessária a incorporação de quase 290 milhões de hectares de terras, num prazo de 20 anos. Isso é muito, considerando que haverá um aumento muito acima de área máxima colhida mundial do que aquela registrada em 1985: 765,8 milhões de hectares (2025 = 964,8 M ha).

Esses cenários se repetem, guardadas as devidas proporções, em todos os outros produtos. E o questionamento que se coloca é: onde e como eles serão produzidos para os novos consumidores que se agregarão à população mundial até 2025, sem que novos e complementares impactos ambientais surjam?

Sabe-se que uma parte da resposta a esse questionamento está no fato de que 85% do aumento da produção de alimentos no mundo terá que vir das áreas já cultivadas. Por

outro lado, apenas nos cerrados do Brasil e na África subsaariana é que se observa o aumento de áreas de produção.

Nos países periféricos é que se vai encontrar a maior demanda mundial por alimentos, justamente porque neles que se encontram os maiores crescimentos, decorrência do aumento da renda e do crescimento do comércio, além da elevação da produção local e da diminuição dos custos de produção, causadas pela maior eficiência dos sistemas de transportes e de distribuição dos produtos, do aumento da urbanização e da mudança de hábitos alimentares.

Nos países ricos e mais desenvolvidos, a procura por qualidade substitui as preocupações com a disponibilidade de alimentos, ocorrendo um deslocamento da localização da expansão do mercado agrícola mundial para os países menos desenvolvidos ou periféricos.

As principais incertezas que atingem os mercados agrícolas mundiais estão fatalmente ligadas aos aspectos climáticos, às tendências dos preços da energia, ao investimento na produção dos biocombustíveis, às perspectivas de crescimento econômico e aos futuros desenvolvimentos da política agrícola. Por isso, é preciso ressaltar o papel exercido por países como o Brasil, a China e a Índia, observando-se que a evolução socioeconômica e política de cada um deles certamente têm enormes impactos no atual e futuro mapas agrícolas mundiais.

Com uma participação de cerca de 4% no valor das exportações mundiais, o Brasil é um dos principais produtores mundiais de alimentos e fibras. Por outro lado, mesmo tendo apresentado crescimento extremamente expressivo, cerca de 300% entre 1990 e 2003 nas exportações de produtos agrícolas, está atrás dos Estados Unidos (1º), França (2º), Holanda (3º), Alemanha (4º), Bélgica (5º) e Espanha (6º). A explicação para este *ranking* se encontra no fato de que países menores territorialmente, como a França e a Holanda, vendem produtos com alto valor agregado, enquanto o Brasil exporta grandes quantidades de produtos de baixo valor agregado.

O primeiro lugar em quantidade das exportações brasileiras, no período de 1980 a 2003, foi ocupado pelo complexo da soja – grão, torta e óleo –, seguido pelo açúcar (2º lugar), pelas carnes, café em grão, suco de laranja e tabaco. Obviamente, em termos de valores monetários, houve um substancial aumento em todos estes produtos. (Tabela 6.3.)

Tabela 6.3.				
Brasil: principais produtos agropecuários exportados – 1980 e 2003				
Valores absolutos: volume (1000 t) e valor (milhões US\$)				
<i>PRODUTOS</i>	<i>VOLUME</i>		<i>VALOR</i>	
	1980	2003	1980	2003
<i>Carne bovina</i>	103,6	1022,8	267,4	1507,6
<i>Carne suína</i>	0,9	544,3	1,9	549,0

<i>Carne de aves</i>	170,5	2089,3	209,5	1953,5
<i>Total de carnes*</i>	308,7	3681,4	527,0	4035,4
<i>Complexo soja</i>	8874,7	35978,2	2264,2	8125,4
<i>Açúcar</i>	2626,7	13311,2	1288,3	2140,0
<i>Suco de laranja</i>	401,0	1054,1	338,7	910,2
<i>Café em grão</i>	784,5	1369,2	2486,1	1302,7
<i>Tabaco</i>	144,8	477,5	295,3	1090,3

Fonte: extraído e adaptado de <http://www.abimilho.com.br/noticias/files/materia.pdf>, acessado em 21/04/2008.

*inclui todas as carnes, inclusive as não mencionadas.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2004), o Brasil foi o maior produtor mundial, em 2004, de café com 39,2%, de suco de laranja com 29,2%, e de cana de açúcar com 27% da produção. Colocou-se em segundo lugar na produção mundial de soja (30%), de frango (14,5%) e de carne bovina (14,7%). Também, no mesmo ano em destaque, o país foi o maior exportador mundial de café, suco de laranja, açúcar, soja e carne bovina, além do segundo maior de frango.

A destacada influência que detém na oferta mundial de vários produtos agropecuários, adicionada a fatores como referência mundial na tecnologia de produção de cana de açúcar para o álcool, faz do Brasil um *big trad*. O agronegócio transformou-se, desde meados dos anos de 1990, no setor econômico mais importante do país, correspondendo a 30% do PIB nacional. Em contrapartida, no que tange à produção de cereais, a inserção brasileira é extremamente tímida comparativamente aos maiores produtores mundiais – China, Índia e Estados Unidos –, apenas 64 milhões de toneladas em 2004, comparados aos mais de 400 milhões da China, que desde 1990 se tornou o maior produtor mundial destes alimentos.

O expressivo aumento da produtividade agrícola nacional é consequência do uso de novas tecnologias de produção – tais como material genético, manejo do solo, de culturas e de pragas, e uso intenso e racional de insumos e corretivos, além do desenvolvimento nas pesquisas –, fator que deve ser apontado como responsável pela excepcional expansão do agronegócio no Brasil.

Além disso, deve-se mencionar como fatores do desenvolvimento no setor a apropriação crescente de terras nas regiões de cerrado, sobretudo devido aos seus baixíssimos custos, o uso de modernas máquinas agrícolas, a isenção de ICMS na exportação dos produtos agrícolas, a crescente demanda por veículos a álcool e, finalmente, a opção por uma política de livre flutuação do câmbio; a renda dos produtores cresceu o que permitiu, por sua vez, a realização de constantes inversões na produção e no desenvolvimento do agronegócio.

Também o estímulo de origem externa pode ser apontado como fator importante, ou seja, a crescente demanda por alimentos protéicos vegetais e animais no mercado internacional, com destaque para os países asiáticos.

Diante dos fatores que favorecem o expressivo aumento da produtividade agrícola nacional, qual deve ser o papel do Brasil na geoeconomia mundial, tendo em vista a grande disponibilidade de terras a serem apropriadas? Assim como a China e a Índia, o Brasil detêm grandes áreas disponíveis para produção agrícola e, juntos, são considerados grandes exportadores de gêneros alimentícios. Como pensar a atuação destes gigantes periféricos na geoeconomia mundial como detentores de grandes áreas a serem apropriadas e a necessidade de produção de alimentos?

6.2. Considerações sobre a atividade industrial na atualidade – mundo e Brasil

A atividade industrial se espalha pelo mundo e a prova disto é o aumento da participação na produção industrial dos países em desenvolvimento que, entre 1990 e 2002, passaram de 15,7% a 23,5% (Tabela 6.4.). De fato, houve um expressivo aumento nesse sentido, mas as economias tradicionalmente industrializadas permanecem concentrando a indústria mundial, pois detêm 75% da produção. Por outro lado, foi nos países periféricos dinâmicos, Brasil entre eles, que houve uma significativa retração na produção industrial, quase pela metade no mesmo período.

No que diz respeito às performances individuais, houve muita variação no período de 1990 a 2002, destacando-se o papel dos países em desenvolvimento como os países asiáticos do leste e sudeste, que já ocupavam a dianteira desde 1990 e dobraram sua participação na produção mundial industrial, chegando a 14,4% (o que corresponde a três vezes a participação dos países da América Latina). A América Latina, somada ao Caribe e à África subsaariana, na verdade acusaram um pequeno decréscimo em suas participações no período referido (Tabela 6.5.).

Reflexo do quadro acima, no *ranking* dos dez países de maior participação industrial no mundo registra-se a entrada da Coréia do Sul, que passou a ocupar a 7ª posição em 2002. Este é um fato importante haja vista que, em 1990, só dois países periféricos pertenciam ao grupo: Brasil na 8ª posição e China na 9ª (Tabela 6.6.). Mais extraordinária ainda é a *performance* posterior da China que, em doze anos, salta para a 4ª posição, passando à frente de países como a França, Itália e Reino Unido, enquanto o Brasil acusa uma retração, diminuindo sua participação em 0,3 pontos percentuais (2,5% em 1990 para 2,2% em 2002), descendo para a 9ª posição.

Tabela 6.4. Mundo: participações por tipo de países no valor agregado da indústria de transformação – 1990 e 2002		
PAÍSES	VALORES PERCENTUAIS	
	1990	2002
<i>Países industrializados</i>	78,17	73,25
<i>Países periféricos dinâmicos</i>	15,73	23,58
<i>Outros países periféricos</i>	6,10	3,18
<i>Países periféricos deprimidos</i>	0,18	0,24

Fonte: Carta IEDI n. 195 – Indústria Brasileira: ainda presente no mapa mundial, mas até quando? – extraído e adaptado de WWW.iedi.org.br /, acessado em 21/04/2008.

Tabela 6.5.		
Regiões em desenvolvimento: participações no valor agregado da indústria de transformação – 1990 e 2002		
<i>REGIÕES</i>	<i>VALORES PERCENTUAIS</i>	
	1990	2002
<i>África Subsaariana</i>	0,8	0,2
<i>Oriente Médio e Norte Africano</i>	1,5	1,9
<i>América Latina e Caribe</i>	5,3	5,0
<i>Sul da Ásia</i>	1,0	1,5
<i>Leste e Sudeste Asiáticos</i>	7,2	14,4

Fonte: Carta IEDI n. 195 - Indústria Brasileira: ainda presente no mapa mundial, mas até quando? – extraído e adaptado de WWW.iedi.org.br /, acessado em 21/04/2008.

Tabela 6.6.					
Países mais industrializados do Mundo: participações no valor agregado da indústria de transformação – 1990 e 2002					
<i>1990</i>			<i>2002</i>		
<i>POSIÇÃO NO RANKING</i>	<i>PAÍS</i>	<i>%</i>	<i>POSIÇÃO NO RANKING</i>	<i>PAÍS</i>	<i>%</i>
1	<i>Japão</i>	22,5	1	<i>Estados Unidos</i>	23,3
2	<i>Estados Unidos</i>	20,7	2	<i>Japão</i>	18,1
3	<i>Alemanha</i>	10,2	3	<i>Alemanha</i>	7,0
4	<i>França</i>	4,7	4	<i>China</i>	6,6
5	<i>Reino Unido</i>	4,1	5	<i>França</i>	4,7
6	<i>Itália</i>	4,0	6	<i>Itália</i>	3,5
7	<i>Rússia</i>	3,2	7	<i>Coreia do Sul</i>	3,3
8	<i>Brasil</i>	2,5	8	<i>Reino Unido</i>	3,2
9	<i>China</i>	2,2	9	<i>Brasil</i>	2,2
10	<i>Espanha</i>	2,0	10	<i>Canadá</i>	1,9

Fonte: Carta IEDI n. 195 – Indústria Brasileira: ainda presente no mapa mundial, mas até quando? – extraído e adaptado de WWW.iedi.org.br /, acessado em 21/04/2008.

Em seu relatório anual de 2005, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – UNIDO – destaca que alguns indicadores devem ser considerados como importantes, haja vista sua capacidade de mensurar o quadro da industrialização no mundo atual e nos países individualmente. Assim é que a análise

da evolução da produção industrial *per capita* no período 1990-2003 acusa uma situação de expressiva desigualdade entre as regiões mais ricas e as mais pobres do mundo, cujo fosso tem-se ampliado crescentemente.

Diferenças marcantes também emergem da comparação entre os países tomados individualmente. Por outro lado, uma avaliação abrangente da desigualdade industrial global produz um retrato menos dramático, na medida em que se observam significativas melhoras, sobretudo quando se verifica novamente o notável avanço da China, cujo desempenho estreitou um pouco o fosso da desigualdade industrial existente entre os países ricos e os pobres, inserindo-se numa posição muito especial no grupo de países periféricos dinâmicos.

O valor agregado industrial *per capita* é um indicador natural do nível da atividade doméstica numa comparação entre regiões e países, além de mais amplamente no próprio nível de desenvolvimento industrial de uma economia. Obviamente, há igualmente diferenças expressivas entre grupos de países e regiões. A atividade industrial nos países industrializados está em um patamar dez vezes mais elevado do que nas economias periféricas dinâmicas e dezesseis vezes acima dos outros periféricos.

No que se relaciona aos países periféricos há, também, grandes diferenças no nível de atividades industriais, com diferença de cerca de nove vezes entre as médias regionais mais altas e as mais baixas. Ao longo do período 1990-2002, a América Latina manteve o mais elevado nível de valor agregado *per capita* (média regional ponderada pela população), sendo que em 2002 o leste e o sudeste asiático alcançam a segunda posição, reduzindo a diferença em relação à América Latina.

O extraordinário fosso que separa os países ricos dos pobres pode ser observado no *ranking* dos 156 países em termos do valor agregado da indústria de transformação *per capita* (sigla em inglês MVA *per capita*). Exemplificando com o caso da Suíça: em 2002, enquanto o MVA *per capita* deste país líder era algo em torno de US\$ 12 mil, o MVA *per capita* dos países que ocupam as últimas posições no *ranking*, como a Libéria e a Etiópia, eram da ordem de US\$ 7,2 e US\$ 4,9, respectivamente.

Em termos do nível da atividade industrial doméstica, mensurada pelo MVA *per capita* há apenas um país periférico classificado entre as dez maiores economias – Cingapura, que passou da 10ª posição em 1990 para a 9ª em 2002 (US\$ 6,6 mil). Além de Cingapura, em 2002 os países periféricos que melhor se posicionaram foram a Coreia do Sul (14ª) e Taiwan (16ª). O Brasil amargou uma queda importante, passando da 44ª posição em 1990 para a 48ª em 2002. (Tabela 6.7.)

Tabela 6.7.
Nível da produção industrial - ranking por MVA per capita
1990 e 2002

<i>PAÍS</i>	<i>2002</i>		<i>1990</i>		<i>TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DO MVA PER CAPITA, %</i>
	<i>VALOR (US\$ 1995)</i>	<i>POSIÇÃO</i>	<i>VALOR (US\$ 1995)</i>	<i>POSIÇÃO</i>	
<i>Suíça</i>	12.191	1	9.583	2	2,4
<i>Japão</i>	9.851	2	9.697	1	0,4
<i>Finlândia</i>	8.389	3	5.231	6	4,4
<i>Suécia</i>	8.154	4	4.849	9	4,7
<i>Irlanda</i>	8.121	5	3.142	19	9,2
<i>Luxemburgo</i>	7.591	6	6.856	4	2,2
<i>Áustria</i>	6.751	7	5.309	5	2,4
<i>Alemanha</i>	6.649	8	6.871	3	0,0
<i>Cingapura</i>	6.583	9	4.410	10	6,3
<i>Bélgica</i>	6.025	10	5.089	7	1,7
<i>Dinamarca</i>	5.799	11	4.929	8	1,7
<i>Estados Unidos</i>	5.568	12	4.325	12	3,2
<i>França</i>	5.444	13	4.387	11	2,3
<i>Coréia</i>	4.859	14	2.238	25	7,6
<i>Holanda</i>	4.841	15	4.197	13	1,8
<i>Taiwan</i>	4.397	16	2.842	21	4,6
<i>Canadá</i>	4.292	17	3.266	18	3,3
<i>Itália</i>	4.224	18	3.740	16	1,1
<i>Noruega</i>	4.026	19	3.801	15	1,0
<i>Islândia</i>	3.912	20	3.470	17	2,0
<i>Reino Unido</i>	3.749	21	3.808	14	0,2
<i>Eslovênia</i>	3.226	22	2.967	20	1,1
<i>Espanha</i>	3.153	23	2.767	22	1,4
<i>Nova Zelândia</i>	3.000	24	2.659	23	2,2
<i>Austrália</i>	2.797	25	2.588	24	1,9
<i>Brasil</i>	865	48	914	44	1,0

Fonte: Carta IEDI n. 195 - Indústria Brasileira: ainda presente no mapa mundial, mas até quando? - extraído e adaptado de [WWW.iedi.org.br /](http://WWW.iedi.org.br/), acessado em 21/04/2008.

Outra dimensão que deve ser analisada sobre a atividade industrial no mundo diz respeito à dimensão internacional da produção industrial (valor *per capita* das exportações de manufaturados), que quando mensurada revela que há grande semelhança em relação ao que foi medido na dimensão do MVA *per capita* (dimensão doméstica), ou seja: os valores mais altos da atividade industrial são apresentados pelos países industrializados, à exceção de alguns casos individuais de países periféricos com alta *performance*, como Cingapura e os outros Tigres Asiáticos (Taiwan, Coréia e Hong Kong) e a Malásia. (Tabela 6.8.).

<p align="center">Tabela 6.8 Nível do Comércio Industrial ranking por exportação de manufaturas per capita 1990 e 2002</p>				
<i>País (1)</i>	<i>2002</i>		<i>1990</i>	
	VALOR (US\$ 1995)	POSIÇÃO	VALOR (US\$ 1995)	POSIÇÃO
<i>Cingapura</i>	33.106	1	16.266	1
<i>Irlanda</i>	20.835	2	5.575	6
<i>Bélgica</i>	16.908	3	9.616	2
<i>Suíça</i>	10.515	4	8.464	3
<i>Holanda</i>	9.164	5	6.986	4
<i>Suécia</i>	8.419	6	6.357	5
<i>Finlândia</i>	8.002	7	5.136	8
<i>Dinamarca</i>	7.865	8	4.819	10
<i>Áustria</i>	7.153	9	5.158	7
<i>Canadá</i>	7.042	11	3.348	14
<i>Taiwan</i>	6.564	12	3.149	16
<i>Eslovênia</i>	6.512	13	4.665	11
<i>Alemanha</i>	4.751	16	3.104	17
<i>Israel</i>	4.681	17	2.355	21
<i>Noruega</i>	4.679	18	3.930	13
<i>França</i>	4.448	19	3.240	15
<i>Malásia</i>	4.121	21	1.287	29
<i>Itália</i>	4.027	22	2.805	18
<i>Reino Unido</i>	3.885	23	2.656	20

<i>Japão</i>	3.595	24	2.264	22
<i>Coréia</i>	3.591	25	1.455	28
<i>Kuait</i>	3.464	26	221	56
<i>Hong Kong</i>	3.212	27	4.843	9
<i>Hungria</i>	3.102	28	763	36
<i>República Checa</i>	2.669	30	1.473	27
<i>Brasil</i>	222	70	159	63

Fonte: Carta IEDI n. 195 – Indústria Brasileira: ainda presente no mapa mundial, mas até quando? – extraído e adaptado de WWW.iedi.org.br /, acessado em 21/04/2008.

Nota: (1) exclui os países com menos de dois milhões de habitantes no ano de 2000.

Desta maneira, dos dez maiores níveis nessa dimensão, sete também se encontram entre os dez maiores no *ranking* do nível de atividade doméstica. Cingapura é o único país periférico dinâmico presente entre os dez primeiros nos dois *rankings*, ocupando o primeiro lugar nos dois anos em análise na atividade internacional.

Isso é um forte indicador do caráter profundamente transnacional da economia do país, reflexo de uma estratégia adotada no passado recente (anos de 1980), quando se optou por sua transformação em plataforma de exportação de produtos industrializados, modelo de desenvolvimento comum aos outros Tigres Asiáticos (Taiwan, Coréia do Sul e Hong Kong) e que, certamente, elevou-os a uma muito melhor inserção na economia mundial. O modelo se espalha pelo sudeste asiático e, guardadas as devidas proporções, atinge Malásia, Tailândia e Filipinas.

Em 2002, onze países periféricos encontravam-se entre os cinquenta maiores, dos quais sete são do norte da África e do Oriente Médio e seis da América Latina – México, Costa Rica, Uruguai, Venezuela, Chile e Argentina.

Por outro lado, os três gigantes da periferia dinâmica da economia mundial – Brasil (70^a), China (68^a) e Índia (próxima da 90^a) – ocuparam posições abaixo da média da distribuição internacional, que constou de uma amostra de 104 países, indicando o tímido ou quase inexpressivo desempenho das exportações industriais nestes países. Isso parece contraditório diante das posições que, sobretudo, China e Brasil ocupam na dimensão doméstica, mas como são países muito populosos e com enormes desigualdades socioespaciais de desenvolvimento provavelmente aí se encontram as razões para tal contradição.

A última dimensão elaborada pelo relatório da UNIDO, quanto aos aspectos estruturais da indústria mundial, foi construída a partir da combinação dos indicadores de avanço industrial e avanço tecnológico. O denominado índice de avanço industrial com tecnologia (ITA, sigla em inglês) permite uma avaliação de aspectos estruturais de grupos de países e de países individuais, em paralelo àquela baseada no nível de atividade industrial. Não obstante o expressivo aumento do ITA dos países periféricos nos anos de 1990, o valor do

seu índice ainda corresponde a menos de um terço do nível dos países industrializados. Em 2002, nos países industrializados, cerca de um quarto das atividades eram industriais com tecnologia, enquanto nos periféricos este valor correspondeu a apenas um décimo.

Já os países mais deprimidos economicamente não apresentaram elevação no ITA que mereça menção e, entre 1990 e 2002, mantiveram-se estagnados. Em 2002, o valor do índice ITA deste grupo de países correspondia à metade do valor médio do ITA do restante dos países periféricos, com exceção aqueles do leste e sudeste asiáticos; com relação aos países industrializados, correspondeu a cerca de um sétimo.

As diferenças estruturais intrarregionais nos países periféricos são muito expressivas, também. Novamente, as regiões do leste e do sudeste asiáticos emergem como líderes entre as regiões periféricas em desenvolvimento, enquanto as diferenças entre as demais regiões são pouco expressivas.

Considerando a amostra composta de 98 países, são notáveis as diferenças estruturais na indústria numa comparação entre os mesmos. O índice de avanço industrial com tecnologia varia de um máximo de 0,520 e um mínimo de virtualmente zero. Destaca-se, mais uma vez, Cingapura que alcançou o primeiro lugar, bem à frente dos países industrializados, seguida muito de perto pela Malásia (2^a posição), Coreia do Sul (4^o) e Taiwan (5^o), todos eles entre os dez maiores do mundo em 2002.

Com valores do índice ITA entre 0,500 e 0,250, em 1990 havia 22 países e, em 2002, este número subiu para 28. Neste grupo de valores superiores da distribuição de países por avanço industrial com tecnologia destacaram-se vários países periféricos, sobretudo do leste e sudeste asiáticos – os Tigres Asiáticos, Malásia, Filipinas, China e Tailândia – adicionados aos dois mais importantes países latino-americanos – México e Brasil – e um único país de economia em transição – Hungria.

O Brasil, muito embora se encontre em posição econômica, do ponto de vista estrutural, mais adiantada, amargou um 27^o lugar em 2002 no índice ITA. Tal posição é muito inferior àquelas alcançadas pela China (16^a), México (17^a), Tailândia (19^a), porém bem à frente de países como Turquia (34^a), Índia (35^a), Indonésia (36^a), Argentina (40^a) e Chile (62^a).

O índice de avanço industrial com tecnologia tem dois componentes: o indicador de avanço industrial e o indicador de avanço tecnológico. De acordo com a UNIDO, a dimensão industrial seria o componente **convencional**, tanto em termos conceituais como da mensuração, enquanto a dimensão tecnológica seria o componente **moderno**. Isto não significa que a análise comparativa dos países pelo indicador convencional do avanço industrial deixe de oferecer alguns resultados muito interessantes.

Dessa forma, entre os dez maiores países neste indicador, oito são do leste e sudeste da Ásia, um é industrializado (Suíça) e um é país de economia em transição (Hungria). Dentre os asiáticos, destaca-se a China, que em 2002 ocupava a 4^a posição em razão do extraordinário aumento do indicador de avanço industrial (incremento de mais de oito pontos percentuais) ao longo dos anos de 1990.

Na outra ponta, na metade inferior do *ranking*, aparecem quatro países tradicionalmente industrializados: Nova Zelândia (67^a), Austrália (77^a) e Noruega (87^a). Está claro que os maiores avanços industriais no mundo, excetuando-se o aspecto tecnológico, vem se dando nos países recentemente industrializados, tendência que se repete em outras dimensões, provando a transferência da expansão da industrialização por determinados países periféricos, ou seja, aqueles da periferia dinâmica da economia mundial.

Em contrapartida, registrou-se um equilíbrio no que se relaciona ao componente moderno do índice ITA. Não obstante Cingapura aparecer, novamente, na liderança, as dez primeiras posições estão distribuídas de forma igualitária entre países industrializados e em países periféricos, sobretudo nos asiáticos.

Nesse aspecto, entram mais países tradicionalmente industrializados, em razão da ligação com a questão de avanço mais sofisticado, fato que se dá com maior raridade se comparada a uma simples expansão de produção industrial, como no componente do avanço industrial. Daí encontrar-se no quartil superior por avanço tecnológico apenas os países mais industrializados, enquanto os menos desenvolvidos representam apenas um terço (Tabela 6.9.).

Tabela 6.9.						
Desempenho Industrial Comparado - Índice ITA, 2002						
<i>PAÍS</i>	<i>ÍNDICE ITA</i>		<i>AVANÇO INDUSTRIAL</i>		<i>AVANÇO TECNOLÓGICO</i>	
	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR
<i>Cingapura</i>	1	0,520	6	0,625	1	0,832
<i>Malásia</i>	2	0,457	2	0,646	3	0,707
<i>Japão</i>	3	0,456	13	0,590	2	0,772
<i>Coréia</i>	4	0,439	1	0,652	7	0,672
<i>Taiwan</i>	5	0,410	3	0,632	10	0,649
<i>Alemanha</i>	6	0,407	14	0,589	6	0,690
<i>Malta</i>	7	0,400	7	0,614	9	0,652
<i>Hungria</i>	8	0,390	5	0,626	13	0,633
<i>Irlanda</i>	9	0,389	12	0,593	8	0,657
<i>Suíça</i>	10	0,389	9	0,604	12	0,644
<i>Estados Unidos</i>	11	0,371	27	0,529	4	0,702
<i>Suécia</i>	12	0,370	18	0,570	11	0,649
<i>Filipinas</i>	13	0,362	10	0,602	14	0,601
<i>Reino Unido</i>	14	0,353	35	0,509	5	0,694

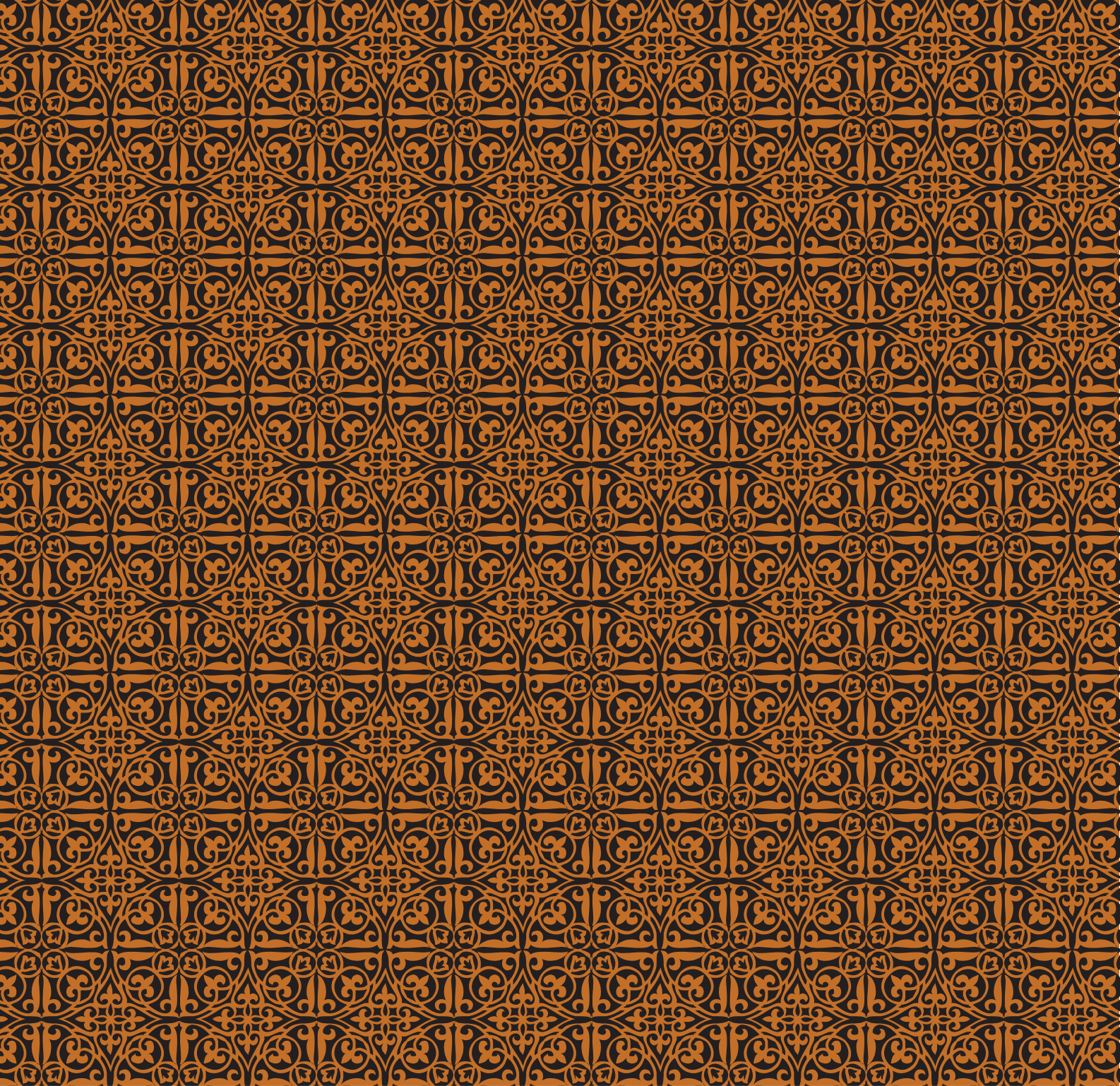
<i>Finlândia</i>	15	0,334	11	0,597	21	0,560
<i>China</i>	16	0,324	4	0,631	27	0,515
<i>México</i>	17	0,320	26	0,533	16	0,599
<i>França</i>	18	0,315	28	0,525	15	0,600
<i>Tailândia</i>	19	0,311	8	0,605	28	0,514
<i>Áustria</i>	20	0,311	22	0,550	20	0,565
<i>Holanda</i>	21	0,308	34	0,515	17	0,599
<i>Itália</i>	22	0,308	16	0,586	26	0,527
<i>Israel</i>	23	0,307	20	0,564	24	0,545
<i>Espanha</i>	24	0,297	29	0,522	19	0,568
<i>Bélgica</i>	25	0,291	31	0,522	22	0,558
<i>Canadá</i>	26	0,284	39	0,484	18	0,587
<i>Brasil</i>	27	0,252	42	0,478	25	0,528
<i>Dinamarca</i>	28	0,250	51	0,451	23	0,555
<i>Hong Kong</i>	29	0,249	29	0,518	30	0,477
<i>Polónia</i>	30	0,236	21	0,554	36	0,426

Fonte: Carta IEDI n. 195 – Indústria Brasileira: ainda presente no mapa mundial, mas até quando? – extraído e adaptado de WWW.iedi.org.br, acessado em 21/04/2008.

Finalmente, é importante ressaltar que as dimensões industrial e tecnológica podem apresentar uma positiva associação com o nível de renda, embora esteja longe de ser perfeita. A correlação existente entre os componentes do Índice ITA e a renda, mensurada pelo produto nacional bruto (PNB) *per capita*, fornece uma indicação de quão forte é tal associação. Embora tenha ocorrido um ligeiro enfraquecimento desta associada ao longo dos anos 1990, há uma alta correlação entre o Índice ITA e a renda.

Considerando os componentes do ITA, observa-se que enquanto o indicador de avanço industrial mostra uma moderada correlação com a renda (0,32) o indicador de avanço tecnológico é alto, comprovando o já esperado viés da tecnologia. Em outras palavras, países com renda mais elevada (leia-se mais industrializados/ricos) possuem um alto avanço tecnológico, enquanto o contrário se dá na maioria dos países do mundo.

A pergunta que resta é: os países periféricos que experimentaram um desenvolvimento sem precedentes nos últimos anos conseguirão realizar os dois processos – avançar na tecnologia e aumentar sua renda ao mesmo tempo? Como pensar em cenários desta natureza para países como os gigantes periféricos – Brasil, China e Índia – diante dos processos socioeconômicos que os três têm sofrido?





TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO 7



7.1. Os Teóricos da Localização

Os trabalhos de Thünen¹, Alfred Weber², Walter Christaller³ (1966) e August Lösch⁴ (1969) sobre a teoria da localização das atividades econômicas podem ser apontados como as contribuições seminais à geografia econômica e teoria do desenvolvimento regional, desde o início do séc. XVII até a segunda metade do séc. XX.

Thünen procurou demonstrar que o padrão locacional e as especializações sub-regionais da agricultura alemã estavam relacionados a três fatores básicos: produtividade física da terra, distância aos mercados e custos de transportes.

Por sua vez, Weber, levando em consideração a importância do mercado de trabalho e das economias de aglomeração, procurou enfatizar o papel dos custos de transportes de matérias-primas e dos produtos acabados, bem como a localização dos mercados consumidores na determinação da localização industrial.

Lösch, lançando mão da noção de economias de aglomeração e, também, dos custos de transporte, considerou que as atividades econômicas se localizam no centro de áreas uniformes, chamadas áreas de mercado.

Christaller, em sua teoria do lugar central, introduziu o conceito de centros urbanos e argumenta que a concentração das atividades econômicas se daria, preferencialmente, nessas áreas.

O conceito de centro urbano pode ser construído com base na constatação de que a redistribuição espacial das atividades econômicas tem sido um elemento constante na evolução capitalismo.

Esse processo implica, inexoravelmente, em concentração espacial das atividades econômicas no meio urbano, ou determinado por ele, em detrimento às atividades rurais.

A centralização das atividades econômicas seria, assim, uma consequência do processo de formação dos centros urbanos que se desenvolve, necessariamente, a partir da ampliação das atividades do setor terciário.

Na realidade, é a cristalização dos serviços no espaço-tempo (sejam serviços de circulação ou de consumo) que define as áreas de mercado. Entendidas em uma perspectiva *loschiana*, essas áreas estariam constituindo o espaço localizado, cuja propriedade é a acessibilidade a um determinado serviço.

Nesses termos, a **área de mercado** é perfeitamente idêntica à noção *weberiana* de **local de mercado** e, portanto, o próprio urbano como local (ou área) de mercado.

Em decorrência, a aglomeração ou centro urbano só pode ser entendido como uma confluência e superposição de áreas de mercado que permitam a diversificação e a acessibilidade a vários tipos de serviços ou bens.

O centro urbano pode ser entendido, portanto, como um centro onde estão envolvidos todos os processos de compra e venda de mercadorias – sejam elas os bens de capital, mão de obra ou bens de consumo – e de serviços, principalmente os serviços de consumo coletivo. Dessa forma, atuaria como o núcleo estruturante do espaço localizado, que age através da formação de redes urbanas, pelas quais flui o capital.

7.2. O Espaço Econômico

Localização e espaço são definidos ao mesmo tempo, sendo o espaço constituído pelo conjunto de relações entre as localizações nele contido, e as localizações pela especificidade em que espaço define como relacionadas entre si. Os conceitos de espaço e de localização derivam, portanto, das relações humanas na produção e reprodução de uma sociedade. Toda sociedade precisa de um território para se desenvolver e este território é estruturado pela sobreposição de espaços socialmente construídos.

A mais simples e a mais abstrata representação do espaço é o espaço matemático. Em matemática, o espaço é definido pelo modo segundo o qual as distâncias entre pontos são medidas: uma métrica. Em outros termos, espaço é formado por pontos, localizações adimensionais, relacionados entre si de uma maneira específica, descrita pela métrica que o define.

No mundo concreto, tanto as localizações como as relações entre as mesmas, seus espaços, precisam ser socialmente produzidos. O espaço econômico e o espaço geográfico seriam constituídos pelas relações entre suas diversas localizações, com suas abstrações e fisicalidades.

Perroux⁵ procurou conceituar e diferenciar o espaço econômico e o espaço geográfico. Sustenta que o primeiro é um espaço abstrato, oriundo de um conjunto de relações de ordem econômica, social, política etc., que se superpõem em um espaço multidimensional.

O espaço econômico extrapola, portanto, os limites da tridimensionalidade do espaço geográfico; contudo, os fluxos de mercadorias e serviços tendem a revelar alguns pontos desse espaço multidimensional.

Dependendo das características do espaço econômico, ele se divide em:

- Espaço homogêneo: constituído por elementos que apresentam características semelhantes.

- Espaço polarizado: constituído por focos onde se concentram as atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas, inter-relacionadas com os outros pontos do espaço em uma relação de dominação.
- Espaço definido por um plano ou programa: corresponde às áreas nas quais suas várias partes são dependentes de uma decisão central, ou seja, de um planejamento.

A contribuição de Perroux foi a de desenvolver a idéia de polarização de um lugar central, subjacente ao conceito de região. Ele define uma região por sua natureza econômica e posição de força ou dominância. A hierarquia urbana é, assim, replicada no espaço enquanto um processo de dominação econômica entre cidades e regiões, que resulta na existência de regiões polos e regiões polarizadas.

Com isso, a circulação e a distribuição do capital no espaço não ocorrem aleatoriamente e, pelo contrário, seguem por redes urbanas estruturadas hierarquicamente e que articulam as diversas áreas de mercado, em regiões econômicas com múltiplas dimensões.

O centro urbano é o local privilegiado de concentração e acumulação de capital: quanto mais desenvolvido e forte for seu setor terciário, maior será sua capacidade de polarização e, conseqüentemente, maior será sua área de influência.

7.3. A Região Econômica

O conceito de região é, muitas vezes, um conceito não tangível e abrange diversos aspectos, que vão do geográfico ao político. Dependendo da metodologia de regionalização que se utiliza, enfoca-se uma ou outra dimensão; portanto, não existe uma só definição de região, mas várias.

No entanto, podem-se classificar tais conceitos em duas vertentes básicas: uma, que parte da idéia de homogeneidade; e, outra, que parte da idéia de polarização, de dominação e, portanto, de heterogeneidade entre os elementos que formam uma região.

Além de envolver uma realidade empírica, tal conceito reflete uma representação social. É o local geográfico onde a produção/reprodução das práticas sociais ocorre, assumindo níveis distintos de autonomia, escala e complexidade.

No bojo dessa relação dialética, que combina o espaço da circulação do capital com a recriação da localidade, ressurge o discurso e a prática política da ação local na busca da construção econômica e social, redefinindo o lugar da localidade como o local da vida econômica e social. Devido ao caráter econômico e polarizador dessas localidades, instaura-se um processo no qual a cidade polo tende ascender em relação às demais, resultando em uma hierarquia urbana entorno do centro de maior poder de polarização.

O lugar central ou núcleo urbano constitui-se no elemento organizador da curva de oferta e demanda de bens no espaço, que delimita a área de mercado em que ocorre uma

forte intensidade do fluxo de trocas em uma área geográfica espacialmente delimitada. A extensão da área de mercado é, entretanto, permanentemente restringida pelo atrito espacial da distância, no sentido que a curva de demanda dos bens no espaço é função inversa do crescimento dos custos unitários de transportes.

Nessa acepção, esse espaço geográfico caracterizado por fortes relações internas de trocas e fracas relações externas denomina-se, em termos estritamente econômicos, uma região. À medida que o espaço econômico tende a se organizar no entorno de vários lugares centrais, com suas áreas de mercado, está aberta a possibilidade de reprodução de regiões e desenvolvimento de economias regionais, com níveis diferenciados de integração econômica.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista intrarregional, podem se desenvolver lugares centrais, diferenciados por ordem de tamanho e funcionalidade na oferta de bens, de maneira a se conformar sistemas urbanos hierarquizados. Configura-se, assim, uma hierarquia nodal urbana, formada pelo centro de maior tamanho, que exerce a função de suprir serviços especializados a centros menores em seu entorno.

Essa hierarquia urbana possui um gradiente que começa, em seu vértice, pelas aglomerações maiores com atividades muito restritivas em termos de escala, representando os lugares centrais de ordem superior; em seguida, passa-se pelas aglomerações médias menos diversificadas, mas com algum tipo de atividade exportadora, chegando às pequenas cidades produtoras de bens estritamente residenciais, com baixo ou nenhum nível de transportabilidade.

A concentração dos serviços é o que diferencia internamente uma base exportadora regional, em função dos requerimentos elevados de escala de aglomeração urbana. Ao adquirir um determinado porte, o lugar de maior densidade urbana tende a se constituir em um centro de consumo coletivo intrarregional, o que tende a atrair um fluxo de pessoas em busca de atividades especializadas, e cuja concentração decorre da necessidade de economia de escala.

Especialização das atividades produtivas, concentradas pela necessidade de economia de escala, estruturadas em redes econômicas, sociais e urbanas, pode ser considerada a base do atual processo de territorialização.

Endnotes

1 **Johann Heinrich von Thünen** (1780-1850) Os estudos sistemáticos das teorias da localização começam a partir do século XIX. Entre os principais teóricos, apresenta-se com a obra *Der Isoliert Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*, publicada em 1826 e conhecida como *A Teoria do Estado Isolado*. Ele se preocupou com o que determinava o preço e como se dispunha, no espaço, a produção agrícola. A teoria tinha como pressupostos: uniformidade das condições naturais, uma única cidade (mercado), mesma tecnologia e utilização de recursos (mesmos custos de produção), um só tipo de transporte e concorrência perfeita. Von Thünen concluiu que a renda econômica depende da distância do mercado, ou seja, as terras mais próximas do centro consumidor tem maior renda em relação àquela mais distante. A renda de localização, portanto, tem uma relação inversa com a distância. Para ele, como os custos de transporte

umentavam com a distância, o afastamento do mercado determinava a seleção de culturas. Concluiu que os produtos se distribuíam, de maneira regular, em torno do mercado – forma conhecida como Anéis de von Thünen. Nesse contexto, os produtos perecíveis ou difíceis de serem transportados se localizavam próximos ao centro consumidor. Nos demais anéis, estaria o cultivo da madeira, importante como fonte de energia e calor, seguidas pelas culturas de cereais e a pecuária. Nas áreas mais distantes não teriam muitas culturas, pois, os custos de transporte seriam maiores. A abordagem de von Thünen inspirou vários teóricos do planejamento urbano. Os custos unitários de transporte e o preço do solo urbano são, até hoje, funções decrescentes da distância ao centro.

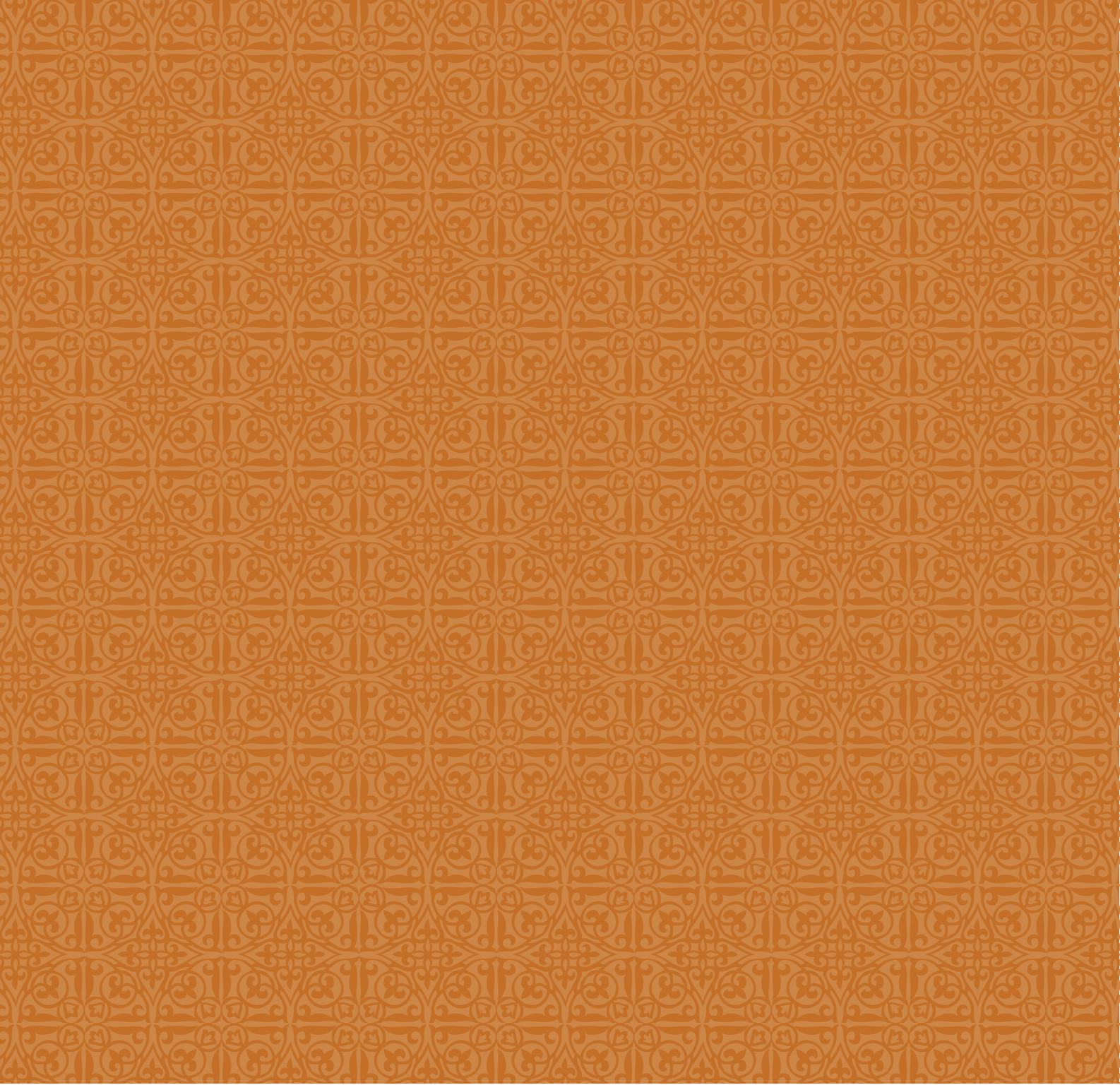
2 **Alfred Weber** (1868-1958). Economista alemão, um sociólogo e teórico da cultura. Entre 1907 e 1933 ele foi professor na Universidade de Heidelberg até ser demitido por causa do seu criticismo a Hitler e sua ideologia. Foi reabilitado em 1945 e continuou a dar aulas até 1958. Alfred Weber foi irmão de Max Weber, outro sociólogo, ainda mais influente. Weber apoiou a reintrodução da teoria e modelos causais ao campo da Economia, para complementar a análise histórica. Nessa área, o seu trabalho foi pioneiro na modelação da localização industrial: a teoria de localização de plantas industriais começa por definir fatores locais importantes na definição do local a ser ocupado. Estes fatores podem ser divididos em específicos (economias de custos alcançadas por um número pequeno de empresas) e gerais (economias de custos que podem ser alcançadas por qualquer indústria). Os segundos ainda podem ser separados em regionais (capazes de influenciar a escolha da localização entre regiões) e aglomerativos, ou desaglomerativos (fatores que provocam a concentração ou dispersão em uma região). Dentre os fatores locais gerais pode-se destacar: Transporte (regional); Mão-de-obra (regional); Ofertas de serviços (como energia elétrica e água, por exemplo, fatores que podem ser aglomerativos se presentes em determinada região). Além disso, fatores que refletem o desenvolvimento urbano e social de uma determinada região também devem ser levados em consideração na análise e avaliação de projetos. Deve-se prestar atenção no aumento do valor agregado industrial, na elevação do nível de emprego e redistribuição da população (diminuindo, dessa forma, as diferenças entre regiões), na utilização dos recursos locais, na criação de uma estrutura industrial diversificada e com capacidade de crescimento autossustentado e, por fim, visar o aumento da competitividade e da quantidade de exportações da empresa e da região, impulsionando ainda mais o desenvolvimento local. Ele viveu num período em que a sociologia se tornou um campo científico autônomo. Weber manteve-se na linha da tradição da filosofia da história. Nesta área, ele fez contribuições com teoria analisando a mudança social na civilização ocidental como uma confluência de civilização (intelectual e tecnológica), processos sociais (organizações) e cultura (arte, religião e filosofia). Ele levou a cabo análises empíricas e históricas acerca do crescimento e distribuição geográfica das cidades e do capitalismo. Weber viveu na Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra Mundial, mas foi uma figura de destaque da oposição intelectual.

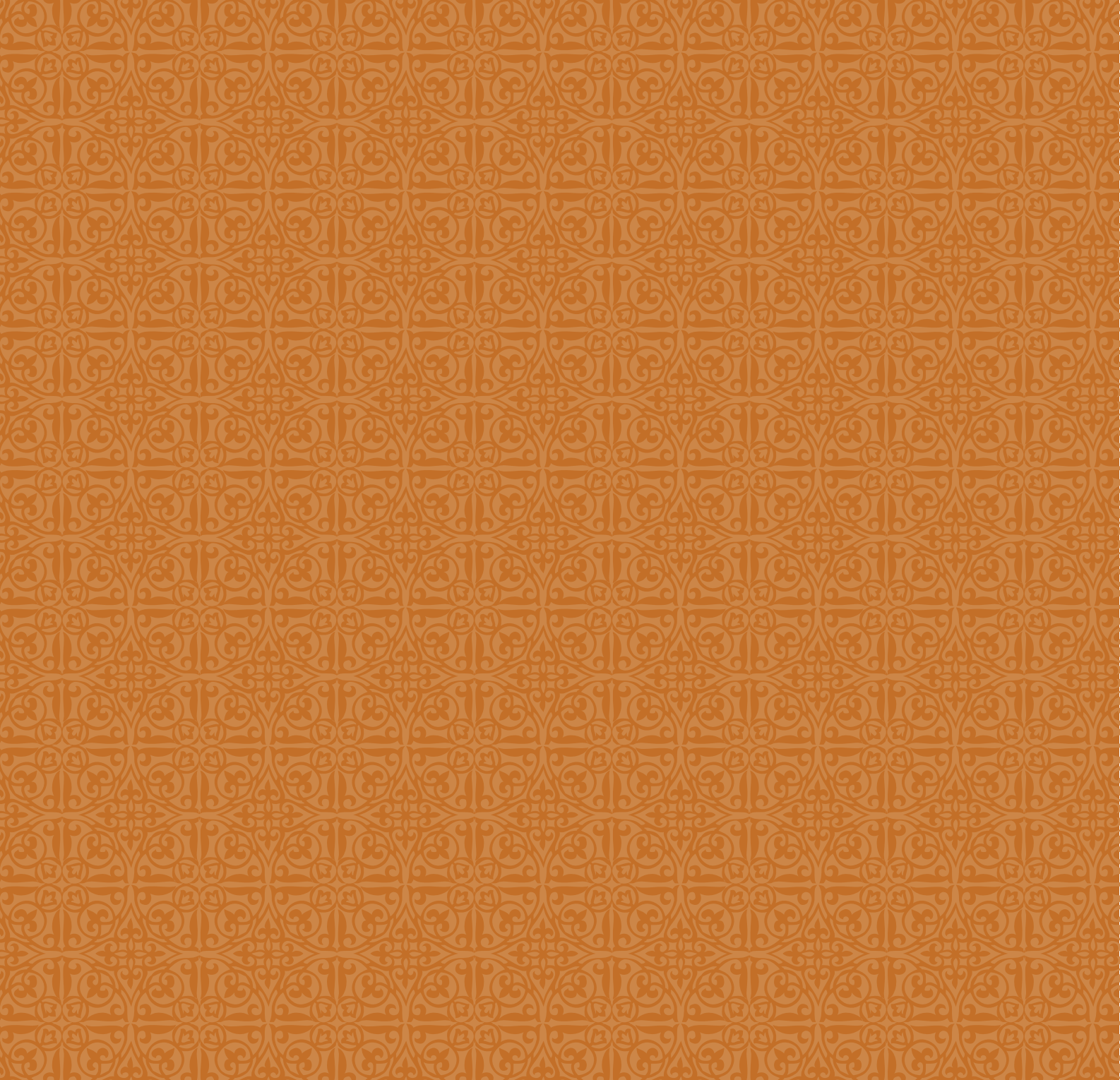
3 **Walter Christaller** (1893-1969). Geógrafo alemão autor da Teoria dos Lugares Centrais, cujos princípios expôs no trabalho 'Die Zentralen Orte in Suddeutschland' (Os Lugares Centrais da Alemanha Meridional), publicado em 1933. Esta obra, difundida a partir de finais da década de 60, converteu-se numa das teorias essenciais da Nova Geografia. Com base nos princípios que defendeu, Christaller explicou o número, a dimensão e a distribuição dos lugares centrais, considerados como centros fornecedores de bens e serviços a uma população circundante, hierarquizando-os segundo o seu grau de centralidade. A Teoria dos Lugares Centrais foi refinada por Lösch, é utilizada para prever o número, tamanho e âmbito das cidades numa região. A teoria baseia-se numa simples extensão da análise de áreas de mercado. As áreas de mercado variam de setor para setor, dependendo de economias de escala e da procura per capita, de modo a que cada setor tenha um padrão de localização diferente. A Teoria dos Lugares Centrais mostra como os padrões de localização de diferentes setores se conjugam para formar um sistema regional de cidades.

4 **August Lösch** (1906-1945). Economista, considerado um dos fundadores da Ciência Regional. Estudou em Heidenheim/Brenz e doutorou-se em economia em Freiburg, Kiel and Bonn no ano de 1932. Conseguiu uma bolsa de estudo e este nos EUA entre os anos de 1934/35 e 1936/37, onde passou um total de 12 meses. Concluiu, em Heidenheim e Bonn, seu

Pós-doutorado na área de economia espacial no ano 1940. Nesse mesmo ano foi indicado para lecionar no Instituto de Economia Mundial da Universidade de Kiel e, após um ano tornou-se líder do grupo de pesquisa, desenvolvendo projetos na área de produção de indicadores econômicos. Em outubro de 1944, o instituto foi transferido devido ao bombardeio de Ratzeburg. Lössch morreu logo depois, em 30 de maio de 1945.

5 **François Perroux** (1903-1987). Economista francês, neomarginalista, teórico do desenvolvimento econômico e autor de uma teoria do equilíbrio geral baseada no conceito de unidades ativas de produção e sua influência no espaço econômico. Discípulo de Schumpeter (seu professor em Viena) e Chamberlin, Perroux criou os conceitos de economia dominante e efeito de dominação, definidos como “a influência irreversível, internacional ou não, que uma unidade econômica qualquer exerce sobre outras unidades menos poderosas”. Em sua análise, substituiu a noção de “meios econômicos” pelo exame de “forças em ação”. Sua noção de economia dominante não se enquadra na noção de imperialismo, pois a dominação é enfatizada como algo maior, com o efeito não intencional, quase mecânico, que uma unidade econômica exerce sobre as outras apenas por seu tamanho ou por sua atividade. Estende essa noção ao estudo de empresas dominantes, macrodecisões de grandes grupos (nações, cartéis e sindicatos) e economias nacionais preponderantes. Nessa linha, Perroux elabora a noção de espaço econômico, que se diferencia do espaço geográfico e político e é entendido como o conjunto de relações dos agentes econômicos (indivíduos, empresas e Estado) e sua zona de influência dentro de um conjunto financeiro homogêneo (tendo o mesmo sistema de preços etc.). Perroux desenvolve em seguida uma teoria geral do “progresso econômico”. No âmbito das economias nacionais, destaca o papel do empresário e a ação do Estado. Em termos internacionais, salienta a formação de pólos múltiplos de desenvolvimento – financeiros, comerciais e de produção. Em sua análise de “progresso”, destacam-se as noções de criação coletiva, propagação de tecnologia e significação do progresso. Perroux foi professor no Collège de France e nas universidades de Lyon e de Paris, exercendo considerável influência sobre o pensamento econômico na França e América Latina. Entre suas obras destacam-se *Le Problème du Profit* (O Problema do Lucro), 1926; *La Valeur* (O Valor), 1943; *Théorie Générale du Progrès Économique* (Teoria Geral do Progresso Econômico), 1956; *L'Économie du XXème Siècle* (A Economia do Século XX), 1961, e *Unités Actives e Mathématiques Nouvelles, Révision de la Théorie de l'Équilibre Général* (Unidades Ativas e Novas Matemáticas, Revisão da Teoria do Equilíbrio Geral), 1975 (Sandroni, 1999. p. 454).





CAPÍTULO 8



Sobre os estudos acerca do espaço urbano, é inquestionável o papel da teoria dos **Lugares Centrais**, de Christaller, dentro das análises geográficas interurbanas. Entender a cidade como um ponto, um nó, um pólo ou mesmo um vórtice da rede urbana¹, requer a identificação de padrões desse espaço, no que tange suas características demográficas, sociais e econômicas, bem como a densidade de relações entre os diferentes núcleos urbanos, ponderando com suas respectivas dimensões populacionais e econômicas (CORRÊA, 1989).

A teoria de Christaller baseia-se na relação entre um centro e sua **hinterlândia**, ou seja, na relação entre o centro mercadológico e a região complementar ou de influência desta localidade central. O objetivo da teoria dos Lugares Centrais é demonstrar a organização espacial dos padrões de povoamento e das áreas de influência, hierarquizando-as e classificando-as de acordo com suas funções econômicas, localização relativa e dimensão, bem como as relações entre elas.

Christaller identificou núcleos de povoamento dotados de atividades baseadas na produção e na distribuição de bens e serviços, ou melhor, **funções centrais**. As Localidades Centrais destinam seus serviços à população residente na área de influência deste centro urbano (CORRÊA, 1989).

A distância do mercado é concebida como principal fator de organização do território, segundo essa teoria, induzindo a organização de um sistema hierarquizado de cidades. Essa ordem varia em razão do tamanho, da qualidade funcional e da extensão da zona de influência espacial das aglomerações. A partir dessas configurações, forma-se uma rede de cidades, onde se mantêm e reforçam-se os laços de interdependência e complementaridade entre elas e entre as regiões que as mesmas polarizam dentro de um espaço determinado, estruturando e organizando o espaço geográfico de uma região (CORRÊA, 1989).

O arranjo da hierarquia da rede urbana, no que se refere aos lugares centrais, tem como concepção a hipótese de equilíbrio geral, ao considerar o espaço geográfico como homogêneo no que tange o quadro físico, distribuição populacional, dentre outros. Trata-se de considerar o espaço como uma **planície isotrópica**, onde os custos seriam inversamente proporcionais à distância, condicionando todas as relações econômicas regionais (CORRÊA, 1989 e CORRÊA, 2002).

1 A rede urbana será entendida aqui apenas como um conjunto de núcleos urbanos que apresentam alguma interação espacial entre si.

Um fator de equilíbrio é o **raio de ação** de um bem. Considera-se aqui a relação entre o transporte e o valor do produto, *vis-à-vis*, quando as condições para um consumidor se deslocar para adquirir determinado produto são estabelecidas pelo valor e qualidade do produto e sua localização, o que condiciona o **custo transporte**. Pode-se considerar aqui um **custo consumo**, que é menor quando o custo de deslocamento e o dispêndio de tempo são, quantitativamente e qualitativamente, inferiores ao custo do produto.

O raio de ação de um bem ou **limiar máximo** define o limite exterior da área de mercado. Em contrapartida, o **limiar mínimo** define a área de mercado que assegura as condições básicas para que um empreendimento comercial se instale sem gerar revezes. Esse limiar contribui para definir ou condicionar o número máximo de estabelecimentos do mesmo setor, que podem ocupar a mesma área (CORRÊA, 1997 a).

Vale considerar que quanto maior o nível hierárquico de uma determinada localidade central, menor será o número de localidades que apresentam características semelhantes (mesmo nível hierárquico), e, para garantir o limiar mínimo, maior será a distância entre as localidades de mesmo nível. No que tange o contingente populacional, verifica-se uma população total maior nas cidades de hierarquia mais elevada, incorporando as dos centros de nível inferior. Isso se deve a uma maior concentração de funções no centro de nível superior, apresentando maior número de empregos.

Pode-se considerar que quanto maior o nível hierárquico de uma localidade central, maior será o seu poder de dispersão (de bens, mercadorias, idéias etc.) e concentração (de consumidores e força de trabalho). Outro ponto importante é que a área entre os limiares máximo e mínimo corresponde à fração de mercado que gerará um excedente e que proporcionará a reprodução de capital ou da força de trabalho, dependendo do tipo de empreendimento. Esse diferencial é maior quando se consideram níveis hierárquicos superiores.

Entretanto, a idéia proposta por Christaller é apropriada para regiões que passaram por uma urbanização similar à ocorrida na Europa, onde núcleos urbanos possuíam funções e estruturas que eram sobrepostas a outras. Núcleos mais dispersos ocorreram naquele continente por condições históricas determinadas, ou seja, **idades-estado** que deram lugar a **idades comerciais** e, posteriormente, **idades industriais**, reconfigurando e aumentando a densidade de relações da rede urbana. Centros de hierarquia superior apresentam-se dispersos, cada qual com sua área de influência, crescendo em um ritmo que assegura a dispersão das atividades de forma mais simétrica no espaço.

A evolução do espaço urbano em países subdesenvolvidos não se deu da mesma maneira. O modelo de gestão territorial, que se impôs na maioria das colônias, assume a necessidade de exploração econômica e atendimento dos interesses de uma elite internacional. O crescimento dos núcleos urbanos nessas ex-colônias também é marcado pela presença de tipos de produção diversos, forma não capitalista de produção que convivem com forma capitalista, sendo que ambos atendem ao mesmo modo de produção.

Para entender a organização do espaço urbano em países subdesenvolvidos, Corrêa (1997 a) propõe o estudo de três modos de organização da rede de localidades centrais: **redes dendríticas, mercados periódicos e circuitos econômicos**. Tais proposições contribuem para o entendimento de rugosidades (SANTOS, 2002) ou *reverse salients*², segundo Hughes (apud SANTOS, op. cit.)³, que se apresentam no espaço urbano.

8.1. Redes Dendríticas

Como já exposto, o padrão de rede de Lugares Centrais, por Christaller, é coerente com redes urbanas que emergiram em um processo de estruturação, quando formas e funções novas se sobrepuseram, ou até mesmo superaram, as velhas coletividades e configurações espaciais. Nos países subdesenvolvidos, o padrão de rede urbana foi imposto por um processo de expropriação do território, típico do modelo de **pacto colonial**. A distribuição dos núcleos urbanos de nível hierárquico semelhante não se apresentou e não se apresenta de forma dispersa, como o exemplo⁴ do alemão, matriz do modelo **christalleriano**.

Ao contrário, tem-se um núcleo de maior hierarquia excentricamente localizado, geralmente no litoral. Essa posição é resultado da importância das cidades portuárias como pontos de convergência de recursos do território e receptora de pessoas, mercadorias, ideias, enfim, de fluxos advindos do exterior. Graças a essas prerrogativas, convergem, em busca de mercadorias e recursos, grupos populacionais de diversos núcleos urbanos de uma rede incipiente. Logo, a maior densidade populacional mantém-se próximo ao litoral, gerando vazios demográficos no território.

O padrão dessa nova rede converge para o interesse de drenagem de recursos do interior do território. Núcleos urbanos de nível hierárquico inferior apresentam-se mais numerosos quanto mais sertanejos tornam-se a rede (ao contrário da rede **christalleriana**, que apresenta um número maior de centros de hierarquia superior quanto mais distante for o subespaço em relação ao centro de detentor da primazia⁵).

Tem-se então, em uma rede dendrítica⁶, um **centro primaz**, a cidade portuária, que se constitui também em um centro político, e um grande número de **pequenos centros**, com um mínimo ou até mesmo ausência de núcleos intermediários (CORRÊA, 1997 a).

2 Milton Santos expõe que, segundo o referido autor, “um *‘salient’* é uma protusão resultante da expansão não-homogênea dos sistemas tecnológicos. Os *‘reverse salients’* são componentes do sistema técnico que se tornou velho” (SANTOS, 2002). A diferença entre rugosidade e *reverse salients* residiria na caracterização do valor. Enquanto Hughes consideraria em seus conceitos valores em si, segundo Santos, o conceito de rugosidade traria a determinação do valor para o conjunto da sociedade e sua expressão no espaço (SANTOS, 2002). Trata-se da existência de dois tipos de consumo e produção no espaço urbano, um central e outro periférico, que será definido, ainda nesse trabalho, como **circuito superior** e **circuito inferior**.

3

4 A figura que ilustra a rede **christalleriana** pode ser encontrada em: CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Interações espaciais. In: CASTRO, E. (et al). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 b. p. 308 (p. 279-318).

5 Na rede **christalleriana**, quanto mais se afasta da área de influência de um centro, logo se aproxima de outro. A distância entre os centros garante o domínio no mercado territorial de vários centros de hierarquias diversas.

6 A figura que ilustra a rede dendrítica pode ser encontrada em: CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Interações espaciais. In: CASTRO, E. (et al). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 b. p. 308 (p. 279-318).

Com o núcleo primaz excêntrico, a outra extremidade da rede passa apresentar problemas, uma vez que o abastecimento e as interações gerais que o centro possui, com os núcleos de nível hierárquico inferior, tendem a decrescer com a distância. Os pequenos núcleos na outra extremidade tendem a manter uma produção de subsistência ou, quando muito, uma economia de excedentes. Com a evolução da rede e consequente aumento de inter-relações, bem como uma mudança nas coletividades, ou seja, nas relações de produção, apresenta-se a necessidade esporádica dos mercados. Surgem, assim, os mercados periódicos que, ao assumirem os núcleos urbanos de níveis hierárquicos superiores, tendem a dar lugar a mercados fixos.

8.2. Mercados Periódicos

A estruturação da rede urbana em mercados periódicos serve, como posto acima, para atender a áreas remotas da **hinterlândia** dos núcleos urbanos, que apresentam uma produção capitalista incipiente ou até mesmo não capitalista. Segundo Corrêa:

Os mercados periódicos são definidos como aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais. (...) Fora dos períodos de intenso movimento comercial, esses núcleos voltam a serem pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias.⁷

A periodicidade do mercado é condicionada, dentre outros fatores, à demanda, podendo ser fixa ou variável. De qualquer forma, sendo a periodicidade em ciclos (fixa) ou sem datas definidas (variável), os mercados periódicos figuram formas de sincronização espaço-temporal dentro dos núcleos urbanos e até mesmo entre eles. Essa sincronia existe para que o vendedor possa estar em vários núcleos ou sítios de mercado em dias diferentes, atendendo a diversas demandas.

Por outro lado, a menor demanda existente nos pequenos núcleos, advinda da produção quase autossuficiente, justifica a existência de mercados que surgem apenas em ciclos de 5, 7, 10 ou mais dias, bem como a maior dispersão das atividades comerciais periódicas, com o fito de atingir um número maior de comerciantes⁸.

Os centros intermediários correspondem à residência dos vendedores, expositores ou artesãos, onde os mercados periódicos se abastecem e com produtos diversos. Esse nível hierárquico também possui seu mercado periódico, abastecendo sua **hinterlândia**. Contudo, os dias de mercado têm que ser sincronizados, para que nenhum núcleo de nível hierárquico inferior coincida seus dias dentro do ciclo com a cidade intermediária, tendo por objetivo impedir a competição dentro da fração da rede urbana.

7 CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 a. p. 50 (41-91).

8 A figura que ilustra os **Mercados Periódicos em um Ciclo de 10 Dias** pode ser encontrada em: CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 a. p. 55 (41-91).

Segundo Corrêa,

O centro intermediário, por sua vez, exerce uma atuação espacial diferenciada. Atua em área próxima e distante, nesta estando presentes os centros elementares. Associado à dupla atuação, o tipo de centro pode ter dois ciclos de dias de mercado, um, servindo a toda a sua área de influência, com dias não conflitantes com aqueles dos centros elementares subordinados, e outro ciclo com os mesmos dias de seus centros elementares, vindo à área de influência mais próxima.⁹

Por outro lado, Corrêa (1997 a) destaca que os centros elementares apresentam um único ciclo de dias de mercado que não coincide com o dos centros intermediários. Quanto aos outros níveis hierárquicos, o autor ressalta que os mercados periódicos perdem sua importância dado o peso dos mercados fixos na economia urbana.

Os estudos de Stine (apud CORRÊA, 1997 a) sobre os mercados periódicos na Coréia do Sul apresentam alguns elementos de explicação sobre a existência dos mercados periódicos (CORRÊA, 1997 a). Segundo o autor, a mudança de determinada região, ao transformar sua economia de autárquica para de mercado, gera a necessidade, em um primeiro momento, da existência de mercados periódicos, estabelecendo trocas entre comunidades rurais. A existência de mercados permanentes, ou fixos, é condicionada pela hierarquia dos centros ou pela intensificação das trocas comerciais.

Para explicar a existência dos mercados periódicos, Stine concentra sua teoria em dois pontos. O primeiro é a existência de uma rede de Localidades Centrais, como propõe Christaller, possuindo cada centro seus limites mínimos (*minimum range*) e máximos (*maximum range*), ou seja, seus limites de alcance das mercadorias comercializadas. O outro ponto é que haveria uma mudança gradativa nos fluxos de mercados periódicos, passando de uma mobilidade máxima para uma fixação, gerando mercados permanentes (CORRÊA, 1997 a).

O limiar máximo é definido pelo alcance máximo de um determinado bem. Esse alcance depende do custo transporte (defendido aqui como custo consumo) já mencionado. O limiar mínimo corresponde a uma determinada área mínima que contribui para que um empreendimento se instale. Quanto maior a densidade e qualidade dos meios de transporte, maior será o limiar máximo e menor será o limiar mínimo. Para além daquele limiar, os consumidores procurariam outro centro urbano que ofereceria melhor estrutura de transportes, ou menor custo consumo.

Porém, a situação descrita corresponde à situação de centros intermediários e metrópoles, onde o limiar máximo é superior ao limiar mínimo, oferecendo condições locais básicas para um mercado fixo ser formado. Entretanto, Stine considera a possibilidade de o limiar mínimo ser superior ao limiar máximo. Tal situação decorreria

⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 a, p. 56 (41-91).

da existência de comunidades semiautáticas em núcleos elementares da rede urbana, com nível de renda baixo e limitados meios de transporte. Nesse caso, para que um empreendimento seja efetuado, os comerciantes não teriam senão a mobilidade espacial como alternativa. Com maior mobilidade, os mercados periódicos com limiar máximo reduzido alcançariam o limiar mínimo, aumentando suas trocas com um número grande de consumidores de baixa renda. A partir daí, teríamos a existência de mercados periódicos, como Skinner havia proposto (CORRÊA, 1997 a).

Os mercados periódicos teriam limiar máximo reduzido. Com a elevação do nível de renda da população, bem como com o estabelecimento de uma rede de transportes mais sofisticada capaz de atender um número maior de pessoas, os mercadores diminuiriam seu itinerário, reduzindo o número de mercados periódicos até atingir o *status* de mercado fixo, ao apresentar limiar máximo superior ao mínimo¹⁰.

A abordagem econômica feita por Stine levou Bromley, Symanski e Good (apud CORRÊA, 1997 a) a levantar críticas e considerações várias sobre sua teoria. Mesmo sendo básica para o entendimento dos mercados periódicos no terceiro mundo, a análise dos mercados periódicos, segundo Stine, desconsideraria os motivos pelos quais os mercados periódicos resultam e persistem no espaço urbano.

O interesse de comerciantes de fora do centro urbano elementar, ou mesmo da região, em gerar um mercado para um excedente de produção real ou virtual serviria como motivador para seu desenvolvimento. Mesmo os produtores e comerciantes locais e regionais estariam engajados em outros mercados, fora mesmo da localidade ou região (CORREA, 1997 a).

Outra consideração seria a de que os mercados teriam se originado em sociedades estratificadas. Realmente, a história das cidades e das classes sociais mostra que a acumulação de capital e a expropriação de uma população majoritária foram condicionantes para o surgimento da classe burguesa ou de qualquer outra classe dominante.

A organização do tempo de uma determinada sociedade condiciona a existência do mercado em determinados dias e até mesmo na configuração geral dos ciclos de mercado. Nesse sentido, muitos mercados periódicos emergiriam de cerimônias religiosas, reuniões públicas e festividades, criadas ou condicionadas por instituições econômicas, sociais e religiosas (CORRÊA, 1997 a).

A necessidade dos produtores consistiria em uma motivação para a existência dos mercados periódicos. Segundo os referidos autores (CORRÊA, 1997 a), a sincronia existente entre os diversos mercados periódicos também seria resultado da necessidade de tempo de produção requerido pelo artesão. Nesse sentido, ora o mercador dependeria da limitada produção periodicamente concluída pelo artesão, figurando seu abastecimento, ora o artesão desempenharia também o papel de mercador/expositor de seu trabalho.

10 A figura que ilustra **Dos Mercados Periódicos ao Mercado Fixo** pode ser encontrada em: CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 a, p. 60 (41-91).

Destarte, Bromley, Symanski e Good (CORRÊA, 1997 a) consideram que a passagem de um mercado periódico para um mercado fixo vai além de caracteres meramente econômicos, permeando também as relações sócias, culturais e até religiosas de determinada comunidade.

Vale destacar que as proposições até aqui apresentadas levantam elementos para uma interpretação da existência dos mercados periódicos e de padrões espaciais em países subdesenvolvidos, sem, no entanto, prender-se aos acontecimentos intra-urbanos, principalmente nos centros urbanos de hierarquia superior ou na rede como totalidade.

8.3. O Caráter Informal da Economia Urbana

Para os países de terceiro mundo são comuns os estudos referentes à sua urbanização sem industrialização e seu decorrente processo de **terceirização** (SANTOS, 2004). De fato, pode se tecer considerações sobre o diferenciado crescimento do setor terciário nos países subdesenvolvidos, onde o crescimento da população urbana em idade de trabalho desencadeou uma segmentação na economia, definida pela proliferação de atividades produtivas ou de serviços para atender a demanda por postos de trabalho (SANTOS, 1994).

Tal segmentação ordena-se como resposta a um processo de **involução metropolitana**, ou seja, a um crescimento do número de empregados, porém mal remunerados com consequente minoração das condições de vida (SANTOS, op. cit.).

Com dificuldades em atingir o limiar mínimo de suas necessidades materiais, alguns cidadãos direcionam-se para atividades informais, com a prerrogativa de operar com menor custo fiscal, porém geralmente com menor capital investido. Como referido em estudos anteriores, as atividades informais são indicativas de grandes problemas estruturais no setor formal da economia (LAGUERRE, 1994), que não consegue absorver um número grande de trabalhadores ofertantes de sua força de trabalho.

Uma característica inerente ao setor informal é justamente sua complexidade e a variedade de atividades inseridas no seu contexto. Algumas atividades são facilmente observáveis, enquanto outras são menos conspícuas e praticamente impossíveis de serem aferidas. Mesmo sendo inexistente uma definição universalmente adotada de economia informal, entender-se-á aqui que esta fração da economia corresponde àquelas que envolvem a produção e a distribuição de bens e serviços que não são detectados pelas autoridades municipais, estaduais e federais e que, por isso, não pagam nenhum tipo de imposto.

Os teóricos em geral concordam que a raiz das atividades informais nos países subdesenvolvidos está na impossibilidade das instituições formais de proverem emprego a níveis satisfatórios. Como o setor formal não satisfaz a demanda de empregos, aqueles que são excluídos das atividades formais são forçados a improvisar (YU, 1994). Assim, o crescimento do setor urbano informal freqüentemente atesta o crescimento da pobreza e também do excessivo processo de urbanização nas cidades do terceiro mundo (LAGUERRE, 1994; LEWIS, 1954).

Contudo, vale destacar que alguns trabalhadores formais, objetivando sua autonomia, inserem-se no mercado informal muitas vezes utilizando experiências adquiridas no setor formal, estabelecendo-se como produtores e comerciantes independentes. Nesse sentido, é falacioso associar a informalidade exclusivamente à pobreza e ao desemprego. Com a prerrogativa da ausência de impostos, bem como outras supracitadas, o setor informal mantém um padrão de consumo, algumas vezes superior àquele dos que exercem um trabalho formal. Destarte, é comum que “um indivíduo, após experimentar os benefícios da economia informal, nem pense mais em retornar à condição de empregado”. (MAIA & COELHO, 1997).

Para Santos (2004), a análise econômica urbana nos países subdesenvolvidos é insuficiente, se partir dos modelos de setores da economia (primário, secundário e terciário), uma vez que o crescimento do terciário nos países desenvolvidos, para onde esse modelo foi desenvolvido, se deu de forma diferenciada, desencadeando processos também singulares.

8.4. Os Dois Circuitos da Economia Urbana

É notório que os diferenciados processos de estruturação tecnológica nos mundos desenvolvido e subdesenvolvido desencadearam relações econômicas distintas. Para alguns, a diferença primaz estaria atrelada a um aumento do setor terciário na criação de novas atividades, reflexo da liberação de mão-de-obra na indústria.

Nos países subdesenvolvidos o **desemprego tecnológico** causou um aumento do emprego no setor terciário, causando a segmentação da economia, como resposta a **involução metropolitana**. Por ser essa segmentação econômica abrangente também quanto à produção, e não somente aos serviços, a proposição de uma **hipertrofia do terciário** se mostra insuficiente para o terceiro mundo.

Nesse sentido, Santos (2004) demonstra que a modernização no terceiro mundo provocou diferentes circuitos de produção, circulação e comercialização, denominados **circuito superior** e **circuito inferior**¹¹. Para o referido autor, o **circuito superior** destaca-se pela sua atuação em macro-escala, em nível nacional e internacional, sendo expressão deste circuito os grandes monopólios. Assim, as decisões e relações estabelecidas neste circuito se dão **fora** da cidade consumidora. Quanto ao destino dos produtos e serviços, a comercialização deste circuito é destinada às classes mais abastadas, diferenciando-se do **circuito inferior** (SANTOS, 2003).

O circuito inferior, por seu turno, tem sua base bem sedimentada na cidade, atuando em micro-escala, ou seja, tanto a produção quanto a comercialização são de abrangência local. Tal circuito é destinado a atender as camadas materialmente empobrecidas, que não tem acesso aos bens e serviços do circuito superior. Por não usar tecnologia de forma intensa, o circuito inferior ocupa um número de empregados relativamente

11 A existência dos dois circuitos nos países subdesenvolvidos é condicionada à necessidade de atender as camadas menos abastadas. No mundo desenvolvido, pode-se dizer que se desenvolve o circuito superior somente por apresentar estes países menor distorção na distribuição da renda nacional.

superior ao circuito superior e, pela baixa rentabilidade, torna-se difícil regulamentar seus empregados ou mesmo contratá-los informalmente, sendo comum à mão de obra familiar em algumas atividades.

Modernização tecnológica e padrão de consumo figuram componentes importantes para a análise sobre a gênese dos dois circuitos econômicos. Deve-se entender, todavia, a modernização como processo amplo, que altera as relações de produção de todo o espaço, urbano e supracurbaño.

Esse novo período de aceleração tecnológica modifica o espaço em diversos países. Naqueles denominados subdesenvolvidos, a difusão de informação e novas formas de consumo, impostas por uma rede de centros globais, acaba por definir novas formas de organização espacial. O processo de modernização do campo, aliada a uma estrutura fundiária arcaica, promoveu um intenso fluxo rural-urbano, conhecido como êxodo rural, em alguns países.

O uso de capital intensivo na indústria levou esse setor à liberação de mão-de-obra, o que elevou o desemprego tecnológico. A maior oferta de força de trabalho acabou por gerar uma pressão negativa sobre os valores salariais, tencionando-os pra baixo. Por fim, a dependência tecnológica dos países subdesenvolvidos irá se refletir também na geração de empregos indiretos nos países sede das empresas transnacionais.

A modernização, que atuou e atua de forma concentrada no território de países subdesenvolvidos, bem como a distorção da renda da população, em termos sociais e espaciais, desencadeou o aparecimento de espaços de alteridade, marcados pela presença de formas arcaicas e modernas de produção. A distorção da renda e a modernização tecnológica são, antes de qualquer coisa, processos que interagem na formação dessa estrutura social contemporânea desses países.

Contudo, a definição dos dois circuitos deve passar pela apreciação do conjunto de atividades em um dado contexto, assim como o setor populacional que está essencialmente ligado à atividade econômica, para produzir e consumir. Não quer dizer que os circuitos econômicos constituem níveis ou patamares estanques no espaço urbano, uma vez que alguns fatores contribuem para sua interdependência.

Um desses fatores é o circuito inferior ser, via de regra, dependente do comércio atacadista integrante do circuito superior. Segundo Santos (2004 e 2005), o comércio atacadista chega a ser o topo das atividades comerciais do circuito inferior. Outro fator é a existência de uma classe média que apresenta um padrão de consumo intermediário, capaz de consumir determinados produtos de ambos os circuitos.

Trata-se de um consumo que pode ser considerado ocasional ou parcial, prerrogativa não só da classe média, mas também esporadicamente de outras classes. Assim, o circuito inferior pode apresentar consumidores típicos do circuito superior e, mais raramente, a recíproca é verdadeira.

Um conjunto de elementos foi proposto pelo autor para diferenciar os dois circuitos. Deve-se, entretanto, recordar que tais elementos fazem parte de um modelo, o que o

torna, como todo modelo, vulnerável a uma **ilusão filosófica**¹² (LEFEBVRE, 2002). Para que tal equívoco não ocorra, considerar-se-á os pontos propostos de forma flexível, assim como toda teoria deve ser entendida.

Quadro 3 Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana em Países Subdesenvolvidos		
	<i>CIRCUITO SUPERIOR</i>	<i>CIRCUITO INFERIOR</i>
<i>Tecnologia</i>	Uso intensivo de capital	Uso intensivo de mão-de-obra
<i>Organização</i>	Burocrática	Primitiva, não estruturada
<i>Capital</i>	Importante	Escasso
<i>Mão de obra</i>	Limitada	Abundante
<i>Salários regulares</i>	Prevalentes	Não requeridos
<i>Estoques</i>	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade e/ou baixa qualidade
<i>Preços</i>	Fixos (em geral)	Negociáveis entre comprador e vendedor (regateio)
<i>Crédito</i>	De banco, institucional	Pessoal, não institucional
<i>Margem de Lucro</i>	Pequenas por unidade, mas importante dado o volume dos negócios (exceto artigos de luxo)	Grande por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios
<i>Relação com fregueses</i>	Impessoal e/ou por escrito	Direta, personalizada
<i>Custos fixos</i>	Importantes	Desprezíveis
<i>Propaganda</i>	Necessária	Nenhuma
<i>Reutilização das mercadorias</i>	Nenhuma (desperdício)	Frequente
<i>Capital de reserva</i>	Essencial	Não essencial
<i>Ajuda governamental</i>	Importante	Nenhuma ou quase nenhuma
<i>Dependência direta de países estrangeiros</i>	Grande e orientada para o exterior	Pequena ou nenhuma

Fonte: SANTOS, 2004.

O uso intensivo de capital seria um caractere marcante do circuito superior, enquanto o trabalho intensivo seria aquele do circuito inferior. Contudo, o menor emprego de técnica torna esse circuito mais aberto à criatividade, enquanto o circuito superior é meramente imitativo, devido ao tipo de demanda. Outro ponto a ser salientado é de que o circuito superior trabalha em uma economia de escala, ganhando pouco por unidade comercializada, mas angariando lucros maiores no montante comercializado. Ao contrário, no circuito inferior, os preços são elevados por unidade e o lucro total é baixo devido ao montante comercializado.

12 Confusão entre o modelo de interpretação e a própria realidade. A ilusão emerge quando a inoperância do modelo em determinadas situações é confundida com um erro, uma anomalia que se afasta da perfeição do modelo.

Os aparelhos de Estado e de reprodução ideológica estão disponíveis ao circuito superior, instrumentalizando-o com ferramentas de *marketing*. No circuito inferior, o acesso a canais de informação é restrito ou mesmo nulo. Nesse sentido, pode-se afirmar que o apoio governamental e a publicidade estão presentes no circuito superior, o que não ocorre com o circuito inferior.

Santos (2004) ainda propôs uma denominação a um circuito de atividades que possui caracteres modernos e arcaicos, atendendo principalmente a classe média, o **circuito superior marginal**. Não se pode considerar, todavia, um circuito intermediário entre os dois já mencionados.

Trata-se de uma subdivisão do circuito superior, que apresenta fácies de produção de ponta e produção arcaica. Geralmente, trata-se de médias ou até mesmo pequenas empresas que não têm um padrão organizacional em oligopólios, mas, contudo, respeitam e fazem cumprir as demandas governamentais e consumidoras do circuito superior. Caso não fossem cumpridas essas exigências (impostos, encargos etc.), a atividade econômica do circuito superior marginal deixaria de ser superior, alterando seu padrão para o circuito inferior.

Um ponto que se pode ressaltar, apenas mencionado por Santos (2005), é que as atividades do circuito inferior e do circuito superior têm objetivos distintos. Enquanto os trabalhadores do circuito inferior exercem atividades econômicas para reproduzir essencialmente sua força de trabalho, os grandes empreendimentos do circuito superior visam à reprodução dos meios de produção. Talvez esse caráter de reprodução seja a marca mais importante de diferenciação das atividades dos dois circuitos.

De qualquer forma, as atividades do circuito inferior mostram-se flexíveis, com grande capacidade adaptativa e de resiliência, ao contrário das atividades do circuito superior que são freqüentemente superadas por inovações diversas.

Ao analisar a rede de Localidades Centrais proposta por Christaller, Santos (2004 e 2003) discute a inoperância do modelo em países subdesenvolvidos, graças à existência dos dois circuitos. Segundo o autor, os circuitos da economia urbana apresentam limiares mínimo e máximo diferenciados. Tais limiares oscilam em dimensão nos diferentes níveis da hierarquia urbana. Quanto maior for o nível hierárquico de um centro, maior será a atuação ou alcance do circuito superior. Quanto menos for o mesmo nível, maior será a atuação do circuito inferior.

A rede de transportes, mercado consumidor e densidade técnica fazem com que as metrópoles tenham um alcance de seu circuito superior maior. Assim, o alcance dos bens desse circuito pode atingir as fronteiras nacionais, ou mesmo espaços para além delas (SANTOS, 2004). O circuito inferior metropolitano estaria atrelado a uma massa populacional pobre, coincidindo seu limiar máximo com os limites municipais ¹³.

13 A figura que ilustra a Rede Christalleriana, modificada a partir da existência dos dois circuitos (inferior e superior) pode ser encontrada em: CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In:

Segundo Santos,

Nas metrópoles, o circuito inferior, apesar de um volume fora de proporção com o do circuito inferior das outras cidades (porque está ligado à existência de uma população pobre considerável), não tem condições de manter relações com as outras cidades da rede. Essas relações são exclusivas do circuito superior, enquanto o circuito inferior fica confinado à própria cidade. (...) Em resumo, a influência do circuito inferior fica circunscrita aos limites urbanos das metrópoles. (SANTOS, 2004, p. 356)

O autor considera que o circuito inferior amplia seu limiar de atuação em cidades de nível hierárquico superior, fato este explicável pela falta de infraestrutura, principalmente de transportes, e mercado nesses níveis, obstando o desenvolvimento de atividades mais modernas. Mesmo quando uma indústria localiza-se em uma cidade de porte menor, os serviços modernos disponíveis são limitados, prevalecendo ainda o circuito inferior para atender a demanda local e regional.

Destarte, o circuito inferior demonstra uma enorme ligação com a população local e regional, enquanto que o circuito superior demonstra relações mais intensas com níveis hierárquicos superiores na rede nacional e internacional¹⁴ (SANTOS, 2003; SANTOS, 2005 e CORRÊA, 1997 a).

Converge-se para as proposições anteriormente expostas, segundo as quais em níveis hierárquicos inferiores a atividade comercial e artesanal atuam de forma restrita, mas na forma de mercados periódicos ou fixos, mesmo assim atendendo a comunidades menos abastadas. Atividades menos modernas ganham importância quanto mais baixa for o nível hierárquico de um núcleo urbano.

Pontos para reflexão:

- Considerando as variações da Teoria dos Lugares Centrais nos países subdesenvolvidos, qual(is) dela(s) poderia(m) ser encontrada(s) na sua cidade origem? Levante suas características e descreva-as.
- Quais são as contribuições dessa forma de organização espacial da economia para a renda de sua população, no município?

Trajatórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 a, p. 78 (41-91).

¹⁴ Níveis hierárquicos intermediários oscilariam entre uma maior atuação de um circuito ou de outro, dependendo do seu peso na rede urbana.

ANDRADE, M. C. **Geografia econômica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRADE, T. A., SERRA, R. V (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 394 p.

ARAÚJO, C. E. F. **Dimensões sócio-espaciais derivadas das teorias neoclássicas e marxistas acerca da localização industrial**. Dissertação. 2001. 151 f. (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BECKER, B. K; CHRISTOFOLETTI, A; GEIGER, P. (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. 397 p.

BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. London: BP, 2003. Disponível em: www.bp.com/worldenergy, acessado em 27/12/2007.

BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. London: BP, 2003. Disponível em: www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_Nuclear.pdf, acessado em: 30/12/2007.

BOUDEVILLE, J. R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. 132 p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas em geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985. 318 p.

Carta IEDI n. 195 – **Indústria Brasileira: ainda presente no mapa mundial, mas até quando?** – extraído e adaptado de WWW.iedi.org.br /, acessado em: 21/04/2008.

CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia Conceitos e Temas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 a.

----- . Interações espaciais. In: CASTRO, E. (et al). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 b. 308p.

----- . Espaço: um conceito chave em Geografia. In: CASTRO, I.E. et al (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

----- **A rede urbana.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1983. 260 p.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido.** Coimbra: Livraria Almedina, 1980. 278 p.

FUJITA, M; KRUGMAN, P; VENABLES, A. J. **Economia Espacial. Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo.** São Paulo: Futura, 2002.

GONSALVEZ, M. F; BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. C (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. 728 p.

GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996. 310 p.

HADDAD, P. (Org.) **Economia Regional; teorias e métodos de análise.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. 694 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 388 p.

INDÚSTRIAS NUCLEARES BRASILEIRAS – INB, 2001. Extraído de:
www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_Nuclear.pdf, acessado em:
30/12/2007.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.** São Paulo: Ed. Campus, 1983.

LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento.** São Paulo: DIFEL, 1966.

LAGUERRE, Micael. **The informal city.** London: MacMillan Press, 1994.

LEFEBVRE, Henri **A revolução urbana** 1ª reimpressão. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEWIS, W. **Economic development with unlimites supplies of labor.** In: Agarwhala, A. N. e Singh, S. P. (Editores). **The Economics of Underdevelopment.** London: Oxford Press, 1954.

LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. (Org.) **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004. 212 p.

MAIA, Carlos Eduardo S.; COELHO, Tito Oliveira Coelho. O comércio varejista periódico no espaço urbano contemporâneo: um estudo na feira hippie de Goiânia. In: **Boletim Goiano de Geografia**. vol. 1, nº 2, Jul./Dez, 1997.

Nova Enciclopédia Ilustrada Folha: a enciclopédia das enciclopédias (2 vols.), São Paulo: Folha de São Paulo, 1996.

PONTUSCHKA, N. N; OLIVEIRA, A. U. (Org.) **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002. 384 p.

RICHARDSON, H. W. **Economia regional, teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 424 p.

SANDRONI, P. (Org.) **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller. 1999.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

----- . **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

----- . **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

----- . **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

----- . **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia regional; textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

----- . **Uma introdução à do pensamento econômico**. Porto Alegre: UFRG, 2003. 38 p.(mimeo).

YU, Sandra. **Supporting the informal sector: cases of NGO assistance program.** Pagsusuri Ukol Sa Lipunan, Simbahan, 1994.

http://1.bp.blogspot.com/_9SQUxyfugc/SYdEStmtEyI/AAAAAAAAABw/DvNQFKRe4Dg/s400/cicloEnergia.gif, acesso em: 27/12/2007.

<http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2007/04/12/ult1767u90540.jhtm>, acessado em: 04/12/2007.

www.biodieselbr.com/energia/agro-energia.htm, acessado em: 27/12/2007.

www.biodieselbr.com/energia/agro-energia.htm, acessado em: 2/12/2007.

www.arikah.net/enciclopedia-espanhola/Petr%C3%B3leo, acessado em: 28/12/2007.

[www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_gas_Natural\(2\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_gas_Natural(2).pdf), acessado em: 29/12/2007.

[www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_carvao\(2\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_carvao(2).pdf), acessado em: 29/12/2007.

[www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_hidraulica\(2\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_hidraulica(2).pdf), acessado em: 29/12/2007.

www.aneel.gov.br/aplicações/atlas/pdf/09_Nuclear.pdf, acessado em: 30/12/2007.

www.abimilho.com.br/noticias/files/materia.pdf, acessado em: 21/04/2008.



ISBN 978-85-64724-12-9

